
LPH

REVISTA DE HISTÓRIA

1991 - 1992 - 1993 - 1994

*ANAIIS DO X
ENCONTRO REGIONAL
DE HISTÓRIA*

ANPUH - MG

*"Três, Trêsses, Anos
Um Boiengo manuscrito!"*

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO
PRETO**

REITOR

Renato Godinho Navarro

VICE-REITOR

Dirceu do Nascimento

**DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS - ICHS**

Heliana Maria Brina Brandão

VICE-DIRETORA DO ICHS

Deisa Chamahum Chaves

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
-DEHIS**

Crisoston Terto Vilas Bôas

**COORDENAÇÃO DO LABORATÓRIO DE
PESQUISA HISTÓRICA - LPH**

Fábio Favversani - Renato Pinto Venâncio -
Crisoston Terto Vilas Bôas

DIREÇÃO DA ANPUH/MG - 1994-1996

Adriano S. L. da Gama Cerqueira - Fábio
Favversani - Rodrigo P. Sá Motta

EXPEDIENTE Correspondência e contribuições
devem ser encaminhadas para LPH-ICHS, rua do
Seminário, s/nº 35.420-000. Mariana - MG. tel:
(031) 557.1322.

DISTRIBUIÇÃO Editora da UFOP. Campus
Universitário. Morro do Cruzeiro. 35.400-000 Ouro
Preto, MG. tel: (031) 559.1491.

Pede-se Permuta We Demand Exchange On
Demande Échange

ANPUH - MG

X Encontro Regional de História da ANPUH/MG

“Minas, Trezentos Anos:
Um Balanço Historiográfico”

MARIANA, 22 A 26 DE JULHO DE 1996

DIRETORIA DA ANPUH / MG (1994-1996)

DIRETOR: RODRIGO PATTO SÁ MOTTA

SECRETÁRIO: FÁBIO FAVERSANI

TESOUREIRO: ADRIANO S. LOPES DA GAMA CERQUEIRA

CONSELHO CONSULTIVO (1994-1996)

ALEXANDRE MANSUR BARATA (UFJF)

CRISTINA CAMPOLINA DE SÁ (UFMG)

DONIZETTE LIMA DO NASCIMENTO (UNIMONTES)

EDUARDO FRANÇA PAIVA (FINP)

LIANA MARIA REIS (PUC)

NEWTON D'ÂNGELO (UFU)

Apresentação

É com enorme satisfação que trazemos a público os *Anais do X Encontro Regional de História da ANPUH/MG*. O Encontro realizou-se em Mariana, entre os dias 22 e 26 de julho de 1996. O número de inscrições de trabalhos superou as melhores expectativas. Contava-se, de início, com a inscrição de pelo menos 50 trabalhos, acreditando que, num cenário altamente otimista, as inscrições poderiam chegar a 100. Mas, no total, foram apresentados 183 trabalhos, distribuídos da seguinte forma: 5 conferências; 30 apresentações em mesas redondas (10 mesas); 6 cursos; 49 apresentações em comunicações coordenadas (em 12 sessões) e 92 comunicações individuais (em 18 sessões). Além dos trabalhos apresentados, tivemos lançamentos de livros, reuniões dos Grupos de Trabalho e a Assembléia Ordinária do núcleo.

No que se refere à origem institucional dos participantes, o quadro foi o seguinte:

UFMG 47	UFU 33	UFOP 24	UFJF 21	FUNREI 17	
UNESP / Franca 9	PUC / MG 8	PBH 5	UFG 5	UFF 5	outros 11

O grande número de trabalhos e sua ampla distribuição espacial resultam de um trabalho de reestruturação do Núcleo Mineiro. A ANPUH-MG foi assumida, em 1993, pelos colegas de Juiz de Fora, com o apoio de diversos historiadores de nosso estado, reunidos no “*I Encontro das IFES Mineiras*” (São João del Rei, 1993). Em 1994 a diretoria veio para Mariana, onde o trabalho de fortalecimento do Núcleo teve prosseguimento. Essa ampla participação foi, a nosso ver, resultado dos anos de constante crescimento da ANPUH em Minas. Agora, a direção está em Uberlândia.

Por motivos financeiros, vão publicados nesses *Anais* apenas os trabalhos apresentados como *Conferencia, mesas redondas e cursos*. Foi dado um prazo aos participantes dessas modalidades para a apresentação de seus originais. É o conjunto de textos que nos chegaram, respeitadas a ordem de apresentação de apresentação de seus trabalhos e a composição dos mesmos, que o leitor terá nas páginas a seguir. Deve ser observado que os textos aqui publicados obedecem a revisão dos respectivos autores.

Esperamos, com essa iniciativa de publicação dos *Anais*, estar contribuindo para a divulgação da ANPUH-MG e do trabalho historiográfico de grande qualidade que está sendo produzido em Minas Gerais.

Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira

Fábio Faversani

Rodrigo Patto Sá Motta

Diretoria da ANPUH-MG Biênio 1994/1996

Índice:

<i>A historiografia mineira: tendências e debates</i> Eliana R. Freitas Dutra	9
<i>Gênero e identidade na historiografia</i> Eni de Mesquita Samara	17
<i>Os últimos cativos: Domínios privados e direitos civis no Brasil Oitocentista</i> Hebe Maria Mattos de Castro	28
<i>O 'sertão' no espaço econômico da mineração</i> Ângelo Alves Carrara	42
<i>As Confrarias de Jorge Andrade: Uma interpretação da sociedade mineira do século XVIII</i> Rosângela Patriota	52
<i>A organização social da morte: Um estudo sobre a exclusão social no cemitério de Meia Ponte na província de Goiás em 1869</i> Cristina de Cássia Pereira Moraes	61
<i>A exclusão social na historiografia local</i> Coraly Gará Caetano	71
<i>A validade do conceito de cultura política</i> Adriano Sérgio Lopes da Gama Cerqueira	79
<i>A história política e o conceito de cultura política</i> Rodrigo Patto Sá Motta	87
<i>A idéia de cultura política na modernidade</i> Marcos Antônio Lopes	96
<i>As minas endemoniadas</i> Júnia Ferreira Furtado	107
<i>A visão nobiliárquica nas solenidades do setecentos mineiro</i> Adalgisa Arantes Campos	116
<i>Trabalhos de escravos na paróquia de Catas Altas do Mato Dentro, nas Gerais, 1822</i> Francisco Eduardo de Andrade	129
<i>O comércio de escravos em Minas Gerais</i> Cláudia Maria das Graças Chaves	140
<i>Coerção e propaganda: o controle das oposições no período severiano</i> Ana Teresa Marques Gonçalves	149
<i>Política e magia no IV século</i> Gilvan Ventura da Silva	158
<i>A heroificação do Imperador Juliano no relato de Amiano Marcelino</i> Margarida Maria de Carvalho	165
<i>Aproximações entre a cultura erudita, a cultura popular e a cultura de massa</i>	171

Marília Andrés Ribeiro

<i>A produção do campo simbólico: O fazer artístico da Mata Mineira</i> Maraliz de Castro Vieira Christo	178
<i>Historiografia das revoltas setecentistas mineiras - o caso da "Inconfidência Mineira"</i> João Pinto Furtado	185
<i>O novo programa de História da SEE-MG</i> Fábio Faversoni	194
<i>As alforrias em Minas Gerais no século XIX</i> Tarcísio Rodrigues Botelho	199
<i>As margens da liberdade: Alforrias em Minas Gerais na primeira metade do século XIX</i> Andréa Lisly Gonçalves	208
<i>Alforrias e discriminação social: séculos XVIII, XIX e XX</i> Eduardo França Paiva	218
<i>Elites políticas mineiras na primeira república brasileira</i> Cláudia Maria Ribeiro Viscardi	227
<i>"Belo Horizonte: 100 anos - História e Historiografia"</i> Marcelina das Graças de Almeida	239
<i>Da extinção do tráfico de escravos à criação do trabalho livre - um política de exclusão, domesticação e resistência do trabalhador (1850-1945)</i> Maria Therezinha Nunes Laura Nogueira Oliveira	244

CONFERÊNCIA

A Historiografia Mineira: Tendências e Contrastes

Eliana R. Freitas Dutra
UFMG

Em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentar a diretoria do Núcleo Regional da ANPUH de Minas Gerais pela organização deste X Encontro que, numa feliz coincidência de datas, se realiza no ano da comemoração dos 300 anos de Mariana.

Foi com enorme satisfação que aceitei o convite dos organizadores para proferir esta conferência. Dada a relevância da temática central escolhida para nortear os trabalhos desse Encontro – A Historiografia Mineira –, achei por bem me ater à mesma e me propus fazer um balanço da Produção Historiográfica Mineira nos últimos 12 anos, na sua relação com a universidade, particularmente com os cursos de pós-graduação, no intuito de inventariar suas principais tendências e detectar possíveis contrastes dentro dessa produção. Parece-me que este é um momento bastante adequado para a comunidade dos historiadores avaliar o estado atual da arte das suas pesquisas históricas ainda que de forma restrita, dado o fato do levantamento a ser apresentado se limitar a uma mostra bastante específica da produção historiográfica mineira.

O período escolhido para o balanço proposto se relaciona a uma razão empírica, e de ordem prática: a publicação do levantamento da Produção Histórica no Brasil entre 1985 e 1994, levado a cabo pela ANPUH nacional, através do Projeto Pós-Graduação da ANPUH e administrado coletivamente pelo Fórum dos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em História de todo o país, realizado no intuito de acompanhar, e registrar, a produção científica da área. Essa publicação contém os resumos de todas as teses e dissertações defendidas nos vários programas de pós nos últimos 10 anos. Esse material foi um dos suportes documentais que utilizei para os meus levantamentos sobre a historiografia mineira, ao lado do levantamento das dissertações de mestrado, elaboradas nos cursos de mestrado em ciência política e sociologia da UFMG, e das teses defendidas em programas de doutorado tal como o IUPERG, o Museu Nacional, e o de Ciência Política da USP. Também me vali dos registros da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, FAPEMIG, no tocante aos projetos

de pesquisa, apoiados por essa instituição, já concluídos e em andamento, e de do exame de periódicos tais como o Laboratório de Pesquisa Histórica, da UFOP, a Revista do Departamento de História e a Varia História, da UFMG.

Trata-se, portanto, de um levantamento ainda preliminar, e também bastante empírico, enfim, de um esboço de mapeamento que nem de longe pretende dar conta desse amplo conjunto que qualificamos como historiografia mineira onde, entendemos, devem caber pesquisas realizadas ou não nos centros universitários, de Minas ou fora de Minas Gerais, e que tenham como tema a História de Minas.

Um primeiro dado que nos chama a atenção diz respeito ao número de teses e dissertações que têm como fulcro fatos, eventos, processos e dinâmicas históricas situados na Minas colonial, provincial ou republicana, defendidas nos vários programas de pós-graduação do país. São 85 trabalhos distribuídos da seguinte maneira:

POR INSTITUIÇÕES:

USP: 21 {24,70%} - Mestrado: 10 {11,76%} - Doutorado: 11 {12,94} (01 de
Ciência Política e 01 da ECA)
PUC/RJ: 1 (mestrado) - 1,17%
PUC/SP: 2 (mestrado) - 2,35%
UNB: 1 (mestrado) - 1,17%
UNICAMP: 8 {9,41%} - Mestrado: 5 {5,88%} - Doutorado: 3 {3,52%}
UNESP: 3 (mestrado) - 3,52%
UFF: 7 (mestrado) - 8,23%
UFRJ: 1 (mestrado) - 1,17%
UFSC: 1 (mestrado) - 1,17%
IUPERJ: 1 (doutorado) - 1,17%
MUSEU NACIONAL: 1 (doutorado) - 1,17%
UFMG/História: 15 (mestrado) - (três não são específicos de História de Minas)
17,64%
UFMG/Sociologia: 13 (mestrado) - 15,29%
UFMG/Ciência Política: 10 (mestrado) - 11,76%

Para um período de 12 anos esse total não é muito grande. São 69 dissertações de mestrado e 16 teses de doutorado. Vale destacar que a USP concentra, em números absolutos, a maioria esmagadora da produção, em âmbito universitário, sobre a História de Minas seguida, respectivamente, pela pós-

graduação da UFMG, o mestrado de sociologia e o mestrado de ciência política. O número maior de dissertações e teses oriundas da USP se explica pela antiguidade e tradição da sua pós-graduação, já os números da sociologia e da ciência política da UFMG certamente expressam, em muitos casos, uma opção possível por parte de jovens historiadores, dada a ausência, durante muitos anos, de uma pós-graduação em História no Estado. No tocante ao aspecto geográfico chama a atenção a clara vinculação da produção historiográfica acadêmica de Juiz de Fora com a pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, e a de Uberlândia com a pós-graduação paulista, sobretudo da Unicamp, o que mostra que a presença do fator proximidade regional A surpresa aqui, nesse primeiro aferimento dos dados, são os números do mestrado da UFMG, que tendo iniciado seu funcionamento há exatamente 06 anos, contabiliza um número de trabalhos, mesmo excetuando-se aqueles não inteiramente voltados para a história de Minas, bastante significativo no cômputo geral, o que sinaliza, no curto prazo, para uma possível liderança na pesquisa da história de Minas realizada na pós-graduação, e a um aumento, em termos numéricos, da produção historiográfica mineira, conquanto se constitua, e se mantenha enquanto em pólo de atração.

Quando agrupamos as teses e dissertações por períodos históricos, ou melhor pelos séculos a que elas se referem encontramos uma concentração preferencial em relação ao século XX que decresce respectivamente nos séculos XIX e XVIII com os números seguintes:

NÚMERO DE TESES E DISSERTAÇÕES POR PERÍODOS HISTÓRICOS:

Século XX: 40 - 47,05%

Século XIX: 28 - 32,94%

Século XVIII: 17 - 20%

Acreditamos que em boa medida, a concentração da produção historiografia mineira neste século deve-se em boa parte ao peso, no conjunto, dos programas de pós-graduação da sociologia e política da UFMG. Isto se confirma, como veremos à frente, quando cruzamos as teses e dissertações por períodos e linhas temáticas. Aqui, aliás, surgem outras descobertas interessantes. Antes porém é preciso alertar para o critério utilizado para agregar a essa produção historiográfica universitária em linhas. Os riscos inerentes a essa tentativa de distribuição são grandes, pois algumas vezes as fronteiras temáticas, como veremos, são bastante tênues, os recortes nem sempre são muito claros, as abordagens não necessariamente canônicas, e os objetos extremamente

diversificados. Optamos, por se tratar de um levantamento ainda experimental, e mais empírico e menos substantivo, por agrupar as teses e dissertações em categorias mais gerais, e campos mais clássicos, tais como história econômica, história política, história social, história sócio-cultural, história demográfica, história da Igreja e história da ciência. Isto não significa que evitamos as discriminações dentro dessa categorização. Entretanto, achamos por bem, por exemplo, alocar dentro da História Econômica, os trabalhos dos autores que lidam com os âmbitos da produção, da comercialização, e com os fatores de produção como a terra, o capital, o trabalho. Já na História Política estão situados aqueles trabalhos que têm como objeto as instituições do poder público, os partidos políticos, as políticas públicas, o comportamento político, as relações de poder, a cultura política. Como História Social estão classificadas as obras historiográficas que contemplam as relações entre classes e as suas respectivas estratégias de poder, dominação, organização, bem como de resistência e acomodação. Dentro do recorte História Sócio-Cultural entendemos de situar autores e obras voltados para uma história cultural do social, ou seja, para a vida cotidiana; os modos de vida dos grupos sociais com seus sistemas de referência cultural, sua escala de valores ético-morais, seus padrões de ritualização e de simbolização, os seus mitos; as relações entre cotidiano e poder; a cultura material, a relação cultura e cidades; a instituição da vida privada; as relações de gênero; a produção cultural nos campos da literatura, música, arquitetura, pintura. Na História Demográfica os estudos de população, sua capacidade reprodutiva, sua estrutura ocupacional, familiar, sua organização em domicílios. Isto para exemplificar algumas discriminações consideradas. Voltando ao cruzamento feito entre períodos e linhas temáticas, encontramos, em meio a vários contrastes, o seguinte quadro:

TESES E DISSERTAÇÕES POR PERÍODOS E LINHAS TEMÁTICAS
SÉCULO XVIII:

História Econômica: 02 - (11,11%)
História Sócio-Cultural: 13 - (72,22%)
História Social: 01 - (5,55%)
História Política: 02 - (11,11%)

É praticamente desnecessário destacar a predominância absoluta de uma abordagem sócio-cultural, nas obras historiográficas sobre o século dezoito mineiro, sobre a história econômica, a social e a política que se fazem presentes no período em questão. Um dado interessante é que esses trabalhos são maciçamente

oriundos de programas de pós-graduação **em história**. Entre os trabalhos arrolados no campo da história sócio-cultural chama a atenção o interesse pelo estudo das práticas religiosas e devocionais no setecentos mineiro, pela pompa ritualística e a simbologia presentes nessas práticas, pela organização, e o estabelecimento de padrões de relação dos segmentos sociais frente a elas, bem como pelos valores culturais e morais que as informam e por sua vez repercutem na vida cotidiana, na esfera do privado, no mundo da família, nas relações de poder e nas manifestações artísticas. Para lustrar essas escolhas temáticas, vale a pena referenciar algumas dessas obras e seus respectivos autores, tais como: **A torpeza diversificada dos vícios: celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748-1801)**, de Luiz Carlos Villalta; **Os símbolos da morte e a morte simbólica. Um estudo do imaginário na arte colonial mineira**, de Yacy-ara Froner Gonçalves; **A terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas**, de Adalgisa Arantes Campos; **Simbologia e luxo no Triunfo Eucarístico – Villa Rica-1733**, de José Luiz Dutra de Toledo; **O Sentido social da música em Minas Gerais do século XVIII**, de Domingos Sávio Lins brandão; **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: Estratégias de resistência através dos testamentos**, de Eduardo França Paiva; **Vida em família: os caminhos da igualdade em Minas Gerais**, de Ida Lewkowicz, entre outros.

No século dezenove o quadro se altera bastante na direção de uma distribuição mais equilibrada e diversificada dos recortes temáticos. Embora significativa dentro do conjunto da produção do período, a história sócio-cultural compartilha sua influência com a história econômica, bem colocada, com presença expressiva nos oitocentos. É visível o crescimento numérico da história política e social através de obras de outra extração acadêmica, no caso da ciência política e da sociologia. Assim é que nos defrontamos com: a seguinte situação.

SÉCULO XIX:

História da Igreja: 01 - (3,57%)
Demografia Histórica: 03 - (10,71%)
História Social: 06 - (21,42%)
História Sócio-Cultural: 07 - (25%)
História Econômica: 06 - (21,42%)
História Política: 04 - (14,28%)
História da Ciência: 01 - (3,57%)

Nos trabalhos aqui considerados como de história social é visível o interesse pelo processo de constituição das classes sociais em Minas Gerais, bem como pelas relações sociais de dominação, particularmente as estratégias da burguesia mineira no campo do trabalho e da educação. Tal é o caso de **Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX**, de Cyntia Greive Veiga; de **Tramas e Fios: a fábrica têxtil em Minas Gerais**, de Heloisa Helena Pacheco Cardoso; **As origens da burguesia industrial de Juiz de Fora**, de Luiz Antonio Valle Arantes; **A economia da caridade: estratégias assistenciais e filantropia em Belo Horizonte**, de Marco Antonio de Souza. É como se esse trabalhos viessem se integrar, numa perspectiva complementar e combinada, aos trabalhos de história econômica que, por seu turno, se detêm prioritariamente na análise da constituição de uma economia industrial e de mercado, ou seja, capitalista, em Minas, vista nas relações entre cafeicultura e industrialização, capital agrário e investimento industrial, imigração e industrialização. Lembramos aqui os trabalhos de Anderson José Pires, **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora**; de Romilda Mourão Gontijo, **A parceria do café na Zona da Mata mineira**; de Francisco Eduardo de Andrade, **A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX**. Próximo a esses eixos temáticos os trabalhos de demografia histórica trazem contribuições importantes para se entender a sociedade escravista, o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, bem como a disponibilidade e integração da mão de obra nas, e para, as atividades industriais. São exemplares, nesse caso as contribuições de Douglas Cole Libby e Tarcísio Rodrigues Botelho com seus estudos, respectivamente, sobre **População e mão de obra industrial na província de Minas Gerais**, e **Famílias e escravaria: demografia histórica no norte de Minas Gerais no século XIX**.

Já os trabalhos de história sócio-cultural, esses sofrem um interessante deslocamento temático: o alvo preferencial agora são as produções intelectuais, as práticas culturais e a cultura das cidades tendo como pano de fundo as transformações e as vivências urbanas na Minas oitocentista. Dentre eles destacamos **Noites Circenses. Espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX**, de Regina Horta Duarte; **A Europa dos pobres: o intelectual e o projeto educacional em Juiz de Fora na Belle Époque mineira**, de Maraliz de Castro Vieira; **Itinerários de uma cidade moderna**, de Letícia Julião; **Fé na modernidade e tradição na fé: a catedral da Boa Viagem e a capital**, de Marcelina das Graças Almeida.

Também a história política vai tomar as cidades como um referencial em torno do qual se constroem os novos padrões da sociabilidade política nos anos de passagem entre o império e a república, período esse privilegiado pelos pesquisadores. Nesta perspectiva se alinham textos como **A cidade paradigma e a república; o nascimento do espaço Belo Horizonte em fins do século XIX**, de Maria Ester Saturnino Reis, **Cidade capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester mineira**, de Sonia Regina Miranda; **A “Princesa de Minas”**: a construção de uma identidade pelas elites juizforanas. 1850-1888, de James William Goodwin Júnior.

Quanto ao exame da produção historiográfica mineira do século XX, quanto a períodos e recortes temáticos, se revela uma outra topografia de orientações e interesses, onde se afirma de forma expressiva o peso da história política e social dentro de uma perspectiva mais clássica. No caso da história política é significativo o número de trabalhos gestados no campo de orientação da ciência política, como veremos a seguir. Cumpre destacar, segundo o que os nossos dados apontam, que além da produção historiográfica mineira, produzida na pós-graduação, estar tão densamente concentrada no século XX, ao contrário do que pensam muitos colegas, as pesquisas têm priorizado a história do Brasil mais contemporâneo, particularmente da década de cinquenta em diante. Encontramos 23 obras voltadas para o período histórico dos anos cinquenta ao final dos anos setenta, contra 17 que estabelecem seus cortes temporais até o final dos anos quarenta. O interesse temático aparece agora concentrado nos partidos políticos, na atuação das elites mineiras na república, no exercício do poder político durante, e após o fim, do Estado Novo e durante os anos de funcionamento do regime autoritário instalado no Brasil pós-64, tal como expressos em trabalhos como **A política da gleba: as classes conservadoras mineiras. Discurso e prática na primeira república**, de Maria Auxiliadora Faria; **Corporativismo e cálculo político**, de Carla M. Anastasia; **Sirênico canto: Juscelino Kubitschek de Oliveira e a construção de uma imagem: 1932-1955**, de Josane Guerra Simões; **O PTB e os sindicatos**, de Lucília de Almeida Neves; **Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 64**, de Heloísa Murguel Starling; **Partido e sociedade, a trajetória do MDB**, de Rodrigo Patto Sá Motta; **Censura à imprensa no regime Brasileiro pós-64: seus fundamentos ideológicos e seus parâmetros políticos**, de Sulamita Assis Barbosa.

Quanto à história social, esta continua a seguir as linhas de interesse temático já apontadas no século XIX, a saber as relações sociais de dominação. A novidade é o acento nas estratégias de disciplinarização e de resistência, a inclusão dos pobres e dos sindicalizados no rol das tensões e enfrentamentos sociais.

Podemos citar nesse caso os trabalhos de Evantina Pereira Vieira, **Minas Gerais: a dominação burguesa – conflitos políticos e formas de dominação (1927-1940)**; de Maria Clara Thomaz Machado, **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada. Uberlândia-1965-1980**; de Maria Elisa Linhares Borges, **Utopias e contra-utopias; movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964)**; de Julio César Buere, **A resistência da classe operária em Minas Gerais. 1930-1935**; de Terezinha Berenice de Souza Von Stralen, **Movimento Sindical dos bancários em Belo Horizonte (1932-1964)**; de Domingos Giroletti, **Fábrica, convento disciplina.**

No conjunto esses dados precisam ser ainda ser melhor cotejados, uma vez que do exame dos exemplares dos periódicos Laboratório de Pesquisa Histórica Revista do departamento de História e Vária História, encontramos uma situação inversa pelo menos no tocante à disseminação de resultados de pesquisa, com a predominância de artigos sobre o século dezoito mineiro, num total, nos três periódicos, de 39 contra 14 do século XX e 10 do século XIX. Como esse periódicos possuem um potencial indicativo para sinalizar uma produção para além da pós-graduação, permitindo inclusive acompanhar os desdobramentos temáticos das teses e dissertações, bem como a afirmação de linhas e lideranças de pesquisa, uma contrastação que os inclua e também aos anais de congressos e seminários da área nos permitirão uma conclusão mais sólida quanto a essas indicações.

Voltando ao século XX, os trabalhos estão assim distribuídos:

SÉCULO XX:

História Política: 13 - (37,14 %)
 História Social: 10 - (28,57%)
 História Sócio-Cultural: 09 - (25,71%)
 História da Igreja: 02 - (5,71%)
 História Econômica: 01 - (2,85%)

Convém registrar a opção de alguns historiadores mineiros em fazer, para além dos recortes temáticos indicados, uma história local que tanto pode tomar a forma de uma história social feita através de estudos de caso, como tem sido feito pelos historiadores de Uberlândia, quanto pode evoluir na direção de uma opção metodológica pela história regional, como já está sendo feito pelos historiadores de Juiz de Fora. Noutra direção, avançam na pós-graduação da UFMG, na História, na Ciência Política e na Sociologia, sobretudo com o advento do centenário de Belo Horizonte, os estudos sobre a história das cidades. Em todos esses casos

esboça-se uma possibilidade interessante no sentido da afirmação de linhas de pesquisa.

Para concluir eu gostaria de mencionar, e de fazer um breve comentário, para além da pós-graduação sobre alguns indicadores de pesquisas apoiadas pela FAPEMIG. Apesar do tamanho reduzido da amostra, dado o pequeno número de projetos apoiados no período examinado e a existência recente de uma instituição de fomento no estado, ainda assim parece-me significativa a evolução observada entre os projetos concluídos e os em andamento, no sentido de uma mudança de perfil dos projetos de individuais para projetos de pesquisa integrados e coletivos. Isto é o que pode assegurar, no médio prazo, a se manter essa tendência, a emergência de lideranças de pesquisa e uma maior integração entre os profissionais de história. Um dado positivo, a meu ver, é o investimento dos historiadores mineiros, não só das universidades mas também de centros de pesquisa tais como a Fundação João Pinheiro, em projetos de pesquisa básica, pelo potencial realimentador que esses projetos possuem para os estudos e pesquisas históricas feitos no Estado.

PROJETOS DE PESQUISA APOIADOS PELA FAPEMIG
ENCERRADOS ENTRE 1991 E 1995

Fundação João Pinheiro: 02 - (20%)

UFMG: 06 - Departamento de História (5); Sociologia e Antropologia (1) - (60%)

UFOP: 02 - Departamento de História - (20%)

PROJETOS DE PESQUISA APOIADOS PELA FAPEMIG
EM EXECUÇÃO

NÚMERO TOTAL DE PROJETOS: 13

PESQUISA BÁSICA: 06

UFMG: 07 - (53,84%)

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: 01 - (7,69%)

UFOP: 04 - (30,76%)

UNIVALE: 01 - (7,69%)

Esses números, apesar de bastante modestos, ainda assim anunciam possibilidades de um enriquecimento da historiografia mineira, a qual tem encontrado nas universidades, e nos programas de pós-graduação brasileiros,

um espaço para crescer e se renovar. Eu penso que examinar esse crescimento e essa renovação é um exercício crítico ao qual nós não podemos nos furtar. O balanço aqui apresentado pretendeu assentar alguns parâmetros para que possamos continuar a realizar essa tarefa.

CONFERÊNCIA

Gênero e identidade na historiografia •

Eni de Mesquita Samara
USP

1. APRESENTAÇÃO

Pensar em Gênero e Identidade conjuntamente significa tentar discutir um tema que em função da sua complexidade, exige o seu entendimento de vários níveis de reflexão e análise. Isso se deve, primeiramente, ao fato de estarmos elaborando as relações entre os sexos na sua perspectiva cultural, e os seus significados específicos para a América Latina o que, em síntese, pressupõe uma reflexão sobre a “diferença”, nas práticas cotidianas, na elaboração do discurso, no processo de socialização e na construção da identidade social de gênero.

Assim, é preciso que juntemos de uma só vez todas as peças do que pode parecer um quebra-cabeças, mas que resulta na visualização teórica das relações entre os sexos, que nada mais são do que formas de representação cultural do nosso processo de socialização.

Significa entendermos, além disso, que estamos elaborando o conceito da diferença como algo dinâmico o que pode modificar interpretações de grandes temas históricos. E hoje os historiadores, bem como os pesquisadores em geral, têm que estar alertas às mudanças sociais e também à noção de pluralidade.

Logo, é preciso estar atento às diferenças entre homens e mulheres, entre gênero e raça, entre gênero e classe, entre gênero e cultura, compreendendo por exemplo, que “identidade” é um conceito dinâmico e que muitas vezes o conceito de gênero é construído diferentemente nas diversas classes sociais. E é partindo desse quadro de preocupações que propomos discutir gênero e identidade na historiografia.

* Conferência proferida no dia 23 de julho de 1996.

2. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL DE GÊNERO

O debate recente sobre a mulher e a família na historiografia latino-americana, nos remete a um ponto crucial das relações entre os sexos, ou seja, o da construção social da identidade de gênero.

Após os anos 70, a bibliografia produzida sobre o assunto, desde que vista em seu conjunto, forneceu contribuições importantes, apesar de ainda serem raros os estudos que discutem gênero e relações de gênero no contexto da sociedade como um todo.¹ Isso se deve principalmente à natureza das pesquisas desenvolvidas, que tem se preocupado mais com o específico deixando de lado as análises comparativas e ao longo do tempo. Tal fato pode ser entendido como um processo cumulativo e natural na formação de áreas novas do conhecimento carentes de metodologia e de informação.

Com a incorporação da categoria "gênero" nas análises historiográficas e a "criação do fato histórico", a História de Mulheres ganhou historicidade.² Cúmplices desse processo, historiadores e cientistas sociais em geral engendraram métodos e terminologia próprias de análise, advogando em favor das visões de conjunto e dos estudos comparativos. Não esqueceram, entretanto, de frisar que chegar ao significado histórico da participação feminina requer especial atenção quanto a sua singularidade.³

Os trabalhos referentes à América Latina, defrontaram-se com essa problemática, dada a diversidade cultural e lingüística que aqui encontramos, se considerarmos os diferentes povos que compõem essa parte do continente. Visto sob essa perspectiva, o termo "América Latina" serve, às vezes, mais para obscurecer do que para iluminar o entendimento do conjunto de países e territórios, situados entre o Rio Grande e a Terra do Fogo. A semelhança disso, rapidamente descobre-se que fica difícil traçar um perfil único de uma "mulher

¹ Ver Kuznesof, Elizabeth Anne, "Sexuality, Gender and the Family in Colonial Brazil", *Luzo-Brazilian Review*, vol. 30, nº 1, summer 1993, pp. 119-132; Samara, Eni de Mesquita, "La mujer en la historiografia latinoamericana reciente", in: Sanchez, Jorge Nuñez Ed., *Historia de la Mujer y la Familia*, Quito, Ed. Nacional, ADHILAC, pp. 153-170.

² Ver Scott, Joan W. "Gender: a useful category of Historical Analysis", *American Historical Review*, 91:5, Dec. 1986.

³ São inúmeros os estudos modelares que surgiram recentemente dedicados ao estudo da condição feminina e dentre eles poderíamos lembrar: O' Brien, Mary, *Reproducing the world: Essays in Feminist Theory*, Boulder, Westview Press, 1989; Kleinberg, S. Jay, ed., *Retrieving Women's History: changing perceptions of the role of women in Politics and Society*, Oxford, Berg Publishers Limited, 1988, além do trabalho clássico de Tilly, A. Louise and Scott, Joan W., *Women, work and family*, New York, Holt, Rinehart and Winston, 1978.

latino-americana" se considerarmos os fatores tempo e lugar, classe, raça, idade e estado civil entre inúmeros outros que são fundamentais quando falamos em mexicanas, brasileiras, argentinas etc.⁴

A compreensão dessa diversidade é um primeiro passo na crítica à construção dos estereótipos, o que não significa que devemos atomizar, se considerarmos que a análise histórica permite comparar e visualizar mudanças ao longo do tempo, preservando as nuances da individualidade.⁵

Ponderações desse tipo estão presentes na maior parte dos autores dedicados ao estudo da condição feminina na América Latina nos últimos anos. As contribuições mais recentes, por sua vez, avançam em questões que iniciaram há algumas décadas atrás, os estudos da mulher e da família, na discussão do feminismo, das relações de gênero e na construção social da nossa identidade como mulheres.

A preocupação em criar o "fato histórico" com a inclusão das mulheres nos processos em curso, está muito presente entre os autores. A idéia da visão masculina das ciências em geral, prejudicando a compreensão do significado histórico da participação feminina, vincula-se a esse ponto e está muito clara nos estudos que aparecem entre as décadas de 60 e 70. Basta lembrar entre muitos outros, o livro de Sheila Rowbotham, *Hidden from History, rediscovering women in History from the XVIIth century to the present*, com 1ª ed. em 1973 que, ao tratar da opressão feminina, circunscrita ao trabalho doméstico mostra que não impediu a sua presença em inúmeras outras atividades.⁶

Nessa fase, são inúmeros os escritos sobre o trabalho feminino e a "predestinação" das mulheres, como o de Caroline Bird, *Born female*⁷. Soma-se a isso, o resgate da memória, nas falas sobre o silêncio dos arquivos, os segredos dos sótãos e as salas de visitas da História. Imagens e cenários típicos da vida das mulheres no passado, alternam-se com as discussões sobre a formação dos grandes arquétipos e estereótipos. Neste ponto, os liames com a construção social da identidade de gênero ficam claros.

Por tradição dessa fase, tudo deve ser recapturado, no reencontro com as imagens fugidias, recônditas, buscadas também na literatura e nas memórias. Trabalhos como os de Ann Pescatello e Jane Jaquette foram modelares e

⁴ Ver Miller, Francesca, *Latin American Women and the search for Social Justice*, London, University Press of New England, 1991.

⁵ Idem.

⁶ Rowbotham, Sheila, *Hidden from History*, New York, Vintage Book, 1976.

⁷ Bird, Caroline, *Born female*, New York, Pocket Books, 1969.

motivadores de inúmeros outros estudos que usaram o romance como fonte histórica.⁸

Ann Pescatello preocupa-se com arquétipos e estereótipos construídos sobre a mulher latino-americana e acredita ser a literatura uma fonte que fornece os símbolos para a compreensão do real. Sua análise prende-se ao Brasil dos séculos XIX e XX e aos romances de Machado de Assis e Jorge Amado. Ali, busca encontrar os diferentes perfis de mulheres brasileiras, descritos nas obras de autores não literários como Gilberto Freyre, por exemplo, e verificar mudanças e continuidades ao longo tempo.

Na verdade, o que a maior parte dos textos analisados sugere como a grande questão sobre a mulher latino-americana é o problema da sua identidade, entendendo como essencial examinar os papéis sociais, a partir dos conflitos entre imagens e realidade, ou seja, o que as mulheres pensam que são e são verdadeiramente.⁹ Outro problema está vinculado às dificuldades encontradas pelas latino-americanas com o processo de modernização.

Imbricando nesses pontos os autores voltam-se para o processo de socialização e o papel da mulher como transmissora da cultura. É motivo de forte polêmica, desde que visto na perspectiva da introjeção de valores tradicionais por parte das mulheres, que acabam por transmitir-los aos próprios filhos e membros da família. Stevens elabora o tema a partir do "marianismo", considerado a outra face do "machismo" na América Latina. Apropriando-se do "machismo" na consecução dos seus próprios interesses, as mulheres latino-americanas tornaram-se beneficiárias desse mito. Essa perspectiva, sem dúvida, reelabora o discurso e retira a mulher da condição de vítima.¹⁰

A imagem de uma mulher latino-americano passiva e submissa foi em princípio o indicador para a pesquisa realizada no final dos anos 60 pela cientista-política Evelyn Stevens, partindo do pressuposto que as mulheres latino-americanas se sentiam mais confortáveis em seus papéis que as anglo-saxãs. Escrevendo esse texto nos inícios da década de 70, conclui também a autora que o marianismo ainda persistia na América Latina como um traço cultural, pois as

⁸ Pescatello, Ann, "The Brazileira: images and realities in the writings of Machado and Jorge Amado" in Pescatello, Ann, ed., *Female and Male in Latin America*, University of Pittsburgh Press, 1973, pp. 29-58; Jaquette, Jane S., "Literary archetypes and female role alternatives: the woman and the novel in Latin America", idem, pp. 3-29. Ver também Flora, Cornelia Butler, "The passive female and social change: a cross-cultural comparison of women's magazine fiction", idem, pp. 59-87.

⁹ Ver Pescatello, *Male and Female*, p. XI.

¹⁰ Stevens, Evelyn, "Marianismo: the other face of machismo in Latin America", in: Pescatello, Ann, op. cit., pp. 89-103.

mulheres não usariam o seu voto em bloco para tornar o divórcio mais acessível, para abolir a discriminação sexual (especialmente o tratamento preferencial das mulheres) ou para se imporem os ônus das tarefas tradicionalmente reservadas aos homens.

Os vínculos entre o feminismo latino-americano e o tradicionalismo são próprios dessa discussão. Nesse olhar, inclui-se o livro de Lynn Stoner, onde o feminismo cubano é visto nos seus liames com valores tradicionais de feminilidade e rejeição a igualdade de gênero. Para Stoner, em Cuba os códigos da dominação masculina eram muito fortes e um dos aspectos da cultura cubana que mais afetava a vida das mulheres. Isso, sem dúvida, deveria ter sido uma grande preocupação das feministas e na verdade não ocorreu, estando mais preocupadas com as reformas sociais (bem estar, saúde e prosperidade). No caso específico de Cuba entende-se que as mulheres "em seus respectivos papéis" eram necessárias e importantes ao progresso social.¹¹

Essa idéia associa-se a inúmeros outros contextos e discursos, analisados pelos autores preocupados com a construção da identidade social e o papel atribuído às mulheres nas sociedades em geral. A questão da "natureza feminina", resgatada a partir do fator biológico, a aceitação da maternidade e os diferentes papéis impostos aos sexos no processo de socialização foram reelaborados em várias perspectivas a partir da produção feminista dos anos 60.¹²

Em bloco as estudiosas da condição feminina na década de 60 preocuparam-se com o processo de socialização que via sempre a mulher em relação ao homem. Caroline Bird no capítulo 7 do seu livro, onde analisa o "Masculinismo" cita logo a princípio um trecho de Rousseau em Emile: "The whole education of women ought to be relative to men, to please them, to educate them when young, to care for them when grown, to counsel them, and to make life

¹¹ Stone, Lynn, *From the House to the Streets, the Cuban Woman's Movement for Legal Reform, 1898-1940*, Durkam, Duke University Press, 1991.

¹² Oakley, Ann, *Women's work, the housewife, past and present*, New York, Vintage Books, 1974. Friednan, Betty, *The feminine mystique*, 10th ed., New York, Dell Publishing 1974; Badinter, Elizabeth, *Um amor conquistado, o mito do amor materno*, tradução de Waltensir Dutra, 4^a ed, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985; Badinter, Elizabeth, *L'un est l'autre*, Editions Odile Jacob, 1986; Andelin, Helen B., *Fascinating Womanhood*, Santa Barbara, Pacific Press, 1975; Chaney, Elsa M., *Supermadre, La mujer dentro de la política en América Latina*, México, Fondo de Cultura Económica, 1983; Gornick, Vivian e Moran, Barbara K. (eds), *Woman in sexist society, studies in power and powerlessness*, New York, Basic Books, 1971; Bird, Caroline, *Born Female, the high cost of keeping women down*, 4th ed., New York, David McKay, 1974, apenas para citar alguns dos inúmeros trabalhos que existem nessa linha de preocupações.

sweet and agreeable to them".¹³ Para os "masculinistas", acreditar que o lugar da mulher é na casa, e que o seu papel e trabalho derivam da sua anatomia era, e talvez ainda seja fundamental. Mas e as mulheres, como se articulam e o que pensam da "cultura da opressão"?

Assim, espaços e papéis prescritos por Códigos de Leis e práticas reguladoras de comportamentos foram exaustivamente analisados pelos autores dedicados ao estudo da condição feminina no passado.¹⁴ Extremamente sensíveis a esse respeito são os estudos sobre o cotidiano da vida das mulheres e a recuperação dos papéis informais. O conjunto dessa produção evidenciou as distâncias entre a norma e a prática social, estabelecendo as diferenças de comportamentos e estratégias entre as mulheres em função de classe e raça. Isso gerou o contraponto, rompendo com a visão estereotipada sobre a condição feminina no passado, mostrando que nem sempre as mulheres se adequaram aos papéis prescritos na norma.¹⁵

Revedo essa questão, estudiosos nos anos 70 e 80, no caso específico do Brasil percebem com clareza que entre os próprios cientistas sociais, existe a tendência a definir em termos funcionalistas, o domínio do feminino como o reverso da cultura masculina, o que, sem dúvida, dificulta o entendimento da individualidade feminina como personagens históricas.

Por outro lado, mesmo nos trabalhos que procuram analisar o domínio do feminino, persiste o interesse pelo simbólico e pelas alegorias da "condição feminina" ou os estudos dos mitos, que pertencem ao campo da erudição, das tradições do literário e se alimentam uns aos outros num círculo vicioso que não se rompe. Falta a vinculação a um contexto histórico específico, passo importante para sair do ideológico e mostrar as mulheres como seres sociais que integram sistemas de poder, redes de dominação e laços de vizinhança. O que o processo histórico revela, modifica o domínio dos mitos e das normas culturais. Desvenda, assim, os espaços femininos conquistados e não prescritos.¹⁶

Silva Dias chama esses papéis de informais, mostrando que no sistema colonial brasileiro são pouco valorizados mas importantes no processo concreto da

¹³ Bird, Caroline, op. cit., p. 126.

¹⁴ São inúmeros os trabalhos com relação a diferentes países e momentos da nossa História.

¹⁵ Com relação ao Brasil ver entre outros Silva Dias, Maria Odila, *Quotidiano e Poder*, São Paulo, Brasiliense, 1984; Russell-Wood, A. J. R., "Women and Society in Colonial Brazil". *Journal of Latin American Studies*, nº 9; Kuznesof, Elizabeth Anne, *Household economy and urban development, São Paulo 1765-1836*, Boulder, Westview Press, 1986 e Samara, Eni de Mesquita, *As Mulheres, o Poder e a Família*, São Paulo, Marco Zero, 1989.

¹⁶ Silva Dias, Maria Odila, op. cit., pgs. 28 e 29.

vida cotidiana, por estarem ligados ao consumo e à distribuição dos gêneros alimentícios.

Ao definir essas distinções entre a norma e a prática, essas análises avançaram na discussão sobre a singularidade da inserção das mulheres nos processos históricos em curso, entendendo que o fato de não participarem da História Política e Administrativa não diminuiu a importância do papel que desempenharam a exemplo dos outros segmentos sociais marginalizados.

A participação política das mulheres assim como os espaços femininos têm sido amplamente discutidos em textos modelares de Michelle Perrot.¹⁷ Especificamente no caso da América Latina foi objeto de duas coletâneas primorosas publicadas na década de 70 por Ann Pescatello, *Male and Female in Latin America* e Asunción Lavrin, *Latin American Women*.¹⁸ Ainda no final dos anos 70, Elsa Chaney enfrenta a questão em *Supermadre, Women in Politics in Latin America*. Chaney, professora-associada de Ciências Políticas da Fordham University inicia o seu livro examinando os porquês da ausência feminina dos meios de decisão, não só na América Latina mas no mundo em geral, concluindo que a maternidade teve muita influência na natureza das suas atividades políticas.¹⁹

Essa afirmativa é verdadeira, se pensarmos nos trabalhos que tratam mais especificamente da questão dos direitos da mulher e acesso à cidadania. Nesse longo percurso de lutas e conquistas das mulheres latino-americanas, as pesquisadoras preocuparam-se com as diferentes versões do feminismo na América Latina e as percepções das próprias mulheres a esse respeito. Hahner, volta-se também para a visão masculina do feminino, concentrando-se no caso do Brasil. A maternidade, por sua vez, é vista na perspectiva dos seus elos com progresso e patriotismo.²⁰

As abordagens deixam claro, além disso, que na luta pela conquista de direitos e acesso à cidadania plena, através do sufrágio, as mulheres tiveram que atrelar as suas causas a questões sociais mais amplas. Sendo assim, articularam-se

¹⁷ Perrot, Michele, *Os Excluídos da História*, São Paulo, Paz e Terra, 1988.

¹⁸ Pescatello, Ann, op. cit., e Lavrin, Asunción Ed., *Latin American Women*, Westport e Greenwood Press, 1978.

¹⁹ Chaney, Elsa, op. cit.

²⁰ Hahner, June, *Emancipating the Female Sex, the struggle for Women's Rights in Brazil, 1850-1940*. Durkam, Duke University Press, 1990. Ver também Samara, Eni de Mesquita, "Feminism, social justice and citizenship in Latin America", *Journal of Women's History*, vol. 6, nº 2, Summer, pp. 135-143.

com líderes e partidos políticos que na verdade não eram sensíveis as suas causas ou não tinham interesses similares.

Além da problemática da diversidade cultural, os autores defrontam-se com as variáveis raça e classe no entendimento do feminismo. Nesse bojo, é vista a questão da educação feminina e do maior acesso às idéias feministas entre as mulheres "educadas" e pertencentes às camadas sociais mais altas. Miller, ponderando sobre o assunto considera, no entanto, que as normalistas formaram na América Latina, um dos primeiros grupos articulados e aptos a realizar uma crítica social. E provinham dos setores médios da sociedade.²¹

Raça e classe, também estão presentes nos estudos dedicados à família. A importância desses trabalhos para a análise da condição feminina no passado é fundamental, pois foram pioneiros na pesquisa sobre o papel da mulher na família e na sociedade. Coletando extensa bibliografia e fontes documentais, levantaram questões vitais no processo recente de revisão da história brasileira. Assim, pôde ser reelaborado a partir de perspectiva regional, temporal e de classe o modelo patriarcal de família brasileira, considerado como único e válido exemplo para a sociedade como um todo.²² Como resultado dessas diferenças, mulheres atuantes, chefes de domicílios e de negócios emergiram como contraponto à mulher branca de elite, ociosa e deitada na rede a gritar com seus escravos. A sexualidade feminina, foi vista sob o prisma das proles ilegítimas e das uniões esporádicas e costumeiras, que iam ao sabor dos acontecimentos ao contrário dos casamentos que representavam mais interesses familiares do que aspirações pessoais.

As uniões mistas e a formação de famílias de escravos e libertos foram pontos importantes e acrescentaram inúmeras questões novas nos estudos recentes sobre o escravismo. Além disso, trataram de entender as formas de acumular riqueza e de transmitir o patrimônio. Com o dote foi possível verificar que, muitas vezes, as filhas foram privilegiadas no recebimento da herança familiar em detrimento dos filhos que aguardavam as respectivas legítimas na divisão do monte.²³

Esse é, em síntese, o núcleo de preocupações que orientaram até hoje, a discussão da condição feminina na América Latina que procuramos nuançar, a partir de várias tendências e vertentes, que hoje vistas já a uma certa distância,

²¹ Miller, op. cit., p. 71

²² Ver a respeito do modelo patriarcal Correa, Marisa, "Repensando a Família Patriarcal", in *Colcha de Retalhos*, São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 13-38 e Samara, Eni de Mesquita, *A família brasileira*, 4ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1994.

²³ Ver a respeito Nazzari, Muriel, *Disappearance of the Dowry*, Stanford, Stanford University Press, 1991.

enriquecem e permitem avançar pontos fundamentais na História das Mulheres Latino-americanas.

Trabalhando com a questão da diferença e entendendo o processo da construção da identidade como algo dinâmico permitem elaborar melhor as questões culturais que incidem nas relações entre os sexos.

3. PONDERAÇÕES FINAIS

Diante desse quadro de preocupações levantado a partir das questões apontadas pela bibliografia já é possível chegar a algumas considerações preliminares sobre a condição feminina e as relações entre os sexos no conjunto da América Latina.

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que apesar das tradições culturais comuns é impossível traçar um perfil único para a mulher latino-americana. Sendo assim, é necessário, nas pesquisas sobre gênero, estar atento às “diferenças”, tendo, também, sensibilidade para entender as semelhanças.

Um exemplo disso é o próprio feminismo latino-americano que difere do norte-americano e está atrelado aos conceitos de feminilidade e maternidade. Além disso, é preciso entender as condições históricas em que deu-se esse movimento na América Latina, o que gera o contraponto e a diferença.

Há que se ter bem claro também, que o conceito de gênero, bem como, o de identidade está na dependência das variáveis *raça* e *classe*, o que aparece na análise das “vozes feministas”, a partir da sua procedência e entendidas para a América Latina, como indivíduos e não como representantes de grupos.

Finalmente, é importante ressaltar a necessidade de realizarmos estudos comparativos que vão nuançar as diferenças, mas, ao mesmo tempo, realçar e permitir o entendimento dos pontos em comum, das nossas identidades tão importantes para nós pesquisadores homens e mulheres olharmos o nosso presente e refletirmos sobre o nosso passado.

4. BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

- ANDELIN, Helen B. *Fascinating Womanhood*. Santa Barbara: Pacific Press, 1975.
- BADINTER, Elizabeth. *L'un est l'autre*. Editions Odile Jacob, 1986
- _____. *Um amor conquistado, o mito do amor materno*. (tradução de Waltensir Dutra). 4ª ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BIRD, Caroline. *Born Female, the high cost of keeping women down*, 4th ed., New York: David McKay, 1974.
- BIRD, Caroline. *Born female*. New York: Pocket Books, 1969.
- CHANEY, Elsa M. *Supermadre, La mujer dentro de la política en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- CORREA, Marisa. *Repensando a Família Patriarcal*. In: *Colcha de Retalhos*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FLORA, Cornelia Butler. *The passive female and social change: a cross-cultural comparison of women's magazine fiction*. In: PESCATELLO, Ann (ed.). *Female and Male in Latin America*. University of Pittsburgh Press, 1973. pp. 59-87.
- FRIEDMAN, Betty. *The feminine mystique*. 10th ed., New York: Dell Publishing 1974.
- GORNICK, Vivian e MORAN, Barbara K. (eds). *Woman in sexist society, studies in power and powerlessness*. New York: Basic Books, 1971.
- HARNER, June. *Emancipating the Female Sex, the struggle for Women's Rights in Brazil, 1850-1940*. Durham: Duke University Press, 1990.
- JAQUETTE, Jane S. "Literary archetypes and female role alternatives: the woman and the novel in Latin America." In: PESCATELLO, Ann (ed.). *Female and Male in Latin America*. University of Pittsburgh Press, 1973. pp. 3-29.
- KLEINBERG, S. Jay (ed.). *Retrieving Women's History: changing perceptions of the role of women in Politics and Society*. Oxford: Berg Publishers Limited, 1988.
- KUZNESOF, Elizabeth Anne, *Sexuality, Gender and the Family in Colonial Brazil*. *Luzo-Brazilian Review*, vol. 30, nº 1, summer 1993, pp. 119-132.
- KUZNESOF, Elizabeth Anne. *Household economy and urban development, São Paulo 1765-1836*. Boulder: Westview Press, 1986.
- LAVRIN, Asunción (ed.). *Latin American Women*. Westport e Green-Wood Press, 1978.
- MILLER, Francesca. *Latin American Women and the search for Social Justice*. London: University Press of New England, 1991.
- NAZZARI, Muriel. *Disappearance of the Dowry*. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- O' BRIEN, Mary. *Reproducing the world: Essays in Feminist Theory*. Boulder: Westview Press, 1989.
- OAKLEY, Ann. *Women's work, the housewife, past and present*. New York: Vintage Books, 1974.
- PERROT, Michele. *Os Excluídos da História*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- PESCATELLO, Ann. *The Brasileira: images and realities in the writings of Machado and Jorge Amado*. In: PESCATELLO, Ann (ed.). *Female and Male in Latin America*. University of Pittsburgh Press, 1973, pp. 29-58. pp. 13-38

- ROWBOTHAM, Sheila. *Hidden from History*. New York: Vintage Book, 1976.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Women and Society in Colonial Brazil." *Journal of Latin American Studies*, nº 9.
- SAMARA, Eni de Mesquita, "La mujer en la historiografía latinoamericana reciente". In: SANCHEZ, Jorge Nuñez (ed.). *Historia de la Mujer y la Familia*. Quito: Ed. Nacional/ADHILAC, pp. 153-170.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o Poder e a Família*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita. "Feminism, social justice and citizenship in Latin America". *Journal of Women's History*, vol. 6, nº 2, Summer. pp. 135-143.
- SCOTT, Joan W. "Gender: a useful category of Historical Analysis." *American Historical Review*, 91:5, Dec. 1986.
- STEVENS, Evelyn. "Marianismo: the other face of machismo in Latin America". In: PESCATELLO, Ann (ed.). *Female and Male in Latin America*. University of Pittsburgh Press, 1973. pp. 89-103.
- STONE, Lynn. *From the House to the Streets, the Cuban Woman's Movement for Legal Reform, 1898-1940*. Durham: Duke University Press, 1991.
- TILLY, A. Louise and SCOTT, Joan W. *Women, work and family*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1978.

CONFERÊNCIA

Os últimos cativos: Domínios privados e direitos civis no Brasil Oitocentista •

Hebe Maria Mattos de Castro
UFF

“O escravo é um ente privado dos direitos civis; não tem o de propriedade, o de liberdade individual, o de honra e reputação; todo o seu direito como criatura humana reduz-se ao da conservação da vida e da integridade do seu corpo; e só quando o senhor atenta contra este direito é que incorre em crime punível. Não há crime sem violação de um direito”¹

Privacidade e direitos civis são noções que o mundo ocidental viu se consolidarem no oitocentos. O reconhecimento da existência de direitos individuais, à integridade física, à propriedade, à família, à liberdade (de ir e vir, de opinião ou de comércio), mesmo remontando suas raízes ao século XVIII, somente ao longo do XIX se viu transformado em prática legal, consubstanciada na aprovação de sucessivos códigos civis.

Neste campo, talvez mais do que em qualquer outro, o Brasil Monárquico viveu uma situação peculiar que, de resto, compartilhou – pelo menos até meados do século – com a maioria das antigas colônias escravistas do continente. Ainda assim, as formas práticas e legais através das quais a sociedade imperial tentaria acomodar a continuidade da escravidão, ou seja, a existência legal e legítima do domínio privado de um ser humano sobre outro, com a adoção de certas noções gerais de direito civil adotadas na Constituição Imperial, primariam pela originalidade, mesmo quando tomadas no contexto americano.

Por um lado, a continuidade da união entre a Igreja Católica e o Estado Imperial e o reconhecimento daquela como religião oficial, dispensaria por quase

• Conferência proferida no dia 23 de julho de 1996.

¹ Recurso apresentado à Relação do Maranhão, em 1874, por Raimundo José Lamagner Viana por seu advogado Francisco de Melo Coutinho Vilhena, publicado em *O Direito*, 7 (1875), pp. 341-354. Citado por NEQUETE, Lenine. *O escravo na jurisprudência brasileira: magistratura e ideologia no Segundo Reinado*. Porto Alegre, 1988.

todo o século a adoção do registro civil como forma de identificação legal do cidadão brasileiro e de garantias de seus direitos civis (inclusive e principalmente no que dizia respeito ao direito de propriedade consubstanciado nos procedimentos de herança ou matrimoniais). Desta forma, simplesmente manteve-se a prática dos livros eclesiásticos que, desde o período colonial, registravam nascimentos, casamentos e óbitos em volumes distintos, de acordo com a condição livre ou cativa dos indivíduos registrados, dispensando o poder público da incômoda tarefa de legislar sobre uma diferença de condição que os princípios gerais inscritos na Constituição pareciam ignorar

Esta concepção de direito civil e natural de base monárquica e católica foi herdada do Império Português, possuindo ainda claras ligações com uma concepção patrimonial do direito e da vida em sociedade. Apesar disto, a continuidade da escravidão na jovem monarquia se fez baseada em um princípio estritamente liberal: o do direito de propriedade dos senhores sobre seus escravos, assimilados estes, juridicamente, a simples mercadorias. Do ponto de vista legal, portanto, esvaziava-se a relação escravista de seu liame senhorial para enfatizar seu sentido comercial. Ao fazê-lo, a monarquia brasileira exacerbava – em princípio – o poder privado dos senhores sobre seus cativos, transformado em simples direito de propriedade².

Esta original solução implicou, contraditoriamente, num amplo reconhecimento jurídico dos direitos civis de todos os cidadãos brasileiros. Em outras palavras, ao contrário da maioria das regiões escravistas da América, o Império do Brasil dispensou o discurso “científico” do tempo sobre as diferenças raciais para embasar a legitimidade da escravidão, não impondo qualquer restrição legal aos descendentes de africanos já nascidos livres.

A pluralidade étnica dos brasileiros impressionava vivamente os observadores estrangeiros que, desde 1808, se avolumavam como viajantes, naturalistas ou comerciantes pelo país. 41% da população livre do Império, recenseada em 1872, era formada por descendentes de africanos. Apesar disto, para além do olhar espantado dos viajantes, são raros os registros desta intensa convivência interétnica no Brasil do século passado, fora da clássica relação senhor-escravo.

A explicação para este mistério, que se configura da leitura da documentação oitocentista, é surpreendentemente simples. A palavra “negro” esteve interdita à população livre nascida no Brasil por quase todo o século XIX.

² Este processo não se fez, contudo, de forma linear. Após muitos esforços e discussões, o primeiro código civil brasileiro foi aprovado em 1916, já em pleno período republicano. Neste sentido, cf. GRIMBERG, Keila. *Liberata. A lei da ambiguidade*. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 1994.

Era utilizada, na linguagem coloquial, como uma espécie de sinônimo de “escravo” ou “ex-escravo”, com variantes que definiam os diversos tipos de cativos e libertos, como o africano – comumente chamado de “preto” até meados do século – ou o cativo nascido no Brasil – conhecido como “crioulo” –, entre outras variações locais ou regionais. Por outro lado, o termo “pardo”, largamente utilizado no período colonial para definir o lugar social dos homens e mulheres livres descendentes de africanos (fossem mestiços ou não), vê sua utilização sensivelmente restringida na documentação oitocentista, que tende a silenciar sobre a cor de homens e mulheres livres, como que a afirmar a igualdade formal prevista na constituição³.

De fato, enquanto se manteve vigente a escravidão, ausente uma fronteira racial absoluta entre escravidão e liberdade, os fatos jurídicos, que conformavam a condição livre ou cativa, eram produzidos, primariamente, com base em relações costumeiras (socialmente reconhecidas), sempre tributárias das relações de poder pessoal e de seu equilíbrio. Para um descendente de africanos ser escravo, forro ou livre era preciso reconhecer-se e ser reconhecido como tal.

Base para esta singularidade da antiga América Portuguesa, a alforria ocupou papel central no Brasil escravista desde o período colonial. As pesquisas recentes têm demonstrado que relações sociais de tipo costumeiro organizavam a sociabilidade escrava e hierarquizavam o mundo do cativo, definindo – para os escravizados – os parâmetros de acesso à liberdade. O acesso à família e esta capacidade não eram variáveis desconexas. Os estudos sobre cartas de alforria têm evidenciado que os cativos crioulos (nascidos no Brasil) e as mulheres e crianças, em especial, foram majoritariamente seus beneficiários, ao mesmo tempo que afirmam um peso variável, mas sempre expressivo, das alforrias condicionais e remuneradas⁴. Também em relação às possibilidades de acesso ao questionamento jurídico da escravização ilegal, a preeminência dos crioulos sobre os africanos se evidencia. Eles são 86% dos escravos com a nacionalidade declarada, no libelo inicial, nas 380 ações de liberdade localizadas no arquivo da Corte de Apelação do Arquivo Nacional. Se nelas há um equilíbrio entre homens e mulheres, enquanto autores das ações, a necessária menção a uma mulher (mãe, avó ou mesmo bisavó) que teria sido alforriada, como substrato de muitas das ações, fez com que as

³Cf., neste sentido, CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

⁴Cf., entre outros, EISEMBERG, Peter L. "Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX" que faz um balanço dos resultados das pesquisas quantitativas com cartas de alforrias. In: *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

relações familiares dos cativos fossem evidenciadas, ainda no libelo inicial, em 46% dos processos, nomeando 890 pessoas. Destes casos, quando tomados qualitativamente, emerge, com clareza, que o acesso a relações familiares (mais acessíveis aos crioulos, de uma maneira geral, e às mulheres, em particular) constituía variável tão fundamental quanto a proximidade com a família senhorial para o acesso à alforria e, freqüentemente, se revelava pré-condição daquela.

Se a família foi variável essencial para o acesso a alforria, definia também a gestação da comunidade escrava nos grandes plantéis. Apesar disto, a contínua chegada de novos braços, primeiro africanos e depois crioulos, através do tráfico interno, bem como a recorrente formação de novos plantéis majoritariamente masculinos na expansão da fronteira, fazia da violência, do celibato e do castigo físico, a face mais visível e identificável da escravidão. Em dois crimes ocorridos em Valença, Vale do Paraíba Fluminense, no interior das tradicionais senzalas em quadrado, com cubículos individuais ou coletivos e trancadas por fora, chama a atenção, nas minuciosas descrições das cenas dos crimes e dos moradores das senzalas, a ausência de crianças.

No primeiro deles, em 1866 está-se diante da “imagem clássica da escravidão”⁵. Clássica na historiografia e na visão que os contemporâneos dela guardaram. Os sexos separados, a maioria de homens e o aborto para evitar o nascimento de um filho escravo.

Já em 1883, na mesma Valença, esta imagem se reforça⁶. De novo a senzala trancada, desta vez com cubículos que acomodavam, separados, mas com trânsito entre si, homens e mulheres. Nenhuma criança. A maioria, cativos adultos e adquiridos no tráfico interno. Neste caso, entretanto, o feitor era o escravo Silvério, natural de Valença que, “*como feitor, não dorme na mesma senzala que os outros*”. Quem mais, com Silvério e além de Silvério dormiria fora das senzalas trancadas?

Não apenas “feitores” habitavam cabanas separadas das conhecidas senzalas em quadrado. A maioria dos cativos casados ou amasiados o faziam. Para conhecê-los, podemos visitar, através de uma trágica história, Francisco e Generosa, ambos africanos e seus três filhos adolescentes, em Paraíba do Sul, 1867⁷. Com eles, visitamos também Antônio, carpinteiro, africano como Francisco

⁵ Documentação Judiciária. Corte de Apelação: escravos. Processos Criminais. Caixa 3.709, n.2. Arquivo Nacional.

⁶ Documentação Judiciária. Corte de Apelação: escravos. Processos Criminais. Caixa 11144,n.655. Arquivo Nacional.

⁷ Documentação Judiciária. Corte de Apelação: escravos. Processos Criminais. Caixa 11.959, n.754. Arquivo Nacional.

e Generosa, mas solteiro, que por algum tempo viveu na “casa” do casal. Talvez este arranjo se desse por conveniência do senhor, mas parece que se mostrava interessante a ambos os escravos, pois segundo o depoimento de Francisco.

“(...) há muito tempo que o preto Antônio vivia em sua casa e que sua mulher lavava e arremendava para ele e que em recompensa disto dava-lhe alguns lenços ou outros presentes, bem como a uma sua filha que terá idade de 15 anos ou 16 e que ele sempre supôs que era em remuneração desses serviços que sua mulher lhe prestava assim como emprestou a quantia de vinte mil réis em ocasião que ele respondente tinha precisão.”

Francisco era extremamente sutil na utilização das palavras. Em seu depoimento, seus familiares foram sempre identificados por suas relações de parentesco, enquanto os demais escravos da fazenda foram designados como “parceiros” ou como o “preto Fulano ou Beltrano”. Na transcrição de sua fala, sua “senzala” (assim caracterizada no libelo e nas perguntas que lhe são feitas no processo) transforma-se em sua “casa”. Do seu ponto de vista, a hospedagem de Antônio tinha um sentido eminentemente econômico e excluía qualquer mediação senhorial. Antônio que, como carpinteiro, possuía maior acesso a remunerações em dinheiro, livrava-se da senzala coletiva, beneficiava-se com os serviços domésticos de sua mulher e filha e, em troca, dava-lhes alguns presentes e ajuda monetária eventual. Descobre-se no processo, entretanto, que o verdadeiro interesse de Antônio era casar-se com a filha de Francisco, ao que ele e sua esposa se opuseram. Em seu depoimento, Antônio atribui à oposição do casal ao casamento, seu ato de violência contra Generosa, matando-a a foçadas enquanto lavava roupa no rio.

A tentativa de passagem de Antônio do mundo coletivo e masculino das senzalas para a vida familiar e personalizada de Francisco, Generosa e seus filhos ilustra que o tempo, aliado à recorrência do tráfico, criava experiências diferenciadas de cativo mesmo no interior dos grandes plantéis. A mulher cativa era a ponte entre estas experiências. O gesto de Antônio, o assassinato de Generosa, neste contexto, tem um sentido simbólico mais profundo que um simples acesso de ódio ou inveja. No seu casamento com Generosa, Francisco conquistara, como no mundo da liberdade, o capital social básico para se diferenciar da experiência mais comum do cativo.

Tornar-se escravo africano na América foi uma experiência dolorosa de ressocialização em condições adversas, que já há algum tempo tem merecido a atenção da historiografia. Pôde produzir, por vezes, a descoberta ou construção de

uma identidade africana impossível e impensável na própria África, unindo malês e iorubas, na Bahia⁸ ou permitindo a autodescoberta de uma identidade lingüística e cultural entre os bantos no Rio de Janeiro⁹. A nível individual, entretanto, o que parece ter prevalecido é a mediação da comunidade escrava já estabelecida na ressocialização, como escravo, do recém-chegado¹⁰. Esta integração comunitária se intensificava com o tempo e as gerações e produzia ganhos diferenciais, que tornavam menos remota a possibilidade da alforria. Era, entretanto, no espaço destes ganhos diferenciais que, prioritariamente, se criaram condições para preservar ou ressignificar grande parte da herança cultural africana, como os padrões de moradia, as práticas religiosas, as noções de família-linhagem ou de família extensa.

O segredo do código paternalista de dominação escravista esteve, portanto, no poder senhorial de transformar em concessão toda e qualquer ampliação do espaço de autonomia dentro do cativo. A violência era ainda parte integrante deste sistema, mas passava a responder a certas regras ou expectativas, que acabavam por legitimá-la frente aos próprios escravos. Até mesmo a compra da alforria pelo cativo podia ser lida como concessão senhorial, desde a doação do tempo e das condições para formar o pecúlio e a concessão do reconhecimento daquela propriedade, até a concordância com a alforria, mediante indenização. A família escrava tornava-se também uma concessão senhorial, conforme se lê em parecer do Conselho de Estado, quando se julgava sobre a comutação da pena de morte de um cativo que matara o senhor “em legítima defesa da honra”, e por isto havia sido condenado pela Lei de 1835. O parecer reconhecia as “razões” do acusado, mas considerava:

*“Porém (a comutação da pena) não pode ser atendida, porque o réu é escravo e o escravo, apesar de casado pela mesma forma que o é o homem livre, isto é, segundo o Concílio de Trento, somente tem aqueles direitos, pátrio poder e outros direitos de família, que o senhor lhe quer permitir. A lei não lhe dá meios algum para os fazer valer”*¹¹

⁸Cf. REIS, João J. *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

⁹Cf. SLENES, Rober W. "Malungo Ngoma Vem. África Coberta e Descoberta no Brasil." IN: *Revista USP*, n.12, dez, jan, fev, 1991-92.

¹⁰Neste sentido cf., entre outros, GOES, José Roberto. *O Cativo Imperfeito*, Vitória, Prêmio Queimados, 1992.

¹¹ Apud SOUZA, José Antonio Soares de. "Os escravos e a pena de morte no Imperio". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: 313, pp. 5-19, out./dez. de 1976. Parecer do Visconde do Uruguai em 6 de novembro de 1854.

Mesmo que a abrangência da instituição familiar entre os cativos, do pecúlio do escravo e da própria prática das alforrias remuneradas sugiram muito fortemente que estes foram movimentos que os senhores não seriam capazes de conter, mas tão somente de tentar disciplinar, a manutenção destas práticas, no espaço do costumeiro, ou seja, em tese, na dependência do arbítrio senhorial, as tornava antes que direitos, privilégios, permitindo que grande parte do esforço cativo para transformar suas condições de cativo e, mesmo, para dele se libertar, fossem passíveis de uma leitura que reforçava, em última análise, a autoridade senhorial.

A reprodução de um documento, já clássico em relação à pressão escrava por maior espaço de autonomia dentro da lógica do cativo, permite melhor esclarecer este ponto.

No já famoso “Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados (c.1789)” chama atenção não apenas a demanda dos cativos por maior autonomia econômica, direito ao lazer e escolha dos feitores, mas determinados trechos que distinguem enquanto comunidade os cativos levantados de outros escravos do plantel. Lê-se nesse documento:

“Não nos há de obrigar a fazer camboas, nem a mariscar, e quando quiser fazer camboas e mariscar mande os seus pretos Minas.

Para o seu sustento tenha lancha de pescaria ou canoas do alto, e quando quiser comer mariscos mande os seus pretos Minas.”¹²

Ou seja, reivindicam-se privilégios e não direitos. Lograr espaços de autonomia ampliados dentro do cativo significava, antes de mais nada, afastar-se daquela condição primeira que definiria o escravo: a total ausência de prerrogativas.

Este quadro se altera necessariamente com a extinção do tráfico africano. A concentração social e regional da propriedade escrava, oriunda da generalização do tráfico interno, mostrar-se-ia fatal para a cumplicidade generalizada da população livre com a escravidão, até então vigente, ajudando a deslegitimar o cativo. Entre 1850 e a aprovação da Lei do Ventre Livre, o número de Ações de Liberdade movidas por escravos contra seus senhores na Corte de Apelação do Rio de Janeiro quase triplicou em relação às décadas anteriores, reunindo um total de 194 processos, num momento em que decrescia em todo o Império o número de

¹²Apud SILVA/REIS, E./J.J., *Negociação e Conflito*. São Paulo. Cia das Letras, 1989.p.123.

escravos, envolvendo 736 cativos. Este crescimento pode ser creditado a uma progressiva participação de escravos rurais nestes processos. Pleiteia-se a liberdade de cativos rurais (residentes em sítios ou fazendas) em 68,97% dos processos nas províncias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo. Cento e duas destas ações mencionaram relações familiares nos libelos iniciais e apenas 8,05% dos autores foram identificados como africanos.

Não importa que os números ainda sejam pequenos, mas antes o impressionante alargamento do arco geográfico das ações em relação à primeira metade do século, principalmente em direção aos municípios rurais do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro como em São Paulo. As ações familiares passaram a predominar no mundo rural, revelando um novo contexto de incidência das ações. Predominavam, nas áreas rurais, processos de “manutenção de liberdade”, revelando que, mesmo nas áreas tradicionais, as comunidades de forros começavam a reunir recursos para pressionar e para resistir à prática, até então contumaz, da reescravização.

Se crescia a pressão pela alforria entre os cativos com maiores recursos comunitários, escancarando as válvulas de escape do sistema, isto se fazia possível em grande medida porque, ao contrário do antigo cativo recém chegado da África através do tráfico atlântico, o escravo crioulo, negociado no tráfico interno, reduzido à mesma condição, trazia para uma relação que se deveria definir a partir de uma total ausência de prerrogativas no momento inicial, toda uma bagagem de práticas costumeiras, sancionadas na fazenda ou região em que antes habitara. Ele tinha concepções preestabelecidas de castigo justo ou injusto, de ritmos de trabalho aceitáveis ou inaceitáveis, de quais as condições que deveriam dar acesso ao pecúlio e à alforria, que podiam ser e provavelmente foram bastantes distintas das que encontraram nas fazendas de café do sudeste, para onde majoritariamente se dirigiram. Estas condições, até então, podiam no máximo obter uma abrangência regional. Em muitos casos, nas maiores *plantations*, cada fazenda, no decorrer do tempo e das gerações, engendrava seus próprios padrões, nos quais, além da pressão da comunidade cativa, a personalidade do senhor desempenhava um papel fundamental. Dentro do quadro de violência necessária da escravidão, existiram sempre “os senhores cruéis”. O tráfico interno traria consigo a possibilidade de generalizar uma concepção de “cativeiro justo”, que apenas aparentemente reforçaria a legitimidade da dominação escravista.

A noção de um “cativeiro justo” ou do “bom senhor” em primeira análise está reconhecendo a própria legitimidade da instituição escravista. Trata-se de discutir as condições de seu funcionamento e não o direito de propriedade sobre seres humanos em si. Apenas, estas noções só têm este papel se são construídas reconhecendo na figura senhorial a primazia de estabelecer seus termos.

A generalização do tráfico interno, a troca de experiências de cativo que permitia, especialmente no contexto de fazendas novas, onde tudo ainda estava para ser estabelecido, tendia a levar os escravos a proporem de forma até então inusitada um código geral de direitos dos cativos. Se admitido nestes termos, pelos senhores, esfacelava-se a própria essência da dominação escravista, que se encontrava exatamente na capacidade de transformar em privilégio toda e qualquer concessão à ausência absoluta de prerrogativas que, em termos legais ou ideais, definia o escravo.

De fato, desde 1850, a tendência da legislação imperial foi transformar o costume em direito, garantindo “direitos” aos escravos, mesmo que mantendo uma condição civil especial para o liberto. Foi o Estado Imperial que garantiu o fim do tráfico, que reconheceu para os cativos o direito à família, proibindo as separações de casais e seus filhos, que transformou em direito a prática do pecúlio e o acesso à alforria, que proibiu o açoite, em 1886. Os significados de cada uma destas medidas legais para a força moral dos senhores, para a própria viabilidade da dominação escravista eram bem mensuradas pelos contemporâneos, mesmo que frequentemente negligenciada pelos historiadores. O que esteve, portanto, em discussão, desde pelo menos 1850, como se procurou demonstrar no tratamento dado às ações de liberdade, foi a possibilidade de se atribuírem “direitos civis” aos escravos e também aos libertos, nos quadros da sociedade imperial. Foi, portanto, uma discussão sobre direitos civis, nos termos em que eram compreendidos e garantidos na ordem imperial, que esteve primeiramente em jogo após maio de 1888.

* * *

O que representavam, entretanto, estes direitos? Quais os significados da liberdade? Ou, em outras palavras, quais os significados da cidadania na ordem imperial? Politicamente, ela era uma farsa, mesmo para os “cidadãos ativos”. Em termos civis, garantia as liberdades clássicas (de ir e vir, o direito à família, à propriedade, etc.), bem como a liberdade de opinião e a integridade física, quando proibia a tortura ou o castigo infamante. Qual, entretanto, o significado real destas garantias para os “cidadãos passivos”, face ao poder privado dos potentados rurais?

Novamente é preciso ter em mente a experiência da escravidão para mensurar o significado dos “direitos civis” atribuídos aos cidadãos brasileiros no Brasil Monárquico. A igualdade entre os súditos do Império do Brasil era, então, percebida fundamentalmente pela perda da marca da escravidão. Se, até a primeira metade do século XIX, os homens e mulheres livres se dividiam, à maneira

colonial, em brancos e pardos, a vivência da liberdade, na segunda metade, se bem que continuasse fundamentalmente hierarquizada, já não incorporava – de forma necessária – a diferenciação racial. Perder o estigma do cativo era deixar de ser reconhecido não só como liberto (categoria necessariamente provisória), mas como “preto” ou “negro”, até então sinônimos de escravo ou ex-escravo e, portanto, referentes a seu caráter de não-cidadãos.

Uma poesia satírica publicada em “O Monitor Campista”, ainda em 1888, no contexto das fugas em massa que precederam a abolição definitiva do cativo, dá bem a medida do grau de intencionalidade desse movimento ¹³:

*“Fui ver pretos na cidade
Que quissem se alugar.
Falei com esta humildade:
-Negros, querem trabalhar?
Olharam-me de soslaio,
E um deles, feio, cambaio,
Respondeu-me arfando o peito:
-Negro, não há mais, não:
Nós tudo hoje é cidadão
O branco que vá pro eito (...)”*

Nos últimos meses da monarquia e ainda na primeira década republicana, os ex-senhores continuaram a tentar acionar sua ascendência sobre os homens nascidos livres, seus dependentes, bem como sua influência sobre as autoridades locais, para forçar os libertos a continuar onde sempre haviam estado.

Os inquéritos policiais da década de 1890, da Comarca de Campos, no Norte Fluminense, são registros eloqüentes desta tentativa. A superposição dos papéis de fazendeiro e subdelegado e o uso desta prerrogativa para se forçar os libertos ou, na expressão da época, os “treze de maio”, a tomarem contrato de trabalho, nos termos que lhes impunham, eles próprios, ou seus amigos, são frequentes.

As condições de mercado em que se desenrolou a abolição do cativo limitavam, entretanto, a eficácia desta atuação. Um caso, especialmente, ilustra os dois termos da equação: a tentativa de usar a repressão policial em nome dos interesses privados dos ex-senhores e a concorrência entre eles pelo trabalhador liberto como elemento limitador deste expediente. Trata-se de uma queixa por crime de desacato e desobediência à autoridade, apresentada pelo 9o. Distrito, em

¹³ Cf. MC, 28 de março de 1888.

1894, às autoridades judiciais da Comarca de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, nos termos que se seguem:

*“No domingo 18 do corrente, às 11 horas do dia, mais ou menos, o suplicante, na qualidade de subdelegado de polícia do 9o. Distrito deste município tendo ido à casa do suplicado, aí foi por este desacatado e desobedecido na presença de testemunhas, pelo fato de querer fazer vir à sua presença uma mulher que era acusada de crime de roubo pelo cidadão José Francisco Nunes de Azevedo”*¹⁴.

Uma primeira peculiaridade dos inquéritos policiais da fase republicana é a utilização sistemática do termo “cidadão”, como designador de *status* social. Nestes inquéritos, são chamados a depor “homens”, “mulheres” e “cidadãos” (que, em geral, são proprietários e residentes numa fazenda do Distrito). Neste, confrontavam-se o “cidadão” Manoel Antônio Ribeiro de Castro, subdelegado do 9o. Distrito, também proprietário e fazendeiro na região, mais conhecido como Maneco Castro, e o “cidadão” (afro-brasileiro como se descobre ao longo do inquérito) Joaquim José Araújo da Silva, proprietário da Fazenda Santo Antônio e nela residente. O pomo da discórdia entre os dois fazendeiros, até então vizinhos e amigos, é a “mulher”, acusada de roubo na fazenda do terceiro “cidadão”, citado na queixa-crime, que, ao longo do inquérito, é preferencialmente identificada como a “preta Matilde”.

A versão do queixoso pode ser assim resumida. A “preta Matilde” havia sido acusada de roubo, na fazenda onde trabalhava. Dali saíra e se empregara nas terras do acusado. O subdelegado mandara buscá-la para averiguações e o acusado se negara a entregá-la a seus representantes. Este teria, então, ido pessoalmente à casa do acusado buscar a suspeita, tendo sido ali desacatado pelo proprietário da Fazenda Santo Antônio.

Na versão do acusado, Maneco Castro (o subdelegado) mandara três de seus “trabalhadores”, um dos quais estaria bêbado, à sua Fazenda, dizendo que, por ordem de seu patrão, “vinham buscar a preta Matilde”. O acusado, então, “receando fazer entrega da pobre preta a homens desconhecidos, um dos quais embriagado”, escrevera um bilhete a Maneco Castro, pedindo-lhe que viesse pessoalmente conversar sobre a questão. Este teria chegado à fazenda de modo violento e cercado de “capangas”, tendo então o queixoso o convidado a se retirar de sua casa. O ponto básico da defesa é que em nenhum momento foi apresentado

¹⁴Campos, Cartório do 3o. Ofício de Notas, 1894, maço 317, “Sumário de Culpa por crime de desacato e desobediência contra Joaquim José de Araújo e Silva”, Petição Inicial.

um mandado de prisão contra a “*preta*” e nem Maneco Castro ali se apresentara como subdelegado.

De fato, os depoimentos de defesa afirmam que Maneco Castro, em aliança com outros fazendeiros, procurava, no exercício da autoridade policial, manter os libertos nas fazendas, forjando acusações contra os que se retiravam e “*matando ou esbordoando*” quem tentasse discutir as condições de remuneração oferecidas. Também os depoimentos favoráveis ao subdelegado não tentam negar a disputa velada pela mão-de-obra liberta alegada pela defesa. Apenas, se na versão da defesa é o subdelegado que abusa de suas funções públicas, em nome de interesses privados e tenta proceder a prisões sem o amparo da lei, na versão do queixoso, é o réu que coloca sua autoridade sobre suas terras acima da lei para “não desmoralizar a fazenda”. Em ambos os casos se faz um discurso para o poder judiciário, onde a ficção da existência separada destas duas esferas (o público e o privado) deveria prevalecer. O promotor da cidade de Campos indefere a queixa e condena Maneco Castro às custas. Se combinarmos os dois discursos, constatamos que relações costumeiras de tipo tradicional (“não desmoralizar a fazenda”) continuavam sendo a única garantia aos direitos de cidadania, conferidos pela liberdade (tendo impedido a prisão arbitrária e ilegal de Matilde).

* * *

Paulo Vicente Machado nasceu em 1910, filho caçula de Vicente Machado, ex-cativo da Fazenda da Presa localizada em região próxima àquela em Matilde vivera. Em 1993 vivia como aposentado da Estrada de Ferro Leopoldina em São Gonçalo, no Estado do Rio, casado com D. Ana Cândida Vicente Machado. As entrevistas com Paulo Vicente e sua esposa, realizadas no âmbito de um projeto em História Oral, sobre as famílias de libertos que se tornaram sitiantes em Vala de Souza, no município de Alegre, no Espírito Santo, mostram-se especialmente ilustrativas para concluir esta conferência¹⁵.

Filho de um liberto, que trabalhava como meeiro na fazenda em que servira como cativo, a memória do trabalho, na infância de Seu Paulo, é marcada por um contexto sobretudo familiar. É a figura do pai que emerge também como patrão, dos filhos e eventuais jornaleiros. Era ele que “botava a gente” (a família) e “botava os empregados” no serviço. Nas palavras de Seu Paulo, “a lavoura era dele”.

¹⁵ LABHOI – UFF, Projeto Memória do Cativo. Entrevistas realizadas por Robson Martins.

Esboça-se, assim, das memórias de Seu Paulo, que o funcionamento da Fazenda da Presa, entre 1888 e a década de 1910, se fez baseado no trabalho familiar de meeiros, recrutados inicialmente entre libertos e imigrantes, cujo chefe da família controlava pessoalmente a organização da produção, inclusive a contratação de mão-de-obra remunerada auxiliar, nas épocas de colheita. Mais ainda, depreende-se de sua narrativa que esta organização do trabalho fora lida como uma verdadeira “divisão” da fazenda, conseqüência como que natural “da Lei” que pusera fim aos “tempos do cativo”. A autonomia e o trabalho familiar aparecem, nesta perspectiva, como conteúdos necessários da liberdade. A identidade entre sua experiência neste sentido e a dos lavradores de roça, ainda sob a vigência do cativo, mostra-se especialmente significativa ao reiteradamente sugerir a possibilidade de realização de uma identidade camponesa que se viabilizava numa ética de trabalho que conjugava família, mobilidade e autonomia.

As negociações produzidas por esta situação se fizeram, entretanto, profundamente marcadas por um lógica de relações sociais, compartilhada por ex-senhores e libertos, essencialmente integrativa, hierárquica e tradicional. Uma das filhas do proprietário da Fazenda da Presa foi madrinha de batismo de Paulo Vicente. O compadrio entre senhores e escravos foi uma prática extremamente rara no Brasil, conforme diversas pesquisas têm demonstrado¹⁶. A possibilidade do estabelecimento desta relação ilustra a capacidade de alguns senhores, em especial, de recriar em novas bases, informadas pelas visões de liberdade e cativo, ainda prevaletentes, as relações de dominação social em suas fazendas. Durante muitos anos, já vivendo como sitiante independente em Vala de Souza, Paulo Vicente continuou a visitar a madrinha.

Um dos inquéritos policiais da comarca de Campos, acontecido na Fazenda do Palhal em 1889, na freguesia de São Gonçalo, é também ilustrativo do peso deste investimento no sentido hierárquico, antes prevaletente nas relações entre os homens livres (diametralmente diferente do que presidia as relações entre senhores e escravos), por parte de alguns ex-senhores, como solução para seus problemas de atração de mão-de-obra. Neste inquérito, descobre-se a proprietária da Fazenda do Palhal participando, como convidada, de uma ladainha em casa de sua meeira. Ao longo de todo o longo inquérito, que ocorre em 1898, em nenhum momento se faz menção da cor de qualquer dos envolvidos. Todo o contexto evidencia, entretanto, que os presentes à ladainha, meeiros de D. Francisca Antônia e os amigos e conhecidos destes, eram libertos ou seus descendentes diretos, em sua maior parte. Especialmente no auto de flagrante delito se esclarece

¹⁶ Cf., entre outros, Schawartz, S. *Segredos Internos*. São Paulo, Cia das Letras, 1988; GOES, José Roberto. *O Cativo Imperfeito*. Vitória, Prêmio Queimados, 1992.

que a dança em que as crianças se divertiam, ao som de tambor, do lado de fora da casa, era “denominada jongo”.

Em todo os depoimentos, entretanto, as diferenças entre os participantes da ladainha eram referidas apenas à condição social. O *status* de proprietária das terras de Francisca Antônia, a situação de colonos meeiros da dona da casa e da maioria das testemunhas, bem como a posição de jornaleiros, estranhos à comunidade, dos rapazes envolvidos no conflito, são as categorias básicas a diferenciar o perfil dos depoentes. Francisca Antônia, convidada por Leocádia das Dores para a Ladainha em sua casa, ali se comportara como tal. Foi através de sua autoridade pessoal, entretanto, que se conseguiu a prisão do agressor.

A produção desta política de domínio, que legitimava o sentido hierárquico das relações pessoais, mas ao mesmo tempo reiterava uma igualdade formal na liberdade, só pode ser entendida, entretanto, se se leva em conta também a violência racial da utilização privada da repressão policial, imediatamente após o fim do cativo. Esta atuação, se não foi suficiente para alcançar os objetivos propostos por seus mentores, sem dúvida reduziu, de forma imediata, para os libertos, as opções tradicionalmente existentes para os homens e mulheres nascidos livres, fora das antigas fazendas.

Por toda a década, a referência à condição de liberto ou a menção da cor (o que dava mais ou menos no mesmo) continuou a ser feita como indicador de suspeição ou desqualificação. Tal não impediu, entretanto, que a estratégia paternalista prevalecesse e fosse muito além do que qualquer senhor, em 1888, poderia julgar razoável. O aparente desaparecimento dos “negros” após 1888 e a ilusão historiográfica da marginalização e “anomia” dos libertos se fez, em grande parte, porque a maioria deles conseguiu, em poucos anos, recursos sociais suficientes para não ser diretamente atingida pelo estigma da escravidão. A ideologia racial na Primeira República (1889) foi elaborada em relação com este processo. Ela acabaria por abandonar a referência aos libertos, prevalecente nos últimos meses da Monarquia, passando a operar principalmente com a dicotomia nacionais X imigrantes (europeus). Estenderia, assim, a todos os nacionais, à exceção da elite, a marca da inferioridade racial e do cativo. Esta operação tomava como referência, emprestando-lhe sentido inverso, os ganhos reais da pressão dos libertos por apagarem a marca do cativo e serem reconhecidos enquanto cidadãos brasileiros.

MESA REDONDA

O 'sertão' no espaço econômico da mineração •

Ângelo Alves Carrara
UFOP

Ao favorecer atividades voltadas para o abastecimento das minas, a produção e a circulação do ouro patrocinaram a integração de regiões geograficamente distintas, e criaram no Brasil um espaço econômico próprio que desbordou dos distritos mineradores. Obviamente, não é posto aqui em questão o fato de que o “centro de condensação” (PRADO Jr., 1951) situava-se nos núcleos mineiros. Todavia, *o palco da vida econômica mineira* comportava muitos cenários, e não apenas os *vales sombrios rodeados por altas montanhas* (TORRES, 1944: 26). Pretendeu-se, antes, escapar à investigação restrita às áreas mineradoras e compreender a extração de ouro e diamantes como responsável por coseduras inter-regionais, e pela conformação das estruturas agrárias de largas porções do planalto central do Brasil, ainda mesmo no período de declínio da atividade mineratória.

Num esboço provisório, excluídas a área original da mata atlântica, podem ser-lhe fixados os limites nas linhas traçadas imaginariamente entre Salvador, Pilão Arcado, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro. O território assim demarcado, contudo, apresenta-se recortado por diversas regiões com produções específicas. O mapa que acompanha a lista das freguesias que compunham os termos permite melhor compreensão da distribuição geográfica.

Duas áreas devem ser logo identificadas: as minas e os sertões.

1. AS MINAS

Não cabe aqui repetir uma história por tantos e por tantas vezes contada. A última forma ao relato dessa ‘história inaugural de Minas’ é devida a Diogo de Vasconcelos (1904), que, à guisa de uma quase epopéia, descreveu a descoberta das lavras à minúcia própria dos relatos desse gênero – os nomes corretos, as datas

* Esse trabalho fez parte da mesa redonda “1736: História, espaço e economia”, apresentada no dia 22 de julho de 1996.

precisas. Diogo corrigiu os relatos que lhe antecederam desde o século XVIII; mais que isso: redatou as certidões de nascimento dos povoados mineradores.

O torvelinho a que as descobertas do ouro lançaram os primeiros imigrantes, Antonil já relatara. Mais preciso que ele, Pedro Leolino Mariz, investido da quase totalidade dos cargos em Minas Novas (Juiz Privativo dos Ausentes, Provedor da Real Fazenda, Superintendente Geral e Mestre de Campo Comandante das Minas da Capitania da Bahia), chegado poucos meses após a descoberta das Minas Novas, informava que encontrara aquele *agreste sertão, sem viveres e sem abrigo algum, povoado improvisadamente de gente quase indômita e menos reverente à Justiça, sendo a desta qualidade a que primeiro se move para qualquer parte em que os convida a conveniência* (BN, Div.Mss, 15, 2, 35; doc. 13). Em 1728, no ano da descoberta, estimava população em sete mil habitantes: *um numeroso congresso de gente em tão má ordem (...) regido pela vontade de cada um (...) a maior parte banidos e falidos*. Como ocorria em toda parte, no primeiro momento a excessiva carestia de mantimentos provocada pela acentuada e repentina demanda, obrigava à importação de farinha de milho e de mandioca das demais regiões de Minas. Além disso, repetiu-se também aí o movimento de retorno da maior parte dos que para o Fanado emigraram.

Descortinado o horizonte mineratório até 1700, as regiões onde situavam-se as lavras era desigualmente distribuídas. Ao sul, São João e São José del Rei situavam-se nos campos igualmente propiciadores de agricultura e pecuária vigorosas. Mariana, Ouro Preto, Sabará e Caeté, nas ‘minas gerais’ originais, nas cristas do Espinhaço, pareciam confirmar o que o informante de Antonil dizia sobre seus solos *esterilíssimos*. Pareciam, porque as circundavam terras abundantes em aguadas. Pitangui era um ponto em meio à zona curraleira, e mesmo o Serro parecia, até a descoberta dos diamantes, uma rancharia no meio do caminho da Bahia para as ‘minas gerais’. O Tijuco alterou profundamente o ambiente do trecho do Espinhaço banhado pelo Jequitinhonha. A orografia e a geologia, contudo, eram aí muito próximas das de Mariana e Ouro Preto. Minas Novas, último quinhão do circuito aurífero, esparramava-se pelos vales dos afluentes do Jequitinhonha, noutro tipo de relevo e clima.

2. OS SERTÕES

Primeira questão a vencer: o conceito de sertão. Apesar de sua etimologia problemática (<*desertanu), mas conotadora de uma de suas características intrínsecas, a história de seu uso é obviamente a história da percepção da sua natureza. O sertão é uma invenção portuguesa: para lá das costas ao longo das quais navegavam, as terras eram *sartaam*, conforme a presumível primeira

ocorrência do termo no diário da viagem de Vasco da Gama (MACHADO, 1967). *O sertão era outro mar ignoto* (FAORO, 1991: 154). A etimologia proposta encerra muito de verdadeiro. Este sumário primeiro significado manteve-se até os inícios do século XVIII nas doações e forais de capitanias hereditárias (LEME, s.d.: 77-8/154-5; DH, 79: 170-87 [1675]; DH, 91: 16-7 [1733]). No princípio do século XVII, Diogo de Campos Moreno (1955 [1612]: 147) resume-lhe os atributos: *terra nova, remota e fronteira*.

Do sertão genericamente oposto à costa pelos navegadores portugueses, o termo passou a ser empregado na identificação dos *diversos sertões do interior do continente* (VILHENA, 1921-2, II: 266). O sertão passou a ser então de lugares, conforme mapeou Ceres Melo (1988: 296-300). Sertão [do rio] de [São Francisco a]cima, sertão [do rio] de [São Francisco a]baixo, sertão de dentro [da Bahia], ou de fora – isto é, da margem esquerda do rio São Francisco. De lugares, mas também dos seus habitantes: sertão dos guaiases, dos carijós, dos araxás; e dos seus rios: sertões do Paracatu, do rio Grande, entre outros (MACHADO, 1975: 236-9). A percepção da sua pluralidade e variedade obriga à precisão topográfica: o vocabulário dos navegadores substituiu-se ao dos conquistadores e colonizadores de terra firme, além da costa. Era, por isso, também um ponto cardeal. Havia uma “parte do sertão” como havia “partes do sul” (BN, Div.Mss, 15, 2, 35; doc. 5).

Contudo, à diversidade de denominações sobrepõe-se a unidade de caracterização. Os sertões foram de início percebidos pelos paulistas que os penetravam como *lugar de risco e perido, terra de inimigos bichos mui indômitos, desertos e miasmas, febres e peçonhas*. Eram, por isso, considerados *limites*, povoados pelos índios (MACHADO, 1975: 224-9/236); o sertão é a terra de fora (ib.), “outland”; o “hinterland” só viria a ser inventado pelos alemães nos fins do século XIX. Inversamente, para os índios, o sertão é a *terra de dentro*, “inland”, fora da qual morava o perigo (MOREAU, 1979: 96). *Incultos, ermos, indignos, abomináveis, sem comércio de outras criaturas racionais* (Ofício, 1757). Daí, talvez, o incômodo sentido pela proprietária da fazenda Sobradinho, a quatro léguas e meia de Paracatu, indagada por Saint-Hilaire sobre se sua fazenda pertencia ao sertão. Ao negar, completou que *o deserto* era mais além. Todavia, malgrado seu aspecto medonho, esta terra de possibilidades contraditórias foi de fato durante bom tempo o *centro solar do mundo colonial*. *Gravitavam-lhe em torno, escravizados à sua influência* porque lhes acenava *com a miragem da riqueza fácil e imediata (...) nas florestas abundantes de índios predestinados ao cativoiro, nas minas resplandecentes de gemas e metais (...)* (MACHADO, 1929: 223-4). Daí eles assinalarem que buscar o sertão era *buscar a sua vida, o seu modo de lucrar, o seu remédio* [para a sua pobreza] *e para as suas irmãs* (MACHADO, ib.: 225). Lucas Ortiz de Camargo resume: *ir buscar remédio no sertão que é o*

trato ordinário desta terra (CMSP, Atas, 7: 92). Porque *aquele cuja muita pobreza não lhe permite ter quem o sirva se sujeita a andar muitos anos pelo sertão em busca de quem o sirva, do que servir a outrem um só dia*, conforme explicava Antônio Pais de Sande em 1692 (SALVADOR, 1978: 99). Do desconhecimento do que eles continham advinham as vertigens: o narrador da expedição de 1697 do Capitão-mor Marcelino Coelho informava que *entre os embarços que então teve [o Capitão-mor] foi um dos grandes estrondos que ouviram naquela serrania, de que o gentio aterrorizado ou pelos agouros e abusos que neles é ordinário, protestaram que se iam à serra, que morriam todos; e o mesmo vigário [da Jacobina que os acompanhava] me disse foi tal o estrondo das serras uma noite de estouros que davam, e vulcões de fogo, que as precisou mudar de rancho àquelas mesmas horas, e a largar o sítio em que estavam* (BN, Div.Mss., 15, 2, 35; doc. 5). O mesmo narrador explicava que o rio Verde tem este nome porque *as ervas que dentro delas se criaram o são também; e até o peixe ali é verde*.

À orientação geográfica que seu significado original encerrava, seguiram-se outras, de escopo demográfico e econômico. Mas continuou a guardar a comparação: costas, engenhos, vilas, minas continuaram a se opor aos sertões.

No final do século XVII, a descoberta do ouro determinou a mudança para a sua significação atual, em Minas Gerais, destacada por Saint-Hilaire (1938: 14) – *imensa região de fraca população*; e por Vieira Couto (1904: 111) – *região afastada das povoações das minas, com o rio São Francisco a correr-lhe pelo centro*. Na prática, o sertão da Capitania de Minas Gerais recobria principalmente a zona curreleira, o “sertão dos currais”. Mas outros havia, cuja característica dominante até o início do século XIX era o de ser *povoados de diversas nações de gentios* (RAPM, 2 (3): 483). Até 1814, os assentos de batismo da atual cidade de Rio Pomba, na Zona da Mata, eram abertos com a fórmula referindo os “sertões dos rios da Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatos”. Uma descrição do sertão do rio das Mortes dá conta de que nas suas margens *vive quando muito algum paulista ou mumaluco que passa com o palmito do mato e peixe do rio* (RAPM, 14 (2): 438). A densidade demográfica (fraca) tornou-se sua característica dominante. Os paraenses igualmente chamavam de “sertão do Amazonas” o vasto território a oeste exclusivamente habitado *por tribos de índios muito espaçadas, entre as quais nenhuma família européia tomou pé* (SPIX, 1981: III, 97). Nessa região, ainda se fazia a distinção entre as povoações da “costa” e as do “interior do continente” [do Pará] (RIHGB, 150 (364): 477).

Desse modo, o conceito último foi ao encontro da sua etimologia provável, o ‘desertão’ circunscreveu-se por fim à zona da caatinga e do semi-árido nordestino. Voltou a referir uma diferença geográfica/demográfica *que existia*

antes da chegada dos portugueses (IBGE, 1958: 15), e à qual os próprios tupis chamavam “Borborema” (pora-pora-yma, ‘desabitado’). Ela corresponde hoje à região do polígono das secas. Portugal não tinha também um *norte pletórico* e um *interior deserto* (HESPANHA & SANTOS, 1992: 395)?

Para o norte, a partir do município de Corinto, “portal do sertão mineiro” tendo o rio São Francisco a correr-lhe pelo centro, espalha-se pelo Nordeste, limitado a oeste pela floresta amazônica, e a leste pela costa. Euclides da Cunha encontrou-o já demarcado, e descreveu-lhe a fisionomia original: flora agressiva, secas periódicas, solo estéril, cespito de serranias desnudas (1954:93). Periódicas as secas e as migrações delas deviradas. Em 1612, Campos Moreno já observava que *as terras deste Estado [do Brasil] e os filhos delas naturalmente são variáveis, elas em produzir e eles em as habitarem; porque, como das maiores ou menores chuvas sucedam mais ou menos novidades, ou mais abundâncias em umas que em outras partes, ao modo dos aduares da África, tratam estas gentes de se mudar de uns a outros lugares* (op. cit.: 108).

Não obstante, além da ‘soledade’ que a ‘vastidão deserta’ impunha aos sertanejos, havia o meio ambiente, que aí *cercou o homem de muitos inimigos*, como as onças e as peçonhas (SPIX, 1981, II: 75/82/85). As estradas ofereciam o perigo suplementar dos salteadores. Em 1730, o comerciante baiano Bento de Araújo e Souza lavrou seu testamento antes de seguir viagem para o sertão do Rio de Contas *por temor do que lhe viesse a ocorrer entrando nele*. Dois anos depois, outro comerciante, o Capitão Dionísio da Costa Pinheiro, *querendo fazer uma viagem para as minas [do Rio de Contas] e temendo da morte*, teve a mesma atitude. Ambos sofreram idêntico infortúnio de ser assassinados enquanto viajavam (testamentos constantes dos inventários de ambos, APMRC). Em 1757, o pároco da freguesia de Jeremoabo relatava que *os passageiros que se vêm obrigados a passar por ela com seus comboios, gados e cavalarias (...) o fazem com tal receio, como se houvessem de atravessar por terra de inimigos e de gentio bravo* ([2717]: 231). Spix (op. cit.: 79) encontrou os montesclarenses de 1817 *mal-afamados como brigões e por seu banditismo*, da mesma forma como nos informa Saint-Hilaire (1938b: II: 292)

Euclides da Cunha tomou-os como região isolada, e, por isso, suscetível de atavismos seculares. O mesmo caráter de isolamento aos sertões nordestinos Ceres Melo realçou como responsável pelas permanências seculares dos hábitos quotidianos derivada da morosidade nas comunicações.

De fato, num relance, as grandes distâncias que impunham dificuldades e incômodos nas viagens longas parecem amortecer as ondas de mudanças a partir de epicentros litorâneos irradiadores das inovações técnicas estrangeiras. As distâncias entre os ermos só podiam ser vencidas em semanas cansativas, dadas as

condições objetivas dos animais de tiro e carga e dos homens. Os ritmos do sertão parecem assim mais lentos. Seu tempo parece limitar-se às permanências da longa duração. Mas é uma aparência, porque, a rigor, o sertão não estava isolado. No espaço econômico da mineração muitos eram seus caminhos, e talvez, o que fosse mais comum, mais numerosos ainda seus ‘descaminhos’, o que contraria mais firmemente seu isolamento. Havia rotas usadas no transporte do gado e as viagens regulares dos mercadores para o sertão, mesmo que alguns desses percursos regulares estivessem restritos a uns poucos tropeiros e comboieiros de gado. Nem se mencione a própria transumância em que viviam os sertanejos nordestinos, espécie de tuaregues brasileiros. Na realidade, a distância pouco importou. Oitenta léguas em nada impediram a intensa circulação quotidiana de mercadorias entre o Rio de Janeiro e as minas, ex-“sertões dos Cataguá”. Não é a distância que isola, como queria Oliveira Torres com as suas ‘civilizações em conserva’. Não é a distância que torna morosos os caminhos, lenta a circulação. É a pobreza. Os sertões que encontraram a etimologia presumida continuaram a existir como tais em razão da sua característica econômica mais intrínseca – sua miséria. Ou, dito com mais rigor, o sertão, visto no conjunto do espaço econômico da mineração é uma das regiões de circulação menos intensa por não dispor de produção econômica com demanda equiparável a outras. Relativize-se igualmente o eramento. Teodoro Sampaio já advertia, em 1879, que *o deserto é apenas aparente. O Brasil (...) é mais habitado do que se pensa e menos rico do que se presume* (RIHGB, 167: 319). De fato, já em 1698, uma consulta do Conselho Ultramarino sobre o estado das missões do sertão da Bahia referia *a forma e numerosidade dos seus habitantes, que nascendo neste Reino [de Portugal], enteados da fortuna, pelo desfavor, com que lhes negou na pátria subsídio para alimentar a vida, se embarcam cada ano nas frotas do Porto e de Lisboa (não falando em muitos que também vão das ilhas) e todos fazem um tão excessivo cômputo só de passageiros, que não haverá ano, em que não cheguem a mil e em alguns a muitos mais*. E explicava mais adiante que, como a costa já não os podia comportar, passavam quase todos *a buscar a vida nos sertões, cuja amplíssima grandeza e franca fertilidade da terra facilita, sem o menor custo, o sustento*. E, como Teodoro Sampaio, advertia que *não nasce de os moradores serem poucos senão de serem as terras tão prolongadamente vastas, de que não decorria avultar a situação em povos, sem embargo de serem os povoadores muitos mil*. (ABN, doc. núm. 344) Os mil e duzentos quilômetros que separam a prata de Potosi do mercúrio de Huancavelica não impediram a articulação imprescindível entre ambas as áreas. Articulação em lombo de burro. E ao contrário, a parcas quinze léguas de Paris, Goubert encontrou no Beauvaisis *un pays vieillot, traditionnel, assez isolé*, cujos habitantes viviam *comme aux siècles passés, au hasard des toutes puissantes*

intempéries, au train lent des chevaux et des charrettes, une agriculture de type ancien, presque immobile (1968: 172-3). No Brasil, Magalhães Correia não estudou *a duas horas do palácio Monroe*, na cidade do Rio de Janeiro, o sertão carioca? (RIHGB, 167).

Sobre a forma de ocupação dos sertões mineiros nos fins do século XVII, há dois relatos, ambos de 1681, sobre a feitoria instalada no Sumidouro por Fernão Dias Pais, em suas buscas pelas esmeraldas. Francisco João da Cunha, apontador e ajudante de ordens da administração geral das minas, declarou numa carta que encontrara no Sumidouro *abundantemente criação e mantimentos de toda sorte que o deixara maravilhado e muito contente por ser naquele deserto necessário para o sustento e muito importante para o serviço* (doc. n.º. 1459 do AHU/BN in: RAPM, 20: 166-7). A mesma descrição é dada por D. Rodrigo Castelbranco, Provedor das Minas nessa época, que disse encontrara nesse lugar *abundância de milho e feijão e princípio de mandioca, como também criação de porcos* (doc. 1457 do AHU/BN in: RAPM, 20: 162).

Ora, ambos os relatos são interessantes por destacarem as providências iniciais para a ocupação do solo em áreas até então desconhecidas. A base da alimentação dos mineiros já estava aí presente: milho, feijão e carne de porco. Os dois primeiros, pela rapidez e volume possível da colheita, e o segundo, pela facilidade de transporte e capacidade de produção não só de carne, mas também de gordura para o cozimento dos alimentos. A primeira resistência do meio pôde assim ser vencida graças à organização dessas *feitorias*, ou postos avançados que garantiam ao ocupante certa tranqüilidade para a construção de outras benfeitorias em sua propriedade.

Da porção de Minas que até hoje conservou-se sertaneja, ficaram-nos descrições tardias, da segunda metade do século XVIII e início do XIX, mas de qualquer modo, importantes.

Partindo de uma visão exagerada, sem dúvida, uma memória de 1791 assinalava que o sertão do rio São Francisco, *se não fora infestado da grande epidemia das sezões, no tempo das vazantes dos rios, que ordinariamente padecem seus habitantes todos os anos, seria o paraíso do mundo* (RAPM, 2 (3): 467). Esta mesma memória situava no Rio Pardo um *sertão fertilíssimo de gado, caças e pescas, de sorte que os seus habitantes são socorridos de tudo quanto é preciso para passar a vida com muita abundância* (Id.: 482). Essa fertilidade dos sertões assinalou-a também Vieira Couto (1905 [1801]) e a **Idéia** de 1774: *nestes lugares há sempre muita caça e abundantes frutos silvestres: entre as casas, há uns veados*. Numa representação ao governo português, o *sertão intermédio do rio de São Francisco e do Paracatu* era descrito como terra de *grandes que pela bondade e largueza das suas pastagens, podiam fazer renascer a antiga idade em que a*

riqueza e fortuna dos primeiros povoadores do mundo consistia só na criação dos seus rebanhos (RAPM, 1912: 258). O Julgado da Barra do Rio das Velhas era tomado como *terra de negócio, aonde concorrem muitas embarcações, carregadas de sal, e couros de toda qualidade, vindos dos sertões de Pernambuco e Bahia, pelo rio de São Francisco acima* (RAPM, 2 (3): 467). Importava-se o sal da região de Juazeiro para Goiás, Paracatu, Serro, Minas Novas, Rio de Contas, Jacobina e todos os sertões vizinhos, que conduzem-no pelo rio acima em muitas barcas, e canoas grandes de velas, e pela terra dentro, em cavalgaduras (Idéia, 1774: 62). As descrições do primeiro quartel do século XIX são mais numerosas e mais detalhadas quanto aos aspectos demográficos e econômicos, muito especialmente no que diz respeito aos mercados regionais. Contudo, estas descrições lisonjeiras devem ser mais detidamente avaliadas na seção correspondente à circulação interna e aos mercados econômicos regionais. Por ora, para esta primeira aproximação, bastam-nos as descrições tardias, dos princípios do século XIX.

Começemos pela Bahia, ou melhor, pelo que então era território da capitania de Pernambuco: a margem esquerda do rio São Francisco, do então arraial, hoje cidade de Carinhanha, às margens do rio com o mesmo nome, até a divisa com o Piauí, próxima à atual cidade de Xique-xique. Esta área correspondia ao termo da vila da Barra, hoje cidade. Em 1826, esta vila tinha uma população estimada em pouco menos de sete mil habitantes, o que implica numa densidade demográfica baixíssima (RAPM, 4). Carás, mandiocas e inhames como o pão ordinário, e peixe o alimento principal. Arroz, feijão, café, açúcar, toucinho e rapaduras eram importados de Pitangui, Januária e Goiás. O gado *vacum* em alguma quantidade e o pouco cavalari constituíam a riqueza da região, e eram exportados para a Bahia. Dois mil bois e trezentos cavalos só no distrito de Carinhanha. Havia ainda 44 engenhocas de moer canas por bois para aguardente e rapaduras. Em barcas e ajojos exportava-se sal para Januária, São Romão, e rio das Velhas. Em cavalos, exportava-se ainda o sal para Goiás (Meia Ponte), Água Quente e outras localidades, que o recebiam em São Romão, para Conceição, Almas, natividade, Carmo e Chapada, que o vêm comprar em Campo Largo e Rio Preto, trazendo em troca café, açúcar, marmelada, queijos, etc. Para Caxias, exportava-se ainda tabaco. Em relação à posse da terra, a Câmara declarou que a maior parte se distribuía segundo o *uti possidetis* dos *primi occupantes*. Para a parte dos gerais do Rio Preto achavam-se ainda terras devolutas

Vizinha ao sul, a Vila de Paracatu no mesmo ano afirmava por seu turno que todo terreno capaz de cultura estava ocupado, ou a título de sesmarias, ou por posses. E se restava algum devoluto o era ou *por incapaz de cultura, ou por infestado de gentildade, como seja o território de alguma parte da farinha podre* (RAPM, 4: 559-565). As antigas minas do Paracatu reduziam-se a faisqueiras, por

terem perecido as escravaturas das fábricas, e pela falta de águas. Este quadro nada alterava a descrição feita em 1803 por José Gregório de Moraes Navarro (RAPM, 1912: 258-60). Segundo ele, *ali não se trata da agricultura (...) porque a natureza parece que destinara aquelas terras só para a criação de gados.*

Considerada a população máxima e a extensão aproximada do termo de Paracatu em 1826 – que incluía a maior parte da margem esquerda do rio São Francisco e todo o Triângulo Mineiro (mais de 200.000 km²) – teríamos uma densidade demográfica média de 0,5 hab/km², taxa de deserto.

MESA REDONDA

As *Confrarias* de Jorge Andrade: Uma interpretação da sociedade mineira do século XVIII •

Rosangela Patriota
UFU

A dramaturgia brasileira sempre se voltou para os denominados temas históricos¹, mas no decorrer dos anos 50 e até meados da década de 70 a “história brasileira” foi objeto de muitos debates e de intensa reflexão no interior das manifestações artísticas, e, em particular, no teatro.

Neste universo de trabalhos, a dramaturgia de Jorge Andrade (1922-1984) é inegavelmente um *corpus* documental privilegiado para esta discussão, uma vez que pensar e discutir temas referentes à historiografia brasileira foram perspectivas norteadoras deste autor. Natural de Barretos, filho de fazendeiros, desde muito jovem manifestou interesse pela literatura. Buscou de várias maneiras definir seu futuro profissional. Trabalhou durante nove anos como fiscal de café, mas as situações de conflito com o pai e com a cidade tornaram difícil a convivência, ou de acordo com suas próprias palavras:

«a agressão, o conflito, foram crescendo: se eu não queria ser fazendeiro, o que estava fazendo lá? A suspeita me envolvia como uma coisa viscosa, inclusive na cidade, pois Barretos é cidade bovina, de engorda de bois, de corte. A mentalidade reinante entende muito de chifres e cascos, não poderia haver um diálogo comigo. A solidão foi crescendo, eu não tinha com quem conversar. A luta chegou a um ponto em que a agressão foi definitiva. Devolvi com a mesma dureza as coisas duras que ouvia, pois

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “Tendências atuais da historiografia e a exclusão social em Minas Gerais”, apresentada no dia 22 de julho de 1996.

¹ Os temas qualificados como históricos, no interior da dramaturgia e no universo de outras práticas ficcionais, geralmente se remetem a acontecimentos consagrados pela historiografia como “fatos históricos”, a saber: Inconfidência Mineira, Conjuração dos Alfaiates, Revolução de 30, Independência do Brasil, Proclamação da República, entre outros. Nesse sentido, deve ser observado que uma percepção mais ampla do significado de “temas históricos” permite alargar consideravelmente a área de interesse e de pesquisa para o historiador.

sentia que estava sendo morto. Se estava morto, passei a querer matar e, na hora em que um mata o outro, você tem que partir»².

Partir, mas para onde? Sem saber o que buscava, Jorge Andrade decide pegar um navio em Santos. A caminho do litoral paulista, pernitoou na cidade de São Paulo e assistiu ao espetáculo *Anjo de Pedra*, protagonizado por Cacilda Becker, no Teatro Brasileiro de Comédia (T.B.C.). As sensações vivenciadas durante o espetáculo encorajaram o jovem a procurar a atriz, que o recebeu no dia seguinte. Após este encontro, aconselhado por Cacilda, Jorge Andrade inscreveu-se no exame de seleção para a Escola de Arte Dramática (E.A.D.).

Ao se tornar aluno da EAD, Jorge Andrade tomou contato com a obra de dramaturgos importantes como Tchecov e Ibsen, adquiriu técnica e passou a desenvolver a sua carpintaria teatral, tornando-se um dos mais importantes dramaturgos brasileiros. Escreveu peças que estabelecem uma relação intrínseca entre História e Teatro³.

Com o intuito de estabelecer um diálogo com as interpretações construídas pela historiografia, bem como buscando compreender o seu momento presente à luz de experiências históricas anteriores, Jorge Andrade tornou temas como aristocracia cafeeira, industrialização, ciclo do ouro, bandeirantismo⁴ os eixos de sua dramaturgia, que se ancorou em uma perspectiva realista e em uma narração que trabalha com diferentes ambientações no tempo e no espaço.

² *As Confissões de JORGE ANDRADE*. p. 15 (mimeo).

³ Um conjunto de peças de Jorge Andrade foram publicadas sob o seguinte título: *Marta, a Árvore e o Relógio*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

De acordo com Jorge Andrade, a publicação acabou revelando a existência de um ciclo que não fora construído durante a escrita das peças. Em uma entrevista, ele assim se manifestou: «organizei todo o meu teatro num livro que se chama *Marta e o Relógio*. São 10 peças. Mas eu só descobri que elas iam formando um ciclo à medida que iam sendo publicadas. Não quis impor uma ordem, ela surgiu naturalmente» (“Teatro não é palanque”. In: *Isto É*. São Paulo, 19-04-1978, p. 46).

Além do ciclo, Jorge Andrade escreveu a peça *Milagre na Cela*, o ensaio autobiográfico *Labirinto* e novelas como *O Grito*.

⁴ A constatação destas temáticas no horizonte da produção teatral do início da década de 50 permite perceber que neste período houve a construção e a divulgação de um ideário em torno do tema do "progresso", que se tornou a pilastra sobre a qual propostas, interpretadas como distintas, estiveram ancoradas. Um exemplo significativo vem a ser a presença desta perspectiva em trabalhos do Teatro de Arena de São Paulo, embora assuma a perspectiva de discutir temas sociais à luz das camadas subalternas da população. Nesse sentido, seria interessante observar, com relação à dramaturgia brasileira que o tema do nacional e a questão da história não são prerrogativas de nenhum grupo específico, mas o que fundamentalmente distingue esses trabalhos é a ótica da narração. Por exemplo, o referencial privilegiado do Arena é o operário, ao passo que em textos anteriores a decadência da aristocracia, a industrialização e a modernização são os focos privilegiados.

Nesse sentido, se for feita uma análise do conjunto das peças que compõem a publicação *Marta, a Árvore e o Relógio* observa-se, em um primeiro momento, que ela se organiza a partir de ciclos econômicos: o da mineração é a temática de *O Sumidouro*, *As Confrarias* e *Pedreira das Almas*, enquanto a atividade cafeeira e o advento da industrialização são os temas de *A Moratória*, *Os Ossos do Barão*, *A Escada*, *Senhora na Boca do Lixo* e *Rastro Atrás*.

Em meio a estes ciclos econômicos, acontecimentos como Inconfidência Mineira, Revolução de 1842, Revolução de 30 ordenam a temporalidade presente na obra de Jorge Andrade, bem como permitem evidenciar a perspectiva de debate histórico presente em suas criações. Esta constatação torna-se mais evidente se se recorrer às explicações dadas pelo próprio autor acerca de seus trabalhos. Certa vez, ao ser convidado a falar sobre sua produção artística, Jorge Andrade assim se manifestou: «eu só entendo o teatro como representação viva de um fato e neste fato o personagem principal deve ser sempre o homem. O homem brasileiro. Acho que, se a arte não registra o homem, no tempo e no espaço, para mim não é arte, não é teatro, não é literatura, não é nada. As gerações futuras vão querer saber como o homem brasileiro pensava, como vivia, como trabalhava, como lutava. Penso que esta é a missão principal, essencial, da arte e do teatro (...) Quando eu pego, por exemplo, Fernão Dias, o que quero discutir é se as minas devem ser descobertas, para serem exploradas pela Corte e não pelo colono. Este debate está claro em *Sumidouro*. Não importa se é século XVI ou XVII, o debate está também no século XX, no debate das multinacionais. Vale a pena importar o *Know-how* que nos explora? E investigar a História é também fugir à perspectiva histórica dos ganhadores. Por que é que o mártir da Independência é Tiradentes e não um dos mulatos da revolução dos Alfaiates, na Bahia? A Inconfidência Mineira era uma revolução de mentira, idealizada pelos historiadores, enquanto que a revolta dos Alfaiates é uma revolução social, do homem do povo. O teatro pode evocar essa história que foi surrupiada»⁵.

Esta afirmação de Jorge Andrade permite que sejam apreendidos os elementos conceituais mobilizados para constituição de seu trabalho. Em primeiro lugar, deve-se observar a maneira como ele busca definir e compreender o papel social da arte, pois em suas considerações a criação artística só atinge sua plenitude na medida em que ela possa propiciar um debate social, isto é, que a sua fruição suscite debates e reflexões. Após definir o compromisso social de sua dramaturgia, o autor anuncia o lugar, por ele escolhido, para a realização do debate: o universo da reflexão histórica.

⁵ ANDRADE, J. "Teatro não é palanque". In: *Isto É*, São Paulo, 19-04-1978, p. 45-46.

Nesse sentido, a articulação histórica é de fundamental importância para que se viabilize a compreensão do processo vivenciado, bem como permite que as questões políticas oriundas do presente apontem possibilidades de reinterpretação dos acontecimentos que, organizados, constituem a idéia de uma “história nacional”.

Esta proposta de trabalho permitiu a Jorge Andrade estabelecer a idéia segundo a qual o trabalho artístico, por não ter, a princípio, nenhum compromisso com as relações de poder, reuniria as condições ideais para recuperar a “história dos vencidos”, e, neste contexto, elaborar uma “história popular”. Para ilustrar a sua hipótese, o dramaturgo oferece como exemplo o “esquecimento” sofrido pela revolução dos Alfaiates em favor da Inconfidência Mineira, interpretada por ele como uma *construção historiográfica*.

Aliado a esta perspectiva de interpretação, há o debate que envolveu segmentos significativos da sociedade brasileira no decorrer dos anos 50 e 60: a necessidade de vincular a idéia de progresso e de desenvolvimento a uma perspectiva nacionalista. Neste momento, o debate que se constituía em torno dos conceitos de Nação x Anti-Nação localizava na atuação do Estado, em consonância com as forças “progressistas”, o lugar privilegiado da reflexão. Neste contexto, a idéia de uma “unidade nacional”, a existência de um passado comum torna-se fundamental para a viabilização de tal encaminhamento, ou de acordo com as idéias de Carlos Alberto Vesentini

«para o país, em seu passado, assumir o “ar” de uma vida, ou conformar um desenrolar seqüente e ordenado, certos temas fornecem seus grandes momentos, suas viradas decisivas. O maior senão reside no surgirem não como temas, mas como fatos objetivos, podendo – exatamente por isso, por esse dispositivo – reproduzir-se, e sua articulação continua garantindo a percepção da vida da nação, a despeito das reinterpretações»⁶.

A partir destas considerações, pode-se dizer que a peça *As Confrarias* é um documento chave para pensar a proposta de Jorge Andrade, com o intuito de recuperar uma outra historicidade, e discutir a proposição de Vesentini, uma vez que o tema da Inconfidência Mineira é fundamental tanto para a constituição da identidade nacional quanto para enfatizar temas como liberdade e resistência política⁷.

⁶ VESENTINI, C. A. *A Teia do Fato*. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 87.

⁷ Esta observação torna-se mais elucidativa se for observado que a luta dos Conjurados Mineiros foi escolhida como emblemática no interior da resistência política aos governos militares brasileiros

Embora tenha sido a penúltima peça a ser escrita, *As Confrarias*, seguida de *Pedreira das Almas*, abre o ciclo *Marta, a Árvore e o Relógio*, que se encerra com *O Sumidouro*. Significativamente, são os três textos teatrais que colocam em discussão a exploração mineradora. Nos dois primeiros tem-se a extração dos veios auríferos, enquanto na terceira, por meio do protagonista Fernão Dias e do bandeirantismo, atualizam-se cenicamente temas como a expansão do território brasileiro, o aprisionamento dos indígenas e a busca de pedras preciosas, em particular as esmeraldas. Uma das possibilidades interpretativas desta organização pode ser pensada à luz da idéia de exploração do solo em detrimento de uma perspectiva de ocupá-lo por meio de uma integração entre homem e natureza. Assim, as discussões acerca da ocupação das terras carregam em seu interior a idéia de brasilidade e da constituição da nação, a serem construídas segundo um resgate crítico do processo de ocupação do território brasileiro, propiciando que a relação passado/presente seja constantemente alçada à condição de elemento explicador da realidade vivida.

Ao lado destas questões, outros elementos devem ser verificados nas peças que, especificamente, têm como tema a atividade mineradora. No que se refere à estrutura dramática, tanto *As Confrarias* quanto *Pedreira das Almas* estão

instaurados no pós-64. O teatro de Arena de São Paulo, após a fase da “nacionalização dos clássicos” enveredou pelos musicais com o intuito de resgatar a história brasileira como, por exemplo, *Arena Conta Zumbi* (1965) e *Arena Conta Tiradentes* (1967). Acerca destes dois espetáculos, a crítica teatral Mariângela Alves de Lima assim se manifestou: «mas não é exclusivamente a oportunidade histórica que justifica a atração desses musicais sobre o público. Em *Zumbi*, mais do que nos outros trabalhos, há qualidades literárias e musicais que asseguram o interesse mesmo se considerarmos a hipótese do desaparecimento da relação entre opressores e oprimidos da face da terra. O objetivo de provocar empatia do público com os movimentos libertários populares fez surgir uma das representações mais poéticas e compreensivas dos povos africanos que vieram para este país. Da mesma forma, *Arena Conta Tiradentes* eliminava a mistificação que acompanha o ensino da história no país e inaugurava um tratamento inteligente do fato histórico através da representação artística». (LIMA, M.A. “História das Idéias”. In: *Dionysos*. Rio de Janeiro: MEC/FNA/SNT, s/d, p. 57-58).

Em 1968, a Inconfidência volta a ser abordada no teatro, desta vez pelo diretor Flávio Rangel, no Rio de Janeiro, como um libelo à liberdade. O espetáculo de Flávio Rangel foi composto a partir dos *Autos da Devassa*, do texto teatral de Viriato Correa sobre Tiradentes, dos versos do *Romanceiro da Inconfidência* de Cecília Meireles, de músicas de Chico Buarque de Holanda, Guerra Peixe e de Heitor Villa-Lobos.

A peça foi apresentada entre os dias 12 e 15 de julho de 1968, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com vários problemas de censura. De acordo com Flávio Rangel: «eu terminava o espetáculo com uma série de *slides* da passeata de 68, fazendo uma evolução política do Brasil da Inconfidência para cá. Era o clima da época, a gente não podia deixar de tocar nesse assunto. (...) Mas depois veio a censura oficial e proibiu. A gente começou a perceber que a coisa estava enegrecendo» (SIQUEIRA, J. R. *Viver de Teatro: uma biografia de Flávio Rangel*. São Paulo: Nova Alexandria, 1995, p. 189).

ancoradas no texto *Antígone* de Sófocles⁸. Nas duas peças, corpos insepultos de indivíduos, que desafiaram o *status quo*, desencadeiam as situações dramáticas e tornam-se responsáveis pela resolução dos conflitos.

A ação dramática de *As Confrarias* é ambientada em Minas Gerais, no século XVIII, mais propriamente em Vila Rica. As referências históricas, contidas nos diálogos das personagens, situam os acontecimentos da peça em 1789 como, por exemplo, “reunião em cada de um conhecido poeta” ou “o que dizer dos versos de Virgílio *Liberdade ainda que tardia*”. O espaço cênico no tempo *presente* é ambientado no adro ou nos interiores das diferentes Confrarias (Mesa da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo – brancos; Irmandade do Rosário – negros; Irmandade de São José – pardos; Ordem Terceira das Mercês) visitadas pela protagonista Marta que, acompanhada de Quitéria, carrega o corpo do filho, José, em busca de uma sepultura.

Em meio à sua peregrinação, Marta vai respondendo às mais diversas perguntas feitas pelos representantes das Confrarias, e em suas respostas é dado ao espectador/leitor conhecer, por meio da narração ou pela atualização cênica, fragmentos do passado familiar de Marta. Nesse resgate da memória surge Sebastião, marido de Marta e pai de José, pequeno agricultor, que tem em seu trabalho uma de suas maiores realizações, bem como tomamos conhecimento de sua morte trágica, punição pelo assassinato dos mineradores. Sebastião justificou seus atos em nome da defesa da terra e da plantação:

«SEBASTIÃO: Um homem planta sementes e colhe dízimos. Dízimos sobre a terra, sobre a planta, sobre o mantimento. Meses de trabalho reduzidos nisto: um saco de trigo e muitos de ameaças. (...). Vamos perder a terra, Marta. Acharam ouro no Morro Velho (...). No riacho também. Veios riquíssimos, disseram. (...) Sei o que acontece onde acham ouro à flor da terra. Não restará nem uma planta. Um suor maldito vai salgar a água e a terra! Em vez de milho e arroz, vão brotar por todos os lados cruces e velas acesas. (...). Disseram que o subsolo pertence ao Estado e à Igreja, que precisam pagar o quinto devido ao rei, que a derrama vai começar (...) e outras coisas que não entendo. Diversas turmas já estão a caminho daqui. Inventam direitos e obrigações para agoniar a gente. (*Explode*). Mil vezes malditos, padres e reis! Passei a vida debruçado sobre a terra, vigiando sementes. Vivi de joelhos diante de minhas plantas, mais do que eles em suas igrejas. E agora... (*Subitamente*) Ninguém vai fazer minha terra virar enxurrada»⁹

⁸ Em *Antígone*, escrita em torno de 442 A.C., Creonte, que governa Tebas, proíbe o sepultamento de Polínicos, seu sobrinho, considerado inimigo da pátria porque lutou contra sua cidade natal, Tebas. No entanto, sua sobrinha Antígone, irmã de Polínicos, o desobedece e sepulta o “traidor”. Por seu ato, Antígone é condenada à morte e suicida-se.

⁹ ANDRADE, J. “As Confrarias”. In: ———. *Marta, a Árvore e o Relógio*. 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 40-41.

Em outros momentos, Marta recupera a ansiedade do filho em relação às suas origens, e a necessidade de encontrar novas expectativas para sua vida, até se descobrir como ator:

«JOSÉ: Cada um tem o seu sentido de plantar. (...). Pois eu gostaria de descobrir um meio de abrir as portas, ver como vivem, o que pensam, o que têm e o que gostariam de ter. (...) Ser com perfeição o que a gente não é... e é, ao mesmo tempo. Para mim, a senhora é mãe, mas para meu pai, não. Para a senhora e ele, sou filho... mas para mim mesmo, quem sou?»¹⁰

Desses dois homens, Marta retira sua inspiração e suas convicções de vida. De Sebastião ela rememora o amor pela terra, o seu desespero com a idéia de espoliação da natureza, e a lembrança de seu corpo pendurado à árvore, que lá apodreceu por determinação do próprio Sebastião que queria que seus ossos se misturassem àquela terra que ele tanto cuidou e amou. De José, por sua vez, de José ela retira a irreverência, o prazer pela vida, a multiplicidade de experiências propiciadas pelo trabalho de ator.

No entanto, este resgate do passado é fragmentado na medida em que são perguntas feitas a Marta que permitem a retomada de situações do passado. Assim, é dado a conhecer a condição de marginalidade em que vive o ator, profissão geralmente exercida pelos mulatos, bem com diálogos entre mãe e filho sobre qual seria a contribuição do teatro para a transformação da sociedade. Em meio a esses diálogos, assistimos a encenações de José, de peças como *Catão*, *As Bodas de Fígaro* ou lendo trechos de *Cartas Chilenas*, bem como em um determinado momento, ao interpretar Marco Bruto, o seu trabalho transforma-se em uma denúncia de Barbacena. Nesta circunstância, é revelada a *causa mortis* de José. Fora morto por um beleguim¹¹ por suspeita de sedição:

«*José é iluminado, caminhando na direção do público. Fala diretamente com este. Durante a fala, percebemos que as pessoas vão saindo. E a medida que saem, José vai se descontrolando*). JOSÉ: Mas será que não compreendem? Por quanto tempo vamos agüentar isto? *(Como se ouvisse a fala de alguém)* Não! Não é verdade! Nós nos dividimos porque muitos não acreditam em liberdade. Só querem estar em evidência. Mas vejam quantos ministros reais, oficiais de justiça, de fazenda, de guerra, foram mandados para cá, para extração, segurança e remessa do ouro! Não aprenderam ainda que o serviço real, quando estendido aqui ao longe, se torna violenta e insuportável? Não! Não saiam! Quantos ofícios não foram criados para

¹⁰ Ibidem, p. 31.

¹¹ Elemento pago pela Corte para manter a ordem vigente.

confundir vocês e sepultá-los em suas minas. (*Misturando, inconscientemente, suas idéias com falas de Marco-Bruto e Catão*) “Sobre nossas cabeças cada instante vemos troar da tirania os raios”¹².

Assim, neste universo de questionamentos, Marta, tendo acrescido à sua experiência as memórias de Sebastião e de José, não reconhece nas leis das Confrarias argumentos que abalem seus pontos-de-vista. Cada resposta negativa que recebe, é um motivo para continuar inquirindo e lutando. Por fim, a última Confraria visitada, Ordem Terceira das Mercês, aceita enterrar José. Marta, porém, terá de propiciar as condições para isso. No entanto, ela se recusa, vai embora deixando para trás o corpo de José. Em outro espaço cênico, tempos depois, Marta conversa com José:

«MARTA: (*Carinhosa*) Viu como consegui? Plantei você dentro deles! Juntaram-se tôdas as confrarias para trazerem você. Pelo medo, eu sei. Tantas orações, tanto amor inútil jogado às estrelas, deixou o mundo delas vazio, povoado só pelo medo. Fiquei olhando de longe, filho. Mas sentia todos aqueles pés caminhando em mim, cortando minha carne como arados. Carregavam você e eu me sentia como se carregasse todos... há milhares de anos! Sabe por que o deixei naquele adro? Por que usei seu corpo? De repente, compreendi que quanto mais plena de sentido, quanto mais ligada a uma existência humana for a vida, tão menos terrível é a morte. É porque... se eu o enterrasse com minhas mãos esqueceriam que você viveu... e porque morreu (*Marta ajoelha-se e beija a terra*) Aqui é o seu lugar. Daí veio, para aí tinha que voltar. Todos os homens, até mesmo Deus, voltam um dia à terra. Aqui, poderá contemplar as estrelas, o espaço infinito, as folhas, as flores e os frutos. Poderá vigiar o caminhar da luz que se aproxima cada vez mais de todos os homens. Ela é como a luz das estrelas: demora a chegar, mas chega. É terrível descobrir que nada existe além de nós, que nenhuma transferência pode ser feita, carregaremos o que somos até o último fim. E é bom saber disso! Enquanto existir um homem na face da Terra, você não estará só. Deus morreu... para que você exista! Mais um pouco... e uma só será a confraria de todos»¹³.

Por meio de Marta, que consegue mobilizar a sociedade para que seu filho seja enterrado, Jorge Andrade retoma o tema da liberdade e da participação política, no século XVIII, sob a ótica dos setores marginalizados. Nesse sentido, pode-se dizer que uma de suas questões básicas seria refletir acerca da exclusão social no Brasil colônia, como, também, tentar discutir quem são os excluídos sociais deste período. Estes, na peça, são representados pelo pequeno lavrador, pelo ator e pela cortesã. No entanto, a maneira como a discussão foi conduzida

¹² *Ibidem*, p. 65-66.

¹³ *Ibidem*, p. 68.

evidenciou que os temas que estruturam a reflexão são aqueles advindos da historiografia da Inconfidência Mineira.

Feita esta constatação, seria importante retomar o momento em que o autor anuncia a possibilidade de a arte resgatar uma “história dos vencidos”, não comprometida com as perspectivas dos vencedores. Na verdade, quando Jorge Andrade propõe estabelecer um outro lugar para a discussão, o que se observa é que os temas que desencadeiam as situações dramáticas são os mesmos que norteiam as reflexões do que o autor denominou “interpretação vencedora”. Assim, não há dúvidas: se, por um lado, a proposta de Jorge Andrade propicia uma discussão com novas abrangências, de outro lado, não elimina os debates e as reflexões que propagaram as idéias e as propostas que orientam as abordagens sobre o tema. Evidencia a dificuldade existente em pensar uma perspectiva que elida os agentes sociais, que se tornaram vitoriosos no processo, bem como revela que o diálogo entre historiografia e arte é sempre tenso, contraditório e extremamente profícuo.

MESA REDONDA

A organização social da morte: Um estudo sobre a exclusão social no cemitério de Meia Ponte na província de Goiás em 1869 •

Cristina de Cássia Pereira Moraes
UFG

Analisar o conceito de *exclusão* perpassa pela discussão da História Social, que conforme Déa R. Fenelon, nos impulsiona a fazer constantes leituras de outras experiências, a quebrar ortodoxias, aprendendo a construir categorias, explorando experiências vivenciadas e descobrindo, neste diálogo constante com as fontes, sujeitos colocados à margem da sociedade.¹ Esses excluídos, são nesse trabalho, vistos como aqueles que lutaram para terem direitos iguais de serem enterrados no mesmo local de quem tanto os diferenciavam em vida.

1. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA VIDA

O antigo arraial de Meia Ponte foi erguido à margem do rio das Almas ao sopé dos Montes Pirineus. A parte meridional é cortado pela cordilheira geral comumente chamada de Espigão Mestre que, desde a Província de Minas Gerais, oferece ao arraial um clima temperado, em que nem o calor, nem o frio jamais incomodam². Seus vales são belos, férteis e independente da estação, verdes; pois, o terreno é sempre úmido e propício, seja para o trigo, cevada, aveia, algodão, fumo, marmelos, maçãs ou romãs. Suas origens confundem-se com a bandeira do Anhanguera, sendo atribuída a um dos companheiros de Bartolomeu Bueno da

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “Tendências atuais da historiografia e a exclusão social em Minas Gerais”, apresentada no dia 22 de julho de 1996.

¹FENELON, Déa R. *E.P.Thompson – História e Política*. Projeto História 12: “Diálogos com Thompson”. São Paulo: Educ, out.95,pp.79-80.

² SOUZA, Luiz Antônio da Silva e. Memória do descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás. In: TELES, José M. *Vida e Obra de Silva e Souza*. Goiânia: Oriente, 1978, p 149.

Silva, Urbano do Couto Menezes, a descoberta das minas de Nossa Senhora do Rosário da Meia Ponte em 1727. Na falta de recursos para registrar as *datas de mineração* cedeu o direito a Manoel Rodrigues Thomar, um português que possuía os escravos e posses necessários para fundar o Arraial do mesmo nome.

O arraial foi povoado a partir de 1731, elevado a Paróquia em 1736, era conhecido pelos viajantes que da cidade de Goiás se dirigiam à corte do Rio de Janeiro como um lugar encantador e ponto estratégico de abastecimento devido ao entroncamento de diversos caminhos. Em 1832 Meia Ponte passou a condição de vila contando com seis igrejas, diversas praças, dois chafarizes e uma fonte, uma ponte e oito ruas principais, uma cadeia, um jornal – o primeiro do centro-oeste – definido por seu proprietário Comendador Joaquim Alves de Oliveira, como um jornal “politicamente liberal e socialmente conservador”³ o “*Matutina Meiapontense*”, uma biblioteca pública, uma banda de música e uma pedreira, na margem oriental do rio das Almas, de onde extrai-se *pedras elásticas ou flexíveis que se curvam quase em circuito e retornam a sua natural direção*.⁴ Por toda a cidade observa-se a abundância da pedra calcária no calçamento das ruas, quintais e nos beirais das portas.

É interessante como suas ruas são largas e retas delimitadas por casas de alicerces ou porão alto que abrigava os escravos, todas limpas e como escreveu Saint-Hilaire, caprichosamente caiadas e cobertas de telhas⁵. Diversas são as janelas e portas para a circulação do ar e portões laterais adentrando quintais, que mais pareciam pomares de fazendas com diferentes frutos. Até 1869, a cidade de Meia Ponte foi paulatinamente redefinida e reordenada pelos proprietários comerciantes e agropastoris que a tornam auto-suficiente economicamente. A princípio, através do comércio de algodão, fumo e café⁶, posteriormente, pelo *criatório* de escravos para o abastecimento interno da Província de Minas Gerais e São Paulo.⁷ Com esse novo direcionamento, a classe proprietária da cidade elabora um novo código de posturas que depois de apreciado pela Assembléia Legislativa da capital vigora a partir de 1868. O novo código – com poucas, mas decisivas alterações – era parecido com a Resolução de 1846, a qual vigorava em toda a

³ BRANCO, Lena Castelo. *Arraial e coronel. Dois estudos da História Social*. São Paulo: Cultrix, 1978.

⁴ Ibid SILVA E SOUZA, p.156

⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. São Paulo :Ed. USP,1975.

⁶ Arquivo Estadual de Goiás, cx. 02,Relatório da Câmara Dr. João Bonifácio Gomes de Siqueira: “...as manufaturas fabricam e exporta-se anualmente grande quantidade de tecidos de algodão e lã com sejam cobertores, redes, coxonilhos, cortes de calça...”

⁷ Arquivo Estadual de Goiás, cx. 02, Coletoria da cidade de Meia Ponte, 1850-1872.

província de Goiás. As posturas decretadas constavam de sete títulos ou parágrafos, com um total de oitenta e sete artigos.⁸

Através dos relatórios e das posturas encontramos a cidade em 1869, com as mesmas preocupações da cidade de Goiás, já levantadas por nós em pesquisa anterior⁹, a respeito do cuidado em não deixar construir casas sem observar o alinhamento, o prospecto das ruas e a propriedade do terreno, a edificação em terreno devoluto, tanto na cidade quanto nos arraiais, independente de licença da Câmara; a preocupação com a higiene dos açougues, tavernas, matadouro público; com a tranquilidade da cidade ao proibir que os transeuntes usem armas brancas e de fogo¹⁰, exceção apenas aos tropeiros e viajantes e inúmeros artigos regulando a vida e o tratamento dos escravos.

O destino da maioria desses escravos, partir de 1851, foi modificado através do aumento do tráfico interno, pois, o tráfico externo estava proibido a um ano pela Inglaterra. Rapidamente, portanto, a mão-de-obra foi ficando mais difícil de se encontrar e entre os anos de 1851-1857 o preço dos escravos e a taxa de exportação cresceram assustadoramente. A necessidade de mão-de-obra para a cafeicultura que florescia no vale do Paranaíba e também as lavouras de algodão, cana-de-açúcar e café de Meia Ponte, aumentara nos últimos anos o tráfico de uma província a outra.¹¹ Através da arrecadação dos impostos pesquisados nos manuscritos da coletoria, observamos a cobrança de taxa de exportação de escravos subir em média durante cinco anos 121,24%.

⁸ Arquivo Estadual de Goiás. Posturas n 105 de 10 de novembro de 1868, Título 1-*Estradas, ruas e praças*; Título 2-*Saúde*; Título 3-*Tranquilidade*; Título 4-*Segurança da propriedade*, Título 5-*Abastança*; Título 6-*Mendigos*; Título 7-*Disposições Gerais*.

⁹ MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *As Estratégias de Purificação dos espaços na capital da Província de Goiás 1835-1843*. Goiânia:UFG,1995.

¹⁰ Arquivo Estadual de Goiás, Posturas n 105 de 10 de novembro de 1868: “Art. 24 – *É livre a qualquer trazer as ferramentas do seu officio bem como os lenheiros e carreiros o uso de foice ou machado, estando em actual exercício.*” “Art. 25 – *Os tropeiros e viajantes em seu trajecto pelas povoações podem usar das armas que lhes forem precisas*”.

¹¹ Arquivo Estadual de Goiás, cx.2, 1850-1872: taxa de exportação de escravos, ano 1852: 100\$000; 1853: 180\$000; 1855: 197\$500; 1856: 231\$450; 1857: 875\$000.

COLLETORIA DA CIDADE DE MEIA PONTE
 Colletor Alexandrino Carlos da Silva

1851	Dízimo do gado	2\$ réis
1851	Dízimo de miúncas	4\$ réis
1851	Décima urbana	2\$ réis
1851	taxa de café e fumo	12\$ réis
1851	taxa nas tavernas	6\$ réis
1851	taxa de exportação escravos	14\$500 réis
1851	taxa nos engenhos	50\$ réis

Com relação à venda de escravos de heranças arrematados em Juízo Municipal, notamos a mudança na forma de pagamento, pois, estavam aceitando a alienação dos mesmos. Na análise das taxas cobradas ao preço de 40\$000 réis durante os anos de 1852-1862 para a arrematação dos escravos, os homens foram por muito tempo mais numerosos que as mulheres. Após 1859, quando os escravos ficam mais caros pelas dificuldades de aquisição, as mulheres foram mais procuradas, por poder produzir filhos. Nos manuscritos da coletoria de Meia Ponte entre 1859-1872 encontramos um elevado número de escravas jovens arrematadas em Juízo Municipal, alienadas e revendidas à Província de Minas Gerais, a saber:

“Pagou Silvério Luiz Brandão a quantia de quarenta mil réis proveniente da taxa d’ uma escrava crioula de 12 anos de nome Francisca, que comprou pertencente a herança de D. Isabel Maria Seixas, que arrematou no Juízo Municipa... escrava cabra de 15 anos de nome Maria pertencente a herança de D. Isabel m. Seixas. Pagou o Tenente Coronel Teodoro da Silva Baptista (...) por duas escravas, uma crioula e uma cabra ambos de 5 anos... Tenente Coronel Theodoro (...) escrava mulata de nome Romana de 7 a 8 anos. Pagou o Alferes Inacio Baptista de Loyola (...) escrava crioula de 14 anos de nome Brigida. Pagou o Tenente João Gonzaga Jaime de Sá (...) escrava cabra de 19 anos...”

Com a quantidade de escravos determinava a riqueza de seu proprietário, todo esse comércio de escravos na cidade de Meia Ponte atinge, no censo de 1872, 13.194 habitantes; perdendo em número apenas para a capital Cidade de Goiás, então com 17.727 habitantes. Aliás, sempre existiu desde a sua fundação uma rivalidade contra os vila-boenses, que eram essencialmente paulistas. A rivalidade

chegou ao ponto dos habitantes de Meia Ponte chama-los de “*gente com língua e meia*”.¹²

Ao que parece Meia Ponte converteu-se temporariamente, em polo de desenvolvimento do tráfico de escravos e do comércio de algodão, açúcar e café, como constatamos nos impostos arrecadados. Segundo Costa, esses escravos seriam oriundos de Angola, Bahia e também do norte de Goiás. Como não estabeleciam laços desde a década de 50, as fugas eram constantes; nos arredores da cidade formou-se até mesmo um quilombo, motivo pelo qual, de acordo com Costa, o governo formou “*uma companhia de 18 ou 20 capitães do mato e quando capturados, foram açoitados, marcados a fogo, tinham uma orelha decepada ou até mesmo eram mortos*”.

Um grupo de fazendeiros, mais poderosos, dito “comerciantes agrícolas”, a maioria das vezes eram oficiais da Guarda Nacional cumprindo a função de proteção contra as revoltas populares, dirigia a vida municipal, as eleições para Juizes de Paz, que como foi observado por Moraes¹³ o Juiz de Paz era eleito o representante do serviço policial e, não cumprindo com firmeza os seus deveres, era substituído pelos suplentes segundo a ordem de maior votação.

Tanto o Juiz de Paz quanto o Juiz de Facto deveriam ser fiscalizados pelo Juiz de Direito Letrado¹⁴. Tal fato, porém, não ocorria. Os Juizes de Direito, escolhidos dentre os bacharéis em Direito, eram nomeados pelo Imperador. Porém, o centro do poder estava com o Juiz de Paz, armado com a truculência dos seus servidores, os inspetores de quarteirão. A autoridade de eleição popular era (quase) tudo, e a única de nomeação do governo central, nada. A preocupação das autoridades com os Juizes de Paz devia-se ao poder de mando local de que eles estavam investidos.

Essa dominação estava explícita em alguns artigos do título 3 que visavam particularmente os escravos:

¹² COSTA, Lena Castello Branco F.. *Arraial e Coronel: dois estudos de História Social*. São Paulo: Cultrix, 1978.

¹³ MORAES, Cristina de Cássia P. *As Estratégias de Purificação dos Espaços na Capital da Província de Goiás 1835-1843*. Goiânia:1995,pp.125.

¹⁴O Juiz de Paz era incumbido de conciliar partes desavindas, processar e julgar cobranças de pouco valor, e praticar outros atos civis ou criminais de sua alçada, inclusive realizar casamentos. O Juiz de Facto julgava segundo a sua consciência, sem fundamentar a sua decisão, enquanto o Juiz de Direito Letrado julgava segundo a prova dos autos e segundo o direito. Documentos Avulsos sobre a justiça, cx. 62, 1848.A.H.E.G.

“Art. 27- Ficam proibidas os batuques e outras danças indecentes, com palmas e bebidas espirituosas, pena de 8\$ ou 08 dias de prisão ao que dê a casa e 4\$ ou 04 dias de prisão a cada um dos concurrentes.

Art. 28- Depois do toque de recolher, ninguém consentirá em sua casa danças, ainda que decentes, com motim ou estrondo, salvo havendo motivo licito de regozizo, n’esse cazo, porém, dar-se-há parte ao respectivo inspector de quarteirão; aos infractores, as mesmas pennas do artigo antecedente.

Art. 30- Ao taverneiro, ou qualquer pessoa, que consentir que, em sua taverna ou casa, escravas alheias se embriaguem ou joguem, multa de 20\$ dobro em reincidência.

Art. 31- O escravo que for encontrado bêbado ou jogando em taverna ou outra qualquer parte será preso e entregue ao senhor

Art. 33- Todo aquelle que comprar á escravos, famulos, tutelados ou filho-famílias e voltar qualquer genero de prata, ouro, animaes, ou qualquer genero de valor real ou estimativo, que não sendo do vendedor, se prove d’olo no comprador, multa de 8\$, ou 08 dias de prisão

Art. 73- A câmara vigiará sobre o bom tratamento dos escravos por intermédio dos seus fiscais.

Art. 83- Depois do toque de recolher nenhum escravo poderá transitar pelas ruas sem bilhete de seu senhor: pena de ser recolhido á cadeia.¹⁵“

Esse controle parece ser mais acirrado do que na capital da Província, haja visto que na Cidade de Goiás, a maioria dos escravos quando não libertos, eram de ganhos, arrematando inclusive serviços diversos. Dentre eles, muitos trabalhavam como jornaleiros, ou seja, por um dia de jornada. Em Meia Ponte, até meados da década de 1860, ao contrário da capital, os escravos além de não terem tamanha autonomia, quase sempre não ficavam muito tempo por aquelas paragens. Exemplo óbvio era o fato de que somente em 1.865 que se estrutura uma irmandade de pretos – como a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos ou São Benedito – existente desde o século XVIII no restante da Província. Em relatório de um fiscal municipal em 1867, lemos: “(...) *temos nesta cidade a Igreja matriz que conserva-se em bom estado e necessário acceio e três igrejas filiais que são as do Senhor do Bonfim, do Rosário e do Carmo, todas em deplorável estado, necessitando de serem socorridas pelos cofres públicos visto que, suas irmandades não tem rendas para repará-las.*”¹⁶

Em princípio, uma irmandade é uma associação de irmãos, da mesma cor ou raça, de mesma classe, profissão ou credo religioso. O pesquisador baiano Reis

¹⁵ Arquivo Histórico de Goiás: Posturas nº 105, cx.2, Pirenópolis.

¹⁶ Arquivo Histórico de Goiás: Relatório de Dr. João Bonifácio Gomes de Siqueira, cx 3, Pirenópolis,

define essas irmandades “como associações corporativas, no interior das quais se teciam solidariedades fundadas nas hierarquias sociais”¹⁷.

A falta de uma irmandade de pretos até a década de 1.860 na cidade seria pela periódica rotatividade de seus escravos, vendidos quase sempre entre cinco e dezesseis anos de idade. Como analisamos em pesquisa recente que a organização dos trabalhadores na Província de Goiás, sejam escravos, forros ou assalariados, se organizavam pelas irmandades – uma parte religiosa que cuida da morte – e confrarias – a parte que cuida da vida – podemos observar que a irmandade de maiores posses encontrava-se na igreja matriz dedicada a N. S. do Rosário. Essa igreja, muito grande, ergue-se no centro de uma praça quadrada, com as paredes de taipa de pilão com 12 palmos de espessura, assentadas em alicerces de pedra calcária da pedreira localizada acima do rio das Almas; seu interior é suficientemente ornado com as cores vermelhas das opas da irmandade. Fora organizada enquanto a representação da classe dominante local – branca, dona das terras, do comércio, do tráfico e *suficiente*. Através de seu Termo de Compromisso, apenas aceitariam irmãos e irmãs que “(...) *serão todos pessoas brancas, idoneas, e suficientes, e ornados de bons costumes, para que huns sejam exemplos para outros, e firmão como devem, sem repugnância, com toda a reverência e acattamento a teo soberano e excelso Senhor.*”¹⁸

A irmandade do Santíssimo Sacramento de Meia Ponte tinha seu Reverendo Pároco – que assegurava o serviço de certos ofícios e cerimônias – um provedor, um procurador, três escrivães e três tesoureiros.¹⁹ O Provedor ordenará ao Procurador que achem os dez Irmãos de Mesa para juntamente com o procurador, decidirem o mês em que cada membro da mesa ira arrematar as esmolas necessárias para a irmandade, bem como controlar os irmãos para assistirem com opas – capas – a todas as funções em que se expuser o Santíssimo e também no acompanhamento quando saírem em procissão ou em viático.

Ao que parece, os divertimentos dos meia-pontenses eram as atividades públicas religiosas, as execuções no campo da força, além de um gosto pronunciado pelos banhos no rio das Almas e inúmeras cachoeiras existentes ao sopé dos montes e serras. As festividades religiosas estavam controladas pela

¹⁷ REIS, João José. *A morte é uma festa, Ritos fúnebres e Revolta Popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, pp.51.

¹⁸ Arquivo Histórico de Goiás: cx 0052, pacote 01, 1847.

¹⁹ “*No sábado da Aleluia se ajuntarão no consistório da Irmandade o Provedor, o Thezoureiro e Escrivão e com assistência do Reverendo Párocho ellegerão tres homem de probidade e dos mais abastados da Freguezia para serem propostos para Provedor...*” Arquivo Histórico de Goiás, cx. 0052, pacote 01, 1847.

irmandade do Santíssimo Sacramento e sendo as de maior importância, a da padroeira Senhora do Rosário da matriz, a festa do corpo de Deus e a da semana santa. A confraria que cuidaria das questões terrenas na cidade carecia de importância. Não constatamos preocupação maior que a religiosa.

Dentre as três irmandades existente, a do Senhor do Bonfim que representava os militares e demais profissionais liberais teve algum brilho durante as décadas de 1820-30. O brigadeiro Cunha Mattos descreve a igreja por ocasião da recente proclamação da independência:

“(…) A Igreja he espaçosa; tem cinco altares mui decentes, e os campanarios e frontispício estão para ser reparados. Acha-se assentada na mais pittoresca posição, e della se desfrutão golpes de vista de maneira admirável”

A partir de 1840, a Irmandade do Santíssimo Sacramento elege para provedor por três mandatos o Comendador Joaquim Alves de Oliveira, rico traficante de escravos e proprietário de terras que pela estruturação da irmandade, deixa as outras duas em completa letargia, ao ponto de acatarem as decisões tomadas pela irmandade do S. Sacramento que dentre outras metas não permitirá a organização de outros segmentos da sociedade via confrarias²⁰. A organização da sociedade de Meia Ponte estava delineada através da exclusão social de pessoas que não poderiam fazer parte da Irmandade do Santíssimo Sacramento da igreja de N.S. do Rosário. Isso em vida, o que diremos então na morte?

2. A ORGANIZAÇÃO DA MORTE

As irmandades se comprometem a fazer rezar missas pelos seus membros falecidos ou agonizantes para depois acompanhá-los à sepultura. É sabido, que um grande momento da vida religiosa são os enterros. Quanto mais rico fossem a pessoa, maior a pompa.

Na cidade de Meia Ponte, a inspeção, administração e receita do cemitério, competia à Irmandade do Santíssimo Sacramento a cujas expensas ele foi construído e seria conservado. No artigo trigésimo primeiro a irmandade decide: logo que o cemitério receber a benção, ficam proibidos os enterros nas igrejas e no recinto delas, sob a pena de multa de dez mil reis aos infratores.²¹ Na Províncias de Goiás, proibiram-se os enterros nos interiores das igrejas somente quando foi

²⁰ Fundação Educacional da Cidade de Goiás, Regulamento do Cemitério de Meia Ponte, 10 de abril de 1869.

²¹ Fundação Cultural da Cidade de Goiás, Regulamento do Cemitério de Meia Ponte, 1869.

construído o cemitérios públicos, mesmo assim, existem relatos de párocos que querem ser enterrados dentro de igrejas. A lei desde 20 de junho de 1846 determinava:

“Art. 2º, parágrafo 1º: Sepulturas nas Igrejas Matrizes, Paróchias e suas filiaes, salvo o direito das Irmandades, e em quanto sennão estabelecer o cemitério público”²²

Após a criação do cemitério público em Meia Ponte, instituiu-se uma nova exclusão, a exclusão social dos mortos. Criou-se uma “geografia social dos mortos”,²³ pois, cada área do cemitério seria dividida para sepulturas de cada uma das *seguintes classes*:

primeiro: Para menores livres ao lado direito da capella.

segundo: Para a irmandade do Santíssimo Sacramento

terceiro: Para a irmandade do Santissimo Sacramento

quarto: Para as Irmandades de Nossa Senhora dos homens pretos e de S. Benedicto.

quinto: Para a Fabrica.

sexto: Para a pobreza e escravos.

sétimo: Para depósito de ossos ao lado esquerdo do portão

oitavo: Para se sepultarem aquelles que não tiverem sepulturas eclesiástica ao lado

direito do portão: esta área não será benta.²⁴

A exclusão social teria continuidade até mesmo na morte. As irmandades do Senhor do Bonfim e dos Passos foram excluídas dos *enterramentos* mediante rivalidade havida durante a festa da Padroeira da cidade quando a irmandade do Senhor do Bonfim, convidou um militar para ser o juiz da festa e não permitiu que fosse retirado a cera do trono que se expunha o Santíssimo Sacramento.²⁵ O provedor da irmandade do S.S. não aceitou o juiz eleito e não permitiu que a dita irmandade participasse da festa. O rompimento desaparece lentamente com as duas irmandades do Senhor do Bonfim e Senhor dos Passos. Aqueles que possuíam bens como sítios, casas, escravos ou até mesmo uma patente militar foram aceitos na irmandade mediante o pagamento de 1\$200 réis de entrada e 600\$000 réis de

²² Livro das Leis Goianas, Lei nº 10 de 1846: tabela emolumentos que devem ser cobrados em benefício das fábricas das Igrejas Parochiais. I.H.G.G.

²³ REIS, João José. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX*. São Paulo:1991,pp. 247.

²⁴ Fundação Cultural da Cidade de Goiás, Regulamento do Cemitério de Meia Ponte, 1869.

²⁵ Ibid. Termo de Compromisso da Irmandade do S.S. “Art. 4- A irmandade terá o cuidado quando fizer alguma festa em que se exponha o Santissimo Sacramento de tirar toda a sêra do Throno que pertence a m^a, assim como a da lampada.”

anuidade ou de esmolas.²⁶ Como os irmãos das irmandades excluídas eram em sua maioria ex-militares, professores, trabalhadores livres com ofícios mecânicos e empregados provinciais, alguns foram aceitos, outros iriam fazer parte do artigo décimo segundo se tivessem direito a sepulturas gratuitas²⁷. A irmandade se compromete em acompanhar o irmão na agonia da vida e da morte, como explicita no capítulo nove da Receita e Despesa no artigo oitavo e nono:

“A Irmandade será obrigada quando algum dos irmãos cahirem em pobreza e adoecer, procurar-lhe a mesma o necessario p^a a sua sustentação e remédio p^a a sua sustentação e remédios p^a o medicar apesar de ser devêdor a mesma Irmandade e fazer-lhe a dita, todos os sufrágios.

A Irmandade terá obrigação logo que souber do falecimento de algum irmãos remido que estiver auzente de lhe mandar dizer oito missas²⁸

A análise do regulamento desse cemitério levou-nos a questionamentos de que, além da importância do irmão de compromisso, ser assessorado em vida e nos ofícios religiosos como extrema-unção, encomendações e missas de corpo presente, carpideiras e um local bento para o enterro; a preocupação maior era com as missas que seriam rezadas após o enterro e de acordo com o cargo ocupado na irmandade, e que estava interligado com a posição social do defunto. O destino dos suicidas, criminosos, indigentes e escravos aquilombados ou rebeldes era o vergonhoso campo da forca. Igualmente diferente eram os numerosos cortejos de menores, como Charles Expilly descreveu:

“Os riscos dourados que atravessam o fundo vermelho e o caixão revelaram-me, bem como a indumentária dos papa-defuntos a cavalo, que aquele era um cortejo de criança. É que aqui as dimensões do caixão, a sua cor e a distância entre os riscos têm

²⁶ Ibid. Art. 5- *O provedor dará trinta e oito mil e quatrocentos reis, o escrivão dezanove mil e duzentos reis, cada irmão de meza quatro mil e oitocentos reis, cada irmão de compromisso de entrada hum mil e duzentos reis e de annual seiscentos reis e só não pagarão entradas e anuais no anno em que forem oficiais e irmãos de meza, e querendo qualquer de outra irmandade ser irmão de mesa ele dará doze mil e gozará de todos os privilégios de Irmão. Art. 6- A Irmandade será obrigada a acompanhar qualquer pessoa que deixe de Esmolla de seis mil réis ou mais.*

²⁷ Ibid. *Terão sepultura gratuita: os irmãos de compromisso; os membros da comissão que construíram o cemitério e seus parentes; os cadáveres encontrados insepultos de pessoas desconhecidas no rio; os pobres como taes devidamente recolhidos; os praças de linha que faleceram em serviço e não deixarem meios; os prezos pobres, pronunciados e julgados. Todos os mais pagarão pelas sepulturas a taxa estabelecida na tabela: sepultura adulto livre: 5\$000; menor livre: 3\$000; adulto escravo: 2\$500; menor escravo: 1\$600; catacumba mausoléu: 20\$000.*

²⁸ Ibid.

um sentido convencional, preciso; elas dizem a idade, o estado e o sexo daqueles que vão dentro.”²⁹

A irmandade do S.S., decidiu que o cemitério teria um zelador, um caseiro e um servente e o zelador, seria o encarregado dos outros empregados e também da ordem interna observado sempre as normas previstas no regulamento, a saber:

“Art. 14^o Os enterramentos só terão lugar depois de nascer o sol e antes de o sol se pôr. Os corpos recebidos depois da entrada do sol serão depositados na casa do portão para no dia seguinte serem enterrados, salvo os casos extraordinários ou de moléstias contagiosas.

Art. 15^o Não serão enterrados sem previa ordem da authority competente os corpos sobre os quais housver suspeita ou indícios de morte violenta.

Art. 16^o Não se sepultarão em uma só cova dous ou mais corpos, ainda mesmo de menores.”³⁰

Existia no cemitério de Meia Ponte, um recinto para depósito dos corpos de um dia para o outro, a chamada “casa do portão” que também era usada para guardar as ferramentas do cemitério. Aparecem também, como posturas, a proibição do uso de chapéus, do hábito de fumar, de vozes demasiadamente altas e da entrada de cães ou de outros animais.

A Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos e de São Benedito apenas obtêm o direito a terreno no cemitério, após uma maior organização estruturada mediante o arrefecimento do tráfico interno e também passa a destinar-se aos irmãos que não fossem brancos – e conseqüentemente não aceitos na Irmandade do Santíssimo Sacramento – os pardos e negros forros; ao contrário do que se observa na capital da Província. Na cidade de Goiás, a Irmandade de N.S. do Rosário e São Benedito é a mais rica e sua confraria cuida da vida cível de seus irmãos, interferindo quando necessário, na compra de alforrias, pendências de heranças, a resistência ao não pagamento dos impostos de novos e velhos direitos, o sello, as décimas urbanas de seus imóveis e a taxa sobre os seus escravos.³¹ Como os escravos em Meia Ponte não pertenciam a nenhuma irmandade, eram todos enterrados em lugar já definido no regulamento do Cemitério, desde que não fossem pegos em rebeldia; se o fossem não teriam um lugar santo para serem

²⁹ MAURO, Frédéric. *O Brasil no tempo de Dom Pedro II*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 54.

³⁰ Regulamento do Cemitério de Meia Ponte, 1869.F.C.G.

³¹ Arquivo Histórico de Goiás, Repertório Geral das Leis do Brasil tomo I e II: *...sua erecção e compromisso são sujeitos a novos e velhos direitos e ao sello os seus livros. (...) pagão taxa dos seus escravos.*”

enterrados. É sabido que a maioria acreditava na estreita relação entre vivos, santos e mortos que deveriam estar sempre unidos. Essa visão do espaço sagrado era parte de uma visão do mundo e do sobrenatural em que os mortos tinham algo de divino; portanto, os vivos deveriam zelar por seus mortos e vice-versa.³² A população tinha segundo Reis, uma visão igualitária para defenderem o enterro em lugar santo junto com a classe que os excluiu durante a vida, desde que aceitassem a norma vigente.

A dificuldade encontrada para a organização de outras irmandades está explícita no último artigo do regulamento do cemitério quando determina, que se com o passar do tempo, o pároco reconhecer que alguma disposição do regulamento merecer reforma, fará ciente à Irmandade do Santíssimo Sacramento em mesa, para que esta tome a devida consideração. Qualquer alteração decidida pela Presidência da Província seria submetida à aprovação da Irmandade. É importante ressaltar a estreita ligação existente entre a classe dominante local e a política local, visto que só os homens probos e suficientes – de posses – poderiam participar da vida política e também da mesa da irmandade. A exclusão aos despojados seria feita em vida mas, com possibilidades de igualdade – não tão iguais – na própria morte.

³² REIS, p.317

MESA REDONDA

A exclusão social na historiografia local •

Coraly Gará Caetano
UFU

Nesta mesa redonda viso refletir, ainda que de modo preliminar, a produção historiográfica que vimos desenvolvendo no Departamento de História, da Universidade Federal de Uberlândia. Procuo indicar as perspectivas de investigação que estão sendo delineadas e levantar alguns questionamentos com o intuito de provocar o debate acadêmico e prioritariamente, apresentar como o tema da Exclusão Social tem sido abordado, de modo particular, entre os historiadores que se voltam para a análise da História Regional / Local.

Antes porém, acredito ser importante esclarecer que o desenvolvimento da pesquisa histórica é muito recente neste Departamento. Foi em meados da década de 1980, que os professores de História começaram a criar condições mínimas para a sua viabilização, como a implementação do Arquivo Público Municipal, Centros de Pesquisa (CDHIS), Núcleos de Pesquisa, órgãos de publicação e revistas, tais como, “História & Perspectivas” e “Cadernos de História”.

Além disso, o estabelecimento no Departamento de História de uma política de capacitação docente à médio prazo e a instituição do concurso público muito concorreram à sua dinamização. Em relação à capacitação docente é interessante observar que os professores em sua maioria se encaminharam para a realização do mestrado e doutorado nas Universidades Estaduais e Particulares do Estado de São Paulo (USP, Unicamp, PUC). As tendências teóricas e as propostas de pesquisa desenvolvidas no interior destas instituições, parecem ter orientado e estimulado significativamente as práticas de investigação. Fazendo um breve parêntese, podemos dizer que, se de um lado, a capacitação docente estimulou a pesquisa histórica, por outro, forjou uma certa dependência intelectual do historiadores da UFU aos grandes Centros de Pesquisa. Em outras palavras, os estudos elaborados naquelas Universidades se transformaram em paradigmas para o desenvolvimento de propostas de investigação.

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “Tendências atuais da historiografia e a exclusão social em Minas Gerais”, apresentada no dia 22 de julho de 1996.

Assim, este conjunto de iniciativas demarcou sensível mudança na prática dos historiadores, revelando a necessidade da produção de novos conhecimentos, no intuito de permitir uma maior compreensão dos problemas enfrentados no presente.

Por outro lado é interessante notar que não é dentre a maioria dos professores do departamento, que podemos encontrar investigações voltadas para abordagem de temas locais/regionais. Inicialmente apenas uma minoria de pesquisadores com raízes e envolvimento cotidiano com o desenvolvimento da “cidade” tomou para si aquela tarefa. Atualmente podemos indicar a emergência de alguns projetos de pesquisa cujos pesquisadores não apresentam estritos vínculos locais. Historiadores oriundos de outras localidades após terminarem seus respectivos mestrados e doutorados, começam a se voltar para a problematização de questões locais e a refletir acerca do significado político da História Regional/Local.

Gostaria de salientar que a intenção deste exame mesmo que parcial da produção historiográfica local está relacionada a possibilidade de implantação do mestrado em História nesta Universidade. Busco observar quais seriam as possíveis linhas temáticas de investigação que o norteariam. Colocar em discussão alguns referenciais de análise pareceu-me uma forma salutar de obter sugestões e propor o debate acadêmico.

Como foi apontado por inúmeros historiadores e cientistas sociais a área da produção do conhecimentos histórico adquiriu à partir do final da década de 70 novas dimensões. A presente complexidade dos problemas políticos enfrentados em nível mundial, e em particular Brasil, colocou para aqueles que visavam melhor compreender e intervir na transformação desta realidade a necessidade de revisar os tradicionais paradigmas teóricos explicativos, o que exigiu um grande investimento no redimensionamento do significado da pesquisa histórica e a valorização de novos objetos e temas de investigação.¹

Um dos objetos/temas de investigação, o qual adquiriu fundamental relevância na tentativa de se apreender a realidade, foi o descortinamento do mundo dos trabalhadores, ou melhor sua presença política. Como ilustra Eder Sader, em sua obra “*Quando Novos Personagens Entraram em Cena, Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo*”, o impacto dos movimentos

¹Ver – Paoli, Maria Celia. “Pensando a Classe Operária: Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico” In.: *Revista Brasileira de História* “À Luta, Trabalhadores!”, Ed. Marco Zero, SP, 1983. Fenelon, Déa R. “O Historiador e a Cultura Popular” In.: *História e Perspectiva*, n.6, UFU, 1992. Munakata, Kasumi. “Compromisso do Estado”, In.: *Revista Brasileira de História*, ANPUH, Marco Zero, 1984. Chauí, Marilena. “Ideologia e Mobilização Popular”, Paz e Terra e CEDEC, RJ, 1978.

sociais em 1978 teria conduzido à revalorização as práticas sociais presentes no cotidiano popular.

Influenciados tanto pela tradicional historiografia francesa (História Nova) como pela revisão teórica realizada pelos marxistas ingleses, em especial E.P.Thompson e Raymond Williams, vários pesquisadores se empenharam em resgatar uma multiplicidade de aspectos até então desprezados pelos cientistas sociais, tais como a intervenção/ação dos trabalhadores em suas várias dimensões. A criação de novas práticas de participação política, a cultura popular, a religiosidade e formas de controle desenvolvidos pelas classes dominantes visando conter e despolitizar a luta cotidiana contra a exploração e melhoria das condições de vida.

Esta renovação igualmente se fez presente no Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia, os trabalhadores dantes excluídos da História, passariam a ser valorizados. Paradoxalmente, o título desta comunicação poderia ser outro, qual seja, a inclusão dos trabalhadores na recente produção historiográfica local.

1. A EXCLUSÃO SOCIAL NA HISTORIOGRAFIA LOCAL

No Departamento de História, em 1989, foi defendida a tese de Mestrado da Historiadora Jane de Fátima Rodrigues intitulada: *“Trabalho, Ordem, e Progresso: Uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – o setor de serviços – 1924-1964”*. Seu trabalho tinha a intenção de focar temas e questões até então negligenciados pela historiografia local, a qual até aquele momento privilegiava a análise dos problemas colocados ao desenvolvimento da cidade e da região do Triângulo Mineiro pelo prisma exclusivo das determinações estruturais.² Naquela perspectiva, pouco se atentava para a presença dos trabalhadores, pois estes se colocavam como derivados dos problemas colocados pela dinâmica do desenvolvimento econômico. Segundo a autora, sua pesquisa teria por objetivo resgatar a trajetória dos trabalhadores, suas formas de luta, suas organizações visando sobretudo, incluí-los na História do Município. Os trabalhadores dantes excluídos da historiografia local, nela seriam incorporados.

Enquanto proposta de trabalho pode se observar o alinhamento da referida historiadora à uma das novas tendências de pesquisas históricas que vinham sendo desenvolvidas à partir da década de 70, as quais privilegiavam novos temas e

²Sampaio, Roberto Cury. “Migrações Internas no Triângulo Mineiro: Análise Demográfica e Econômica, 1960-1970”, BH, 1985, Tese Mimeo.

objetos de investigação, com o objetivo de tornar mais amplo o campo de atuação do historiador, ou seja, abrir novas possibilidades à construção do conhecimento histórico. Há que se apontar que enquanto procura inovar em termos temáticos, incorporando à historiografia local a história dos trabalhadores, o resgate histórico que visou construir fundamentou-se nos mesmos pressupostos que comandavam as análises historiográficas que a antecederam. Qual seja, visava reconstruir a trajetória dos trabalhadores em Uberlândia, baseando-se nas teorias tradicionais de análise do desenvolvimento econômico, as quais referendam a imagem de *cidade* construída pelas classes dominantes.

*“Recortamos o período de 1924-1964 por ter se registrado nele não só a definição das bases econômicas do município como também considerável crescimento, atraindo quantidade razoável de mão-de-obra para a cidade, vinda do campo, as regiões vizinhas e até de outros estados. Nesta fase a cidade definiu seu projeto político e ao privilegiar certos setores do crescimento econômico aprofundou a desigualdade”.*³

Visto pelo ângulo do conjunto de procedimentos metodológicos empregados na investigação, qual seja: a periodização, como o tratamento dado as fontes é possível reiterar a avaliação que, se de um lado a autora visa incluir os trabalhadores na historiografia local, por outro os exclui enquanto sujeitos que fazem sua *“própria História”*. Pois, esta trajetória seria reconstituída nos marcos definidos e por valores (memória) justificados pelos interesses das classes dominantes. Na mesma ótica observa-se a escolha das fontes: ao privilegiar as fontes oficiais e a grande imprensa local como indicadores expressivos da presença e formas de organização dos trabalhadores e ao reafirmar o conteúdo político explícito das mesmas, o que fez foi inferir que a história dos trabalhadores ocorreu do seguinte modo:

*“Dentro deste contexto que se processou a organização e movimentação da classe trabalhadora uberlandense, sua própria postura, quer durante as manifestações grevistas ou sua atuação em espaços próprios, convergia no sentido de viabilizar a sociedade do progresso”.*⁴

Esta leitura acerca da presença dos trabalhadores, a meu ver, além de traduzir e demarcar o posicionamento e compromissos políticos da autora permite ponderar alguns aspectos que a mesma negligencia. Dentre eles que não basta

³Rodrigues, Jane F. “Trabalho, Ordem e Progresso: Uma discussão sobre a Trajetória da Classe Trabalhadora Uberlandense – o Setor de Serviços – 1924/1964”. Tese Mimeo, 1989, USP. p.09.

⁴Idem, p. 177.

tomar como tema de pesquisa os trabalhadores e analisá-los sob uma determinada ótica que não a sua. Neste sentido podemos dizer que esta pesquisa compreendeu o resgate da história dos trabalhadores segundo a visão das classes dominantes. E mesmo que a autora tenha tido como inspiração autores preocupados em resgatar “outras Histórias”, como o fazem Hobsbawn e E. P. Thompson, não procede contudo, à revisão conceitual e metodológica que estes últimos, em contato com as fontes, produzidas pelos trabalhadores, realizam.

Em se tratando portanto, de refletir a questão da exclusão social como um problema político vivenciado historicamente pela maioria trabalhadores e buscar compreender como reagiram e propuseram alternativas às formas de exploração e controle social, a historiadora se limitou a inferir que estes foram vítimas das relações sociais impostas ou que no máximo, agiam nos limites daquelas relações. Vale indagar qual o sentido do investimento quer pelas agências privadas e públicas em instituições que tinham por objetivo segregar e excluir da participação política parcela significativa dos trabalhadores. Ao compreender a dominação como um sistema fechado e estático, cabe indagar porque as classes dominantes necessitam continuamente de utilizar a repressão e outras formas de exclusão social, tais como a escola, asilos, penitenciárias ? Cabe indagar porque a autora reconstituiu uma determinada história da exclusão social localizando-a apenas no passado recente, sem vínculos com as questões que a envolvem no presente, em seus múltiplos e diversos significados?

Em que pese estas ponderações, vale a pena registrar que esta tese apresentou algumas contribuições no sentido da valorização das fontes históricas. Nesse sentido, podemos apontar a elaboração de um primeiro levantamento documental sobre as greves e movimentos vivenciados pelos trabalhadores. Trouxe à tona a oportunidade de um debate sobre a importância da preservação da documentação histórica e apontou questões que merecem novas investigações.

Uma segunda tese “*A Disciplinarização da Pobreza no Espaço Burguês: A Assistência Institucionalizada – Uberlândia 1965-1980*” defendida por Maria Clara Machado, em 1990, pode ser considerada como um trabalho pioneiro no sentido de abordar de modo mais sistemático e específico a questão da exclusão social. Interessou a autora compreender porque as classes dominantes sentiam a pobreza como ameaça social:

“Porém compreender porque estes excluídos sociais ainda no século XX considerados uma ameaça social latente, portanto alvo das estratégias disciplinares, que objetivavam sua institucionalização nesta ordem foi o **leit motiv** que nos despertou o

interesse em desvendar essa trama que entrelaça vidas miseráveis e mal vividas aos mecanismos de poder”.⁵

Para abordar a exclusão social como um problema colocado às classes dominantes elegeu como “locus” de investigação a cidade de Uberlândia, pois esta a seu ver consistiu um exemplo, modelo mais acabado do modo como esta classe buscou implantar estratégias de controle social capazes de diluir ou impedir da ameaça da pobreza:

“Para a realização deste trabalho escolhemos Uberlândia como modelo empírico de análise porque pode ser considerada como exemplo de racionalização e progresso e por isto mesmo capaz de estabelecer projetos de controle e disciplinarização daquelas formas de existência que colocam em jogo o poder e a dominação do capital”⁶.

Considerando o ponto de partida de sua investigação podemos observar que assume sem nenhuma mediação o conceito genérico de exclusão social, isto é, não questiona os vários significados historicamente a ela atribuídos. Parte, também de uma visão pronta e acabada da cidade, isto é, da lógica que comanda a representação de “*cidade*” formulada pelos agentes, cujo interesse político primordial é a reprodução do capital. Será à partir desta perspectiva, sem nenhum esforço de análise crítica, que acompanhará a emergência das instituições de controle social que visaram solucionar a questão da exclusão social. Em outras palavras, assume uma visão da cidade, como território colonizado e controlado essencialmente pelas classes dominantes, cuja capacidade de forjar um projeto político fundamentado no discurso da racionalização e do progresso conseguiu manter a ameaça da pobreza sob controle.

Compartilha desta forma à mesma postura política e teórica já identificada no trabalho anterior. Ambas partem da idéia de progresso material desenvolvido exclusivamente pelas classes dominantes e de sua perspectiva – da imagem de competência/da capacidade e eficácia da construção dos mecanismos de dominação. O que podemos depreender é que o que fazem é a história das organizações de controle social. Os trabalhadores, *os excluídos*, se incluem na historiografia, mas, sem movimento, sem resistências, sem apresentar alternativas ao *status quo* estabelecido.

É interessante sublinhar que estes trabalhos tem servido de inspiração e embasamento para uma série de pesquisas, cujo foco de análise são os problemas

⁵Machado, Maria C. “A Disciplinarização da Pobreza no Espaço Burguês: A Assistência Institucionalizada – Uberlândia – 1965-1980”. Tese Mimeo, 1990. p.2.

⁶Idem. p.2.

vivenciados em Uberlândia⁷. A maior parte das teses de ex-aluno e/ou trabalhos de monografia no Bacharelado em História apresentam como referência para a suas abordagens, a história da cidade na perspectiva linear, construída pela vontade política exclusiva das classes dominantes, pela ideologia do progresso material, aperfeiçoado e reafirmado nas interpretações destas historiadoras. O “curioso” nos trabalhos mais recentes é que pretendem combinar esta perspectiva de análise com a perspectiva de construção do conhecimento histórico defendida por E.P. Thompson, cuja compreensão da questão da exclusão social exigiria uma outra lógica de investigação e comprometimento político dos historiadores.

Finalizando, podemos identificar na historiografia local, esta tendência de interpretação da história que analisa a questão da exclusão social pelo ângulo dos problemas que a mesma acarreta à expansão do capital. Vale ressaltar que esta perspectiva de abordagem começou a ser revista por alguns pesquisadores. A tese de mestrado da professora a Giselda da Costa Simonini, *“Telefonia: Relação Empresa e Cidade – 1954-1980”*, embora partisse dos mesmos pressupostos das autoras acima, buscou compreender o que considerou a *intrigante obsessão pelo progresso de Udi*. Começou por indagar o significado do projeto político das classes dominantes e apontar as contradições urbanas, Buscou identificar “*as várias faces de uma mesma cidade que, ao mesmo tempo é próspera e pobre, aparenta disciplina mas é violenta e insegura: as contradições sociais não conseguem ser dissimuladas com as estatísticas que a classificam como a cidade ideal*”.⁸ Neste trabalho o problema da exclusão social adquiriu nova dimensão, seria abordado não só como uma questão estritamente econômica, mas fundamentalmente política. Os excluídos sociais não comportariam somente aqueles considerados os mais pobres, tais como, os mendigos alcoólatras, menores abandonados, e sim maior parte da população.

Em outra perspectiva estamos desenvolvendo o projeto *“A Experiência dos Trabalhadores Urbanos na Constituição das Relações Sociais: Uberlândia – 1950-1995”*. Visamos resgatar à partir da experiência de várias categorias de

⁷ Ver: Gomide, Leila Scalia. “Órfãos de Pais Vivos: A Lepra e as Instituições Preventórias no Brasil: Estigmas/Preconceitos/Segregação”. Tese Mimeo, 1995.

Selmane, Felipe de Oliveira. “Crescimento Urbano e Ideologia Burguesa : Estudo do Desenvolvimento Capitalista em Cidades de Médio Porte: Uberlândia 1950-1981”, Tese Mimeo.

Almeida, Maria de Fátima. “Uberlândia Operária? Uma Abordagem Sobre as Relações Sociais em Uberlândia – 1950-1964”, Tese Mimeo, 1992.

⁸ Simonini, Gizelda Costa da Silva. “Telefonia : Relação Empresa e Cidade”.Tese Mimeo, 1994, p.4/5.

trabalhadores inseridos no denominado mercado informal, os diversos significados que atribuem à exclusão social⁹.

⁹ Vale lembrar que além destas, outras linhas de investigação se desenvolvem no interior do Departamento. Nos restringimos aqui a uma delas, pela limitação do tempo da apresentação da fala da mesa-redonda, como das laudas exigidas para a publicação.

MESA REDONDA

A validade do conceito de cultura política •

Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira
UFOP

1. APRESENTAÇÃO

O termo “cultura política” tem sido bastante utilizado nas investigações comparadas de realidades históricas diversas. Na maior parte das vezes, pretende compreender porque uma determinada sociedade desenvolve dinâmicas institucionais diferenciadas, mesmo quando aparentam possuir um mesmo aparato institucional. Por exemplo, tem-se o debate sobre as experiências político partidárias na América Latina em comparação com as desenvolvidas na Europa ocidental e nos Estados Unidos. Apesar de possuírem um quadro típico de uma democracia representativa, de base partidária, o resultado não é uma democracia semelhante à norte-americana e à dos países da Europa ocidental. Em tal contexto de análise, fica bem tentadora a idéia de que a “cultura política” latino-americana seria diferente da anglo-saxônica, por exemplo. Já se disse muito da “emotividade” latino-americana rivalizando contra a “racionalidade” anglo-saxônica.¹

Outra vertente de análise tem sido empreendida na recente redescoberta da história política. Apesar do inestimável desenvolvimento dos estudos políticos ocorridos no século atual – nas ciências sociais, tanto a ciência política quanto a sociologia política conheceram uma grande difusão de teorias e pesquisas² – por incrível que pareça a história não se mostrou muito interessada. Afinal, o século XX, como um graduando de história logo percebe, foi o século da crítica

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “A discussão sobre a cultura política na historiografia”, apresentada no dia 23 de julho de 1996.

¹ Referência ao debate MORSE, R. *O espelho de próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; SCHWARTZMAN, S. “Uma crítica a R. Morse”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 22; e MORSE, R. “A miopia de Schwartzman.”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 22.

² Para uma discussão mais detida desse ponto, ver: CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama “A história política e as ciências sociais” In: *Anais do IX Encontro da ANPUH/MG*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1994, pp. 232-244.

historiográfica à história política, definida como uma história “fatal”, “jornalística”, de “curtíssima duração” e, pior dos supostos pecados, pouco teórica.³ Fica a pergunta: mas como que o mesmo século que conheceu obras de análise política do quilate de um Robert Dahl, Olson, Almond, Schattschneider⁴, para citar apenas esses, pode ser o mesmo século de uma suposta pobreza teórica e metodológica da história política? Certamente deve estar havendo um sério problema de comunicação nessa história.

Um fato interessante deve ser colocado agora: a redescoberta da história política, pelo menos aqui no Brasil, tem privilegiado bastante o diálogo com a antropologia, assumindo uma forma de abordagem focalizando os aspectos simbólicos, mitificados, propagandeados da política, enquanto investigação histórica.⁵ Provavelmente, nesse campo de abordagem, a discussão sobre cultura política adquire grande relevância temática, já que, invariavelmente, haverá a preocupação em se conhecer como a dinâmica interativa entre os agentes sociais de

uma dada realidade promove a cristalização de valores, imagens e símbolos suficientemente significativos para a mobilização política. Nesse sentido, a utilização do termo cultura política adquire um papel de destaque na análise teórica e será nesse contexto analítico que se promoverá aqui a sua discussão.

2. O SIGNIFICADO DE CULTURA POLÍTICA

Que tendências explicativas encontra-se no termo cultura, quando aplicado em campos de investigação onde há grande espaço para a ação racionalmente orientada? A fim de investigar isso, pode ser importante verificar como essa discussão desenvolveu-se na economia.

A economia é um campo de conhecimento da realidade social onde entrecrocavam-se estratégias de ação moldadas por cálculos e raciocínios bem

³ JULIARD, Jacques. "A política" em: LE GOFF, J. & NORA, P. (org.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

⁴ As principais obras são: DAHL, R. *A preface to democratic theory*. Chicago: The University of Chicago Press, 1956; DAHL, R. *Polyarchy, participation and opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971; SCHATTSCHNEIDER, E. *The semi-sovereign people*. Hinsdale: The Dryden Press, 1960; ALMOND, G. & COLEMAN, J. *The politics of developing areas*. Princeton: Princeton University Press, 1960; e OLSON, M. *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

⁵ Uma boa análise das recentes pesquisas em história política, sob esse foco de análise, encontra-se em MOTTA, Rodrigo P. Sá “A história política na perspectiva da historiografia”. In: *Anais do IX Encontro da ANPUH/MG*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1994, pp. 223-231.

caracterizados. O mercado seria, assim, um tipo de relação social onde a base para a interação entre os agentes é a capacidade de raciocinar, de somar e subtrair o impacto das expectativas referentes à dinâmica de posse de um objeto mutualmente valorizável. À luz dessa dinâmica interativa os agentes podem desenvolver comportamentos bem diversificados, inclusive novas formas de associação, como uma amizade, uma relação amorosa ou uma inimizade leve ou, muitas vezes, bem mortal.

Pois a ciência econômica conheceu, no século XIX, uma tendência culturalista, que segundo a definição de José G. Merquior:

os economistas da escola histórica “(...) em oposição à economia clássica e neoclássica, rejeitavam a existência de universais do comportamento econômico e insistiam na subordinação da lógica da economia à história.”⁶

Essa escola, conhecida como “escola histórica” dos historiadores econômicos alemães, acreditava no modelamento do agente econômico pelo que Merquior chama de “ambiente institucional”, chegando, muitas vezes, a um forte determinismo cultural.⁷ Note-se claramente uma forte oposição ao que fora discutido pelos economistas liberais clássicos, como Adam Smith, por exemplo, que acreditavam que o comportamento econômico segue, fundamentalmente, uma linhagem racional atemporal e sem nenhuma característica cultural-nacionalista. A idéia básica na investigação empreendida pela escola histórica alemã é a de que o indivíduo, antes de ser um agente econômico puramente racional, é um ser de época, envolto em uma intrincada cadeia de significações morais, ideais e valorativas com capacidade para determinar o nível de comportamento assumido nas relações de mercado, por exemplo. O maior problema operacional desta equação é bem colocado por Merquior:

“Tais tentativas” — empreendidas por algumas tendências da sociologia da educação e da ideologia — “incorrem no pecado do ‘hiperculturalismo’ (...) na medida em que apresentam a condição *necessária* (os padrões de socialização) de certos fenômenos sociais como se fora a causa *suficiente*.”⁸

Em termos simplificados, seria como se tentasse explicar a existência da borboleta falando da existência da lagarta. Afinal, é condição necessária para a

⁶ MERQUIOR, J.G. *Rousseau e Weber. Dois estudos sobre a teoria da legitimidade*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990. p. 157.

⁷ MERQUIOR, J.G. *Rousseau e Weber*. p. 157.

⁸ MERQUIOR, J.G. *Rousseau e Weber*. p. 198.

borboleta a fase primária de vida como lagarta, mas isso somente não explica o porque da sua transformação como borboleta. Certo que tudo o que se passou dentro do casulo está relacionado com a fase primária de vida, mas apenas isso não explica como se processou a fase do casulo, por que ocorreu em determinada etapa do metabolismo da lagarta e quais as condições suficientes para a efetivação da transformação como borboleta. Em síntese, o *porque* não foi utilizado na explicação, perdendo-se o sentido de como funciona o mecanismo causal de determinada realidade, paradoxalmente porque se pretende explicá-la respeitando, exageradamente, todas as suas características constitutivas. Mas na prática, acaba por se assumir uma postura identificadora, e não explicativa.

Com a cultura política, algo semelhante pode ocorrer. A política, nessa perspectiva, assume um campo específico, bem delimitado, já que está definindo uma qualidade cultural. Como se depreende da leitura de Giacomo Sani, acerca do que é cultura política:

“(...) conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos.”⁹

Fica evidente a tentativa do autor de delimitar um campo próprio de política, dentro de um contexto cultural. Mas diversos problemas apresentam-se nessa definição. O grau de exatidão do autor fica prejudicada quando ele afirma ser a cultura política um conjunto de normas, atitudes e crenças. Há muita diferença entre normas e atitudes, por exemplo. Norma é um predicado coletivamente inserido que pretende regular a conduta social de um indivíduo, que pode assumir diversas atitudes frente à mesma. Logo, a atitude assumida pelo agente pode ser fruto, muitas vezes, de um cálculo estratégico, anterior à própria aceitação da norma. Portanto, como colocá-los em um mesmo conjunto, quando há uma clara independência entre os mesmos?

Outro problema é o “mais ou menos partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social”. Ora, ou o conjunto é universal aos seus elementos ou não estamos falando de um conjunto. O “mais ou menos” insere um alto grau de indeterminação no sistema que se pretende investigar. Será que também aqui o Sani percebeu as possibilidades dissonantes que um cálculo estratégico provoca nesta pretensa unidade social?

⁹ SANI, G. “Cultura política” In: BOBBIO, N. & alli *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. pp. 306-308.

A indeterminação acaba por ser o maior problema na tentativa de utilização do termo cultura política. Isto porque o perigo de se cair na tentação hiperculturalista é muito grande, já que o hiperculturalismo não deixa de ser uma legítima forma de se trabalhar coerentemente com o conceito. Define-se um campo de análise específico, o da política, e analisa-se a partir desse campo o comportamento dos indivíduos inseridos na determinada unidade social. Tal unidade tem um conjunto de crenças, normas e atitudes que condicionam o comportamento geral dos indivíduos, inclusive no tocante ao comportamento político. O risco dessa operação é bem conhecida na ciência social brasileira, como a dos anos vinte e trinta, quando autores como Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral¹⁰ pretenderam explicar a institucionalização do liberalismo no Brasil sob o impacto da nossa realidade étnica e cultural. Este é um exemplo extremado, mas que deve ser pensado como uma tendência marcante presente em tal exercício de reflexão da política, já que admite um campo específico por onde se poderia localizar o político, tal como se faria com o econômico ou o artístico, por exemplo. Talvez seja importante, agora, analisar o significado de política.

Segundo Fábio Wanderley Reis,

“O político é o que tem a ver com a escassez engendrada pela coexistência — o que abarca, no sentido convencional destas expressões, o ‘econômico’, o ‘político’, o ‘social’, o ‘religioso’ e o que seja como fontes de divergências ou conflito.”¹¹

Essa conceituação desde logo impõe uma condição para o político: ele não tem um campo próprio. Segundo essa conceituação, o político é uma dinâmica interacional entre agentes que estão disputando bens desigualmente distribuídos em um mesmo território socialmente compartilhado. Assim, a política pode surgir no interior de uma comunidade de artistas que só querem saber de fazer arte. Mas e quando faltarem os recursos que viabilizem esse fazer? Como distribuí-los entre os participantes? Qual o critério para a distribuição? Qual a ordem dos benefícios? Quem será primeiramente prejudicado? Continuará sendo? Haverá rodízio dos recursos existentes para todo mundo? Logo os artistas estarão fazendo política, além de arte. E aquele historiador de arte, que não gosta de teoria política, pode se

¹⁰ As obras são: TORRES, Alberto. *A organização nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933; OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. *Problemas de política objectiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930; e AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados/ Universidade de Brasília, 1981

¹¹ REIS, Fábio Wanderley "A delimitação do 'político' nos trabalhos sobre partidos, eleições e crise institucional" em: *Ciências sociais hoje – Estado, participação política e democracia*, nº 3, 1985, São Paulo: ANPOCS-CNPq, p. 128.

ver em dificuldades para compreender por que uma determinada época promoveu uma forma específica de estilo artístico, quando poderia ter seguido um rumo estilisticamente mais apropriado. E a política teria, assim, aparecido no campo das artes...

Caso se concorde com essa definição, fica difícil trabalhar com o conceito de cultura política, já que, de imediato, se está identificando um campo específico da realidade social, ou de diferentes realidades sociais. É interessante perceber que o caráter dinâmico do político impede sua mais precisa caracterização em termos de campo de investigação, a menos que se queira entrar no time dos hiperculturalistas. De outro modo, a imprecisão pode inviabilizar o esforço iniciador da investigação inserida nos marcos de uma cultura política. É evidente que a preocupação está justamente na precisão dos agentes, de se tentar entender, nos mínimos detalhes, por que um ou mais indivíduos estimularam-se por uma específica propaganda, simbologia, crença ou um valor bem delimitado. Deste modo, ou se aceita a indeterminação do termo cultura política – como implicitamente o faz Giacomo Sani – ou radicaliza-se na sua utilização, assumindo, coerentemente, a rigidez culturalista presente em tal esforço. Além do risco da individualização histórica de experiências institucionais – por exemplo, o modelo ocidental da democracia representativa, o modelo autoritário da política no mundo oriental, etc. – tem também a própria desfiguração científica da análise, já que o modelo cultural emergirá para identificar uma determinada realidade pesquisada, e não para explicar essa própria realidade, objetivo básico de qualquer explicação que se queira científica.

3. CONCLUSÃO

Deve ser colocado que não se defende aqui a existência do homem pura razão, indiferente a normas, valores e crenças. O que se critica aqui é a tendência oposta, que quer, ou acaba por ver no homem um depósito não reflexivo de valores, normas e crenças. O cálculo racional, como já falava Thomas Hobbes no *Leviatã*¹², está intimamente ligado aos impulsos, paixões e temores. Em torno desse complexo emaranhado desenvolve-se uma existência social, interagindo diversos indivíduos envolvidos por tal diálogo. O fato de um grupo de indivíduos, em uma dada época, desenvolver um tipo de relacionamento, com disputas políticas, não quer dizer que este mesmo grupo não possa assumir um modo de relacionar-se diferente do que havia sendo habitualmente assumido. E muitas

¹² HOBBS, T. *O leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

vezes, é a própria dinâmica política que derruba preconceitos (ou crenças), modifica a hierarquia dos valores e constitui novas normatizações. Por mais forte que seja o poder desse conjunto, mais poderoso é o imperativo da escassez, que impulsiona os indivíduos a assumirem novas condutas sociais, modificando assim a realidade social, desde nos aspectos políticos quanto nos culturais. Como compreender esse movimento sob a roupagem da cultura política?

4. BIBLIOGRAFIA

- ALMOND, G. & COLEMAN, J. *The politics of developing areas*. Princeton: Princeton University Press, 1960.
- AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados/ Universidade de Brasília, 1981.
- CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama “A história política e as ciências sociais” In: *Anais do IX Encontro da ANPUH/MG*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1994, pp. 232-244.
- DAHL, R. *Polyarchy, participation and opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.
- DAHL, Robert. *A preface to democratic theory*. Chicago: The University of Chicago Press, 1956.
- HOBBS, T. *O leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- JULIARD, Jacques. “A política” em: LE GOFF, J. & NORA, P. (org.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- MERQUIOR, J.G. *Rousseau e Weber. Dois estudos sobre a teoria da legitimidade*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990. p. 157.
- MORSE, Richard. *O espelho de próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- _____. “A miopia de Schwartzman”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 22.
- MOTTA, Rodrigo P. Sá “A história política na perspectiva da historiografia”. In: *Anais do IX Encontro da ANPUH/MG*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1994, pp. 223-231.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. *Problemas de política objectiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.
- OLSON, M. *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- REIS, Fábio Wanderley “A delimitação do ‘político’ nos trabalhos sobre partidos, eleições e crise institucional” em: *Ciências sociais hoje – Estado, participação política e democracia*, nº 3, 1985, São Paulo: ANPOCS-CNPq, p. 128.
- SANI, Giacomo. “Cultura política” In: BOBBIO, N. & alli *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. pp. 306-308.
- SCHATTSCHNEIDER, E. *The semi-sovereign people*. Hinsdale: The Dryen Press, 1960.
- SCHWARTZMAN, Simon. “Uma crítica a R. Morse”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 22.

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

MESA REDONDA

A história política e o conceito de cultura política •

Rodrigo Patto Sá Motta
UFMG

Falar do retorno da História Política já virou lugar comum. Vários autores têm se dedicado a analisar o fenômeno, mostrando como tem havido uma recuperação da influência desta área de pesquisa histórica nos últimos trinta anos, após décadas de declínio em detrimento da história social e econômica.

A recuperação do prestígio dos estudos políticos entre a historiografia recente tem sido possível, em grande medida, devido à renovação das abordagens. Não tem havido, obviamente, uma volta pura e simples do velho enfoque “positivista”, marcado por uma perspectiva elitista e factualista. Tal como se deu em outros setores da disciplina histórica a renovação foi viabilizada, em grande medida, pela incorporação de elaborações teóricas e metodológicas das ciências sociais. Aliás, a trajetória da historiografia no século XX é incompreensível sem a menção ao frutuoso – embora nem sempre pacífico – contato estabelecido com as ciências sociais.

No que se refere ao “redespertar” da História Política existem, basicamente, duas vertentes de pesquisa. Primeiramente, há uma linha marcada pela renovação dos enfoques sobre objetos tradicionais da política, como organizações estatais, instituições e movimentos políticos. Nesta dimensão, os historiadores têm se valido principalmente da contribuição da ciência política e da sociologia política para enriquecerem suas análises. Sua atenção tem se voltado para o estudo do comportamento eleitoral, do funcionamento dos grupos de pressão, da opinião pública, relações internacionais, entre outros.¹ Tais pesquisas demonstram a preocupação de superar a velha abordagem política. Voltam-se para a explicação de práticas coletivas e comportamentos sociais, fugindo à perspectiva tradicional centrada nas elites e no Estado.

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “A discussão sobre cultura política na historiografia”, apresentada no dia 23 de julho de 1996.

¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. A história política hoje: tendências e desafios. *Anais do IX Encontro da ANPUH/MG*. Juiz de Fora, 1994, p. 165.

A outra vertente baseia-se não apenas na utilização de enfoques novos, mas também na exploração de novos objetos, desconhecidos pelas análises políticas clássicas. O enfoque tradicional da política – e não devemos considerar tradicional como sinônimo de ruim ou ultrapassado – é voltado para o estudo dos mecanismos de funcionamento do poder, as intenções e interesses dos agentes políticos e as ações empreendidas para a conquista e a conservação do poder. Os novos objetos de pesquisa em questão se concentram em torno dos conceitos de imaginário, simbologia e cultura. A ênfase proposta é trabalhar a política não no nível da consciência e da ação informada por projetos e interesses claros e racionais, mas no nível do inconsciente, das representações, do comportamento e dos valores.

Na verdade, os novos enfoques e as novas conceitualizações são mais citados que discutidos e problematizados. Nesta área, tem havido muita empiria e pouca teoria. Na medida em que o fenômeno se encaminha, virtualmente, para se constituir em moda acadêmica, já se pode perceber a utilização dos “novos” conceitos com muita sofreguidão, freqüentemente de maneira imprópria ou imprecisa. Porém, como sabemos, a interlocução de base científica depende, para ser viável, de uma clareza mínima quanto aos conceitos em uso.

É nesse sentido que se insere este trabalho. A proposta é contribuir para o esclarecimento de alguns dos conceitos em uso na “nova” História Política, tentar estabelecer com mais precisão o seu raio de abrangência e, também, mostrar a sua validade enquanto instrumentos para facilitar nossa compreensão da realidade histórica, para além de qualquer modismo. Mais precisamente, discutirei o conceito de cultura política, que me parece ser um dos mais férteis nesta área.

A definição conceitual de cultura é extremamente polêmica. Mesmo entre os antropólogos, cuja contribuição nesta área é extremamente valorosa, não há consenso quanto ao estabelecimento do significado do conceito.² Contudo, para nossos fins, optamos por lançar mão de uma definição que, mesmo não sendo consensual, é pelo menos a mais corrente entre os estudos etnológicos. Cultura, então, seria o conjunto complexo constituído pela linguagem, comportamento, valores, crenças, representações e tradições partilhados por determinado grupo humano e que lhe conferem uma identidade.

Como se vê, a abordagem de aspectos culturais coloca a História em contato direto com as elaborações da Antropologia. Na verdade, esta tem sido, nos últimos anos, uma das parceiras mais instigantes dos historiadores, colocando-nos desafios e contribuindo para o alargamento de nossos horizontes de pesquisa. Acredito que a principal contribuição dos estudos antropológicos, neste sentido, diz respeito à

² A esse respeito, conferir LEACH, Edmund. Cultura/Culturas. *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 5 (Anthropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. Pp. 102-133.

percepção acerca da mudança social. A historiografia, tradicionalmente, sempre foi obsedada pela idéia de mudança, de transformação social. Pode-se mesmo dizer que a noção de dinâmica é uma de suas características basilares. A ciência da história se constituiu baseada na crença de que as sociedades humanas mudam e o tempo é o referencial que permite observar e avaliar as mudanças. Se não há transformação passado e presente são o mesmo e perde sentido toda abordagem diacrônica: no limite, a História não teria mais razão de ser.

Pois bem, o enfoque antropológico estimulou os historiadores a terem sensibilidade também para a não-mudança, para a permanência, para a estrutura. Daí advém o interesse pelo estudo da cultura, ou das culturas: a busca de relações perenes, estruturadas, enfim, a realização de abordagens sincrônicas.

Nos últimos anos, tem havido uma tendência, entre segmentos da historiografia, a utilizar e a trabalhar com o conceito de cultura em detrimento de “mentalidades”. Este, mais antigo entre os historiadores, foi trazido à tona no bojo dos esforços renovadores da tradição dos *Annales*. Sua funcionalidade se prendia ao esforço de pesquisar as representações mentais de determinados grupos e determinados momentos históricos, num enfoque diverso em relação à tradicional História das Idéias, pois voltado para elaborações não sistematizadas e inconscientes. Certamente a História das Mentalidades teve uma de suas inspirações básicas na psicologia, ciência constituída nas primeiras décadas do século e que exerceu enorme fascínio sobre os estudiosos das ciências humanas.

O deslocamento de “mentalidades” em favor de “cultura” deve-se, em certa medida, ao crescente prestígio da antropologia a partir da segunda metade do século. Mas o principal problema é a imprecisão conceitual de “mentalidades”. Até seus defensores e os pesquisadores que trabalham nesta perspectiva encontram dificuldades para definir o conceito.³ Outro dado polêmico é que os trabalhos na linha das mentalidades tendem a estabelecer uma homogeneização exagerada entre os grupos sociais abordados. Raramente conseguem perceber as nuances existentes na maioria das sociedades, analisando uma mentalidade coletiva que, muitas vezes, passa por cima das diferenças e especificidades.

Nesse sentido, o conceito cultura possui algumas vantagens. Ele é mais consistente e permite abordar com mais precisão o mesmo tipo de fenômeno, qual seja, as representações mentais. Por outro lado, adequa-se melhor à necessidade de respeitar as particularidades existentes entre os grupos ou dentro deles, evitando assim as generalizações abusivas. Norbert Elias analisou esta característica do conceito de cultura, sua propensão a enfatizar as diferenças e as identidades

³ Cf VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987. P.15. Para este autor, a melhor definição da História das Mentalidades seria “uma história das visões de mundo”.

particulares de grupos. Exatamente por isto teria havido praticamente o abandono da expressão “civilização” em favor de “cultura”.⁴

Pois bem, a partir desta caracterização geral destaca-se o conceito de cultura política, nosso objeto de discussão. Este pode ser caracterizado como o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos.

Assim como a conceituação geral de cultura, só faz sentido falar-se em cultura política quando se trata de normas, valores, etc razoavelmente arraigados, estruturados; quando se estabelecem tradições que são reproduzidas por várias gerações. O conceito não se aplica a fenômenos superficiais e passageiros.

Poderíamos dar um exemplo, entre muitos possíveis, para tornar mais clara a análise. No mundo contemporâneo constituiu-se uma cultura política socialista que, tendo se estabelecido entre o início e o meio do século XIX, foi reproduzindo-se ao longo das décadas, atravessou o século seguinte e está presente até hoje, embora no momento viva uma séria crise. A cultura socialista possui todos os elementos necessários para caracterizá-la enquanto tal: valores, atitudes, crenças, normas e um imaginário que têm garantido ao grupo uma forte identidade própria nos últimos cento e cinquenta anos.

Não seria possível dar por terminada a discussão conceitual sem enfrentar outro conceito polêmico e de difícil definição, mas profundamente ligado às novas perspectivas de pesquisa na área da História Política. Trata-se do conceito de imaginário. Imaginário ou imaginação social, como preferem alguns autores, passou a ser considerado um objeto de estudo fundamental para a compreensão não somente das representações mentais estabelecidas pelos grupos sociais, mas também para o equacionamento da lógica das práticas e dos comportamentos coletivos.

Polissêmica, como costumam ser as expressões utilizadas pelas ciências sociais, a palavra imaginário tem causado alguma confusão. O sentido ao qual nos referimos, obviamente, não é o de uso corrente, que tem imaginário como sinônimo de ilusório, irreal, algo construído arbitrariamente pela imaginação. A definição da palavra que nos interessa é mais recente, e entende o imaginário como sendo o conjunto de representações mentais de um determinado grupo, representações viabilizadas através de imagens. Nas palavras de Gilbert Durand,

“A consciência dispõe de duas maneiras para representar o mundo. Uma direta, na qual a coisa mesma parece apresentar-se ante o espírito, como na percepção e na simples sensação. Outra, indireta, quando, por uma ou outra razão, a coisa não pode

⁴ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. p.25.

representar-se em ‘carne e osso’ à sensibilidade, como por exemplo, ao recordar nossa infância (...), ao compreender como giram os elétrons ao redor do núcleo atômico ou ao representar o além morte. Em todos estes casos de consciência indireta, o objeto ausente se re-presenta ante ela através de uma imagem, no sentido mais amplo do termo”.⁵

O imaginário social seria, portanto, a representação ou o conjunto de representações imagéticas de determinados aspectos ou fenômenos da vida social como, anseios, temores, utopias, valores, crenças, etc. Tais representações encerram uma importância fundamental, na medida em que tornam aceitáveis e assimiláveis determinados aspectos da realidade, contribuindo para conferir coesão e identidade aos diversos grupos sociais. Na verdade, a vivência social seria inconcebível sem a mediação das representações imaginárias. O imaginário, aqui, diz respeito à construção de representações da realidade que dificilmente coincidem totalmente com o real. Mas, também não é pura e simplesmente uma mistificação.

Dentro do amplo espectro constituído pelo imaginário podemos destacar algumas categorias de representação importantes, como símbolos, mitos e ritos. As definições conceituais precisas destas expressões são extremamente polêmicas, tendo sido largamente debatidas nos últimos anos por antropólogos e psicólogos, principalmente. Os elementos rituais e míticos freqüentemente carregam uma forte carga simbólica, o que permite a alguns autores considerá-los formas de representação simbólica. Não desejando entrar nessa polêmica, me limitarei a expor as definições mais usuais dos três conceitos, de modo a poder avançar a nossa discussão.

Símbolo seria uma forma de representação, um tipo de signo, cujo significado não pode ser apresentado diretamente. O símbolo se refere a um sentido, não a uma coisa tangível. Ele trabalha com uma ordem de fenômenos invisíveis e virtualmente inefáveis.⁶ Vamos exemplificar para tornar mais fácil a compreensão, utilizando-nos da simbologia política. As bandeiras e os hinos nacionais são, por excelência, representações simbólicas: elas representam a nação e resumem sentidos e valores atribuídos ao grupo, como a história comum, as glórias passadas, os sacrifícios heróicos dos mártires. Elas encarnam uma carga simbólica que o signo comum absolutamente não possui.

Analise agora os ritos, outra área de pesquisa fundamental para a “nova” História Política. Eles se configuram como uma “série de atos solenes, repetitivos e

⁵ DURAND, Gilbert. *La imaginación simbólica*. Buenos Aires: Amorrortu, 1971. pp. 9,10. Tradução nossa.

⁶ Idem, pp. 12-21.

codificados, de ordem verbal, gestual e postural, de forte conteúdo simbólico”.⁷ As práticas rituais fazem parte do repertório cultural de todos os grupos humanos. Elas constituem um elemento fundamental no sentido da reprodução e mesmo da elaboração dos valores e normas constituidoras dos diversos grupos sociais.

Por um lado, o ritual tem uma importante dimensão simbólica, na medida em que representa e sintetiza determinados elementos da cultura da coletividade em questão. Assim, ele pode simbolizar a união e a coesão do grupo, como num desfile militar; ou a força do líder, como num comício nazista; ou a comunhão com Deus, como numa missa. Por outro lado, os rituais cumprem uma função integradora, pois disseminam as normas e valores sustentadores da vivência coletiva. Além disso, reforçam o sentimento de identidade do grupo, através da repetição ritualizada de cerimônias coletivas. Virtualmente invariável, o ritual, exatamente por sua feição repetitiva, afiança a força e a perenidade da mensagem e do próprio grupo, incutindo segurança e fé no porvir.

Quanto aos mitos, trata-se de outra conceituação polêmica. Originalmente, os mitos eram considerados exclusivamente como narrativas fabulosas, ilusórias. Recentemente, porém, os especialistas tem tido uma maior sensibilidade para a importância social do mito como elemento central nas diversas formações culturais. Eles representam histórias de caráter sagrado, revelações primordiais e atuam na constituição de modelos exemplares.⁸ Os mitos são elementos importantes do imaginário social, na medida em que transmitem mensagens, ajudam a forjar valores identitários e contribuem para dar coesão aos diversos grupos.⁹

No que se refere às mitologias políticas, uma das formas mais recorrentes é o mito do líder. Ele é apresentado como um indivíduo portador de qualidades acima da média, exemplo e protótipo perfeito a ser seguido e imitado pelos seres normais. Sua figura mitificada atua como pólo unificador do grupo, reunindo em torno de si os membros da coletividade que se identificam com a imagem projetada pelo líder. Além disso, o mito infunde esperança: sua mensagem invariavelmente aponta para uma redenção próxima e para um futuro melhor.¹⁰

⁷ RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989. p.13.

⁸ ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972. pp. 7 a 13.

⁹ Cf. GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁰ Na história brasileira temos um exemplo interessante com Luiz Carlos Prestes, figura mitificada pelos comunistas:

“A figura de Prestes se destacou como a de maior líder popular da nossa história. Ele é o mais alto intérprete dos mais profundos anseios das massas, encarna os interesses dos explorados e oprimidos, a consciência, a honra e o futuro da nação”.

Pois bem, o argumento então é que o imaginário político pode ser considerado como um dos elementos constituidores da cultura política. O largo espaço utilizado para trabalhar com a conceituação ligada ao imaginário se deve à complexidade e à polêmica de que se reveste e não a uma desconsideração aos outros elementos integrantes do universo cultural.

Aliás, é interessante frisar a importância de se encarar as diversas dimensões da cultura como um todo orgânico. O imaginário, fenômeno situado no nível das representações, não faz sentido sem o estudo das práticas culturais. O imaginário não é uma espécie de fantasmagoria alheia à realidade, como muitas vezes é entendido. As representações existem em função da necessidade humana de conferir ao mundo uma ordem e de compreender a realidade, ou, pelo menos, de conferir-lhe um sentido. São também instrumentos para a intervenção humana no real, na medida em que as representações podem informar a ação, propondo caminhos e possibilitando estratégias. Além disso, podem desempenhar o papel de legitimar determinadas práticas e configurações sociais, como relações sociais hierarquizadas e privilégios.

Dessa maneira, em se tratando da abordagem cultural, não há sentido em opor imaginário e realidade, representações e práticas. Trata-se de estudar os fenômenos culturais levando em conta as duas dimensões. Uma mitologia política, por exemplo, é constituída através de ações concretas, como discursos, propaganda, intervenção política, enfim. E ela só se estabelecerá efetivamente se expressar demandas ou temores sociais reais preexistentes, ou se conseguir criá-los.

Qual a contribuição efetiva que a abordagem cultural pode trazer à História Política? Ela contribui para desvendar os mecanismos de funcionamento do poder, enriquecendo e tornando mais complexa nossa compreensão acerca dos fenômenos de natureza política. Não se trata de opor a abordagem cultural à ciência política clássica, como se fossem perspectivas excludentes. Trata-se de explorar uma vertente de pesquisa não desenvolvida pelos enfoques tradicionais da política, notadamente no que diz respeito ao estudo dos comportamentos políticos e do imaginário.

Os processos de legitimação política passam pelo estabelecimento de um imaginário que resume e simboliza, a nível da mentalidade popular, as mensagens e valores do poder. O poder necessita, além das estruturas burocráticas, além das instituições representativas e/ou coercitivas, da criação de imagens que atinjam de

“Quando nosso povo comemora mais um aniversário de Prestes (...) as saudações e votos de longa vida que lhe dirige estão impregnados de carinho, reconhecimento, de confiança.(...)”

Não apenas evocamos os fatos marcantes de sua vida gloriosa, os feitos heróicos do general invencível, do patriota incomparável, do organizador sábio e incansável. Mais do que nunca sentimos a presença de Prestes, nos orgulhamos de tê-lo conosco, comandante ao leme, para as grandes lutas que já se iniciam”.

(Voz Operária, 02/01/54, p.12. Cartas de leitores).

maneira imediata os corações e mentes da população; freqüentemente mais os corações que as mentes. O estabelecimento dos elementos de uma cultura política, notadamente a nível do imaginário simbólico, exerce um papel coesionador fundamental sobre as organizações sociais.

Podemos exemplificar com o fenômeno do culto à nação. No mundo moderno ela se transformou num dos principais – senão o principal – fator de legitimação da ordem política. Os indivíduos acreditam ser justo e correto viverem na coletividade porque fariam parte de um conjunto social pleno de sentido, marcado por características identitárias comuns. A nação traria a marca de uma história comum e de valores culturais partilhados. Tal ideário nacional é estabelecido e reproduzido através de práticas culturais e representações simbólicas, que resumem o sentido da mensagem para os integrantes do grupo. Contudo, não se deve encarar o fenômeno nacional como mera manipulação, como invenção arbitrária: trata-se de realidades que são revestidas com a aura do mito e com o manto do sagrado, constituindo-se em estruturas culturais.

Resumindo, a análise dos fatores culturais ajuda a esclarecer e a compreender a ocorrência de determinados comportamentos políticos, que não se explicam somente pela vontade, pelo interesse ou por ações concertadas no plano racional, mas também pela crença, pela fé, pela força da tradição ou do costume e por determinações originadas no plano do inconsciente.

Porém, se a abordagem cultural da História Política carrega inovações e perspectivas positivas, encerra também alguns perigos. Um problema sério é o risco de estabelecerem-se uniformizações exageradas. Sob a guarida do conceito de cultura pode-se fazer generalizações abusivas, perdendo a dimensão da complexidade dos grupos sociais. Atribuir a um determinado grupo valores, comportamentos e imaginário comuns muitas vezes pode não corresponder à realidade. As sociedades, principalmente as complexas, normalmente são marcadas por nuances, particularidades e divisões internas. As estruturas culturais em questão podem não ser partilhadas por toda a coletividade.

Exatamente por isso forjou-se o conceito de subcultura, para dar conta da complexidade do social. Nesta perspectiva, as grandes formações sociais poderiam ser compostas de subculturas, que partilhariam de alguns elementos da cultura *mater*, por assim dizer, mas ao mesmo tempo possuiriam características próprias. Assim, no que diz respeito às sociedades políticas contemporâneas, pode-se falar na existência de subculturas como a nacionalista ou a comunista, por exemplo. Ressalte-se, no entanto, que o conceito de cultura é o mais adequado para tratar do particular, do específico, em contraposição a outros como “civilização” e mesmo “mentalidades”, que têm maior propensão para a uniformização.

Outro aspecto problemático da utilização do recorte cultural é o risco da perda da dimensão histórica. Uma parte considerável das análises de inspiração antropológica, normalmente associadas à antropologia estruturalista, tendem a abordar a dimensão cultural de maneira estática, acrônica. Constituiu-se em moda no período de maior influência do estruturalismo desdenhar da importância da história, opondo-a à estrutura. Ao par antitético estrutura-história associava-se a antítese sincronia-diacronia.

Criticou-se corretamente a historiografia por sua obsessão pela transformação e incapacidade de perceber a permanência, as relações estruturais. Contudo, a crítica ao historicismo levou à absolutização do fenômeno estrutural, à observação exclusivamente de fatores e relações sociais tidas como imutáveis. As estruturas, incluindo obviamente as culturais, passaram a ser encaradas como uma realidade suprahistórica: não tinham gênese nem tampouco passavam por processos de transformação. O sujeito da história, o homem, deixou de ser encarado como um agente transformador. Tornou-se brinquedo indefeso de determinações estruturais transcendentais.

A História aprendeu com seus críticos a ter sensibilidade para os fenômenos estruturais, daí o interesse atual pelos estudos de cultura política. Mas nosso enfoque deve ser diverso em relação ao da antropologia estruturalista, sob pena de implodirmos o objeto histórico. O recorte historiográfico só faz sentido tendo como referência o estudo da gênese e do desenvolvimento dos fenômenos sociais. Nesta perspectiva, devemos efetivamente estar atentos e investir na análise estrutural. Contudo, cabe-nos não perder de vista a dimensão da historicidade. As estruturas não são entes abstratos surgidos do nada e insensíveis à ação humana: também possuem gênese e passam por transformações, mesmo que estas sejam lentas.¹¹

Concluindo, a História Política tem muito a ganhar com a utilização do instrumental teórico e conceitual dos estudos culturais. Amplas perspectivas de renovação se abrem à nossa frente. Contudo, devemos lançar mão da colaboração das ciências sociais de maneira crítica e cuidadosa, sem renunciar às características básicas que norteiam o trabalho do historiador.

¹¹ Devemos ressaltar que alguns setores da antropologia têm recuperado em suas pesquisas a dimensão histórica. Um dos trabalhos mais interessantes nesta linha é um livro de Marshall Sahlins, que tem o sugestivo nome de *Ilhas de História*. (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990).

MESA REDONDA

A idéia de cultura política na modernidade •

Marcos Antônio Lopes
UFOP

A partir do final da década de 60, verifica-se um notável interesse pelo estudo dos ritos políticos da realeza. Alain Boureau classifica entre estes, as grandes cerimônias do Estado: sagração, exéquias, *Lit de Justice* e entradas reais: “O termo ritual político designa claramente: as quatro grandes cerimônias reais, reunidas em um conjunto coerente pelos cerimonialistas do início do século XVII”.¹ Estes ritos foram desenvolvidos ou reelaborados em fins da Idade Média, alcançando em plena força o século XVII. Este é particularmente o caso do *Lit de Justice*, uma das quatro cerimônias maiores que forma o “sistema” cerimonial do Estado, desde fins da Idade Média até o reinado de Luís XIV. Esta cerimônia era uma espécie de “guerra de rituais” travada no Parlamento de Paris, em que a realeza se utiliza de toda a complexidade do código cerimonial como instrumento de ofuscação e rebaixamento dos parlamentares.

“O Lit de Justice dos reis de França era um dos eventos mais celebrados do Antigo Regime. O senso comum o definiu à luz do que havia se tornado no século XVIII: uma cerimônia onde o rei aparecia no Parlamento de Paris para esmagar as ‘remontrances’ parlamentares pelo exercício arbitrário do poder real”².

Historiograficamente Sarah Hanley o define como

“... um prisma cultural que unia lendas, ritos e discursos, e refletia a constituição da França que nunca foi escrita. Ao fim, o cerimonial real em si substituiu o Lit de Justice e a ‘grand-chambre’ do Parlamento de Paris foi incapaz de rivalizar com o suntuoso teatro de Versalhes”.³

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “A discussão sobre cultura política na historiografia”, apresentada no dia 23 de julho de 1996.

¹Alain BOUREAU, “Les cérémonies royales françaises entre performance juridique et compétence liturgique”. *Annales ESC*, n.º. 06, p.1253, 1991.

²Sarah HANLEY, *Annales ESC*, n.º. 01, 1982, p.32.

³Idem, *ibid.*, pp.51-52

Tais ritos foram considerados pelos mestres de cerimônias do período como o cerimonial do Estado, cada um condensando funções simbólicas importantes na fundação de uma nova linguagem do poder real. Há uma ênfase colocada sobre certos aspectos simbólicos da realeza, aqueles elementos do poder não explicitamente políticos, mas que estavam carregados de funções políticas importantes em meio ao processo de afirmação do poder real. Grosso modo, a política é uma espécie de relações públicas, que estabelece ligações com inúmeros setores das sociedades. No entender de René Rémond

“o político não tem fronteiras naturais (...) porque o político é o lugar de gestão da sociedade global, ele comanda em parte as outras atividades; ele define seu estatuto, ele regulamenta seu exercício. (...) A decisão política pode criar situações inteiramente novas que abrem campo a toda sorte de atividades”.⁴

Esta posição de comando do político pode ser exemplificada com a nova gestão da sociedade cortesã perpetrada por Luís XIV: aprofundamento das hierarquias pelo refinamento da etiqueta em que o principal efeito foi a construção de um soberano de dignidade inatingível. À nova História do Estado no *Ancien Régime*, interessada principalmente pelo estudo dos sistemas de poder e sua inserção no contexto de uma sociedade fortemente regida pelas dimensões simbólicas dos fenômenos políticos, o enfoque característico do século XVII acerca da realeza é por demais fecundo. Isto porque permite estudar práticas importantes, que, por muito tempo, foram vistas como obscurantismo ou folclore monárquico pela historiografia do século XIX e primeira metade do século XX, excessivamente preocupada com os aspectos jurídicos e doutrinários do absolutismo. Acerca deste “acanhamento historiográfico” a reflexão metodológica de Ernst Kantorowicz é ilustrativa:

“O misticismo, ao ser transplantado da luz suave do mito e da ficção à fria e inquisitiva luz dos fatos e da razão, perde geralmente boa parte de seu poder persuasivo. Sua linguagem, a menos que se escute dentro de seu próprio círculo mágico ou místico, de forma freqüente parecerá pobre e até um pouco ridícula, e suas metáforas mais misteriosas ou imagens mais brilhantes podem, uma vez desprovidas de suas auréolas iridescentes, lembrar a patética e comovedora imagem do albatroz de Baudelaire. Em particular, a mística política está mais exposta ao perigo de perder seu

⁴ “Du politique”, IN: René RÉMOND (org.), *Pour une Histoire Politique*. Paris, Éditions du Seuil, 1988, p.384.

poder de encantamento ou esvaziar-se de sentido quando se a subtrai de sua moldura natural, de seu tempo e de seu espaço”.⁵

De fato, a historiografia positivista do século passado considerou o ritualismo hierático, ou seja, as cerimônias reais da França Moderna, como ornamentos religiosos sem qualquer importância para um tipo de História Política essencialmente institucional, sem maiores considerações pelos aspectos sociais dos fenômenos que buscava retratar; aliás, tarefa impossível para uma História construída a partir da cumeieira, ou seja, pouco preocupada tanto com as estruturas constitutivas das sociedades européias dos séculos XVII e XVIII, quanto com seus mitos e conjuntos de crenças.

A obra fundadora de Marc Bloch, que em 1994 alcançou os 70 anos, não gerou senão herdeiros tardios. Como recorda Ralph Giesey, *Les rois thaumaturges*, não despertou o interesse por estudos semelhantes na historiografia da primeira metade do século e o próprio Marc Bloch acabou por abandonar a via do ritualismo político, expresso pelo caráter sobrenatural de cura da realeza na Inglaterra e na França, para se consagrar nos últimos 20 anos de sua vida à História Econômica e Social⁶. Foi exatamente esta nova História Política praticada solitariamente por Marc Bloch nos anos vinte, que haveria de se revelar a responsável pelo alargamento dos conceitos, aliás muito específicos, do Estado monárquico e do poder régio que estendem seus domínios para muito além da política tradicional.

Novos problemas colocados no cenário historiográfico das décadas de 1940 e 1950, acabaram por alargar enormemente as possibilidades da História Política da primeira metade do século XX. Na década de 60, na França e nos Estados Unidos, assiste-se ao nascimento de uma História Política renovada, principalmente no que diz respeito à questão do Estado monárquico francês. Como se refere Alain Boureau,

“desde trinta anos, a história da construção do Estado moderno e europeu (séculos XV-XVIII) se renovou privilegiando a noção de ritualidade política. As cerimônias monárquicas, por longo tempo abandonadas aos especialistas um pouco frívolos do decoro real, foram carregadas de funções políticas importantes: elas teriam elaborado a linguagem política do Estado (...) a cerimônia dá sentido, concentra, obtém o consentimento. Ela faz o Estado (ou a monarquia estatal) retratando-a”⁷.

⁵ Ernst KANTOROWICZ, Op. cit., p.15.

⁶Cf. Ralph GIESEY, “Modèles de pouvoir dans les rites royaux en France”. IN: Annales ESC, n°. 03, 1986.

⁷Alain BOUREAU, op. cit., p.1253.

Isto significa que as cerimônias reais foram a de “fachada cênica” (Alain Boureau), uma espécie de expressão visual da realeza. Com efeito, a partir da publicação do grande livro de Ernst Kantorowicz, *Os dois corpos do rei*, em 1957, a História Política da Idade Média e, por extensão, da Época Moderna, conheceu inúmeras mutações. Hoje, os novos estudos já formam um conjunto bastante considerável. Na atualidade, as interpretações mais completas e acabadas sobre as novas faces do Estado do *Ancien Régime* pertencem a um grupo de historiadores norte-americanos, das Universidades de Princeton, Iowa e Stanford. Considerados como os “herdeiros intelectuais” de Ernst Kantorowicz estes historiadores integram a chamada “escola cerimonialista norte-americana”. Expressando um caráter eminentemente eclético a escola cerimonialista norte-americana tem como referências teóricas, além da obra de Kantorowicz, a antropologia religiosa, a sociologia weberiana e historiadores alemães do direito, como Percy Ernst Schramm.⁸ Sem dúvida, desde os estudos de Ernst Kantorowicz, acerca do imbricamento entre as esferas política e religiosa no Ocidente cristão, que se desenvolveram análises acentuando a ritualidade política como força criadora do Estado monárquico. Nesse terreno, a maior contribuição de E. Kantorowicz se refere ao emprego que faz do conceito de “Teologia Política”, elaborado décadas antes por Carl Schmitt. Ao criar uma teologia política, o Estado operou uma fusão entre o aparato jurídico e a liturgia cristã.

Tais mitos revelaram a auto-compreensão dos franceses cultos entre os séculos XV e XVII, aqueles que se julgavam os descendentes da Antigüidade Clássica por meio de uma origem troiana habilmente histocirizada pela literatura histórica do período. Certamente, o questionário de Voltaire incorporava a questão das cerimônias na categoria de um mero ornamento na história dos reis, que ele mesmo ensinou a desprezar. É preciso considerar, no entanto, que ele fez muito pela História, e não se pode criticá-lo por uma reação como essa, aliás muito mais reprovável em certos setores da historiografia do século XX. Os mitos passaram à condição de temas privilegiados para a História Política nos últimos anos. Dessa forma, procede-se a uma reabilitação da História Política, ao extrair dos velhos estoques de retórica dos historiógrafos e mestres de cerimônias do Antigo Regime materiais novos para uma nova História. A História Política, centrada no que até há bem pouco tempo era considerado tematicamente desprezível, abriu a via para

⁸ Sarah Hanley MADDEN, *Le lit de justice de rois de France*, Paris, PUF, 1991; Ralph GIESEY, *Le roi ne meurt jamais*, Paris, Arthaud-Flammarion, 1987 e *Cérémonial et puissance souveraine*, Paris, Armand Colin, 1987; R. A. JACKSON, *Vivat rex. Histoire des sacres et couronnements en France*, Strasbourg, US, 1984; L. M. BRYANT, *The King an the city in the parisian royal entry ceremony*, New York, Academic Press, 1985.

uma nova compreensão do sentido e da importância das cerimônias reais em meio ao processo de construção do Estado monárquico da Época Moderna. A História Política redescobriu as velhas fontes oficiais que fizeram a glória da historiografia do século XIX, mas revisitou-as com ênfase sobre aqueles campos mais irrelevantes. Ela descobriu comportamentos carregados de sentido político e eficácia simbólica em crônicas dinásticas, histórias oficiais e memórias políticas, textos reconhecidamente dedicados aos altos assuntos do Estado. Uma das fontes capitais sobre as cerimônias públicas do Estado é *Les antiquitez et recherches de la grandeur et maiesté des Roys de France*, publicada pelo panegirista parisiense André Duchesne, em 1609. De acordo com Ralph Gieseey, Duchesne

“tenta descrever as cerimônias dos reis de França como uma história antiga ligada a um simbolismo profundo. A obra expressa uma dupla ingenuidade: sobre o plano histórico, porque os métodos da história antiga (no bom sentido do termo) eram então ainda elementares; na interpretação simbólica, porque o autor acreditava sinceramente na realidade do fenômeno. (...) o que intriga, é a mistura da história e dos louvores que revela a análise objetiva e erudita, ao mesmo tempo que o súdito entusiasta e fervoroso. O caráter inexprimível da cerimônia se confunde com a realidade de sua história”⁹

Generalizando esta profunda interiorização afetiva do memorialista político André Duchesne, torna-se mais compreensível o efeito ou o impacto das cerimônias reais diante do conjunto da população francesa dos três séculos do Antigo Regime. Através das cerimônias reais é que se construiu a nova linguagem política da monarquia, conjunto através do qual se pode captar aspectos relevantes da racionalidade específica do Estado monárquico da Época Moderna, até então relegados às sombras da História Política. No que diz respeito ao material empírico dessa História Política é curioso notar o acerto da conjectura de Claude Lévi-Strauss feita no início da década de 80, para expressar as novas relações entre a Antropologia e a História:

“(...) a Antropologia se volta de novo em direção à História; não somente para esta História qualificada de «nova», para cujo nascimento contribuiu, mas também para a História mais tradicional e que às vezes se pensa antiquada, enterrada nas crônicas dinásticas, os tratados genealógicos, as memórias e outros escritos dedicados aos assuntos das grandes famílias. Nos próximos anos, veremos aos antropólogos analisar a Saint-Simon (...) se submergirem em obras esquecidas e depreciadas (...). As

⁹Ralph GIESEY, op. cit., p.580.

estudarão com tanto cuidado como o fazem quando examinam os registros paroquiais e os arquivos notariais”.¹⁰

O cerimonial monárquico foi a “fachada cênica” da propaganda real, que torna palpável e palatável tanto a pompa quanto a ideologia real, expressa pela doutrina do direito divino dos reis. Ao representar o novo Estado monárquico, personificado pela realeza sagrada, através de uma rica coreografia ilustrada pelas quatro grandes cerimônias e outros espetáculos menores como o “levantar” do rei, alcança-se uma forma mais visível para um poder em busca de ascensão.

De fato, o Estado absolutista encontrou no direito divino dos reis uma sólida existência ideológica.¹¹ Mas o poder real não poderia subsistir fundado apenas numa teoria política, ainda mais numa época de meios de comunicação precários. Assim sendo, era preciso que alcançasse também uma expressão visual mais clara e concreta; coube às cerimônias reais, atos públicos por excelência, desempenhar esta função. A força ou o poder de constrangimento na França dos *reis cristianíssimos* está muito mais relacionado a elementos de ordem simbólica que a recursos de natureza técnica. Daí o conceito de “potesta absoluta” significar uma soberania teoricamente indivisível e não um poder de coerção efetivo. Para Georges Balandier

“nestes regimes tradicionais, em que abundam os símbolos, a transfiguração provocada pelo poder e a encenação da hierarquia se tornam evidentes. Tudo se relaciona ao soberano, se simboliza e se dramatiza por ele: relações com o universo, no mundo exterior, no território político, no passado e portanto na história, na sociedade e em suas obras. Ele está no centro da representação: palácio, cortesãos, cerimonial e festas, marcas de diferenciação e comportamentos codificados”.¹² Da mesma forma, para Alain Boureau, “as transformações dos modos de dominação política não poderiam se fazer aceitar senão pelo viés de uma linguagem que executava aquilo que diz ou mostra. Os princípios novos (o monopólio legislativo real, a perenidade do governo, a transmissão puramente dinástica do poder, o caráter eminente do domínio do soberano, sua onipotência onipresente, etc.) não teriam eficácia senão se ilustrando de maneira concreta e simbólica”.¹³

As cerimônias reais trouxeram uma importante contribuição ao “processo de ocupação simbólica da função soberana” (Balandier) prefigurando o Estado da

¹⁰Op. cit., p.84.

¹¹Cf. o meu “O direito divino dos reis: para uma história da linguagem política no Antigo Regime”.Revista. Síntese. São Paulo, Loyola, 1992, n. 57.

¹² *O poder em cena*. Brasília, EUB, 1982. p.17.

¹³Alain BOUREAU, Op. cit., p.1255.

Idade Clássica. Na França Moderna as cerimônias reais são projeções dramatizadas do poder, que alcançam uma inegável eficácia simbólica. A realeza, de forma até muito consciente, e Luís XIV é o melhor exemplo, enriquece e alimenta continuamente os mitos políticos, que lhe transferem sentido e vigor. A moldura do poder real toma como matéria-prima a força de um simbolismo mesclado de mitos políticos de uma longa tradição histórica, em que se destaca a sagração como principal manifestação celebrativa do poder real. Manifesta-se nas interpretações mais recentes do Estado, o desejo de reunir a História Política, concebida como estruturas mais estáveis entrecortadas por eventos, com a História das Idéias. Para Alain Boureau “(...) *interessa de hoje em diante reconhecer, em História Política, o ponto fundamental da ação e o peso das estruturas, dividido pelo corte do evento*”. Acerca da nova História do Estado, a reflexão metodológica mais clara é talvez a de Ralph Gieseey:

“A teoria e a prática da realeza na França, por exemplo, poderiam ser globalmente compreendidas sem grande recurso aos estudos sobre os ritos; assim, aliás, procediam os eruditos do século XIX e do início do século XX. O problema, tal qual me parece hoje, é de manter uma convergência entre uma História constitucional elaborada de longa data, na qual eu incluo os aspectos jurídicos e políticos, mas também teológicos e filosóficos do poder, e uma compreensão sensível da realeza que manejam com talento os antropólogos para estudar sociedades sem documentação”.¹⁴

O que os cerimonialistas norte-americanos ressaltam bem é uma notável fragilidade da velha História das Idéias, que não foi capaz de perceber que as defesas do poder real não se renovaram no mesmo compasso das estruturas sociais e econômicas e das novas funções de um Estado cada vez mais complexo e burocratizado. O direito divino dos reis – doutrina cujas raízes mais profundas foram lançadas na Baixa Idade Média, em meio ao conflito travado entre Igreja e Império pela hegemonia política sobre a cristandade – não acompanhou as diversas transformações ocorridas entre os séculos XVI e XVIII. Sem dúvida, não se pode desconsiderar o importante papel desempenhado pelas cerimônias reais no processo de afirmação da realeza, e o que é o seu corolário natural, a construção do Estado monárquico. Nesse sentido, a escola cerimonialista norte-americana vem oferecendo uma contribuição considerável ao esboçar uma teoria homogênea acerca da “funcionalidade” política dos ritos monárquicos entre os séculos XIV e XVII, época em que estes fenômenos passam a coincidir com a fase mais contínua do movimento de centralização. De fato, essa tendência da história política se

¹⁴ Alain BOUREAU, Op. cit., p.1263. Ralph GIESEY, Op. cit., p.579.

ocupa de práticas que evoluem com uma certa rapidez no espaço de pouco mais de três séculos. Como realça um dos representantes desta escola, Lawrence M. Bryant

“cada cerimônia particular necessita de anulações e de junções segundo o contexto histórico. A cada época, o conjunto das celebrações é o resultado da seleção e do poder criativo da comunidade dos participantes e não a repetição contínua de fórmulas rituais”.¹⁵

L. M. Bryant se refere às flutuações verificadas em apenas uma das cerimônias reais, as entradas. O *Lit de Justice*, por exemplo, assume vários aspectos em sua curta história de dois séculos. Em certas situações perde parte de sua função cerimonial para assumir um caráter de assembléia consultiva ou deliberativa. Em várias outras conjunturas, reencontra sua função simbólica, o que Sarah Hanley chamou de “guerra de rituais”. L. M. Bryant ressalta a ação do círculo fechado dos mestres de cerimônia que “*controlam metáforas e imagens com o propósito de influenciar e orientar a vida social*”. Entretanto, não se trata de uma pura e simples manipulação de uma elite política que deve obedecer às tradições rituais. Ainda que não tenha tomado a França, tampouco a Época Moderna como objeto privilegiado de sua obra, Ernst Kantorowicz demonstra em *Os dois corpos do rei* como esta história é particularmente fecunda em criar ou rejuvenescer continuamente o simbolismo dos cerimoniais monárquicos, desenvolvidos ou adaptados segundo o espírito e as necessidades dos novos tempos. Tal é o caso, no que diz respeito aos funerais reais, da substituição do rei defunto por sua efígie, simbolizando o fato de que a realeza é uma eterna Fênix; a presença do rei vivo na procissão interdita a presença do cadáver real. Lawrence M. Bryant e Ralph Giesey mostraram igualmente como as entradas reais e os funerais sofrem inovações a cada novo evento.

Se cada uma das quatro grandes cerimônias do Estado conhece certas metamorfoses entre uma ocorrência e outra, torna-se então muito difícil considerá-las como uma globalidade que forma sistema ou conjunto coerente. Ainda que façam parte das “manifestações públicas e reguladas da pessoa real” (A. Boureau), os ritos menores são considerados entre as formas mais fragmentadas da publicidade real e igualmente suscetíveis de uma apropriação múltipla. Luís XIV explorou ao limite essas celebrações menores, no sentido da afirmação de uma rigorosa etiqueta, de uma verdadeira teatralização dos gestos cotidianos do príncipe e de seus convivas. A maior dificuldade do modelo explicativo dos cerimonialistas norte-americanos é a tendência em enfatizar o predomínio de uma “ideologia constitucional” nos ritos reais, uma performance jurídica responsável

¹⁵ “La cérémonie de l’entrée à Paris au Moyen Age”. ANNALES ESC, nº. 03, 1986, p.515.

por fundar a modernidade do Estado monárquico no Antigo Regime. Na verdade, esta tendência é muito mais marcante nos trabalhos de Sarah Hanley, para quem a ideologia constitucional funda a unidade das cerimônias. Esta ideologia constitucional foi a fórmula encontrada pelos atores políticos de fins da Idade Média e do Antigo Regime para propagar o direito público por meio de cerimônias em que participavam vários segmentos interessados em garantir prerrogativas corporativas. Na verdade, ela é uma espécie de pacto tácito, firmado entre realeza e súditos durante cada cerimônia. Nas entradas reais, por exemplo, o rei se obriga a respeitar os privilégios e franquias da cidade, em troca de presentes, que atestam o afeto e a obediência dos cidadãos. Na sagração, tal pacto se revela pela promessa mútua: de um lado, a igreja abençoa o príncipe, fazendo descer sobre seu reinado a graça divina e toda sorte de bençãos; em troca, o príncipe deve proteger a igreja, debelando as potências heréticas causadores de males e desordens. Pelos preceitos desta ideologia constitucional, no que se refere ainda à sagração, o rei deve preservar os privilégios e apanágios dos clérigos, o que é explicitado também durante seu juramento.

Na verdade, a ideologia constitucional revela as hierarquias entre as diversas corporações, justificando a posição de destaque do príncipe, instalado no topo de uma pirâmide imaginária. Em síntese, segundo defende a escola americana, a ideologia constitucional definia prerrogativas recíprocas, mas sempre colocando em primazia a figura do príncipe. Com a afirmação do absolutismo, finda-se a idéia de uma “ideologia constitucional”, isto porque não há mais espaço para a manifestação de direitos recíprocos. Instala-se a partir de Luís XIII, processo aprofundado com Luís XIV e seus sucessores, a idade da *raison du prince*. De acordo com Alain Boureau, “*a França dos cerimonialistas americanos não concede quase nenhum lugar ao cristianismo*”, em seus fundamentos antigos e medievais. Para Boureau, na construção da modernidade monárquica há que se considerar também aqueles elementos de “competência litúrgica”, como discursos e motivos religiosos¹⁶. Dessa forma, o estudo da ritualidade política como elemento fundador da modernidade do Estado, fundada na idéia de ideologia constitucional, se constituirá num modelo teórico inadequado se não conseguir incorporar às suas análises as dimensões religiosas do fenômeno político. A crença compartilhada no Antigo Regime era a de que a *royauté merveilleuse* nascera na França por uma intervenção divina, para se tornar o modelo perfeito de monarquia a toda cristandade.

¹⁶ “É impossível pensar a celebração no Ocidente, pelo menos até uma data tardia, fora do modelo religioso”. A. BOUREAU, op. cit., p.1260.

A sagração, a mais importante e antiga cerimônia real, não pode ser concebida como um acordo jurídico, ou pacto mais ou menos tácito, que na França Moderna se encarregou de fundar a nova linguagem política do Estado. Como se refere a historiadora francesa Marina Valensise ela “*era o paradoxo da realeza, a união mística do povo e de seu rei que o rito precisamente celebrava como um casamento a cada novo advento*”¹⁷. A sagração renova a benção divina ao reino, constituindo-se num depósito de símbolos religiosos, num mito que lança uma série de desdobramentos. Este antigo e complexo cerimonial, que se apoia em várias referências pré-cristãs e no Velho Testamento, foi o rito superior do Estado do *Ancien Régime*:

“A singularidade da sagração de Reims, diferente e superior a todas as outras sagrações é que, tudo passando pelo crivo da igreja e a transmissão apostólica, e solidamente apoiada sobre as referências escriturárias precisas da unção de Davi por Samuel, emana diretamente de Deus por uma investidura miraculosa que não se pode negligenciar sem falsear o sentido, tanto no que concerne ao rito quanto no que respeita ao futuro brilho da realeza francesa. Porque é em verdade a realeza de Cristo que é de início afirmada pela sagração”.¹⁸

Em sua origem, pode ser comparada a uma espécie de iniciação sacerdotal, ou seja, a tradição popular e religiosa de uma relação com Deus. Como observou Sarah Hanley, a sagração é um tema muito antigo na França, cuja tradição “*historiográfica*” no século XVII já remontava à Baixa Idade Média. Esta atenção despertada entre os profissionais da história e os mestres de cerimônias, muito provavelmente está relacionada ao fato de tocar em cheio no conjunto lendário de crenças em que se apoiavam as sociedades do Antigo Regime, como por exemplo, a idéia de vocação mística do reino como uma segunda Terra Santa. A sagração envolve a realeza pelo misticismo do Santo Espírito descido dos céus. Nesse sentido, comunica uma forte transcendência à esfera temporal do poder, tornando o rei cristianíssimo. “*Os Capetíngios colocaram muito naturalmente em seu titular o epíteto de ‘très chrétien’*. Este título, reconhecido a São Luís pelo papa, se transforma com Filipe o Belo (1285-1314) em verdadeira instituição real”¹⁹ não somente o mestre de obras da paz e primeiro dignitário da cristandade, mas o centro de gravidade da sociedade política. A realeza sagrada do Antigo Regime foi

¹⁷Marina VALENSISE, “Le sacre du roi: stratégie symbolique et doctrine politique de la monarchie française”. *Annales ESC*, Paris, n.º. 03, 1986, p.544.

¹⁸Henry MONTAIGU, *La couronne de feu: introduction à la lecture symbolique de l’Histoire de France*, Paris, Dervy-Livres, 1987. p.172.

¹⁹François BLOCHE, *L’Ancien Régime: institutions et société*. Paris, PUF, 1993. p.08.

uma espécie de “pilar cósmico”²⁰, ponto intermediário entre Deus e os homens, que por meio de uma soberania verticalizada, fez da França o arquétipo dos reinos cristãos. Mircea Eliade emprega este conceito para exemplificar aqueles pontos terrestres privilegiados ao redor dos quais um determinado território se torna habitável e se transforma em sociedade.

Em *O ramo de ouro*, James Frazer mostra como o rei-sacerdote do bosque sagrado de Némi torna-se o centro, o ponto comunicante entre os homens e as forças sobrenaturais, ao se apoderar de um desses pilares cósmicos, um ramo dourado que brota de um carvalho. A realeza sagrada do Antigo Regime seria um desses *axis mundi*, atuando entre dois níveis cósmicos por meio de uma abertura para o sobrenatural. Como se refere François Bluche, a França é realmente um reino arquétipo, cuja anterioridade e longevidade de sua casa dinástica a coloca em primazia sobre os demais reinos da cristandade:

“(…) o Estado real, já muito moderno de um Luís XII ou de um Francisco I (...) mergulha suas raízes num passado muito longínquo. Milenar era, com efeito, o batismo de Clóvis (498), líder e rei dos Francos sálios, por Saint-Remi, bispo de Reims. Em uma Europa ainda largamente pagã, este acontecimento era importante (...) Esta anterioridade fez do rei de França o filho varão da Igreja”.²¹

²⁰ Cf. *Lo sagrado y lo profano*. Madrid, Ediciones Guadarrama, 1967. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981. (Prefácio de Darcy Ribeiro).

²¹ Op. cit., p. 08.

MESA REDONDA

As minas endemoniadas •

Júnia Ferreira Furtado
UFMG

Este trabalho é parte de minha tese de doutorado recém-concluída, que estuda o comércio e os comerciantes mineiros, para, por meio de sua atuação compreender um dos mecanismos informais pelos quais o poder procurou se reproduzir na colônia e os paradoxos dele decorrente. O ponto de partida é a análise da correspondência trocada entre Francisco Pinheiro, grande *homem de negócio* português, e seus agentes comerciais nas Minas, entre 1712 e 1744, que se encontra depositada no Arquivo do Hospital de São José, antigo Hospital Real de Todos os Santos de Lisboa, e publicada no Brasil pelo Ministério da Fazenda¹. Estas cartas permitiram conhecer um pouco do que estes comerciantes, estabelecidos nas Minas no século XVIII, viveram e presenciaram e, desta forma, descortinar a sua visão de mundo.

Francisco Pinheiro era a figura central da documentação aqui analisada. Comerciante português, desempenhou suas atividades na primeira metade do século XVIII, tendo agentes no norte da Europa, África e Brasil. Aqui, primeiro estabeleceu relações comerciais com as Capitanias do Nordeste, Rio de Janeiro e São Paulo e, no momento da expansão aurífera, seus negócios se estenderam para as Minas e mais tarde até o Mato Grosso. Durante sua vida, manteve farta correspondência com seus intermediários comerciais, apesar de ter permanecido analfabeto. Foi exemplo do comerciante daquele período: enriqueceu com os negócios coloniais e especialmente durante o *boom* do ouro e do diamante.

Seus correspondentes, homens de sua absoluta confiança, faziam parte de seu estreito círculo de amizades, mas em geral, eram familiares, numa mistura de laços de parentesco e negócios. Estes agentes comerciais se viam como partes de uma rede hierárquica, que tinha Francisco Pinheiro como um dos seus sustentáculos, mas cujo poder emanava diretamente do Rei. Sua escritura nos

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “Ordem e Desordem nas Minas Setecentistas”, apresentada no dia 23 de julho de 1996.

¹LISANTI F°, Luís. *Negócios Coloniais*; uma correspondência comercial do século XVIII. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973.

permite percebê-los como reprodutores do poder metropolitano, mas estes homens também eram capazes de abrir espaço para se opor à dominação e expressar sua própria alteridade. A análise desta correspondência permitirá atentar para o próprio projeto colonizador ibérico, pois para que este fosse efetivado era necessário reproduzir os códigos culturais e partilhá-los com o mais humildes dos súditos. Como bem nos lembrou Janice Teodoro da Silva², as caravelas portuguesas se transformaram em caravelas da cultura. Ao instituir uma civilização no novo mundo, trouxeram seus signos, seus símbolos e sua cultura, que uma vez incorporados à mente do colonizado, forjaram parte de sua identidade. Porém apesar de toda a tentativa de controle sobrava sempre espaço para afirmação de sua singularidade.

No Brasil, a penetração do povoamento exigiu que a Metrópole abrisse novas rotas comerciais, capazes de sustentar uma população crescente, afastada do litoral e dos portos de abastecimento de mercadorias, que em sua maior parte vinham do exterior. O descobrimento do ouro na região das Minas, no final do século XVII, acelerou o processo de estabelecimento destas novas rotas. E a partir desta época, a organização de um comércio de abastecimento no centro-sul fez com que vários interesses metropolitanos ali se enraizassem e se misturassem aos dos colonos³.

O papel do comerciante, que encontrou na ocupação das Minas momento privilegiado para ampliação das suas atividades e ganhos, pode ser compreendido como parte de uma cadeia de poder que se estendia desde o Reino. O comerciante que para aqui se dirigia estabelecia uma série de vínculos estratégicos, que em muito propiciavam a *interiorização* dos interesses metropolitanos, mesclando-os com os dos colonos. O controle do mercado de abastecimento, essencial para sustentar uma população urbana que crescia; a cobrança de impostos sobre a atividade mercantil, como forma suplementar de arrecadação de metais; e o mecanismo de endividamento da população local, que ficava nas mãos dos comerciantes, foram algumas das estratégias de expansão dos interesses metropolitanos nas Minas, por meio da atividade mercantil. Estes interesses também se complementavam quando da arrematação dos contratos para cobrança

²SILVA, Janice Theodoro da. *Descobrimientos e colonização*. São Paulo: Ática, 1987. p.9. (Col. Princípios).

³Maria Odila da Silva Dias afirmou que Southey em sua obra já chamava atenção para “os benefícios do comércio como fator de civilização e de coesão comunitária” (DIAS, M^a Odila L. *O fardo do homem branco*; Robert Southey, historiador do Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1974. p.288.) e que só com a descoberta do ouro e a necessidade de integrar estes mercados pôde-se assistir ao enraizamento dos valores morais portugueses (p.287).

das entradas ou impostos na Capitania, avidamente disputados pelos homens de negócio.

Paradoxalmente, uma vez nas Minas, estes homens passavam também a se dedicar a outras atividades: mineração, agricultura e pecuária. Pediam sesmarias, levantavam engenhos, abriam lojas e adquiriam escravos, que garantiam o sustento de seus donos, ao se dedicarem a diferentes atividades. Em pouco tempo, seus interesses econômicos estavam tão enraizados na terra, que não era mais possível defini-los como puramente metropolitanos. Os comerciantes passavam assim a atuar também como colonos.

O estudo dessas correspondências comerciais, datadas da primeira metade do século XVIII, permitiu acompanhar o processo de expansão e interiorização da colônia em direção ao centro-sul, à região das Minas. Os comerciantes que para aí se dirigiam, interessados nas inúmeras possibilidades de negócios e de um enriquecimento rápido, tornaram-se não só observadores da realidade que os cercava, como também reproduziam as hierarquias que teciam a trama das relações sociais e se construíam da metrópole em direção à colônia. O comércio integrou o interior e permitiu que o colonizador, ali, procurasse reproduzir seu mundo, seus valores, sua civilização. Eis porque as cartas comerciais puderam se tornar importantes veículos para estudo do processo de reprodução do poder na colônia, incorporando outras formas de sua manifestação que não as institucionais.

As correspondências comerciais do século XVIII tinham, entre outras, importante função como vetor de informação⁴. Com nenhum objetivo outro que o de aperfeiçoar o sistema de trocas que abrangia espaços cada vez mais distanciados, os comerciantes procuravam criar um eficiente sistema privado de informações⁵, o que permite que as cartas possam ser utilizadas pelo historiador como importantes fontes sobre o período em que viveram.

As cartas trocadas entre Francisco Pinheiro e seus correspondentes nas Minas, registravam diversas informações sobre o cotidiano e acontecimentos públicos, que repercutiam sobre a atividade comercial. Assim que ali chegou, Manuel Mendes da Costa escreveu a Pinheiro dando “notícia da minha chegada a estas terra e do (es)tado delas”⁶.

Cruz e os demais agentes de Pinheiro nas Minas acompanharam a lenta tentativa de afirmação do estado português nas Minas. A correspondência a respeito abarca o período de 1712 a 1944. Começa em 1712, durante o governo de Antônio de

⁴POUBLAN. *Affaires et passions*. In: CHARTIER, 1991. p.394.

⁵HABERMAS, 1984. p.29-30.

⁶HSJ.TFP. Carta 160. Maço 29. f.329.

Albuquerque, quando as Minas foram desmembradas da Capitania do Rio de Janeiro e “inicia-se em Vila Rica, uma vida nova, mais ordenada e urbana, mais civilizada mesmo”⁷. Termina em 1744, durante o governo de Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, que implantou o sistema de cobrança de impostos pela capitação, que resultou em novos levantes após 1736. Este período correspondeu ao momento em que a Coroa tentava estabelecer as primeiras medidas para submeter a região aos seus desígnios. Mas como previu Francisco Cruz, “coitado de quem lida com eles e os governar”⁸, pois tais tentativas de submissão não se deram sem grandes resistências.

Os primeiros tempos das Minas, depois da descoberta do ouro, momento em que os comerciantes para ali se dirigiram, foram de grande turbulência. As explosões de violência e de revolta eram constantes e havia muita dificuldade em reproduzir, nesse novo espaço, a estrutura hierárquica metropolitana e Cruz e seus companheiros perceberam bem a situação de tensão em que se encontravam as Minas. Segundo ele, isto procedia “do muito calor que nesta terra há, aonde arde todo o mundo nele”⁹ e “afirmo a VM ser terra diabólica, não pela dita, senão pelos moradores dela”¹⁰. Também o Conde Assumar atribuía tanta infidelidade à “influência deste clima”¹¹.

Para Francisco Pinheiro Netto, sobrinho de Francisco Pinheiro, as Minas eram perigosas e estavam “perdidas, que se não faz conveniência nem para comer” devido ao fato de que “se esteja correndo risco a tantos negros”¹². Referia-se à enorme desproporção entre a população branca e a de cor, os últimos se aglomeravam nos arraiais, gerando instabilidades. Por mais que as autoridades se esforçassem, era difícil manter a população negra sob controle. Vários bandos proibiam os negros, mulatos e carijós portarem qualquer tipo de armamento e as ordens eram sempre reiteradas, “por não levar as penas rigorosas que este caso merecia, fez nos ânimos das gentes se fosse afrouxando a sua observância, particularmente nas partes distantes”¹³. O bando de 1719 impunha penas rigorosas para os delinquentes, como ser “açoitado publicamente e a mão pregada no pelourinho”

⁷SALLES, 1965. p.71.

⁸HSJ.TFP. Carta 167. maço 29. f.271.

⁹HSJ.TFP. Carta 149. Maço 29. f.177.

¹⁰HSJ.TFP. Carta 149. Maço 29. f.179.

¹¹CORRESPONDÊNCIA do Conde de Assumar depois da Revolta de 1720. RAPM, 1901. ano 6, p. 203.

¹²HSJ.TFP. Carta 198. Maço 29. f.478.

¹³APM.CMOP.06. f.12v

e, se o porte da arma tiver sido com o conhecimento ou ordem do dono, “terá a mão cortada”¹⁴. Com isso, impunha-se ao proprietário a perda do trabalhador, castigando-o indiretamente.

Mas manter a população cativa sobre controle era muito difícil e ela incorria em inúmeros delitos, inclusive o de rebeldia. Cruz contou que em Vila Rica, soubera que “morreram uns delinquentes enforcados, estes são pretos, os quais mataram os seus senhores”¹⁵, crime esse muito temido. “Os negros em grande massa, revoltavam-se freqüentemente e muitos massacres de senhores, com suas famílias, foram assinalados nos primeiros anos”¹⁶. O próprio Cruz sentiu na carne a dificuldade de submeter a mão de obra escrava, durante uma de suas doenças, “havia onze meses que eu trazia os negros fugidos no mato, por estes julgarem não escaparia eu da morte”¹⁷.

Se a terra oferecia inúmeras possibilidades de enriquecimento e neste sentido se assemelhava ao Eldorado, pois “seja Deus louvado, pois nos deixou chegar a tempo de termos nestas montanhas tantos tesouros”¹⁸; o mesmo não se podia afirmar em relação a seus habitantes, “pois é terra que não há filho por pai, nem pai por filho”¹⁹. O padre Manoel Pinheiro preferia “ser neste reino beneficiado de uma pobre aldeia, que nesta vigário da melhor igreja, (...) e em mim jamais haverá contentamento, pois vivo nelas bem contra minha vontade”²⁰.

A distância da metrópole e do litoral dificultavam ainda mais as possibilidades de assentar os laços de coerção, pois o resultado era o “tão pouco conhecimento das obrigações de vassalo”²¹. Numa sociedade hierarquicamente estratificada, como era a metropolitana, as Minas pareciam querer inverter a ordem das coisas e a sociedade branca era constantemente ameaçada pelo aumento do número de mulatos, que também buscavam formas de afirmação social. Ali os homens se faziam soberbos e todos se comportavam “com uma tal fidalguia”, que bastava para isto se fazerem “capitães, que estes postos a qual mulato o logra”²².

¹⁴APM.CMOP.06. f.13-13v

¹⁵HSJ.TFP. Carta 152. Maço 29. f.135.

¹⁶LIMA JÚNIOR. 1978. p. 39

¹⁷HSJ.TFP. Carta 186. Maço 29. f.391.

¹⁸HSJ.TFP. Carta 173. Maço 29. f.241.

¹⁹HSJ.TFP. Carta 192. Maço 29. f.436.

²⁰HSJ.TFP. Carta 175. Maço 29. f.358.

²¹MOTINS do sertão. RAPM, 1896. v.1, p.654.

²²HSJ.TFP. Carta 156. Maço 29. f.175.

Os vereadores de Mariana contaram que a sociedade escravista gerava um profundo desprezo pelo trabalho manual, pois ali ninguém consente “que algum de seus filhos se aplique a ofícios grosseiros, mas que somente saltem a uma afetada e vã nobreza, a qual consiste ou nas temerárias introduções para a Igreja, ou nos indignos acessos dos postos militares”²³. Os mulatos “inteligentes e fortes, física e economicamente, passaram em pouco tempo a influir na sociedade da época, dominando as câmaras e cargos públicos, provocando reações dos portugueses recém-chegados, que se rebelavam contra isso, para dentro em pouco apoiarem os mulatos seus filhos”²⁴. Grassava a iniquidade, cada um querendo tirar maior proveito em benefício próprio, por isso Cruz afirmava que, “estas terras são para semelhantes gentes, mas não para homens que se lhe faz a face vermelha”²⁵, ou seja que tinham vergonha na cara. O Conde de Bobadela também considerava que “da elevação, que o pó das minas mete nos narizes ainda dos habitantes, que a pobreza traz nus e descalços: não há cabo que se não presuma alferes e todos duplicam em si as graduações”²⁶. “O pior é que desta escória se vai levantando uma raça nova de magistrados, que parece trazer o selo da origem vil, no mais escandaloso desafio às leis do Reino”²⁷.

A violência disseminava e o perigo estava sempre por perto. João Pinheiro Netto foi para as Minas, a mando de seu pai, buscava ali enriquecer depressa, o que permitiria sua rápida volta à Metrópole para ali “ir descansar na companhia da minha família, assim o permita Deus levar-me em paz destas minas, que elas sem dúvidas são bem arriscadas”²⁸. Contou ao tio que o hábito de comprar fiado nas Minas, tornava as cobranças grandes aventuras, pois exigiam grandes viagens, por lugares inóspitos, sob os caprichos da natureza, “jornada mui perigosa de moléstias e sezões”²⁹ e onde a ordem não se impusera e onde, não raro, havia levantes³⁰.

Tais desordens ocorriam porque os mineiros “não querem lá justiças, que eles só por si governam”³¹ e ficava-se a mercê dos poderosos, pois “todos estes

²³CAUSAS determinantes da diminuição da contribuição das 100 arrobas de ouro, apresentadas pela Câmara de Mariana. RAPM, ano 6, p.146.

²⁴LIMA JÚNIOR, 1978, p. 76.

²⁵HSJ.TFP. Carta 161. Maço 29. f. 188.

²⁶INSTRUÇÃO e norma. RAPM, 1899. ano 4, p.371.

²⁷HOLANDA, 1985. Tomo I, v.2, p.298.

²⁸HSJ.TFP. Carta 139. Maço 18. f.670.

²⁹HSJ.TFP. Carta 161. Maço 29. f.194.

³⁰HSJ.TFP. Carta 141. Maço 18. f.688. e Carta 161. Maço 29. f.194.

³¹HSJ.TFP. Carta 161. Maço 29. f.201-202.

vão a fazer fortuna e vários deles riquíssimos, que o mais povo lhe julgam a estes a sua morte, pela sua grande ambição”³². A confluência das enormes distâncias, o grande poder dos potentados e a inépcia de administradores mal preparados produziam a mistura explosiva que gerava a desobediência e as revoltas. Quando dos levantes de 1736 nos sertões contra a cobrança da capitação, o governador interino Martinho de Mendonça Pina e Proença detectou que as desordens nas Minas ocorriam devido a três tipos de homens, que rapidamente se punham a desafiar a justiça e se tornavam lideranças. Os “primeiros e mais principais são homens poderosos no país e estabelecidos nele, que costumados a viver sem mais Lei, que a da sua vontade”. A seguir, vinham quatro ou cinco homens dispostos a tudo, pois “tinham pouco, ou nada a perder e que, ocultamente instigados dos outros, começaram os motins”. Em terceiro, eram as próprias autoridades, “ainda que realmente o não são [cabeças], (...) nestes empregos introduziram maliciosamente gente meio rústica”³³.

O primeiro levante de que foram contemporâneos e testemunhas foi o de 1720 em Vila Rica, contra a instalação das casas de fundição. No dia 16 de junho do mesmo ano, João Pinheiro Netto contou que tudo estava parado em Vila Rica por causa dos “levantes, que entendo com o favor de Deus se acabaram ontem com algumas prisões que se fizeram, que vão para essa Corte parte dos presos, que dizem serem cabeças”³⁴.

Em 1725, um terrível motim de escravos ocorreu em Vila Rica. Sobre ele Cruz escreveu, sem saber exatamente ao certo o que acontecera, que “aonde suponho morreram alguns delinquentes enforcados, estes são pretos, os quais mataram seus senhores”³⁵. Na verdade, uma grande revolta negra se organizara na vila, descoberta e reprimida a tempo devido a desentendimentos internos entre “os negros de Angola que queriam fosse rei de todos um do seu reino, e os Minas também de que fosse de sua mesma pátria”³⁶.

Comentou ainda Cruz, que a luta dos moradores de Pitangui para não se renderem às autoridades metropolitanas já era antiga. Ali, “a Câmara formava uma oligarquia impenetrável” e os impostos sempre “recaíam sobre as classes menos abastadas”³⁷. Numa visita à Vila, o antigo Ouvidor Dr. Bernardo Pereira de

³²HSJ.TFP. Carta 161. Maço 29. f.194

³³MOTINS do sertão. RAPM, 1896. v.1, p.652.

³⁴HSJ.TFP. Carta 141. Maço 18. f.688.

³⁵HSJ.TFP. Carta 152. Maço 29. f.135.

³⁶APM.SC.05. f.108.

³⁷VASCONCELOS, 1974. p.67.

Gusmão, já havia sido impedido de entrar. Ao ouvirem o anúncio de sua chegada, relata ele, “a resposta que lhe davam era atirar dizendo: morra o Ouvidor e todos os que o acompanham; e com efeito, houveram bastantes de parte a parte e vários feridos, até que não houve outro remédio senão voltarem”³⁸. Em 1752, o Conde de Bobadela afirmava que era a única “vila aonde ainda há sombra da forma antiga das Minas (...) e que ainda conserva malfeitores de que usa, se bem que já atira a pedra, esconde a mão”³⁹.

Grandes decisões administrativas, que ocorriam na esfera pública, como a instalação das Casas de Fundição, influíam na esfera privada dos negócios. No ano de 1724, João Deniz de Azevedo se desculpava em não poder acertar as contas com Pinheiro, pois as autoridades, “como se põem a casa da fundição, e se cobram os quintos vencidos com tal violência, me não é fácil juntar para uma e outra coisa”⁴⁰. Em 1727, Cruz as responsabilizava, em termos pejorativos, pela demora em cobrar as dívidas das vendas das mercadorias e atrapalhar os negócios.

A dificuldade de ação das autoridades fazia com que as pessoas tomassem a justiça nas suas mãos e mais uma vez atrapalhava a afirmação do estado metropolitano. “As leis foram, também no Brasil, *obedecidas mas não cumpridas*”⁴¹. A institucionalização e a legalização da ordem eram dificultadas pelo poder que arraigavam, os homens mais ricos e poderosos. E, “os próprios agentes da Coroa acab[avam], não raro, por tolerar ou até fomentar, não podendo resistir sem prejuízo ao que se fizera regra geral”⁴².

A imposição do poder metropolitano estava cercada de contradições entre as esferas públicas e privadas. Por um lado, a metrópole encontrava forte oposição da população local para se submeter ao seu arbítrio, especialmente os oligarcas e potentados. Por outro, incapaz de levar a ordem a todos os recantos que eram então desbravados, a Coroa necessitava estender sua ação através do beneplácito desses próprios senhores.

O resultado direto desta forma de fazer política era a indistinção entre a esfera pública e privada, característica da forma patrimonial de administração⁴³.

³⁸HSJ.TFP. Carta 161. Maço 29. f.194.

³⁹INSTRUÇÃO e norma. RAPM, 1899. ano 4, p.374.

⁴⁰HSJ.TFP. Carta 147. Maço 29. f.318.

⁴¹HOLANDA, 1985. Tomo I, v. 2, p.282.

⁴²Ibidem. p. 297.

⁴³WEBER, 1944. cap. 3, p.139-198. Para Weber, o patrimonialismo surge a partir da comunidade doméstica patrimonial, quando ela começa a se diferenciar economicamente e surge um corpo de funcionários administrativos encarregado das administração da propriedade do senhor. O quadro administrativo e militar fica, então, sob dominação pessoal do senhor.

No estado português, o poder era exercido de forma pessoal. A execução das ordens dependia de uma autoridade para outra, o que gerava um sentimento de que as pessoas encontravam-se desprotegidas, freqüentemente sob o arbítrio dos poderosos.

A sociedade mineira era a soma contraditória do esforço colonizador português e da heterogeneidade que surgia no espaço urbano minerador. De um lado, a Metrópole se esforçava por construir um mundo a sua imagem e semelhança mas, na vastidão das Minas, cercada de escravos, desraigados e potentados, tudo parecia estar fora do controle. Mesmo com todas as tentativas de normatização e de controle da sociedade, o ambiente fervilhava e os motins pipocavam. Ao mesmo tempo, os horizontes se expandiam e o correr do tempo parecia se acelerar.

Nas Minas, tudo parecia estar fora do lugar. Mas, paradoxalmente, grande parte deste descontrole era resultado da maneira como o poder se organizava desde a Metrópole. A necessidade de se utilizar dos potentados para levar a autoridade à periferia, o excesso de poder de funcionários, a falta de uma hierarquia clara, o caráter pessoal do mando, tudo contribuía para, uma vez distante do centro, aumentar a confusão entre a esfera pública e a privada e imprimir a sensação de desgoverno.

A principal preocupação da Coroa foi a utilização do comércio e dos comerciantes para levar seu poder ao interior das Minas e as redes informais e transgeográficas representadas pelas corporações mercantis tiveram aí papel fundamental. Apesar das distâncias e outras contradições que se interpunham entre o centro do poder e as regiões mais distantes do Império, as populações do novo mundo identificavam-se como vassalos, e viam no soberano a origem de todo o poder e não estavam limitados ao jogo de oposições entre metrópole e colônia.

MESA REDONDA

A visão nobiliárquica nas solenidades do setecentos setecentos mineiro •¹

Adalgisa Arantes Campos
UFMG

Sensível ao convite da colega e grande amiga Carla Anastasia estou neste encontro a falar da pompa nos rituais, particularmente na sua versão barroca, o que me exige coragem, pois não se trata de assunto que estimule as paixões e as idéias libertárias. Na oportunidade, registro os agradecimentos à comissão organizadora, empenhada em facilitar a a nossa presença neste evento.

1. POMPA: ORDENAÇÃO E MANIFICÊNCIA

A grosso modo a palavra latina *pompa* contém dois significados: suntuosidade (brilho, luxo) e cortejo, segundo uma determinada hierarquia (*ordo*). Pode ser empregada com apenas um desses sentidos ou simultaneamente com os dois. A pompa foi um componente absolutamente indispensável às solenidades da época medieval e moderna, contando com grandes defensores como Dionísio, o Areopagita (século V), Santo Agostinho (V), Gregório (VI), mais recentemente Charles Loyseau (XVII) dentre outros.² Constituiu a visão de mundo e suporte ideológico das sociedades estamentais, onde imperou a distinção conforme a *qualidade* e o *estado* (os que oram, combatem e aqueles que trabalham).³

Essencialmente sagrada, esta concepção hierárquica funda-se em uma reflexão sobre o Antigo e o Novo Testamento, onde buscou “*a imagem de uma*

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “Ordem e Desordem nas Minas Setecentistas”, apresentada no dia 23 de julho de 1996.

¹ O presente trabalho decorre de uma pesquisa que venho desenvolvendo sobre a pompa nas cerimônias da Semana Santa no setecentos mineiro financiada, desde março de 1996, pela FAPEMIG e CNPQ.

² DUBY, G., *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*, Lisboa, Estampa, 1982, pp. 13- 144.

³ GODINHO, Vitorino de, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1977.

falange que disciplina a estrita submissão dos subalternos aos superiores".⁴ Cada um deveria ocupar o seu posto, conforme a *dignidade* própria, e com a máxima obediência e aceitação.

O agenciamento em ordens, tão bem objetivado nas cerimônias sagradas, hierarquias eclesiástica, confrarial, militar e de outras organizações coevas não manifestava uma ordenação puramente exterior (física), mas o posto e a função reservados a cada um segundo um sentido interno, articulado com o modelo divino.⁵ Concebe-se o mundo sensível, em suas grandes linhas, como irremediavelmente unido ao mundo das idéias, à imagem dele, ainda que esta não seja absolutamente simétrica, pois acreditava-se ocorrerem diferenças notáveis entre as hierarquias divina, humana e eclesiástica.

Esta concepção não é original dos teólogos medievais, pois já existia nas cosmologias neoplatônicas, que conceberam uma certa ordem no mundo da natureza e da política, projeção imperfeita das verdades existentes no mundo das essências. Portanto, já no pensamento antigo tudo se operava dentro da ordem, à propósito, considerada desejada e indispensável à paz, harmonia, justiça, beleza e evolução espiritual.⁶

Em seu estudo sobre o imaginário do feudalismo Duby destaca a natureza ideológica desta concepção:

“Para tornar suportável a disciplina, tolerável a desigualdad, é bom fazer crer que na sociedade cristã — tal como entre pais e filhos, entre novos e velhos, em todas as comunidades, no mosteiro como no palácio, na aldeia como nos grupos de combate- amor une os corações”.⁷

Essa visão continua, predomina, mas também entra em declínio na época moderna, surpreendentemente pautada por valores nobiliárquicos. Robert Darnton destaca o exemplo privilegiado de um cortejo ocorrido, em 1768, em Montpellier, segundo a disposição hierárquica tradicional.⁸ A despeito da ascensão local da burguesia, representativa de valores mais laicos e democráticos (no âmbito do setecentos) tanto o evento quanto a descrição deste, feita por um autor anônimo,

⁴ idem, p. 87.

⁵ ROQUES, René, *L'univers Dionysien*, Paris, Aubier, 1954.

⁶ idem, p.38 e segs.

⁷ DUBY, G., op. cit. n.1, cit. p. 89.

⁸ DARNTON, Robert, “Um burguês organiza seu mundo: a cidade como texto”, in: *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*, Rio de Janeiro, Graal, 1986, pp. 141-88.

revelam a sedimentação da concepção hierárquica: “Assim, quando descreveu sua cidade nosso autor ordenou seus pensamentos da mesma maneira como seus contemporâneos ordenavam suas procissões”⁹, à força da tradição, embora o próprio cronista não compartilhasse politicamente de uma visão aristocrática da sociedade.

Contudo, Darnton reconhece que a procissão de Montpellier não representava literalmente todos os grupos e forças sociais emergentes, pois além da ausência de muitas entidades (ordens religiosas, irmandades, corporações etc ...), naquele tempo a riqueza ainda não era sinônimo de prestígio, poder e status.¹⁰ Portanto, a linguagem das procissões do Antigo Regime não pode ser considerada como uma duplicata da realidade social vigente, podendo estar descompassada, expressando, desta maneira, tão somente as suas linhas básicas, em franca retirada.

A pompa como sinônimo de magnificência também foi longa e se manifestou com grande esplendor no período joanino (1707-1750), quando significativos recursos foram investidos na edificação e ornamentação de capelas e conventos, aquisição de alfaias para o culto, cerimônias religiosas em geral e particularmente celebração de missas em favor das almas do Purgatório etc.¹¹ Como bem alerta Rui Bebiano este *esbanjamento* com o sagrado deve ser compreendido numa ótica historicamente situada, pois não seria justo aplicarmos juízos econômicos/políticos e noções de gosto de nossa época para a interpretação do governo de D. João V.¹²

Os dispêndios avultados com o luxo devem ser compreendidos como um investimento positivo, pois acreditava-se que a fertilidade (do próprio D. João V), prosperidade e estabilidade do reino se deviam ao comportamento modelar do monarca, sempre afeito à caridade e à divulgação da mensagem cristã. Nessa visão também se enquadram o achado do ouro, dos diamantes, a expansão das fronteiras lusitanas, vistas como um prêmio divino à prodigalidade de gastos régios. Tem-se, portanto, uma comunicação recíproca entre o mundo dos homens e de Deus, segundo a mentalidade providencialista que não se restringe absolutamente à elite dirigente, compartilhada pelo grosso dos súditos.

⁹ “Nosso autor enumerou todos os títulos, privilégios, rendas e funções inscritas implicitamente na ordem da marcha.”cf. idem, p. 158.

¹⁰ idem, p. 159.

¹¹ Sobre a prodigalidade nos gastos na época joanina cf. BEBIANO, Rui, *D. João V – poder e espetáculo*, Aveiro, Livraria Estante, 1987; no tocante às preocupações escatológicas cf. D’Araújo, Ana Cristina B., “Morte, memória e piedade barroca”, *Separata da Revista de História das Idéias* (Faculdade de Letras), coimbra, 11 (1989): 1129- 73.

¹² OLIVEIRA, Luís V. R. Salgado, “O significado do luxo no reinado de D. João V alguns aspectos”, in: *Bracara Augusta*, XXVII (1973): 299-312.

O *Triunfo Eucharistico* (1734) e o *Aureo Throno Episcopal* (1749), narrativas à propósito de duas cerimônias singularmente pomposas no âmbito da Capitania das Minas, são documentos privilegiados no sentido de revelar a pompa como ordem e magnificência, além de exibir citações literais a respeito da crença na visão providencialista.¹³

Poderíamos acrescentar também outros documentos como, por exemplo, aqueles alusivos aos nascimentos, casamentos e exéquias da família real e da nobreza¹⁴ os sermonários, os livros de compromissos das irmandades, relações de pagamentos de propinas (do Senado da Câmara), testamentos, dentre outras fontes infatigáveis em confirmar a presença generalizada de uma mentalidade providencialista, cujo apreço ao o luxo não é coeficiente de uma simples vaidade mundana.

Contudo, é necessário esclarecer que, em virtude de situações difíceis e, outrossim, face ao gosto generalizado por novidades e pelo ornamento, a realeza portuguesa, vez por outra, controlou as despesas com o suntuário, lançando mão de inúmeras pragmáticas, legislação utilizada para se normatizar o luxo público e privado.¹⁵

Entretanto, deve-se realçar que o espírito das pragmáticas estava longe de ser considerado capitalista. Mercantilistas elas defendiam as indústrias do Reino (tecidos, rendas, jóias e alfaias em geral) de acordo com o exclusivo colonial, acatando abertamente o pensamento hierárquico, exigindo a austeridade segundo o grau, particularmente do terceiro estado. Tentaram disciplinar o esbanjamento com o vestiário, mobiliário, carruagens e liteiras e construções civis, o que ajuda a compreender a extrema austeridade dos interiores no Brasil colonial.¹⁶ Por sua vez, mantinha-se a liberalidade de gastos no domínio religioso – velórios, construção e ornamentação de templos, aquisição de alfaias e solenidade do culto –, o que permitiu uma profunda radicalização estética bem como significativos investimentos (entesouramentos) na colônia:

¹³ Cf. a reprodução fac-símile in : ÁVILA, Affonso, *Resíduos seiscentistas em Minas – textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*, Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros, 1967, 2vols.; cf. ainda CAMPOS, Adalgisa Arantes, “O *Triunfo Eucaristico: hierarquias e universalidade*”, *Revista Barroco*, 15 (1990/92): 461-67.

¹⁴ *Noticias das Festas, que fez a Camara da Villa Real do Sabará, na Capitania de Minas Geraes, por ocasião do feliz nascimento do Serenissimo Senhor Dom Antonio Principe da Beira, Lisboa, Regia Officina Typografica., Anno 1796* (4 pp).

¹⁵ cf. BEBIANO, op. cit. pp.137-50; GODINHO, Vitorino Magalhães, “A estrutura social do Antigo Regime”, in: *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1977, pp. 71-116.

¹⁶ MAGALHÃES, Beatriz R., “A demanda do trivial: vestuário, alimentação e habitação”, in: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 65 (1987): 153-99.

“Porem nenhuma das disposicoens desta Lei se entendera a despeito das Igrejas, e do Culto Divino; para o qual continuarão livremente a fazer se os ornamentos como de antes, por ser limitada demonstração do que devemos ás couzas Sagradas, tudo o que podemos empregar na sua descencia e riqueza”.¹⁷

2. A POMPA E AS IRMANDADES MINEIRAS

Esclarecida a noção de pompa, como ordem e magnificência, a tendência da mentalidade providencialista a submeter o terreno ao sagrado, verticalizamos o nosso foco na atuação e representações pertinentes às irmandades e ordens terceiras nas Minas setecentistas, tentando compreender a insistência em zelar pela “*descência e o asseio do culto*”, expressão tão em voga nos documentos do período, exigência sem dúvida das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)*, mas que foram tão bem aceitas pelas irmandades de brancos, pretos e mulatos.

Antes porém é necessário destacar a existência de uma bibliografia clássica sobre as irmandades do setecentos mineiro que reitera o papel relevante desses sodalícios na vida social, na evangelização e promoção do culto nas Minas feitas exclusivamente pelo clero secular e por leigos, na encomendação de obras artísticas, no reforço das diferenciações étnicas, na sociabilidade grupal e, sobretudo, na difusão de uma visão acomodatória do ponto de vista político.¹⁸

No momento nos ocupamos da visão acomodatória, ou seja, na reprodução na Colônia de uma mentalidade afeita às hierarquias, de natureza trifuncional conforme o modelo da Idade Média, que se revela com toda clareza nas mesas administrativas das irmandades e ordens terceiras, cerimônias, no espaço reservado aos ritos, nas insígnias e alfaias, e principalmente nas batalhas judiciais assumidas pelas irmandades visando geralmente a precedência nas cerimônias

¹⁷ APM, Pragmática- 1749, SC 93-P, 1158v.

¹⁸ Cf. SALLES, Fritz T. de, *Associações religiosas no ciclo do ouro*, Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros, 1963; SCARANO, Julita, *Devoção e Escravidão*, São Paulo, Edit. Nacional, 1976; BOSCHI, Caio C., *Os leigos e o poder*, São Paulo, Ática, 1986. Vide ainda AGUIAR, Marcos M., Vila Rica dos confrades- a sociabilidade no século XVIII, Dissert. de Mestrado apresentada no Depto. de História/USP, 1993 (mimeo); Campos, Adalgisa A., A terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas, tese de doutorado apresentada no Depto. de História/USP, 1994 (mimeo); FIGUEIREDO, Luciano, *O avesso da memória- cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*, Brasília, Edunb, 1993. Devemos lembrar ainda uma vasta produção extremamente útil feita por historiadores autodidatas como os estudos do cônego Raimundo Trindade, Francisco Antônio Lopes, Zoroastro Viana Passos dentre outros. dentre outros.

públicas.¹⁹ Esse apreço à precedência materializado no orgulho e na soberba é próprio de uma época em que o poder não está plenamente associado ao dinheiro e sim aos valores nobiliárquicos.²⁰

Começamos pela organização interna das irmandades coloniais mineiras. Era comum à época a constituição através de processo eletivo anual de uma mesa diretora composta geralmente de irmão provedor, escrivão, procurador, tesoureiro, oficiais de mesa (em número de 12) e andador. O capelão era um funcionário contratado e nem sempre participava de votações da mesa administrativa. Alguns desses cargos eram remunerados, os de maior escalão ao contrário exigiam a doação de uma esmola que variou de acordo com a riqueza das irmandades e com o período, visto que foram mais altas no primeiro terço do século XVIII para depois passarem por redução.

Erectas sobretudo a partir de meados do setecentos, quando a sociedade se encontrava bastante estratificada, as ordens terceiras destacaram o princípio hierárquico doravante mais rígido com os confrades do ponto de vista das exigências espiritual, racial e material. Entre os terceiros a mesa diretora apresentava, em ordem decrescente: o reverendo comissário, vice- comissário. o irmão ministro, vice-ministro, secretário, procurador geral, irmão síndico, escrivão, tesoureiro, dez ou doze definidores sacristão, zelador, enfermeiros, presidentes de ruas, repartidos entre os bairros da presidência, isto é, da vasta circunscrição sob domínio da ordem terceira em questão.

Este escalonamento próprio dos terceiros franciscanos serve também para os terceiros carmelitas, com pequenas modificações operadas mais na nomenclatura do que propriamente nas funções. Ao invés de irmão ministro tem-se o prior, vice- prior etc. Nos terceiros há marcações básicas tais como professores/ noviços e antigos/ novatos. Há uma tendência manifesta em se valorizar o mestre em detrimento do noviço considerado mais despreparado em termos de qualificação espiritual, o antigo em comparação ao neófito, tido como mais experiente e digno de confiança. A eleição era feita a partir de uma lista tríplice feita pela mesa vigente. A mesa masculina através da atuação do reverendo comissário indicava os nomes para comporem uma lista para ser submetida à votação, formando então a mesa feminina, existente tanto nos franciscanos como

¹⁹ Cf. o quadro feito por Caio Boschi a respeito de litígios travados entre as irmandades coloniais mineiras in: *Os leigos e o Poder.*, pp.232-33

²⁰ Cf. HUIZINGA, Johan, “ O teor violento da vida”, in: *O declínio da Idade Média*, trad. Lisboa, Ulisséia, s.d., pp.9-29 , cf. pp.26-27.

nos carmelitas. Portanto, ambos os terceiros tinham mesas duplas.²¹ As femininas mais honoríficas, devocionais e assistenciais em relação aos necessitados da própria ordem.

As irmandades de mulatos (Mercês, Cordão de São Francisco etc.) e do Rosário dos Pretos também tinham mesas duplas (um rei e rainha ou juiz e juíza), como nos exemplos citados as mesas femininas eram mais honoríficas e ou voltadas para assuntos de natureza devocional/assistencial do que propriamente deliberativo e administrativo.

No caso do Rosário dos Pretos de Vila Rica eram escolhidas além das mesas masculina e feminina da própria irmandade, outras tantas para cada altar lateral do templo (Santa Ifigênia, Santo Antônio de Catigerona, São Elesbão, São Benedito), excetuando-se os cargos de juiz e juíza, visando-se com tantas mesas o zelo e magnificência do culto do santo do trono em questão.²² Não é ao acaso que aquele templo é um dos mais belos exemplos do rococó mineiro, tanto na arquitetura quanto na pintura dos retábulos mencionados. Para isso, contava com a proteção do governador da Capitania e do Senado da Câmara que lhe faziam expressivas doações. Portanto, mesmo os brancos pobres e pretos agremiados no Rosário faziam questão da visão hierárquica que se impõe nas Gerais. Ainda que inclinados ao sincretismo, visto que suas cerimônias faziam uso de negros trombeteiros, tambores e danças²³, a visão em ordem destacava-se particularmente na pompa fúnebre:

“Assim que fallecer algum Irmão, branco ou preto forro, ou Captivo, se fará logo saber ao Procurador, ou Sächristão da Irmandade, o qual avizará logo esta, não só fazendo com os Sinos os signaes costumados, como tocando pelas Ruas a Campaynha da Irmandade para que os Irmãos se juntem na Igreja a horas costumadas para o enterro, e juntos que sejeão, sahirão todos com suas ópas brancas, levando o sachristão, ou outro qualquer Irmão adiante a Crux baixa, e quatro Irmãos a tumba da Irmandade, e atrás de todos, irá o Juis de Nossa Senhora (da mesa da padroeira), ou outro qualquer dos mais santas (das mesas dos altares laterais) que presente se achar, com sua vara e levará a sua mão direytra o Reverendo padre Capellão (funcionário da irmandade), e chegados á porta do Irmão defunto (de sua casa), entrará o Reverendo Capellão com licença do Reverendo Parocho (vigário paroquial)a encomendallo, o que

²¹ Para ilustrar comparem Arquivo da Casa dos Contos: *Estatutos da Ordem 3a. de São Francisco de Assis*, 1760, caps. 14 a 30; *Estatutos da Ordem 3a. de Nossa Sra. do Carmo*, 1755, caps.1 a 11.

²² Cf. Arquivo da Casa dos Contos, *Compromisso da Irmandade do Rosário dos Pretos erecta em 1715*. 1751. Convém lembrar que os cargos de escrivão e tesoureiro exigiam o domínio da escrita e eram ocupados mormente por integrantes brancos.

²³ LANGE, Fco. Curt, *História da música nas irmandades e Vila Rica*, Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro, 1979. v.I. pp. 269-301.

feito mandará o juiz meter na tumba (esquife) o corpo defunto, e postos os Irmãos em duas fileiras com a cruz adiante, levantada, levarão o corpo até á sepultura, que lhe estiver destinada em Nossa Igreja ou em outra qualquer (...)"²⁴

Dentro da hierarquia confrarial o mais alto cargo conhecido como provedor, prior ou ministro (terceiros), juiz (irmandade de mulatos e pretos) exigia do devoto expressivas esmolas. Por isso, tais cargos eram escolhidos entre os homens considerados de cabedal, beneméritos e de comportamento exemplar. Em contrapartida, dava direito à sepultura na capela-mor (mesmo após vencido o mandato), ao dobro de missa em relação aos confrades comuns e lugar de máximo destaque na hierarquia dos cortejos promovidos pela própria irmandade : funerais, procissão do santo patrono, Quarta-feira de Cinzas, Semana Santa, *Corpus Christi* etc... de acordo com o calendário festivo do sodalício em questão. Enfim, era um dispêndio que trazia retorno em termos de prestígio social e recompensas espirituais: muitas missas em sufrágios na hora da morte e uma campa em espaço mais sacralizado no âmbito do recinto da matriz – a capela-mor, símbolo da cabeça do Cristo.

Nos cortejos setecentistas os irmãos da mesa diretora não saíam com as mãos vazias, carregando com distinção, ostentação e orgulho suas insígnias: o provedor levava o guião, o escrivão a vara, o tesoureiro a cruz, protegidos pelo pátio ou nas imediações deste. Estes privilegiados ocupavam o lugar mais sacralizado/qualificado daquelas procissões, compartilhando da cena mais digna daquele evento divino e social. Os assistentes presentes nesse colóquio podem contemplar tais objetos de cunho processional no Museu Arquidiocesano desta cidade, dotado de excelente acervo representativo da visão hierárquica dominante nos rituais da época.

Contudo, é necessário frisar que a ordem expressa nos ritos solenes nem sempre espelha a riqueza pessoal de seus componentes. Acontecia provedores servirem anos a fio sem quitarem seus débitos, e na morte os testamenteiros tinham que saldar tais dívidas, imperdoáveis para as irmandades mineiras que, em meados do setecentos, se encontravam cada vez mais dependentes dessas receitas.²⁵ Não se

²⁴ Arquivo da Csa dos Contos, *Compromisso da Irmandade d e Nossa Senhora do Rosário dos pretos*. 1751. cap. 24.

²⁵ Esse tipo de débito é mencionado em testamentos e suscita processos movidos pelas irmandades lesadas. Caso ilustrativo é o da irmandade do Senhor dos Passos situada dentro da igreja matriz do Pilar de Vila Rica que no ano de 1773 moveu ação através do Juízo de Defuntos e Ausentes contra os bens da herança do sargento-mor Thomas Gomes de Figueiredo "*para ser pago da esmolla de Provedor*" (80 oitavas) e dos anuais que não foram pagos de 1732 até 1769, isto é, durante 37 anos, perfazendo um total de 198 oitavas. O réu alegava que o defunto eleito provedor, doente e *achacado*

pode dizer que o prestígio em geral seja coeficiente de riqueza, embora a favoreça. Para isso, basta conferir os inúmeros cargos da administração colonial que não eram remunerados mas que conferiam prestígio social e abriam os caminhos para as fortunas pessoais.

Há que se reiteirar que a visão hierárquica atingia os sodalícios em geral, embora alguns a tenham cultivado com primor, como por exemplo, as irmandades do Santíssimo Sacramento São Miguel e Almas, Senhor dos Passos, ordens terceiras...²⁶ Essas agremiações tinham um calendário festivo complexo, diferenciado em relação às demais pois vocacionadas para os ritos processionais, litúrgicos e ou penitenciais. A Quaresma, Semana Santa e Tríduo Sacro suscitava comemorações simultâneas, múltiplas, num evento essencialmente pompos, verdadeiro fato cultural.

A mentalidade hierárquica encantava e era especialmente enraizada nos terceiros que se consideravam no meio do caminho entre a vida secular e a regular. Eles se sentiam *ordem*, na medida que possuíam uma hierarquia mais rígida, seguiam a regra das ordens monásticas (excetuando a castidade e a clausura) abrandada através do exercício do noviciado. Os terceiros franciscanos de Vila Rica chamaram a atenção sobre si por possuírem um notável sentimento de precedência, tão grande que chegou a ser reprimido inclusive pela autoridade do provincial, situada no convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro, o qual se recusou a aprovar-lhes os estatutos de 1754, cópia perfeita da regra monástica do

não havia tomado posse, isto é, não tinha aceito publicamente o cargo. Caso seja verdade como explicar o permanecer 37 anos sem pagar os anuais? Enfim, o réo precisou pagar todas as despesas, incluindo-se também os custos verificados com os autos. (Cf.Arquivo da Casa dos Contos, “Sentença Cível de Apelação a favor dos Apelados os oficiais da Irmandade do Senhor dos Passos, contra o apelante José Martins Conde – 1770-1772”, in: *Irmandade do Senhor dos Passos da freguesia do Pilar de Vila Rica – Avulsos 1744-1872*.

²⁶ As irmandades do Santíssimo Sacramento, obrigatórias nas igrejas matrizes, faziam Ofício de Cinzas na Quarta-feira de Cinzas, procissão de Domingo de Ramos, Lavapés, missa solene com Santíssimo exposto na Quinta-feira Santa, Adoração da Cruz na Sexta-feira da Paixão, missa solene no Sábado de Aleluia, Domingo da Ressurreição com procissão e missa solene etc.. As irmandades de São Miguel e Almas além da festa do Arcanjo fizeram a Procissão dos Ossos, ofício com nove lições no Oitavário de Defuntos (dentro da semana do Finados), procissão das Almas às segundas-feiras, etc. Os terceiros franciscanos faziam a cerimônia da profissão de seus membros, da procissão da Quarta-feira de Cinzas que marcava a entrada no tempo quaresmal, Quinta-feira Santa com sermão do Mandato e Lava-pés e Adoração do Santíssimo exposto, festa da Porciúncula, Quinquena das Chagas de São Francisco em outubro etc. A ordem 3a. do Carmo fazia a profissão de seus noviços, as razoulas (procissões na intenção de irmãos defuntos),a Procissão do Triunfo no Domingo de Ramos, a Procissão do Enterro na Sexta-feira da Paixão e a festa da Senhora do Carmo...As irmandades do Senhor dos Passos, como o nome indica, celebrava os *Passinhos* durante toda a Quaresma (procissão de Passos), além de fazer o Descendimento da Cruz com respectiva Procissão do Enterro.

convento carioca. Só em 1760, após a introdução daquelas restrições é que se procede à aprovação.²⁷

Contudo, a maioria era voltada tão somente para o culto do padroeiro, que culminava em festa com missa solene, sermão, procissão e santíssimo sacramento exposto, e a inda a veneração dos irmãos defuntos, prática comum em todas as irmandades. Portanto, podemos considerar a existência de irmandades mais ritualizadas (incluindo-se também os terceiros franciscanos e carmelitas), ao lado daquelas mais simples, dotadas de uma pompa mais restrita.

Não podemos ter uma visão reducionista considerando que apenas os brancos ricos se manifestaram através de rituais fortemente hierarquizados. Os mulatos foram um segmento social muito inclinado à pompa. Desse modo, os pardos do Cordão de São Francisco de Mariana, que não perdiam de vista o modelo de mesa diretora e dos rituais dos terceiros franciscanos faziam o possível para exibir “*descência e compostura*” em suas cerimônias. Incrível como reproduzem em seus estatutos os capítulos dos terceiros no tocante à administração e calendário ritual, excetuando-se, no entanto, as altas quantias de esmola, reduzidas em função das condições dos confrades mulatos.²⁸

Por volta do terceiro domingo de outubro, ocasião da festa do padroeiro, da posse dos eleitos e prestação de contas da mesa diretora em retirada, os pardos marianense caprichavam na cerimônia, conforme podemos observar na prescrição abaixo :

“Estando todos de posse dos seus lugares, levantará o Nosso Reverendo Comissário o Hyno Te Deum Laudamus e sahirão em Procissão por fora da nossa Capella prosseguindo-se o dito Hyno: E logo que sahir a Procissão mandará o Irmão Vigario estender hum pano de Tumba (esquife) no meio da Capella, com quatro Tocheiros com Tochas accezas, e terá huà capa de Asperges preta para com ella se paramentar o Nosso Reverendo Comissario depois que se recolher a Procissão, e fazer hua encomendação, por tenção de todos os nossos Irmãos fallecidos”.²⁹

²⁷ Sobre a arrogância dos franciscanos de Vila Rica cf. TRINDADE, cónego Raimundo, *São Francisco de Assis de Ouro Preto*, Rio de Janeiro, Publicações do IPHAN, 1941. p. 25 e segs.

²⁸ Nos cargos remunerados tem-se ministro 25 oitavas, vice 12 oitavas, definidores 4, sacristães 3, zeladores 2, entrada 1 oitava e meia, anual $\frac{3}{4}$ de oitava. O mesmo se applicava para as mulheres. Tais esmolos foram reduzidas à metade através de provisão de D. Maria, em 18/05/1784 (cf. AEAM, Estatutos do Cordão de São Francisco, 1760, cap. XII).

²⁹ idem. cap. XIX.

O Cordão de São Francisco concorria na pompa com as irmandades de brancos ricos. Observemos outro capítulo, que foi vetado através da provisão de D. Maria, datada de 18/05/1784:

“O nosso reverendo Comissario prezidirá em todas as festividades desta Archiconfraria, tanto de Missas cantadas, como Procissões, e mais actos della, nomeando pa. Diacono, e Subdiácono, dous Reverendos Sacerdotes nossos Irmãos, para se evitar a avultada despeza, que annuamente se fas com os Reverendos Capitularres da Cathedral, (grifo nosso) sem que para. o referido, seja precizo licença do Senhor Ordinario, e só sim para a expozição do Santissimo Sacramento nas festividades que houverem de fazer com o Senhor exposto”(santissimo sacramento).³⁰

Como verificamos, o apreço às hierarquias e ao luxo era compartilhado pelas irmandades em geral, umas mais que as outras. Os sodalícios poderosos de fato tinham mais condições de se manifestarem através de ritos genuinamente pomposos, que não só exigiam a música e as alfaias adequadas, como também familiaridade com a mentalidade nobiliárquica. Nesse sentido, as irmandades de brancos ricos (de lusitanos e também de nativos) foram as que melhor veicularam essa visão de mundo

As elites do setecentos pensavam e se faziam representar hierarquicamente nos assuntos de natureza político/ religiosa – festas de padroeiro, Corpus Christi, Semana Santa, comemorações relativas ao nascimento, casamento e exéquias da família real e outras promovidas pelo Senado da Câmara e cerimonial político em geral. Nesse período o sagrado ocupava um lugar de absoluto destaque na mentalidade, pois não havia uma distinção entre o religioso e profano, advinda na Europa apenas com o advento da Ilustração.³¹ Nas Minas essa racionalização se populariza bem mais tarde, no âmbito do oitocentos, quando então o pensamento hierárquico se cristaliza nas formas rituais, restrito apenas aos eventos sagrados e cívicos de natureza essencialmente solene.

Ressaltamos, entretanto, que no setecentos mineiro o pensamento em ordens não se restringia às irmandades. Podemos vê-lo na esfera do estado, na própria *instrução* que faz o governador Gomes Freire de Andrade (Conde de Bobadela), ao seu irmão e sucessor interino recomendando-lhe a devida reverência com os religiosos, particularmente com o bispo ao qual deve precedência:

³⁰ idem. cap. IV.

³¹ Sobre essa racionalização cf. BLOCH, Marc, *Os reis taumaturgos*, trad., São Paulo, Cia. das Letras, 1993. cap. 5.

“A principal dignidade das Minas, é o Senr. Bispo; a este não só a lei, que professamos nol-o manda pela razão, e do soberano deveis tratar com respeito, tanto, que este produz submissão nas mais ovelhas de que elle é pastor”³² Mais adiante:” As Camaras, em corpo de camara (em cortejo), e os conegos, que vos visitarem em nome do cabido acompanhar até aá escada, e a tudo o mais até a porta, que vai da casa dos tenentes generaes para os subalternos”³³

Nas Minas ocorreram eventos excepcionalmente pomposos, como o Triunfo Eucarístico em Vila Rica (1733)³⁴, o Áureo Trono Episcopal em Mariana (1748)³⁵ e anualmente as comemorações do Corpus Christi. Estas últimas, preferimos não abordá-las pois eram promovidas pelo Senado da Câmara, embora envolvessem também a participação de diversas irmandades.

Entenda-se no entanto que o imaginário baseado em ordens não exclui essencialmente o popular, manifestado nas danças, na música e vestimentas. Não prescinde mas reserva-lhe um posto menos sacralizado, inferior na escala hierárquica. É interessante observar que no próprio cortejo do Triunfo houve as passagens soleníssimas (concentradas em torno do pátio que abrigava o vigário ladeado pela nobreza literária, militar e religiosa, além do principal – o Santíssimo Sacramento) mas também as cenas populares – danças de mulatinhos e carijós etc.³⁶

³² INSTRUCÇÃO e Norma...”, *Revista do APM*, 4 (1899): 727-35.cit. p. 729.

³³ idem. cit. p. 732.

³⁴ Analisamos detalhadamente o Triunfo Eucarístico com vistas à visão hierárquica cf. CAMPOS, Adalgisa Arantes, “O Triunfo Eucarístico: hierarquias e universalidade”. in: *Revista Barroco*, 15 (1990/2): 461-67.

³⁵ Cf. descrição fac-símile das duas festas in: ÁVILA, Affonso, *Resíduos seiscentistas em Minas-textos do século do Ouro e as projeções do mundo barroco*, Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros, 1967. 2v.

³⁶ “Lendo os relatórios e descrições do Padre Fernão Cardim, percebe-se a proliferação das danças, especialmente nas procissões, tanto pelos indígenas como pela gente ‘honrada’.”(cf. as manifestações populares in:LANGE, Francisco C., “As danças coletivas públicas no período colonial brasileiro e as danças das corporações de ofícios em Minas Gerais, *Barroco*, 191969): 15-62).

MESA REDONDA

Trabalhos de escravos na paróquia de Catas Altas do Mato Dentro, nas Gerais, 1822 •

Francisco Eduardo de Andrade
UFOP

1. REGIÃO DAS GERAIS: CATAS ALTAS DO MATO DENTRO NO SÉCULO XIX

Nossa análise tem como objeto uma das povoações das Gerais Oitocentista, o distrito e a paróquia de Catas Altas do Mato Dentro. Baseamos nossa investigação, fundamentalmente, na lista nominativa de habitantes, organizadas pelo pároco em 1822, que faz parte do acervo do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Interessa-nos, sobretudo, as ocupações dos escravos, declaradas, nesta lista, de maneira especialmente completa. Já nos utilizamos deste documento valioso em outra pesquisa e vamos nos valer, quando necessário, das conclusões a que chegamos naquela oportunidade, quando enriquecemos a análise recorrendo à inventários *post-mortem* e processos criminais. A freguesia de Catas Altas do Mato Dentro localizava-se no centro das Gerais, entre Mariana e Santa Bárbara. Desde os primeiros anos do século XVIII, o ecossistema local, sofreu com a ocupação e exploração da lavra aurífera. O próprio nome – Catas Altas – se referia às minerações que gradativamente iam subindo, na serra do lugar, seguindo os veios auríferos. O outro nome – Mato Dentro – é indicativo da espessa vegetação de mata atlântica que compunha o seu entorno nos primeiros tempos de colonização.

No século XIX, o esgotamento geral das riquezas auríferas, mais facilmente exploráveis conforme os recursos humanos e técnicos usuais e disponíveis, era uma constante em quase todos os lugares de passado minerador. Com retorno compensador, persistia somente aqueles mineiros que tivessem condições de arcar com os necessários investimentos da exploração aurífera das minas subterrâneas. Por outro lado, a faiscação nos rios e ribeirões nunca foi de todo abandonada.

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “Trabalho e Comércio de Escravos nas Minas Gerais (Séculos XVIII e XIX)”, apresentada no dia 24 de julho de 1996.

Alia-se a isso, a destruição acentuada dos ecossistemas primitivos, encontrados pelos primeiros mineiros e agricultores. O ambiente dos “matos gerais” tinha sido transformado e, na maioria das vezes, completamente destruídos. Vegetação arbustiva e rasteira e campos artificiais (sapé, samambaia, capim-gordura). A erosão de uma terra desprotegida da vegetação original criou espaços estéreis ou áridos. As margens e leitos dos rios tinham sido remexidos, transformando os cursos d’água e diminuindo o fluxo. O clima, em geral, tinha-se tornado mais quente.

Apesar desta imagem geo-física clássica das Gerais nos finais do Setecentos e no Oitocentos, que ajuda a compor o perfil sombrio sob o ponto de vista econômico, social e cultural do viés historiográfico tradicional, os habitantes das Gerais, e de Catas Altas especialmente, adaptaram-se ao seu tempo e criaram/recriaram espaços sócio-econômicos. Na paróquia de Catas Altas do Mato Dentro, começou a regeneração do ecossistema local com a diminuição do ímpeto da exploração mineratória. No lado leste da freguesia, as possibilidades de avanço agrário sobre áreas florestais também se fizeram sentir. Tudo leva a crer que aqui, ao contrário de outros lugares, as áreas de campos artificiais tornados úteis para a pecuária, foram mais extensas.

A freguesia de Catas Altas era de tamanho considerável, abrigando uma relativamente numerosa população fora dos limites do arraial. Esta “ruralização” dos habitantes indica o esforço agropecuário então reinante na região. No entanto, em comparação ao *campo*, o povoamento no arraial e seu entorno continuava um tanto reforçado. O número de livres era superior ao de escravos – 706 indivíduos livres e 249 cativos, vivendo em 222 domicílios. O tamanho médio da propriedade de escravos não chegava a cinco escravos. Quanto aos livres, eles pouco ultrapassavam o número médio de três pessoas por domicílio, na área do arraial.

Fora do arraial, o perfil sócio-econômico era outro. Os escravos eram a maior parte da população dita rural. Nesta área, viviam 539 livres e 632 escravos em 130 unidades de produção. O número médio de escravos chegava a 11,5, mas em apenas 55 domicílios encontramos cativos. Aqui, a concentração de propriedade escrava era mais pronunciada do que na chamada área urbana. O número médio de indivíduos livres por domicílio era bem inferior ao de escravos, ficando em 4,1 indivíduos. Os domicílios desta área eram, pelo menos, duas vezes maiores do que os do arraial, mas a contribuição do elemento livre no trabalho e produção doméstica não era tão determinante como no arraial.

A estrutura ocupacional de Catas Altas, no primeiro quartel do século XIX, era bastante diversificada. No arraial, predominavam as mulheres livres trabalhadoras do artesanato têxtil; a fabricação e transformação de ferro, a faiscação e o plantio de hortaliças e frutas de homens livres pobres. Unidades

agrícolas com pequenos plantéis de escravos praticava uma agricultura modesta. Riqueza, talvez, somente nas mãos de algumas poucas pessoas dedicadas às atividades mercantis. O comércio e os trabalhos dos artesãos especializados, eram particularmente importantes em Catas Altas devido a sua localização geográfica privilegiada. Esta paróquia era cortada pela movimentada estrada real que ligava Vila Rica/Ouro Preto e Mariana à comarca dos diamantes e da plantação de algodão, Serro Frio, o que aos seus paroquianos o uso habilidoso da “hospitalidade venal” reclamada por Burton ¹.

Por outro lado, na área fora do arraial, a concentração de riqueza era mais perceptível. Encontramos mineiros bem abastados cujos plantéis alcançavam os maiores patamares locais. Donos de grandes fazendas, homens sobretudo, dedicados á agricultura e pecuária, contavam com plantéis maiores do que no arraial (mais de 10 cativos). O comércio de mercadorias das unidades de produção desta área, estava á cargo do tropeiro, homem livre de poucas posses. Do artesanato têxtil doméstico se ocupavam, principalmente, as mulheres livres nas unidades produtivas voltadas para a agropecuária ou mineração. Ao que parece, pouquíssimos homens livres se aventuravam a trabalhar para outros, mesmo temporariamente, na área rural.

2. OS TRABALHOS DOS ESCRAVOS E A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO EM CATAS ALTAS

Na realidade, para se compreender a divisão do processo de trabalho e a organização do trabalho é preciso considerar que nessa região, desde o Setecentos, a população livre pobre (a grande maioria nas Minas Gerais) exercia os mais diversos ofícios, buscando atividades alternativas no sentido da inserção no sistema econômico e social, baseado na escravidão. Esta população viria a crescer consideravelmente nas antigas regiões mineradoras, tornando-as muito populosa relativamente às outras regiões da província, no Oitocentos. Douglas Libby² calcula que no segundo quartel do século XIX, nas Gerais de tradição mineradora (a Metalúrgica-Mantiqueira, nos termos do historiador), 58,62% dos livres e 41,32% dos escravos participavam da força de trabalho. Os escravos tinham uma participação significativa (a maior da província no período), mas os indivíduos livres, como no restante da província, superavam os escravos na força de trabalho.

¹ *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, 1976. p. 100-101.

² *Transformação e Trabalho em uma economia não-exportadora: Minas Gerais no século XIX*, 1988. p. 54.

No século XIX, em Catas Altas, observa-se, no seio da população livre que vivia no arraial, uma estrutura ocupacional diversificada, o que denota o esforço bem sucedido de adaptação à nova conjuntura. Mas com isso, o emprego de escravos nos ofícios especializados de caráter *urbano* tornava-se pouco difundido. No artesanato (ferreiros, carpinteiros, alfaiates, costureiras, fiandeiras, tecelões, sapateiros, alfaiates, etc), nas atividades de comércio (somente um escravo trabalha como taberneiro), no ofício de tropeiro e carreiro (somente dois escravos nestas ocupações) os homens livres dominavam quase que completamente. Aos escravos cabiam os trabalhos mais variados que não exigiam tanta habilidade e perícia, como nos trabalhos do serviço doméstico variado, jornaleiros, capineiros, hortelãos, na agricultura, na mineração.

Na área *rural*, a proporção de escravos empregados como artesãos era maior do que no arraial. Mas também aqui, era a população livre que exercia os ofícios que exigiam maior habilidade e um período mais prolongado de aprendizagem, no setor do artesanato, do comércio e do transporte de mercadorias. A ocupação de criador de gado não era um ofício próprio de escravos, sendo que estes, nas atividades da pecuária, se ocupavam do rude trabalho de pastoreio dos animais, sendo designados de campistas. No área rural e no arraial, mais de dois terços dos escravos da paróquia (excluindo-se aqueles pertencentes ao colégio do Caraça) trabalhavam na agricultura, mineração, serviço doméstico e como jornaleiros. Fundamentalmente, nesta parte das Gerais, o *típico* (se é que podemos dizer assim) era o escravo trabalhar na lavoura ou nas minas, ou então ser empregado em atividades variadas que não exigiam especialização.

Não queremos dizer com isso que se exigia pouca destreza e habilidade no trato da agricultura e mineração, mas que nestas atividades não se alcançava o grau de especialização do artesanato e da manufatura doméstica. Especialmente no caso da mineração, Eschwege³, afirmando que o processo de lavagem do cascalho aurífero e de diamantes exigia “certa destreza”, descreve trabalhos de mineração nos *tabuleiros*, junto aos rios, que apontam para a divisão do trabalho em grandes unidades de produção:

“É então, realmente, um prazer observar aqueles pretos desnudos e esforçados, banhados de suor, mostrando a sólida estrutura dos braços e o dorso luzidio. Uns extraem o cascalho, outros enchem os *carumbés*, que são colocados nas cabeças dos carregadores. Estes correm, uns atrás dos outros, não parando nem para despejar a carga e voltam por outro caminho, a fim de apanharem nova carga já preparada de antemão.”

³ *Pluto brasiliensis*, 1979, p. 171-172.

Na paróquia de Catas Altas, pouquíssimos escravos do artesanato, comércio e transporte de mercadorias exerciam a mesma atividade que seus senhores. Somente os senhores que exerciam a ocupação de ferreiro, sapateiro, tropeiro ou de fiandeira alocavam alguns de seus escravos nas mesmas atividades, mas eles eram bem minoritários nos plantéis (entre 25,0% e 9,1% dos escravos). Os senhores negociantes, mercadores e taberneiros não empregavam seus escravos nos mesmos ofícios deles. Entre senhores mineiros, na agricultura e faisqueiros, a maioria dos seus escravos trabalhavam nas mesmas atividades dos chefes de domicílio (ver Tabela 1, em anexo).

Nas unidades produtivas da agropecuária e de mineiros (da área rural), negociantes e taberneiros (da área urbana), mais complexas e dinâmicas, a estrutura ocupacional da escravaria era diversificada, contando com escravos e escravas artesãos, tropeiros, jornaleiros e das atividades domésticas. Do grupo mancipio de propriedade de negociantes, por exemplo, 12, 5% eram costureiras, 12, 5% fiandeiras, 6, 3 % alfaiates, 12,5% jornaleiros, 12, 5% no serviço doméstico, 6,3% cozinherias, 6,3% na agricultura e 18,8% sem ocupação definida (Tabela 1). Possivelmente as unidades de produção que podiam, no processo de adaptação á conjuntura desfavorável da crise mineratória, foram, desde o século XVIII, incorporando ofícios que antes estavam nas mãos de trabalhadores alheios aos seus grupos domésticos.

No entanto, devemos ressaltar que, no geral, se não havia uma nítida separação entre livres pobres e escravos no mundo do trabalho, coube aos trabalhadores livres o domínio das ocupações especializadas nesta parte das Gerais, no século XIX.

Detendo-se nas nuances da divisão do trabalho escravo, podemos observar que os cativos eram distribuídos no processo de trabalho conforme a origem, o sexo, e a idade.

Os escravos africanos chegavam a perfazer 50, 1% da escravaria na paróquia de Catas Altas. O que aponta para o fato de que a importação de escravos continuava fundamental para a manutenção e reprodução da economia local, dinâmica o bastante para se ligar ao comércio atlântico de cativos.

Em Catas Altas do Mato Dentro, havia uma preferência, para os ofícios especializados do artesanato e o exercício de atividades domésticas (domésticos, pagens, lavadeiras) por escravos nascidos no Brasil (pardos e crioulos, segundo a lista de habitantes de 1822). Os africanos eram mais comumente distribuídos nas ocupações mais penosas e rudes, e menos próximas da família proprietária, da agricultura e da mineração (ver Tabela 2, em anexo).

Na área açucareira plantacionista da Bahia colonial, Schwartz⁴ encontrou uma distribuição dos escravos no processo de trabalho semelhante a essa. Afirma este historiador, por exemplo, que, para trabalhar nas caldeiras e tachas dos engenhos, reputava-se como necessário certos “conhecimentos ou habilidades especiais”, e que, portanto, “Os cativos empregados na casa de caldeiras eram em geral mulatos ou crioulos, que podiam ser ensinados desde bem novos para sua ocupação”. Renato Pinto Venâncio⁵ vai ao encontro desta explicação quando sugere que o poder de uma aprendizagem eficaz das habilidades necessárias à indústria têxtil doméstica, contribuiu no aumento do valor das crianças escravas, em Minas Gerais do século XIX.

As mulheres escravas dominavam quase que completamente nas atividades artesanais têxteis e nos trabalhos domésticos (a maioria das escravas estavam nestas ocupações), enquanto os homens preferencialmente eram empregados na agricultura, mineração e nos serviços de tropeiro. Há que se mencionar que somente homens exerciam os ofícios de ferreiro, carpinteiro e sapateiro (Tabela 2). Novamente, comparar com a região plantacionista pode ser elucidativo; segundo Schwartz⁶ “A divisão sexual do trabalho refletia as variações nas necessidades de força e precisão, com os homens designados para as tarefas que demandavam a primeira dessas exigências, e as mulheres, a segunda.”.

Ao que parece, mesmo quando as mulheres trabalhavam na agricultura ou na mineração, elas eram designadas para tarefas que exigiam atenção e habilidade. Na década de 1830, um naturalista inglês relata que, na mina de Gongo Soco, a lavagem da *jacutinga* nas bateias era obrigação das “negras”, que demonstravam nesse trabalho “notável perícia e paciência”⁷.

Vale chamar a atenção para a razão de masculinidade no grupo de escravos nascidos no Brasil e no grupo dos africanos. Enquanto entre os escravos brasileiros a razão de masculinidade era de 112,2, entre os africanos este índice subia para 521, 7. Importava-se muito mais homens africanos do que mulheres. Isto certamente era fruto da demanda dos senhores fazendeiros e mineiros por escravos homens, mas também pode resultar de problemas na oferta de escravos africanos, como nota Schwartz⁸. É interessante perceber que na região açucareira da Bahia colonial, em que a população escrava africana era bem superior a da

⁴ *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, 1988. p. 132.

⁵ A riqueza do senhor: crianças escravas em Minas Gerais do séc. XIX, *Estudos Afro-asiáticos*, 1991.

⁶ op. cit.. p. 138.

⁷ *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais: 1833-1835*, 1981. p. 75.

⁸ op. cit.. p. 138.

paróquia de Catas Altas, a razão era de 233 homens para 100 mulheres no período de expansão da atividade açucareira após 1793⁹, ou seja, no tráfico de escravos, em Catas Altas, a seleção do elemento masculino era muito mais pronunciada do que na Bahia plantacionista do século XVIII.

Voltemo-nos agora para as idades dos cativos. Tudo indica que a vida de trabalho sistemático, para as crianças escravas, tinha início a partir dos 11 anos. Somente a partir dessa idade procurou-se declarar, na Lista de habitantes de Catas Altas, a ocupação do escravinho (Tabela 3, em anexo). Alguns inventários post-mortem, do Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, trazem registros que apontam para essa idade como aquela que marca a entrada da criança escrava no mundo do trabalho da região. Mas o processo de aprendizagem, como nos chama a atenção Kátia Mattoso¹⁰, iniciava-se antes, aos 7 para 8 anos. Entre 11 e 13 anos, observamos que os escravos de Catas Altas já trabalhavam em atividades domésticas. As meninas já começavam a costurar e a fiar. Os meninos já vão ser encaminhados para o trabalho agrícola, ou, em menor número para alguma atividade artesanal (Tabela 3).

O período entre 14 e 45 anos, marca o auge do período produtivo dos escravos e, portanto, engloba a maioria dos trabalhadores. A maioria dos escravos empregados nas atividades que exigiam força física e nos ofícios que exigiam habilidade e experiência estavam nessa faixa etária (Tabela 3).

José Vieira Couto¹¹, afirmava que a mineração destruía a mão-de-obra escrava, consumindo seus trabalhadores, ao contrário da agricultura. Em 1799, Joaquim Veloso de Miranda¹² observou que, na agricultura, “os escravos, ainda que velhos, dão serviço considerável, o que não acontece nas minas, onde são preciso homens de grande força, para poderem suportar um serviço rude.” Na realidade, os escravos mais velhos (com mais de 45 anos) eram parcela pequena da escravaria (nem um terço), tanto na mineração como na agricultura de Catas Altas, no período analisado (Tabela 3).

Para finalizar, vale refletir sobre o fato de que o exercício de um ofício especializado, um lugar na divisão do processo de trabalho, tinham sérias repercussões sobre a relação senhor-escravo. Schwartz¹³ conclui que

⁹ op. cit.. p. 288.

¹⁰ O filho da escrava (em torno da lei do ventre livre), *Revista Brasileira de História*, mar. 88/ago. 88.

¹¹ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, jan-jun 1905.

¹² Apud Lima Júnior, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*, 1979.

¹³ op. cit.. p. 139.

“Trabalhadores recalcitrantes e coagidos não eram adequados para as tarefas mais especializadas”. Portanto, para os senhores terem, continuamente, bons trabalhadores era necessário determinados incentivos aos escravos. Um destes incentivos, era justamente a possibilidade do exercício de ocupação especializada no processo de trabalho. O fato de alguns cativos, geralmente mulatos e crioulos, ocuparem posições-chaves no processo de trabalho, fruto de um aprendizado, da experiência e habilidade adquiridas, funcionava como um exemplo aos outros escravos que almejavam atividades menos sofridas. Talvez daí venha a noção de Antonil¹⁴ de que escravos nascidos no Brasil, e principalmente os mulatos, fossem “soberbos e viciosos”. Se tinham empenho em bem exercer suas funções no processo produtivo, servindo ao senhor, estavam, por outro lado, ciosos do espaço de trabalho, cotidianamente delimitado, e dos seus merecimentos. Este é um caminho de tensões, porque essencialmente contraditório na medida que a experiência dessa relação senhor-escravo *negocia* com a esperança do seu fim, ou seja, a autonomia e a libertação do cativo.

APÊNDICE

Tabela 1: Trabalhos e ofícios selecionados dos escravos, segundo a ocupação do chefe de domicílio. Catas altas, 1822 (%)

Tabela 2: População escrava segundo a origem, sexo e a ocupação (selecionada). catas altas do mato dentro, 1822.

Tabela 3: População escrava por idade e ocupação selecionada. Catas Altas do Mato Dentro, 1822.

Fonte das três tabelas: Lista Nominativa de Habitantes de Catas Altas, 1822 – AHCMM, Livro 154.

¹⁴ *Cultura e Opulência do Brasil*, 1967. p. 160.

TABELA 1

TRABALHOS E OFÍCIOS SELECIONADOS DOS ESCRAVOS, SEGUNDO A OCUPAÇÃO DO CHEFE DE DOMICÍLIO. CATAS ALTAS, 1822 (%)

Senhores	ocupações dos											serviço					s/ ocupação declarada
	agricultor	campista	mineiro	fais-queiro	fer-reiro	carpin-teiro	costu-reira	sapa-teiro	fian-deira	tece-loa	tropeiro	doméstico	pagem	alfaiate	cozinha	jornaleiro	
agricultor	59,8	0,0	14,9	0,0	0,0	1,1	4,6	0,0	3,4	0,0	0,0	3,4	0,0	0,0	3,4	2,3	4,6
criador (*)	46,4	11,6	17,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,0	0,0	0,0	4,3	1,4	5,8
roceiro	13,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,7	0,0	0,0	40,0	0,0	0,0	0,0	13,3	20,0
criador/ agricultor	42,8	3,6	0,0	0,0	0,6	0,0	0,6	1,2	4,8	0,6	1,2	17,5	0,6	0,0	3,6	0,0	22,3
mineiro	0,0	0,0	69,4	0,0	0,0	0,0	4,6	0,0	2,0	0,0	0,0	10,2	0,0	1,5	2,6	0,5	8,7
faisqueiro	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	37,5	0,0	0,0	12,5	0,0	0,0
ferreiro	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,5	62,5	0,0
ferrador	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	33,3	0,0	33,3
carpinteiro	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,3	0,0	0,0	0,0	0,0	12,5	0,0	0,0	12,5	43,8	0,0
alfaiate	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	80,0	0,0
costureira	9,1	0,0	0,0	18,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,1	0,0	0,0	18,2	27,3	9,1
fiandeira	18,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,1	0,0	9,1	9,1	0,0	9,1	0,0	0,0	9,1	27,3	0,0
teceloa	40,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	30,0	10,0	0,0
padeira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
sapateiro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	25,0	0,0	0,0
ourives	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	50,0	25,0
negociante	6,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,5	0,0	12,5	0,0	0,0	12,5	0,0	6,3	6,3	12,5	18,8
mercador	75,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,3	0,0	0,0
taberneiro	48,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	0,0	0,0	4,0	12,0	0,0	0,0	8,0	12,0	8,0
feitor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	50,0	0,0
médico	44,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,1	11,1	0,0	11,1	11,1	0,0
eclesiástico (**)	28,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,7	0,0	0,0	2,6	0,0	7,7	10,3	0,0	12,8	17,9	0,0
s/ ocupação determinada (***)	15,3	0,0	29,9	3,6	0,0	0,0	5,8	0,0	0,0	0,0	0,0	16,8	0,7	1,5	4,4	5,8	10,2
TOTAL	26,5	1,6	23,7	1,3	0,4	0,1	3,5	0,5	2,2	0,4	0,4	12,9	0,8	0,7	5,5	6,2	10,2

(*) 1 criador e mineiro: 12 escravos mineiros.

(**) Não tem a ocupação declarada.

(***) Incluem-se indivíduos doentes ou inválidos e mendigos. Incluem-se crianças escravas em geral com 10 ou menos anos.

TABELA 2
POPULAÇÃO ESCRAVA SEGUNDO A ORIGEM, SEXO E A OCUPAÇÃO (SELECIONADA).
CATAS ALTAS DO MATO DENTRO, 1822.

Ocupações dos	Brasileiros						Africanos						Total
	H	%	M	%	Total	% Geral	H	%	M	%	Total	% Geral	Geral
agricultor (agricultura e roceiro)	69	85,2	12	14,8	81	33,5	148	91,9	13	8,1	161	66,5	242
campista	10	100,0	0	0,0	10	71,4	4	100,0	0	0,0	4	28,6	14
mineiro	63	88,7	8	11,3	71	34,5	133	98,5	2	1,5	135	65,5	206
faisqueiro	2	66,7	1	33,3	3	27,3	8	100,0	0	0,0	8	72,7	11
ferreiro	2	100,0	0	0,0	2	50,0	2	100,0	0	0,0	2	50,0	4
carpinteiro	1	100,0	0	0,0	1	50,0	1	100,0	0	0,0	1	50,0	2
costureira	0	0,0	27	100,0	27	90,0	0	0,0	3	100,0	3	10,0	30
sapateiro	4	100,0	0	0,0	4	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4
fiandeira	0	0,0	15	100,0	15	78,9	0	0,0	4	100,0	4	21,1	19
teceloa	0	0,0	3	100,0	3	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3
alfaiate	6	100,0	0	0,0	6	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6
serviço doméstico	15	17,9	69	82,1	84	74,3	13	44,8	16	55,2	29	25,7	113
cozinheira(o)	0	0,0	23	100,0	23	46,0	1	3,7	26	96,3	27	54,0	50
pagem	6	100,0	0	0,0	6	75,0	2	100,0	0	0,0	2	25,0	8
lavadeira	0	0,0	12	100,0	12	80,0	0	0,0	3	100,0	3	20,0	15
tropeiro	2	100,0	0	0,0	2	50,0	2	100,0	0	0,0	2	50,0	4
jornaleiro	15	100,0	0	0,0	15	25,9	43	100,0	0	0,0	43	74,1	58
s/ ocupação declarada	44	50,6	43	49,4	87	94,6	3	60,0	2	40,0	5	5,4	92
TOTAL	239	52,9	213	47,1	452	51,3	360	83,9	69	16,1	429	48,7	881
Razão de sexos				112,2						521,7			

TABELA 3
POPULAÇÃO ESCRAVA POR IDADE E OCUPAÇÃO SELECIONADA.
CATAS ALTAS DO MATO DENTRO, 1822.

Ocupações dos	Faixas Etárias						Total
	0 - 13	%	14 - 45	%	46 e mais	%	
Escravos							
agricultor (agricultura e roceiro) (*)	7	2,9	174	72,2	60	24,9	241
campista	0	0,0	14	100,0	0	0,0	14
mineiro	0	0,0	153	74,3	53	25,7	206
faisqueiro	0	0,0	7	63,6	4	36,4	11
ferreiro	1	25,0	2	50,0	1	25,0	4
carpinteiro	0	0,0	1	50,0	1	50,0	2
costureira	5	16,7	23	76,7	2	6,7	30
sapateiro	0	0,0	3	75,0	1	25,0	4
fiandeira	3	15,8	14	73,7	2	10,5	19
teceloa	0	0,0	2	66,7	1	33,3	3
alfaiate	1	16,7	5	83,3	0	0,0	6
serviço doméstico	21	18,6	80	70,8	12	10,6	113
cozinheira(o)	0	0,0	35	70,0	15	30,0	50
pagem	2	25,0	6	75,0	0	0,0	8
lavadeira	0	0,0	12	80,0	3	20,0	15
tropeiro	0	0,0	2	50,0	2	50,0	4
jornaleiro	2	3,4	40	69,0	16	27,6	58
s/ ocupação declarada (**)	86	93,5	4	4,3	2	2,2	92
TOTAL	128	14,5	577	65,6	175	19,9	880

(*) Excluído um escravo agricultor cuja idade estava ilegível.

(**) Na quase totalidade são crianças de 10 ou menos anos.

MESA REDONDA

O comércio de escravos em Minas Gerais •

Cláudia Maria das Graças Chaves
FINP

Pretendemos, neste artigo, analisar algumas características do comércio de escravos em Minas Gerais no século XVIII no que diz respeito aos carregamentos e à distribuição dos cativos pela capitania mineira. Não pretendemos fazer uma análise quantitativa deste comércio, mesmo porque não dispomos de dados empíricos suficientes para tal estudo. Aqui nos basearemos no exame de documentos fazendários do Fundo da Delegacia Fiscal, pertencentes ao Arquivo Público Mineiro, para analisar a forma de distribuição de escravos pelos diferentes caminhos de Minas Gerais. Nestes documentos, encontramos os *Registros de Passagem* que trazem a discriminação de todas as mercadorias, escravos e animais introduzidos nos Registros (Postos Fiscais) da Capitania de Minas Gerais. O maior problema, entretanto, no uso destes documentos é a sua descontinuidade. Não é possível fazer, com a documentação disponível, um estudo sequencial desde dados. Ainda assim, podemos observar através deles algumas peculiaridades na entrada e distribuição de escravos dentro das Comarcas mineiras.

Vejamos inicialmente como são descritos os carregamentos de escravos introduzidos na capitania mineira.

Mafalda Zemella em seu estudo sobre o abastecimento da capitania mineira no século XVIII nos diz que, além das tropas de bestas, conduzidas pelos tropeiros, circulavam também pelas estradas de Minas as boiadas e os comboios de escravos, os quais eram, respectivamente, conduzidos por boiadeiros e comboieiros:

“As boiadas, constituídas de centenas de cabeças, eram negociadas pelo boiadeiro nas fazendas em cujos portões se fazia a entrega. Os boiadeiros, capatazes e tocadores de gado conduziam-nas ao seu destino, em marcha de três léguas diárias. Os comboios de escravos eram liderados pelos comboieiros. Os africanos iam em

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “Trabalho e Comércio de Escravos nas Minas Gerais (Séculos XVIII e XIX)”, apresentada no dia 24 de julho de 1996.

grupo de vinte ou trinta fortemente escoltados e presos uns aos outros por correntes”¹

Joaquim Felício dos Santos em suas “Memórias”² também nos fala sobre os famosos comboieiros e/ou “judeu usurário”, que transportavam os escravos dos Portos da Colônia para o interior da Capitania mineira. Segundo Jacob Gorender, trata-se de um intermediário na circulação da mercadoria-escravo o qual comprava esta mercadoria nos portos para revendê-la por um preço muito mais elevado, sendo por isso assimilados à figura de judeus (práticas usurárias) e a “capitalistas” do ramo.³

O termo comboieiro é encontrado na documentação colonial⁴ referindo-se ao comércio e transporte de escravos, embora a palavra não tenha somente essa significação, pois comboio pode ser, também, um conjunto de animais de carga que transportam mercadorias diversas e, portanto, o seu condutor um comboieiro.

Para falarmos do comércio de escravos em Minas Gerais, não podemos deixar de falar dos caminhos (Entradas) que ligavam a capitania mineira às demais capitanias e dos impostos que influenciavam no comércio de todas as mercadorias introduzidas – inclusive de escravos.

Eram três os principais caminhos que interligavam a capitania mineira ao resto da colônia. O caminho da Bahia, o de São Paulo e o do Rio de Janeiro, respectivamente designados como Caminho dos Currais do Sertão, Caminho Velho e Caminho Novo.

O percurso do Caminho dos Currais do Sertão era efetuado pelas margens do rio São Francisco até o entroncamento com o rio das Velhas, de onde se seguia para Sabará. Este caminho possuía diversos atalhos e desvios, facilitando a ação de contrabandistas. Por este motivo a Coroa portuguesa proibiu em 1702 que fosse realizado por ele o tráfego de comerciantes com carregamentos.⁵

¹ ZEMELLA, Mafalda. O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1990.p.139

² SANTOS, Joaquim F. Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1956.

³ GORENDER, Jacob. O Escravidismo Colonial. São Paulo: Ática, 1978. Ver também Stein, Stanley J. Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba. São Paulo: Brasiliense, 1961.

⁴ Ver: S.C. 33, fl, 112v-3, do Arquivo Público de Minas Gerais. Trata-se de um documento sobre a proibição de entrada de novos escravos na Comarca do S. Frio. Somente poderiam adquirir novos escravos aqueles que comprovadamente necessitassem. Neste caso, sendo deferido o pedido seria encomendado o número certo de escravos a ser conduzido à Comarca.

⁵ SC – 01, fls. 37-38, APM.

As ordens régias eram claras e as penas aos infratores incluíam confisco das cargas, multas e prisões. O descumprimento destas ordens e os poucos recursos de que dispunha a capitania, antes da chegada das tropas de milícias, fizeram com que o governador oferecesse a terça parte dos bens confiscados como forma de incentivo àqueles que se dispusessem à delatar e à confiscar os carregamentos ilícitos.⁶ A proibição deste caminho perdeu seu efeito na década de 30, quando foi estabelecida a capitação, mas até esta data foram executados vários confiscos de cargas de fazenda seca e escravos vindos da Bahia.⁷

O caminho de São Paulo, ou “Caminho Velho”, saía do porto de Santos e de Parati para chegar em Vila Rica e Sabará, passando antes por São João del Rei. A viagem durava em média 60 dias, pois o seu percurso era muito extenso e acidentado. Já a viagem pelo caminho do Rio de Janeiro, ou “Caminho Novo”, durava 45 dias devido às melhores condições das estradas e por ter um percurso menor. Este caminho, que saía da cidade do Rio de Janeiro em direção à região mineradora, foi concluído em 1725 por Garcia Rodrigues Paes, embora o comércio por ele já fosse praticado desde o início da povoação de Minas Gerais, pois era mais seguro que o caminho de São Paulo.

Por estes três caminhos eram introduzidas nas Minas as mercadorias importadas, vindas de outras capitanias e de seus portos. Entravam, principalmente, as cargas de fazenda seca e escravos. Além destes, muitos outros caminhos ou “picadas” foram abertos com o objetivo de se desviar dos *registros* (Postos Fiscais) e de se dar escoamento às mercadorias de roceiros, quando estes se encontravam muito distantes das principais rotas.

Os diferentes caminhos influenciavam, como vimos, na forma de transporte e comércio de mercadorias na capitania mineira principalmente pelas proibições e vigilâncias que se fazia nos locais de maior trânsito. Desta maneira, é impossível deixar de falar aqui nas formas de controle impostas pela administração colonial à atividade comercial, e veremos que o comércio de escravos é alvo de pesadas taxações durante todo o século XVIII.

Os *registros*⁸, onde se arrecadavam os impostos sobre todas as mercadorias introduzidas na capitania, também serviam como mecanismo de controle sobre a atividade comercial. As licenças e guias para a comercialização de mercadorias nas vilas e arraiais constituíam-se no único meio de regulamentar

⁶ SC - 09, fl.28, APM.

⁷ D.F. 1006, 1ª col., APM.

⁸ Postos de cobranças de taxas sobre mercadorias e escravos introduzidos em Minas Gerais. Estes postos não eram fixos e se encontravam espalhados por toda a capitania.

o comércio. Assim, as formas adotadas para controlar as atividades dos comerciantes confundiam-se com as formas de cobrança dos impostos que recaíam sobre eles. Não havia um limite nítido entre a legalidade e a ilegalidade dos agentes comerciais, que permaneciam, antes de tudo, como contrabandistas para os administradores da capitania. Isto dificultou a total inserção da atividade comercial no contexto político e social de Minas Gerais na primeira metade dos setecentos. O declínio da mineração a partir da segunda metade do século XVIII fez com que a atividade comercial aparecesse desvinculada da exploração do ouro. Assim, os comerciantes deixaram de ser vistos como contrabandistas e passaram a ser considerados importantes geradores de impostos.

A capitação, criada em 1735, foi a principal forma de tributação existente na primeira metade do século XVIII, à exceção do quinto. Este imposto atingia toda a população mineradora e se constituía na cobrança de 4 3/4 de oitavas de ouro sobre cada escravo acima de doze anos. Este imposto foi extinto em 1751, quando se retornou ao sistema das Casas de Fundição.

Antes da capitação havia, além da cobrança do quinto, uma taxa sobre mercadorias introduzidas na capitania denominada de *Direitos de Entrada* em que eram cobradas duas oitavas de ouro sobre cada escravo transportado para o comércio. Este valor, durante à primeira metade do século, equivalia à 1.200 réis, e na segunda metade do século, a 1.500 réis.

A partir da década de 60, quando houve uma queda no pagamento das 100 arrobas de ouro anuais devidas à Coroa, ocorreu um aumento das arrecadações de impostos sobre os setores produtivos⁹ e, principalmente, sobre o comércio. Na década anterior, verificou-se um aumento sobre a tributação dos *Direitos de Entrada*¹⁰ e foi estabelecido, também, em 1756, o subsídio voluntário. Este imposto foi estabelecido em 1756 em decorrência do terremoto ocorrido em Lisboa no ano anterior, e deveria ter a vigência de dez anos, mas o Conde de Valadares achou por bem prorrogá-lo por mais uma década.

⁹ Sobre o setor agrícola havia a cobrança do dízimo. Este imposto era, muitas vezes, negociado junto aos contratadores, os quais eram denunciados por cobrarem a quantia de 1\$200 réis sobre os gêneros agrícolas recebidos. Esta sobretaxa era conhecida como a "oitava do verde". SC 180, fl. 167-8, APM. Os dízimos reais incidiam sobre produtos agrícolas tais como mandioca, milho, arroz, açúcar, tabaco, vegetais e frutas, o dízimo misto incidia sobre gado, aves, queijo, mel, aguardente, etc. Ver: BOXER, Charles. *A Idade de Ouro do Brasil*. São Paulo: CIA Editora Nacional, 1969. p.172

¹⁰ Em 1757, as cargas de secos, sobre as quais se pagavam 1 1/2 oitava de ouro, passaram a ser tributadas com o mesmo valor para um volume menor de cargas, isto é, diminuía-se o peso da carga. As cargas de molhados anteriormente tributadas com o valor de 1/2 oitava (equivalente a 600 réis), passaram a ser tributadas no valor de 750 réis por carga. SC 109, fl.349, APM.

Com o subsídio voluntário sobretaxavam-se os escravos, pelos quais pagaria-se 4\$800 réis, os animais de corte e de carga, aguardente e/ou vinho do reino. Também seria pago o imposto sobre lojas e vendas.

A besta mular, cavalos e éguas novos pagavam em taxas do subsídio voluntário 2\$400 réis e 1\$200 réis, respectivamente. O mesmo não acontecia se os animais fossem velhos e se transportassem cargas, pois neste caso só pagariam os direitos de entrada. Em 1773, o Conde de Valadares informou ao Marquês de Pombal que, nos caminhos da Bahia, os comerciantes costumavam passar “*os negros e cavalos com sela ou com carga de pouca entidade para só destas pagarem os direitos*”¹¹. Neste mesmo ano, o Governador ordenou aos fiéis dos registros a cobrança do subsídio voluntário daqueles comerciantes que introduzissem cavalos e bestas novas com cargas, junto com os *Direitos de Entrada* ¹².

José João Teixeira Coelho em sua *Instrução* ¹³ diz que os direitos que se pagavam pelos escravos eram excessivos e que por isso diminuía-se o número de escravos importados para as minas:

“No Rio de Janeiro se paga de cada negro ao contrato de sahida 4\$500 réis; de despacho 500, de passagens nos rios Parahiba e Parahibuna 160, e aos soldados que estão de guarda n’ellas, 40, de cada despacho na Parahibuna 640; e se alguns escravos ficam detidos por causa de moléstia, e não passam juntos, se paga depois de cada um 640, e no registro de Mathias Barboza, de entradas 3\$000 réis. (...) Pagava-se mais de cada negro ao subsidio voluntario 4\$800 (...). Todos estes direitos que se pagam dos negros, e as mais causas que ficam ponderadas, fazem crescer o preço d’elles, e dificultam a compra dos necessários aos mineiros (...).”

A atividade de transportar e comercializar escravos, como vimos, tinha a designação específica de comboieiro. Isto nos leva a pensar em um ramo especializado neste tipo de comércio, no entanto, o exame da documentação fazendária nos trás algumas dúvidas. O escravo-mercadoria era bastante valioso, merecendo uma atenção especial em seu comércio, entretanto, ao que indica a documentação fazendária não havia uma especialização neste negócio.

Observamos pelas anotações dos *Registros de Passagem* que não havia uma distinção nítida entre os tropeiros e os comboieiros. À exceção do Registro

¹¹ SC 191, fl. 73v, APM.

¹² SC 196, fl. 9v, APM.

¹³ COELHO, José J. T. Instruções para o Governo da Capitania de Minas Gerais (1780). Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: Tip. Universal de Laemmert & C..Tomo 15, 1888.p.378

do Caminho Novo (Rio-Minas), no qual se efetuava com maior frequência um carregamento exclusivo de escravos, as tropas que passavam pelos demais *registros* da capitania levavam, em uma mesma viagem, cargas de secos e de molhados, cavalos, bestas e escravos. Em outras palavras, segundo as anotações dos livros dos *registros* ou entradas da capitania, podemos notar que não existe um ramo especializado de comércio para determinadas mercadorias e isto pode ser observado claramente no comércio de escravos. Através do levantamento das principais entradas da capitania, pelas quais eram introduzidos os escravos, foi possível verificar que os maiores carregamentos se faziam pelo Caminho Novo do Rio de Janeiro e em boa parte o transporte de escravos era feito de maneira exclusiva. Entretanto, nos carregamentos feitos através dos caminhos da Bahia e de São Paulo é bastante raro um condutor levar somente escravos. Podemos inferir que a proximidade com o porto do Rio de Janeiro e a maior segurança – a estrada que ligava Minas ao Rio de Janeiro era mais larga e mais freqüentada – tornava maior o transporte e o comércio de escravos através do Caminho Novo, o que não impedia que os mesmos condutores que transportavam somente escravos em uma viagem, retornassem, ao mesmo *registro*, com cargas diversas. Daí podermos deduzir, também, que as grandes remessas de escravos eram feitas mediante encomenda a estes condutores. Vejamos na tabela a seguir a proporção do carregamento de escravos em quatro *registros* da Capitania.

Composição dos carregamentos de escravos em quatro registros de entrada da capitania mineira – carregamentos exclusivos e conjugados (%)

Localidade	Com cargas de secos	Com cargas de molhados	Com cavalos	Com cargas diversas*	Subtotal	Carregamento exclusivo de escravos
Reg. Rio das Mortes	16,0	20,0	4,0	56,0	96,0	4,0
Reg. Rio Grande	7,0	55,0	_	34,0	96,0	4,0
Reg. Minas Novas**	47,0	9,0	_	19,0	75,0	25,0
Reg. Caminho Novo	12,0	3,0	_	11,0	26,0	74,0

* São Carregamentos compostos de cargas de secos e molhados, escravos e animais.

** Por este Registro eram introduzidas as cargas vindas da Bahia.

Fonte: Livros 01, 17,129 e 274 da Delegacia Fiscal, APM.

Na Tabela acima é possível verificar a diversificação das mercadorias transportadas em conjunto com os escravos. Apenas o *registro* do Caminho Novo

(Rio de Janeiro) apresenta 74% de carregamentos exclusivos de escravos. Nos demais este índice cai para 25% e 4%, demonstrando – à exceção do *registro* do Rio de Janeiro – a ausência de especialização comercial. Para analisarmos este comércio, examinamos os *registros* do Rio das Mortes (Caminho Velho), de 1715 a 1717; do Rio Grande (Caminho Velho), de 1716 a 1717; de Minas Novas, de 1765 a 1767; e do Caminho Novo, de 1774 a 1775.¹⁴

Os dados coletados reforçam o argumento de João L. Fragoso sobre a fraca especialização comercial e conseqüentemente do baixo grau de divisão social do trabalho. Este autor defende o caráter imperfeito e não-capitalista dos mercados coloniais. A não especialização dos comerciantes relativa a um determinado ramo comercial decorria da instabilidade de tais mercados. A possibilidade de comércio proporcionava-lhes uma maior flexibilidade e uma maior segurança na realização dos negócios, uma vez que suas atividades dependiam sempre da demanda do mercado:

“A redução das potencialidades de um dado setor mercantil, cuja procura já é a princípio restrita, levaria o comerciante a se dirigir para outro. Da mesma maneira que a alta de um certo setor mercantil atrairia uma multidão de mercadores. Em outras palavras, as fortes variações conjunturais, em um mercado colonial, reforçam o caráter especulativo de seu empresário.”¹⁵

No que diz respeito ao comércio de escravos, Fragoso afirma tratar-se de um mercado não especialista. Analisando os registros de saída dos tropeiros do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XIX, o autor verifica que, no total de 4.607 condutores, 4.297 aparecem nos registros somente uma vez ao longo de nove anos. Fragoso chama estes condutores de “traficantes eventuais”, os quais possuíam uma média de 4,7 cativos por remessa, revelando o predomínio dos pequenos empreendimentos. Este autor também verifica que, mesmo não sendo “traficantes especialistas”, os condutores se concentravam em uma “região-mercado”. Isto o leva a concluir que, no tráfico interno, muitos mercadores eram

¹⁴ A finalidade deste levantamento é a de verificar a diversificação dos carregamentos na rede de abastecimento das principais entradas da capitania – São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro –, por isso as datas e o volume dos carregamentos de escravos não serão analisados. A escolha dos dois Registros do Caminho Velho com data anterior a 1726 e a abertura do Caminho Novo deve-se, porém, ao fato de que somente neste período havia remessas significativas de escravos por esta entrada.

¹⁵ FRAGOSO, J. L.R. Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.p.153

traficantes por conjuntura e não por ofício apesar de serem especializados em uma única região.

Estes dados são significativos para a análise do mercado de escravos em Minas Gerais. As médias de escravos por carregamento, nos códices analisados, são de 3,4 para o Caminho Velho de São Paulo, 6,4 para Minas Novas, e 12,1 para o Caminho Novo do Rio de Janeiro. Trata-se de pequenos carregamentos, efetuados, à exceção do Rio de Janeiro, em conjunto com outras mercadorias.

Apesar do transporte de escravos pelo Rio de Janeiro ser uma exceção no que diz respeito ao carregamento exclusivo, não significa que por esta via houvesse uma especialização em seu comércio. Na análise do Livro de Registro do Caminho Novo encontramos 178 condutores transportando escravos, destes 46 transportavam, além de escravos, cargas de secos e molhados em uma mesma viagem. Entre aqueles que conduziam somente escravos apenas 20 retornaram ao Registro num período de dois anos (1774-5) e, entre estes, 3 retornaram transportando não só escravos, mas também outras cargas. Outros 9, que levaram em uma viagem somente escravos, em outra retornaram levando cargas de secos e molhados além de escravos. Assim, 132 condutores de escravos passaram somente uma vez pelo Registro transportando escravos, destes aproximadamente 50% retornaram ao Registro levando apenas outras cargas. Lembramos que aqui contabilizamos somente o transporte de escravo feito de forma exclusiva ou conjugado com outras mercadorias e, portanto, um condutor que transportava escravo em uma determinada viagem retornava levando outras mercadorias, o que reforça a tese defendida por Fragoso do “traficante eventual”.

Estas anotações revelam não só a ausência de uma especialização no mercado de escravos, mas também a existência de uma grande dispersão deste mercado em função de sua demanda. Outro aspecto do comércio de escravos do qual não podemos nos esquecer, é que a maioria das vendas eram efetuada à prazo, o que aumentava a instabilidade do negócio. Outro aspecto importante que nos revela os livros de Registro é que a maioria destes comerciantes tinham residência fixa em Minas Gerais e viajavam às outras capitanias para buscar a mercadoria-escravo. Em 26 de abril de 1768, um comerciante residente em Jacuí (MG) escreve ao fiel do Registro de Matias Barbosa que demorará retornar ao Rio de Janeiro, pois não pode vender os escravos conduzidos à vista sendo o pagamento efetuado à prazo: *“he prometi ir brevemente a essas Congonhas, agora vejo que não he possivel, por não vender a vista os negros que trouxe, pois cheguei com todos a salvo e vendi por ano e meio os ditos, que me parece pagarão, mas o lucro não ha de ser muito”*.¹⁶ Aqui o comerciante parece colocar

¹⁶ ACC, PL 10304, doc.1 RM 505, APM.

em dúvida o pagamento dos escravos, porque ele teme não ter o dinheiro para saldar a dívida que havia contraído por um prazo de quatro meses.

O transporte e comércio de escravos não parece pelos motivos expostos acima ter sido, ao longo do século XVIII, um ramo especializado do comércio e neste sentido acompanha a tendência geral da atividade comercial mineira em outros ramos de negócios, os quais se caracterizam pela instabilidade e eventualidade. Além disso, é importante lembrar que o levantamento feito aqui parte da documentação disponível e, portanto, diz respeito ao comércio lícito. Não podemos mensurar o comércio e transporte de escravos efetuados ilicitamente, ou seja, sem o pagamento dos impostos. Sabemos, entretanto, ser esta uma prática relativamente comum, cujo registro se apresenta nas queixas feitas por membros da administração colonial e em alguns inventários de cargas apreendidas nos caminhos ilegais.

MESA REDONDA

Coerção e propaganda: o controle das oposições no período severiano •

Ana Teresa Marques Gonçalves
UFG

Antes de analisarmos os mecanismos adotados pelos imperadores do período severiano para controlarem os movimentos de oposição que se articularam durante os seus governos, precisamos fazer algumas considerações a respeito das características desta oposição. Esta necessidade se apresenta porque o controle das oposições, sempre efetuado pelo Estado romano e seu representante máximo, o imperador, se efetua a partir de duas premissas: primeiramente, este controle busca de forma profilática evitar o aparecimento de segmentos sociais descontentes, através de práticas coercitivas e de propaganda; estas mesmas práticas são utilizadas num segundo momento, quando o Estado se empenha em desarticular os movimentos de oposição já formados. Nestes dois momentos, a intensidade do controle depende diretamente da força de atuação apresentada pela oposição. Esta força, por sua vez, encontra-se vinculada aos elementos sociais que estão descontentes; isto é, o imperador busca impor o seu poder e garantir a sua autoridade de forma diferenciada perante cada segmento social. O governante não mantém o mesmo tipo de relacionamento com os senadores, com os soldados ou com a plebe. Com cada um destes segmentos ele aciona um tipo de controle social, que na maioria das vezes mescla elementos coercitivos com elementos de cunho propagandístico.

Acreditamos que a preocupação com o controle efetivo das oposições sempre esteve presente nos governos dos Severos, e que este controle era intenso porque a oposição não era tão frágil, fraca e desarticulada quanto a historiografia existente sobre o assunto teima em nos fazer crer. Só a título de exemplo, Marcel Le Glay, Jean-Louis Voisin e Yann Le Bohec numa obra de 1991 intitulada *Histoire Romaine*, se perguntam: “Pode-se verdadeiramente falar de oposição? Os recentes trabalhos respondem pela negativa” (Le Glay; Voisin; Le Bohec, 1991,

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “Representações do Imaginário Político no Império Romano”, apresentada no dia 24 de julho de 1996.

p.244), e citam Adalberto Giovannini:

“Para que tenha havido oposição é necessário que tenha havido uma vontade real de mudança; é necessária uma certa coerência; são necessários alguns princípios. Não se percebe nada disto no comportamento dos descontentes e dos rebeldes. O sistema não está em causa, o descontentamento não comporta problemas profundos, mas se exerce sobre pessoas. Ele se prende ao príncipe, aos seus vícios, sua corte, seus colaboradores e seus libertos” (Giovannini, apud: Le Glay; Voisin; Le Bohec, 1991, p.245).

Concordamos com Giovannini que o descontentamento era canalizado para o Príncipe, mas não podemos nos esquecer de que ele era o chefe do Estado e o representante do poder supremo. Para ter acesso a ele e poder eliminá-lo, quando era esta a intenção dos descontentes, era realmente necessário contar com a ajuda dos que tinham acesso ao soberano: membros da corte, guarda pessoal, colaboradores e libertos, entre outros, que tinham a possibilidade de se aproximarem de forma física do governante. Destarte, é imprescindível separar a figura do realizador dos atentados da figura dos mentores. As intrigas palacianas não envolviam apenas cozinheiros e copeiros, da mesma forma que os tumultos militares, pretorianos e legionários, não se reduziam ao soldado ou ao centurião que executava a eliminação física do chefe de Estado. Há grupos maiores e interesses mais amplos envolvidos nestas questões. Além disso, é sempre bom lembrar que dos Severos, apenas Septímio morreu de doença. E assim mesmo, segundo Herodiano, Caracala havia tentado acelerar a sua enfermidade tentando persuadir os médicos que o assistiam a não ministrarem-lhe a medicação devida (Herodiano, III, 15, 2). Todos os outros imperadores do período severiano foram assassinados.

Se partimos do pressuposto de que a oposição era dirigida para o imperador e suas ações e não ao sistema de governo, pois já se assumia impossível uma volta ao sistema republicano, os assassinatos sucessivos dos imperadores nos parecem provar que esta oposição não era tão fraca e sem consistência quanto se pensava.

Uma característica desta oposição que sempre confunde os autores é que ela nem sempre se articula para gerar mudanças. Muitas vezes ela age para manter uma situação, ou seja, para impedir mudanças e garantir permanências, privilégios ou diretrizes de governo, que beneficiam certas forças sociais. Mudar um imperador, mediante a sua eliminação capital – e é preciso recordar que não há outra forma de destituir um governante no Império Romano – poderia tanto visar a implementação de mudanças no governo quanto evitar que estas modificações

fossem desencadeadas. Às vezes a eliminação de um governante tem a intenção de fazer o governo retornar a um estágio anterior. É o caso, por exemplo, da eliminação de Macrino por soldados da III Legião Gálica que haviam escolhido Heliogábalo para sucedê-lo (Dion Cássio, LXXX, 7, 3 e Herodiano, V, 3, 9). O que estes soldados esperavam não era a implantação de um novo tempo no Império, mas sim o retorno a uma situação de soldos fartos que eles tinham na época de Caracala, do qual Heliogábalo se dizia herdeiro. Enquanto no período de Augusto um centurião recebia 3.750 sestércios por ano, e no governo de Septímio Severo chegou a ganhar 10.000 sestércios também anuais, na época de Caracala ele ganhava 15.000 sestércios por ano (Speidel, 1992, p.105). Escolhemos este exemplo porque muitos autores defendem que a oposição senatorial seria sempre reacionária, enquanto a oposição militar seria sempre inovadora.

É mais fácil concordar com o caráter reacionário da aristocracia senatorial. Para Géza Alföldy, por exemplo, os conflitos políticos que eclodiam entre um determinado imperador e certos grupos de senadores eram geralmente provocados pelo fato dos imperadores não respeitarem determinadas regras do jogo na relação entre a monarquia e a aristocracia senatorial, muito suscetível no que se referia à tradição e ao prestígio, em parte por uma questão de temperamento pessoal, em parte por necessidade política (Alföldy, 1989, p.118). Por se apoiarem na tradição, por defenderem que o que já foi bom para o Império para sempre o será se continuar sendo mantido, os senadores se transformaram no bastião da tradição e normalmente agiam para mantê-la, e junto com ela esperavam garantir a permanência dos seus privilégios. Os senadores se opõem aos imperadores que não aceitam manter uma relação de *amicitia* com eles. O que caracterizava a *amicitia* era o fato dos que mantinham este tipo de relação se virem como pertencentes ao mesmo grupo de interesses e detentores de honra e status iguais (Saller, 1990, p.49). Os imperadores que não buscavam ao menos ouvir as reivindicações senatoriais e que tentavam se sobrepor a eles em prestígio e autoridade sofriam a oposição dos senadores.

Já para autores como Mikail Rostovtzeff e André Piganiol, a presença do exército, escolhendo ou se opondo aos imperadores, garantia ao período severiano um cunho revolucionário e ao mesmo tempo igualitário, pois esta presença militar havia levado os imperadores a destruírem os privilégios (Rostovtzeff, 1937, p.254 e Piganiol, 1949, p.408). Todavia, podemos perceber que tanto pretorianos quanto legionários agiam para trocar de imperador quando o chefe reinante começava a falhar na relação de patronagem/clientelismo que vinculava os segmentos militares ao imperador (Garnsey, 1987, p.148-152). É uma relação de patronagem nunca pode ser vista como promotora de situações igualitárias, pois o que caracteriza a sua implantação é o fato de que aqueles que realizam trocas recíprocas têm honra e

status desiguais.

A oposição não é nem sempre reacionária nem sempre de transformação, isto é, dependendo dos interesses colocados em jogo e da possibilidade de ação dos grupos sociais envolvidos em defender ou em minar o poder constituído, os movimentos ora querem modificações, ora anseiam por permanências ou retornos. Mas a oposição existe e quando consegue bem se articular é forte e alcança os seus intentos. Os imperadores tentam lançar mão de mecanismos de controle destas oposições que sejam tão eficazes quanto os movimentos descontentes.

Os descontentes se expressam de diversas maneiras. Não se pode perceber a mesma coerência e os mesmos objetivos em movimentos tão diferentes quanto intrigas palacianas, motins pretorianos ou sedições nas legiões alocadas nas fronteiras. São forças sociais diversas que agem movidas por interesses e necessidades diferentes e que atuam de acordo com estes interesses. Entretanto, para conter os interesses contrários aos seus, os imperadores só contam com a coerção e com a propaganda.

No que concerne à coerção, ela foi utilizada de forma profilática no início de vários governos. Tanto na História Augusta, quanto nas obras de Dion Cássio e de Herodiano aparecem exemplos desta prática amplamente difundida, ou seja, governantes que assim que sobem ao poder supremo eliminam não apenas os competidores com os quais lutaram para ascender ao poder, bem como os seus “amigos” mais próximos, os seus filhos, para que não se tornassem vingadores da memória do pai em potencial, e o seu séquito, evitando desta forma que estas pessoas que apoiavam a causa do competidor vencido não se transformassem numa força social de oposição ao competidor vencedor.

Temos dados a respeito da perseguição que Severo fez aos partidários de Pescênio Nigro, após a morte deste, perseguindo tanto os que haviam se unido a ele por livre escolha quanto os que haviam sido forçados pelas circunstâncias (Herodiano, III, 4, 7), das acusações que apresentou no Senado contra os amigos de Dídio Juliano, que os tornou proscritos, e que acabou levando-os à morte (SHA, Vida de Septímio Severo, VIII), e do aniquilamento que Septímio teria realizado entre os que mantinham relações com Clódio Albino, também após a derrota deste (Herodiano, III, 8, 6-7). Interessante notar que Herodiano afirma que estas perseguições tinham motivos mais econômicos do que políticos. Segundo ele, só eram eliminados sem piedade homens que se destacavam no Senado ou que se sobressaíam em suas províncias por sua riqueza ou linhagem, pois a severidade de Septímio para com seus inimigos não era mais que um pretexto. Na realidade sua cobiça havia transbordado e jamais um imperador havia sido tão escravo do dinheiro quanto ele, e assim o seu governo teria se baseado no medo dos súditos e

não em seu afeto (Herodiano, III, 8, 8-9).

Entretanto, se a justificativa de que a eliminação daqueles homens tão proeminentes era baseada na existência de uma possível força contrária ao imperador ascendente, e as pessoas agiam segundo esta justificativa, era porque deveria realmente haver a formação de uma força social de oposição. Certamente nem todos os homens perseguidos pretendiam se opor a Severo; muitos entraram no roldão de controle social como forma do imperador, através dos confiscos de bens, aumentar a arrecadação do erário público. Contudo, a ligação de *amicitia* ou de patronagem, que os vinculava aos oponentes derrotados, os levariam a tentar uma vingança sobre aquele ser responsável pela quebra desses laços sociais. Perder um amigo era perder um igual; perder um patrono era perder um provedor. Nos dois casos uma restituição de honra ou de dinheiro se fazia necessária. Normalmente a restituição de dinheiro era mais fácil de ser feita pelo imperador ascendente. Todos os governantes severianos, logo após a sua aclamação, distribuíram moedas e alimentos para a plebe e para os soldados, demonstrando que um novo patrono estava surgindo, e tomando o lugar do anterior (Herodiano, III, 8, 5; III, 8, 7-10; III, 10, 2, só no período de Septímio Severo).

Caracala, que sucedeu o pai, Septímio Severo, inicia o seu governo eliminando servos e amigos do pai e se preocupando em ganhar o apoio dos chefes do exército (Herodiano, III, 15, 4-5). Assim, que consegue se desvencilhar do irmão Geta, ordena a morte dos membros da corte e dos amigos dele (Herodiano, IV, 6, 1-5). Macrino, ao sucedê-lo estava tão imerso no problemas advindos dos ataques partos que não tem tempo para eliminar os amigos de Caracala e nem de se fazer o novo patrono de seus clientes. Não é à toa que teve o governo mais curto do período e acabou eliminado por soldados fiéis à memória de Caracala e aos laços de clientelismo com Julia Mesa. Como Macrino não havia tido tempo de estreitar laços de amizade e patronagem, Heliogábalo também não inicia seu governo com a coerção profilática. Todavia, esta foi a tônica do início do governo de Severo Alexandre (SHA, Vida de Severo Alexandre, XV).

Deste modo, os governos já se iniciavam, em sua maioria, com um controle social. Alguns períodos como o de Heliogábalo são marcados por ações coercitivas múltiplas ao longo do governo. Heliogábalo manda eliminar vários senadores e equestres (SHA, Vida de Heliogábalo, XX; Dion Cássio, XIII, 4; Herodiano, V, 6, 1), que, segundo ele, mangavam de seus costumes, e sabemos que esta justificativa é meramente ideológica, já que os reais problemas que afetavam o seu governo eram de ordem econômica e política. Além disso, ele também mandou reprimir e punir por sedição e tumulto soldados que saudavam Severo Alexandre (Herodiano, V, 8, 8).

As fontes revelam no período de Caracala uma das poucas repressões

diretas feitas em direção a uma cidade provincial romana, no caso Alexandria, no Egito. Quem descreve este incidente é Herodiano. Este afirma que Caracala teria, durante uma visita a cidade, ordenado sua pilhagem e a morte de quase toda a sua população, porque os alexandrinos faziam piadas sobre ele, e colocavam, desta forma, os seus erros em evidência (Herodiano, IV, 9, 4-8). O incidente é confirmado por Dion Cássio (Dion Cássio, LXXVIII, 22), que o toma como exemplo do caráter perverso do imperador. Todavia, devemos lembrar que quando Geta e Caracala pensaram em dividir o Império, para melhor governá-lo, Caracala ficaria em Roma junto com os senadores da Europa, enquanto Geta iria para Antioquia ou Alexandria, junto com os senadores da Ásia (Herodiano, IV, 3, 6-7). Se ele escolheu se deslocar para uma destas duas cidades, era porque nelas ele encontraria apoio para governar. Sendo assim, o ataque de Caracala a Alexandria poderia ser uma forma de reprimir grupos favoráveis a Geta, que estavam descontentes com a sua eliminação.

Há, portanto, práticas coercitivas utilizadas pelos imperadores no início e ao longo de seus governos. Algumas delas evitam movimentos, mas outras acabam por aumentar ainda mais a ira dos desgostosos. Por isso, concordamos com Keith Hopkins quando afirma que o poder político e a legitimidade não se apóiam somente em impostos e no exército, mas também nas concepções e nas crenças dos homens. A população imperial não adere necessariamente a um soberano em particular, mas sim a um soberano idealizado, que simboliza a ordem imutável do mundo (Hopkins, 1978, p.232).

O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada. Ele não consegue se manter somente pelo domínio brutal ou pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. O passado coletivo funciona como uma reserva de imagens, de símbolos, de modelos de ação; permite empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo as necessidades, a serviço do poder presente. Este gere e assegura seus privilégios colocando em cena uma herança (Balandier, 1980, p.7). O Príncipe tem que produzir imagens para conquistar e conservar o poder. A aceitação resulta em grande parte das ilusões da ótica social (Balandier, 1980, p.6).

Não é à toa que Septímio Severo se auto-denomina vingador de Pertinax (Herodiano, II, 9, 9 ; SHA, Vida de Septímio Severo, V) e se dizia um imitador de Marco Aurélio (Herodiano, II, 14, 3), bem como Macrino (Herodiano, V, 2, 4), que chega mesmo a cultivar uma barba, para se aproximar da figura de Marco. Trata-se de uma tentativa de aproximar a figura do governante atual à figura de um bom

governante do passado, como forma de legitimá-lo. Outra prova disso é a troca de nomes promovida pelos imperadores após as aclamações. Todos os severianos buscaram se aproximar dos antoninos através da troca de nomes, afirmando-se assim herdeiros de seus bens e de suas virtudes, propaladas pelos senadores.

Analisar o poder é sempre encontrar o imaginário e o simbólico. Subir ao poder deveria ser morrer como homem para renascer como detentor do cargo supremo (Balandier, 1989, p.147-153). Segundo Pierre Bourdieu, o poder simbólico, isto é, a possibilidade de criar e ostentar sinais que emitem uma mensagem de poder, permite muitas vezes obter o equivalente daquilo que é obtido pela força sem dispêndio aparente de energia (Bourdieu, 1989, p.14-15). E manipular estes símbolos políticos consiste em uma forma de propaganda (Kaplan; Lasswell, 1979, p.148). Eles devem se impor a atenção e serem plenamente entendidos pelos que os vêem, para poderem ter uma ação efetiva sobre as crenças e as ações humanas.

A túnica imperial purpúrea usada por Septímio, por Geta e por Caracala (Herodiano, I, 16, 3 e IV, 1, 4), os anéis de pedras preciosas e o cinturão coberto de ouro usados por Caracala e Macrino (Herodiano, IV, 8, 9 e V, 2, 5), servem como exemplos destes atributos simbólicos que identificam a pessoa do imperador e o poder que ele possui no comando do Império. Estes símbolos adquiriram um valor tão grande, que tanto Herodiano quanto o biógrafo da História Augusta contam que Septímio Severo durante uma batalha contra Clódio Albino, próxima à cidade de *Tinurtium*, caiu do cavalo e na queda perdeu o manto imperial. Ao não ver mais o imperador e sua insígnia, o exército quase escolheu outro imperador; ele havia passado despercebido frente ao seu próprio exército porque estava sem seu manto imperial (SHA, Vida de Septímio Severo, XI; Herodiano, III, 7, 3).

Além dessas insígnias que estavam sobre o corpo do imperador, os governantes usavam também a confecção de inscrições e de estátuas para se fazer lembrar pelos seus súditos. Septímio mandou fazer inscrições públicas, relatando todas as suas vitórias (Herodiano, III, 9, 12) e estátuas, que mandou espalhar por todo o Império (Herodiano, II, 9, 4). Estas estátuas, retratos e inscrições ajudavam a manter a presença viva dos imperadores em lugares públicos. Eles funcionavam como objetos de homenagem mais do que de culto, pois eram símbolos da legítima autoridade do imperador (Hopkins, 1978, p.258). Por isso a *damnatio memoriae* é cumprida pela eliminação destes símbolos (Le Goff, 1994, p.442). Caracala além de erigir estátuas, se preocupou em que nelas o seu rosto lembrasse o de Aquiles (Herodiano, IV, 8, 4) ou o de Alexandre, o grande (Herodiano, IV, 8, 2); da mesma forma que Severo Alexandre tentou assimilar a sua figura também à de Alexandre, o Grande (SHA, Vida de Severo Alexandre, III).

Outra forma de propaganda muito utilizada pelos imperadores

severianos foi a formulação de boatos, como o que afirmava que Heliogábalo era filho de Caracala, e de rumores, como o que acabou auxiliando a tomada de poder por parte de Maximino e depois a sua queda (Herodiano, VIII, 5, 6), que afirmava que todos os soldados estavam contrários ao governo de Severo Alexandre.

Portanto, nenhum dos imperadores do período severiano deixou de lançar mão de mecanismos propagandísticos e coercitivos, de forma conjunta, desde o momento de sua ascensão até às vésperas de sua deposição. Como quase todos os imperadores foram assassinados, temos que concluir que estes mecanismos não foram de todo eficientes no combate às forças sociais oposicionistas, pois vemos como estas são mais criativas na hora da ação do que os imperadores na hora da reação, já que sempre buscavam auxílio em práticas tradicionais, sem procurar grandes novidades no combate das oposições. Mas de qualquer maneira, essas formas de controle auxiliaram o sistema imperial romano a subsistir a vários séculos.

BIBLIOGRAFIA

A) FONTES

DION CÁSSIO. *Dio's Roman History*. English translation by Earnest Cary. London: William Heinemann, 1961.

ERODIANO. *Storia dell'Impero Romano dopo Marco Aurelio*. Testo e versione di Filippo Cassola. Firenze: Sansoni, 1967.

EUTROPE. *Abrégé de l'Histoire Romaine*. Traduction et introduction par Maurice Rat. Paris: Garnier, s.d.

The Scriptores Historiae Augustae. English translation by David Magie. London: William Heinemann, 1953.

B) OBRAS GERAIS

ALFOLDY, G. *A História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

BALANDIER, G. *O Poder em Cena*. Brasília: UnB, 1980.

_____ et alli. *Civilizações: Entrevistas do Le Monde*. São Paulo: Ática, 1989.

BOISSIER, G. L. *Opposition sous les Césars*. Paris: Hachette, 1905.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

GARNSEY, P.; SALLER, R. *The Roman Empire*. London: Duckworth, 1987

HOPKINS, K. *Conquistadores y Esclavos*. Barcelona: Península, 1978.

-
- KAPLAN, A.; LASSWELL, H. *Poder e Sociedade*. Brasília: UnB,1979.
- LE GLAY, M.; VOISIN,J.-L.; LE BOHEC,Y. *Histoire Romaine*. Paris: PUF,1991.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Unicamp,1994.
- MACMULLEN, R. *Enemies of the Roman Order*. London: Routledge,1992.
- PIGANIOL, A. *Histoire de Rome*. Paris: PUF,1949.
- ROSTOVTZEFF, M. *Historia Social y Económica del Imperio Romano*. Madrid: Espasa-Calpe,1937.
- SALLER, R. *Personal Patronage under the Early Empire*. Cambridge: University Press,1982.
- SPEIDEL, A. M. "Roman army pay scales". *The Journal of Roman Studies*. London, 82: 87-106. 1992.

MESA REDONDA

Política e magia no IV século •

Gilvan Ventura da Silva
UFES

As práticas de magia no contexto da História de Roma sempre foram encaradas com reserva por parte do Estado, dando ensejo, em mais de uma ocasião, à repressão oficial. Condenada já pelos decêmvros que redigiram as Leis das XII tábuas, a magia, aliada ou não à adivinhação, sofreu igualmente a censura de Sila, Augusto, Caracala e outros, num espectro de sanções que variam desde a apreensão e queima de livros sobre o assunto até a execução sumária dos seus praticantes (Momigliano, 1989:120). O problema que se afigura, nesse caso, é o de precisar as razões pelas quais a magia suscitava a repressão do Estado romano, ou dito de outro modo, o de precisar os aspectos qualitativos da relação mantida entre o exercício da política em âmbito governamental e a prática da magia, como um antecedente necessário para o estudo particular do modo pelo qual a magia e seus adeptos eram encarados pelos imperadores do IV século.

A magia, como bem observa Marcel Maus (Montero, 1990: 06), pode ser entendida como um sistema simbólico composto de elementos de mais diversas naturezas (idéias, objetos, gestos), que expressam noções vitais para a sociedade, permitindo aos indivíduos apreenderem e decodificarem a realidade segundo uma determinada lógica regida, fundamentalmente, pela chamada lei da simpatia segundo a qual os seres e coisas que compõem o mundo mantêm entre si uma afinidade intensa que se expressa através de dois princípios: a) o de contigüidade (elementos que algum dia estiveram em contato, permanecem em contato mesmo à distância) b) o de similaridade (o semelhante produz o semelhante, cf. Montero, 1990: 21). Ao mesmo tempo em que classifica e organiza a realidade para entender o porque de algumas coisas acontecerem de uma determinada maneira e não de outra, a magia pressupõe também um forte apelo à ação, motivando o agente a manipular objetos, proferir conjuros ou conceber pensamentos com o intuito de intervir diretamente no curso da natureza, coagindo os elementos e as potestades

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “Representações do Imaginário Político no Império Romano”, apresentada no dia 24 de julho de 1996.

sobrenaturais para que trabalhem sob o comando do feiticeiro. Em face de uma situação como essa é que Maurice Augé (in Romano, 1994:50) afirma:

“a feitiçaria, entendida como o suposto poder que alguns homens, por efeito de qualidades ou de técnicas inatas, herdadas ou adquiridas, podem exercer sobre outras, integra-se num conjunto ideológico mais vasto, numa teoria mais ou menos explícita da força e do poder que pode, evidentemente, apresentar grandes diferenças de um sistema social para outro.”

Uma afirmação como essa nos sugere diversas possibilidades de compreensão do estatuto conferido à magia pelos representantes da autoridade pública romana. Em primeiro lugar, há que mencionar o fato de que para os romanos a magia era algo verdadeiramente eficaz, o que convertia o seu uso numa poderosa arma contra o Estado à disposição dos descontentes ou ambiciosos. Em segundo lugar, o caráter de conspiração atribuído aos praticantes da magia. Exercida o mais das vezes em ambientes reservados ou à noite e assistida por um círculo restrito de pessoas, a magia se prestava com perfeição a atividades subversivas. Em terceiro lugar, os elementos potencialmente desagregadores do *mos maiorum* contidos na prática da magia, uma vez que esta era sempre entendida como algo exógeno, estranho e oposto à sociedade romana, capaz de ameaçar a ordem estabelecida pelos antepassados. Cumpre notar que essa acusação de “estrangeirismo” atribuída à magia irá se tornar mais explícita e recorrente a partir de fins da República, quando o movimento de orientalização trouxe para dentro do Império a difusão dos mais variados conjuros e encantos, como por exemplo os de caráter metamórfico, adivinhatório, amoroso ou nigromântico provenientes do Egito, da Assíria ou da Babilônia (Silva, 1991:51).

Diante de uma situação como essa, a prática da magia não poderia passar despercebida aos olhos do Estado romano, justificando-se assim as diversas represálias adotadas contra ela ao longo dos séculos, muito embora os próprios romanos tivessem consciência de que o uso da magia nem sempre devesse ser condenado, haja visto o fato de que magia e religião vivenciam uma relação quase que simbiótica, pois se “por um lado, a maior parte das religiões conhecidas contêm elementos mágicos e se utiliza da magia em seus rituais, por outro lado, a magia, seja ela praticada visando a finalidades benéficas ou maléficas, faz apelo a divindades sobrenaturais” (Montero, 1990:09). Assim é que, ao longo do Império Romano, processou-se uma distinção entre duas formas básicas de magia: a teurgia, proveniente dos ritos místéricos de procedência oriental e que assumia contornos religiosos explícitos ao ser praticada com concurso das divindades

celestes objetivando a ascensão das almas em direção à luz num movimento que atravessava o domínio dos espíritos malignos contra os quais o homem deveria se defender (CHUVIN, 1990:259), devendo-se mencionar que a criação da teurgia recebeu igualmente a influência da filosofia neoplatônica, o que restringia o seu exercício a um círculo de estudiosos e iniciados. Afora a teurgia, existia a *goetia*, a magia corrente entre os habitantes do Império que era utilizada com finalidades eminentemente pragmáticas e não raras vezes maléficas, muito embora tanto a teurgia quanto a *goetia* fizessem apelo a Hécate, divindade protetora dos feiticeiros e envenenadores, e adotassem procedimentos bastante semelhantes, o que algumas vezes propiciava uma certa indistinção entre elas, ao menos em âmbito ritual (Hidalgo de La Vega, 1986:70).

Perseguida pelo Estado ao longo da História romana, a magia no IV século irá se encontrar em uma situação ainda mais difícil em virtude dos decretos imperiais que converterão os feiticeiros em uma das principais ameaças à ordem romana então vigente, instituindo-se penas severas contra todos aqueles que se valiam de potestades sobrenaturais para alcançar algum objetivo de ordem material, o que decorria de dois fatores. Em primeiro lugar, de uma alteração profunda da mentalidade do homem romano a partir do III século, momento em que os *loci* de poder sobrenatural são precisados, e efetuando-se a distinção entre os usos “celeste” e “terrestre” do poder, ou seja, entre formas de relação com o mundo invisível que se davam com o concurso celeste e ligadas à luz, à claridade, e outras que não pertenciam às esferas astrais, mas ao universo das imperfeições terrestres e demoníacas (Brown, 1984:49). Eis porque, conforme argumenta Peter Brown (1984:52), os feiticeiros durante a Antiguidade Tardia representavam um paradigma desviante do uso do poder sobrenatural, motivando assim a repressão ostensiva por parte dos imperadores do IV século, os quais se proclamaram *Redditoris Lucis, Restitutores Orbis*, etc..., numa tentativa de afirmar a simbologia da luz que impregna o mundo e o livra de toda influência sinistra, sombria, perniciosa. Em segundo lugar, das próprias condições caóticas nas quais se processou a instituição do *Dominato*, momento em que os imperadores, ao lado das enérgicas medidas de natureza político-administrativa implementadas para salvaguardar a unidade do Império, deflagraram a construção de todo um aparato ideológico que pudesse dar sustentação no plano do imaginário às reformas de base material que se encontravam em curso. O resultado disso foi o surgimento de uma ideologia que, fazendo do imperador o *dominus* todo – poderoso, reafirmava peremptoriamente a exclusividade do soberano no que concernia ao controle da política romana, desqualificando assim a ação de qualquer indivíduo que pudesse ameaçar essa exclusividade, seja por que meio fosse, desencadeando-se uma feroz

repressão a todos os inimigos reais ou potenciais da romanidade, dentre os quais temos os feiticeiros. A esse respeito, as leis compiladas no código Teodosiano indicam, a partir pelo menos de Constantino, a preocupação do Estado romano para com as práticas de magia. Bastante cioso da tradição romana, Constantino situa a magia no mesmo nível dos crimes de homicídio e adultério (C.T., IX,40,1), tendo entretanto o cuidado de distinguir entre a magia útil e a criminosa, ou seja, entre aquela empregada na cura de doentes ou para propiciar a chuva nas zonas rurais e aquela destinada a atentiar contra a integridade física e intelectual dos indivíduos (C.T. IX,16:3). Analisando a legislação de Constantino acerca do assunto, percebemos que o imperador, embora determinado a combater a *superstitio*, a astrologia e a magia criminosa, designando inclusive os seus adeptos como *malefici* (Maurice, 1927:109), ainda admitia a possibilidade de alguém recorrer a procedimentos de caráter mágico na tentativa de solucionar problemas de ordem cotidiana, o que em nossa opinião resulta do fato de que, em termos ideológicos, a supremacia romana não havia ainda alcançado o seu ponto mais intenso. É certo que essa supremacia já sob o governo de Constantino era mais do que evidente, remontando pelo menos a Aureliano, auto-intitulado *deus et dominus natus* (Remondon, 1967:44), e a Diocleciano, ao que tudo indica o responsável pela versão final do cerimonial de corte do Baixo Império com a introdução da *proskynesis* no protocolo oficial (Cook, 1939:388). Entretanto, o mais interessante é que antes do governo de Constâncio II, o *dominus* admitia ainda que a magia fosse praticada em certos casos específicos nos quais a atuação direta do imperador não se fazia sentir. Por volta do ano de 356, entretanto, detectaremos o aumento da intolerância do poder imperial contra os feiticeiros, o que se materializará numa série de editos contrários à magia. O mais antigo deles, datado de 8 de março de 356, determinava que nos casos de alta traição e magia os bens dos condenados à pena capital não seriam transferidos aos seus herdeiros antes do pronunciamento do fisco. Uma lei posterior sujeita à morte aqueles que fazem apelo ao espírito dos mortos com objetivo de causar dano aos inocentes (C.T. IX, XVI,5). Em 25 de janeiro de 357, Constâncio II proíbe toda e qualquer forma de adivinhação ou magia, não importando a sua procedência ou finalidade (C.T. IX,16,4), o que coincide com a narrativa de Amiano Marcelino (Hist. XVI,8,1-2) segundo a qual o *magister equitum* Marcelo, agindo em Sárdica, sede do *comitatus*, sob o pretexto de preservar a integridade do imperador, reprimia ostensivamente aqueles que recorriam a adivinhos e feiticeiros. Conta Amiano:

“Se alguém consultava um adivinho sobre o grito de uma coruja, o encontro de uma doninha ou um prodígio semelhante; se houvesse usado o encantamento de uma velha mulher para aliviar a sua dor – o que admite também a autoridade da medicina – ele

era acusado, denunciado sem poder conjecturar por que, arrastando em julgamento, condenado e executado”.

Na seqüência da lei de 25 de janeiro de 357, a de 5 de junho determina que todas as pessoas envolvidas em crimes de adivinhação e feitiçaria sejam submetidas à tortura, independente da sua categoria social (C.T. IX, 16,6). O último edito sobre o assunto, datado de 27 de agosto de 358, dispunha novamente sobre os bens dos réus de alta traição e mágica condenados à pena capital, que deveriam ser incorporados diretamente ao fisco (C.T. IX, 40,4). Por essa mesma época, vemos irromper o caso de Citópolis, no qual foram julgadas inúmeras pessoas que haviam consultado o oráculo do deus Bes, em Abidos. Presidido pelo notário Paulo, cognominado o *Catena*, o julgamento incluiu também casos de feitiçaria, conforme nos relata Amiano (XIX,XII, 14-15):

“aquele que levava no pescoço remédios contra a febre ou outra afecção, aquele que era acusado, por denúncias malfazejas, de haver passado a noite próximo a um monumento funerário, era tido por um envenenador ou por um homem que vasculhava os horrores das tumbas ou os vãos fantasmas das almas errantes que saíam desses mesmo lugares; e declarado culpado de crime capital, era condenado à morte.”

Dessa breve exposição acerca das medidas adotadas por Constâncio II contra a magia, podemos adiantar algumas conclusões importantes para a compreensão dos aspectos qualitativos das relações mantidas entre a política e a magia no IV século. Em primeiro lugar, os decretos imperiais produzem uma autêntica estigmatização dos mágicos, taxando-os como indivíduos estranhos à natureza que perturbam os elementos e colocam em risco a vida dos inocentes, autênticos inimigos da raça humana, os quais o imperador, o *Restitutor Generis Humani*, não pode dar trégua. Mediante a construção dos adversários da ordem, Constâncio II pôde reafirmar os seus poderes soberanos num contexto de potencialização da autoridade imperial, que se faz presente em todo Império com uma intensidade sem precedentes, conforme atestam as medidas tomadas pelo imperador no sentido de exercer um controle estrito sobre todos os funcionários imperiais por intermédio dos notários e *agentes in rebus*. O ponto final da estigmatização a qual nos referimos talvez resida na equivalência estabelecida entre os crimes de magia e os de alta traição, tornando assim os feiticeiros odiosos aos olhos da sociedade romana por atentarem diretamente contra a majestade do *populus* encarnada na pessoa do imperador. Nesse sentido, devemos mencionar o quanto as práticas de magia eram temidas pelos soberanos de um modo geral, mesmo por aqueles portadores da mais genuína fé cristã, na razão direta da sua

difusão pelo Império Romano, o que suscitou a repressão aberta dos adivinhos e feiticeiros no reinado de Constâncio II.

Afora os aspectos notadamente ideológicos da cruzada de Constâncio II contra os ditos *malefeci*, existem ainda elementos de ordem econômica que não podem ser descartados quando se trata de discernir as motivações subjacentes às leis emanadas do imperador coibindo a magia. De fato, ao que tudo indica os processos intentados contra os praticantes reais ou supostos de feitiçaria se constituíam numa fonte suplementar de recursos para o Estado, uma vez que os bens dos acusados nesses casos eram agregados ao tesouro do imperador na qualidade de *bona damnatorum*, como atesta o edito endereçado a Taurus em 358 (C.T. IX, 42,4). Sendo assim, Constâncio II ao reprimir prontamente as denúncias de crimes de magia e adivinhação estaria visando não apenas à eliminação de possíveis subversores, mas também ao incremento do seu patrimônio num contexto de nítida elevação das despesas imperiais com a administração pública.

Para finalizar, devemos ressaltar ainda a ausência, nos decretos imperiais analisados, de qualquer vestígio de uma concepção cristã acerca da magia, muito embora saibamos que desde o Concílio de Elvira em 306 (Maurice, 1927: 118) o seu exercício havia sido proscrito. Na verdade, Constâncio II ao se pronunciar sobre o assunto o faz por razões de ordem eminentemente prática, ou porque considere a magia eficaz sendo portanto impossível permitir que os feiticeiros ajam por conta própria, sem a supervisão da casa real, ou porque deseje ampliar o seu patrimônio, mas nunca porque a julgue em desacordo com a ética cristã, e isto a despeito de ter sido o imperador, por influência paterna, um adepto do cristianismo. Esta observação nos induz a refletir com mais cuidado a respeito do grau de cristianização do Estado romano no IV século e a problematizar sobre o sincretismo existente entre valores pagãos e cristãos na época, como uma forma de entender a construção do imaginário político do *Dominato* a partir da fusão desses valores.

BIBLIOGRAFIA

I) Documentação primária impressa

AMMIEN Marcellin. *Histoire*. Paris: Les Belles Lettres, 1968/1979.

_____. *Histoire*. In: NISARD, M (org.). *Ammien Marcellin, Jornandès, Frontin, Végèce, Modestus*. Paris: Firmin Didot Frères, 1860. p. 125-373.

PHARR, C. e DAVIDSON, T. S. (trad.). *Codex Theodosianus and novels and Sirmondian Constitutions*. Princeton: Princeton University, 1952.

II) Obras Gerais

- BROWN, P. *Genèse de l'Antiquité Tardive*. Paris: Gallimard, 1984.
- CHUVIN, P. *Chronique des derniers païens*. Paris: Les Belles Lettres/Fayard, 1990.
- COOK, S. A. et al. (ed.) *The Cambridge Ancient History*. v. XII. London: Cambridge University Press, 1939.
- HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *Sociedad e Ideología en el Imperio Romano: Apuleyo de Madaura*. España: Universidad de Salamanca, 1986.
- MOMIGLIANO, A. et al. *El conflicto entre el paganismo y el cristianismo en el siglo IV*. Madrid: Alianza. 1989.
- MONTERO, P. *Magia e pensamento mágico*. São Paulo: Ática, 1990.
- RÉMONDON, R. *La Crisis del Imperio Romano*. Barcelona: Labor, 1967.
- ROMANO, R. (org.) *Enciclopédia Einaudi*. Religião/Rito. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.
- SILVA, G. V. da. *A Orientalização do Império Romano: Aspectos Religiosos*. Rio de Janeiro: UFRJ/FCS, 1991 (Mimeo).

III) Artigos

- MARTROYE, F. La repression de la magie et le culte des gentils au IV siècle. *Revue Historique de Droit Français et Étranger*. 4^a sér., t. IX (1930), p. 669-701.
- MAURICE, J. La terreur de la magie au IV siècle. *Revue Historique de Droit Français Étranger*. ser. IV (1927), p. 105-120.

MESA REDONDA

A heroificação do Imperador Juliano no relato de Amiano Marcelino •

Margarida Maria de Carvalho
UNESP-Franca

“(…) a participação em combates freqüentes e nas guerras nos indica sua fortaleza, assim como sua resistência a frios e calores intensos. É sabido que do soldado necessita-se do exercício do corpo; do Imperador o exercício da mente. Juliano, porém, em pessoa, arrematou de um só golpe, um inimigo sanguinário avançando com ousadia. Em determinadas ocasiões evitou o retrocesso de nosso exército, tomando-o à frente com seu próprio peito. Ao destruir os Reinos dos germanos enfurecidos e na ardente arena Persa, aumentou a confiança dos soldados, lutando na primeira fila (...)” (Amiano, XXV, 4,10).

Esta citação faz parte da *Res Gestae* ou *História* do autor pagão Amiano Marcelino – livro XXV, 4,1-27, onde este autor constrói um retrato elogioso do Imperador Juliano, inserido nos padrões culturais da sociedade romana do século IV d.C. – período que não deve ser entendido como o fim do Império Romano e sim de Antigüidade Tardia – época de transição, em que apesar de permanências, registram-se mudanças que levaram o homem a construir um novo ideário moral.

Amiano remete-nos, nesta citação, às linhas históricas das lutas do exército romano – chefiado por Juliano – contra os bárbaros e os persas, no ano de 357, ainda quando o príncipe era César.

Temos, então, como objetivo, nesta exposição, analisar os elementos e as motivações que induziram o escritor antioquiano a delinear uma imagem heroificada de Juliano com o intuito de deixá-la para a posteridade. Tal construção identifica-se, na verdade, com os anseios e conflitos vividos por Amiano numa sociedade em transformação. O século IV é marcado pela invasões bárbaras, por inúmeras reformas políticas, sociais e econômicas que conduziram à uma monarquia absoluta, cujo aparato de poder caracterizava-se pela centralização, a burocracia e o militarismo. Estas mudanças afetaram, diretamente, o comportamento da sociedade e, assim, no transcurso da época imperial, o

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “Representações do Imaginário Político no Império Romano”, apresentada no dia 24 de julho de 1996.

indivíduo passa de cidadão a súdito – mudança justificada, principalmente, pela situação política, pelo dirigismo estatal e a união da igreja com o Estado; fato último que merece destaque na historiografia do Baixo Império e que não se pode deixar de comentar, devido à influência preponderante exercida sobre a vida do Imperador Juliano e de um de seus principais admiradores, o próprio Amiano Marcelino.

É em 313 que o Imperador Constantino reconhece o cristianismo como uma religião legal. Em 392, com o Imperador Teodósio, o cristianismo torna-se, oficialmente, a religião do Império Romano. Essas datas definem, portanto, um período de transição decisivo no século IV quando ocorre uma proliferação de obras cristãs, tentando justificar e cristalizar novos conceitos de vida e a dissociação dos conceitos clássicos (Bonfante, 1964, p.402).

É durante o governo do Imperador Teodósio que Amiano Marcelino escreve sua obra histórica-literária. Tal obra consta de 31 livros, sendo que os treze primeiros cujos fatos relatados são de 96 a 353 d.C., encontram-se perdidos. Os dezoito restantes revelam os acontecimentos vividos e assistidos pelo autor, de 354 a 378 (Galletier, 1968, p.16). Os livros interessantes para nossa pesquisa, em especial, são os de números XIV a XXV, nos quais o autor descreve da morte de Galo – irmão mais velho de Juliano – ao retrato biográfico do nobre Príncipe; nosso objeto de análise em questão.

Amiano se integra, diretamente, no círculo de amigos e de profissionais desse Imperador. Luta junto ao mesmo nas Gálias, participando, também, das batalhas contra os inimigos hereditários do Império Romano: os Persas. É uma testemunha ocular das ações políticas e militares do jovem Imperador. Em toda sua obra demonstra uma admiração e um respeito calorosos por Juliano, considerando-o mesmo o maior Imperador herói das últimas décadas do século IV d.C. Da elevação a César até a sua morte, Amiano o acompanha fielmente. Quando da entronação de Joviano, Amiano retira-se da vida militar iniciando sua vida literária. Durante treze anos, enquanto partícipe do exército romano, percorre uma parte da Europa e da Ásia Menor e, no contato com essas populações, é que sentiu sua vocação de historiador. Provavelmente, acumula nestes anos, informações sobre as campanhas militares, as incertezas e as decisões contraditórias de Constâncio II, as perigosas horas nas batalhas de Estrasburgo e Amida e sobre a morte de seu ídolo Juliano. Restava-lhe a realização de sua produção escrita, deixando-nos um registro histórico, ou seja, uma via de compreensão de suma importância para a análise dos feitos de Juliano e os acontecimentos da sociedade romana do século IV.

A obra de Amiano insere-se no período em que denominamos de Renascimento Teodosiano (379-395), época na qual vários escritores possuem o intuito de escrever sobre os feitos dos grandes Imperadores e a história de Roma. Sua fidelidade profunda às tradições da moral e da cultura romanas definem bem suas linhas histórica-literárias como pertencentes a um novo classicismo. É claro que como todo romano culto, sofre as influências de autores como Salústio, Tácito, Tito Lívio e outros. Autores modernos como Thompson (1947), Fontaine (1969) e Pastor (1992) reforçam a idéia de que Amiano é, na verdade, um tipo de Tácito do tempo de Teodósio.

Segundo Fontaine (1969, p.419), um dos mais conhecidos historiadores da década de 60 que se dedicou à análise da produção historiográfica Amianiana, a posição cronológica da obra de Amiano, no fim da Antigüidade Tardia (romana), merece uma avaliação cuidadosa daquilo que devemos compreender como neoclacissismo. Amiano estava vivendo, literariamente, após o longo período da anarquia militar, dos problemas políticos e financeiros do século III, a tentativa de Restauração do Império. Restauração esta não acompanhada de situações mais favorecidas e sim de um contexto histórico que, a seus olhos, revelava uma ruptura da idéia mítica da Roma eterna. Assim sendo, o autor, apesar de sofrer as marcas literárias indeléveis de seus escritores prediletos do passado, transmite em suas revelações, o medo e a angústia de sua própria época, conturbada politicamente, mas não sem esperanças de reconstruir um novo ideal para o seu tempo presente e a posteridade.

Amiano possui, diante dos fatos narrados, uma atitude moralizante, ativa e objetiva em seus juízos sobre os homens, seus sucessos e fracassos. Três eram, pelo menos, as razões para tais atitudes (Pastor, 1992, p.107).

1^a) a tradição historiográfica romana por ele respeitada;

2^a) a contemporaneidade dos acontecimentos, em grande parte, vividos pelo próprio;

3^a) a fidelidade com seu espírito crítico.

Dentro dessa tradição, julgando-o como historiador, E. Stein em sua *Histoire du Bas-Empire* (1959), considera Amiano superior a Tácito em dois aspectos: em seu horizonte histórico mais amplo e em sua maior objetividade.

De fato, percebe-se na obra do autor pagão que ao refletir as categorias de pensamento ou a realidade contemporânea, ele não falseia a descrição das atitudes sociais, isto é, seu conteúdo histórico deve ser aceito sem reservas

Amiano não nega, também, seu forte patriotismo em relação a Roma. Seu objeto de adesão é a Roma Eterna – a de tradição gloriosa cuja permanência ele acredita ser infundável. Roma, em sua tese, necessita de uma defesa mais eficaz, de

ter uma sociedade mais justa e de uma maior tolerância no conflito entre cristãos e pagãos.

É nesse contexto problemático que pode-se alcançar a necessidade de Amiano Marcelino em heroificar Juliano. Figura marcante no cenário político da Roma do século IV, muito conhecido pela historiografia, por ter negado o cristianismo – daí o cognome “apóstata” – e por ter empreendido inúmeras reformas fiscais, militares e legislativas. Tudo isto em um curto espaço de tempo de 355-363.

Todas essas mudanças são assinaladas e louvadas por Amiano, vide o seguinte comentário:

“Há muitos testemunhos de sua generosidade, entre os quais as imposições de tributos leves, o indulto coronário, o perdão às dívidas acumuladas ao longo do tempo e os juízos imparciais sobre os impostos em espécie, exceto aos que venderam seus altos cargos; além disto, nunca teve a ambição de aumentar suas riquezas pois pensava estar mais bem guardadas nas mãos de seus donos. Dizia em diversas ocasiões que seus tesouros eram seus próprios amigos” (Amiano, XXV, 4,17).

É mister, portanto, observarmos que durante um período de transformações, a sorte de um povo parece estar visivelmente nas mãos de uma pessoa. Contudo tais razões refletem a mediação de necessidades e de decisões coordenadas por um determinado grupo da sociedade. Os ideais e os planos estão enraizados em um complexo de condições que tomam seu significado de alguma proposta de reelaboração para serem aproximados do desejo humano.

Em nosso caso específico, Amiano atribui a Juliano os arquétipos de um Príncipe ideal e de um grande filósofo que tinha tudo para reconstruir a glória e a honra do Império Romano. Sua personalidade é ressaltada num momento histórico difícil, vivido pelo próprio Amiano. A saudade do amigo e companheiro que tantas lutas venceu, que poderia ter vivido para mudar os rumos da turbulenta Roma Tardia. É o conceito de gênio, desenvolvido historicamente num contexto sócio-político favorável, o que reforça a lembrança da ação do indivíduo, sua iniciativa e vontade.

É claro que como já foi expresso, o discurso de Amiano possui, também, ingredientes tradicionalistas e moralizantes, os quais fazem parte de um repertório de “exempla” construído no passado, resgatado no presente e plenamente ratificado pela tradição secular. Ressaltando a análise feita por Ana Teresa Gonçalves em sua obra *A figura do “optimus princeps” nos compêndios de História Romana produzidos no século IV d.C.* (1991), inferimos que o autor antioquiano não deixa de glorificar Juliano como restaurador da ordem, bom

general, virtuoso, generoso, sábio ao escolher seus conselheiros e ótimo legislador. Em todo relato do livro XXV, Amiano retrata tais qualidades do Imperador, o que nos induz a pensar que a aristocracia da qual Amiano pertencia aproveitou o denominado renascimento theodosiano para reforçar e exaltar as raízes do passado, buscando assentar firmemente as bases de coesão numa ordem senatorial cada vez mais heterogênea, onde seus membros se distinguiam por suas origens variadas, fortunas diversas e múltiplas carreiras. Era de sua preocupação, como aristocrata pagão, manter viva a chama do conhecimento do passado de Roma (Gonçalves, 1991, p.33).

Entretanto, Amiano critica, neste discurso, algumas ações do Príncipe, tais como suas leis em relação às corporações municipais, que de acordo com Juliano deveriam agregar Decuriões estrangeiros residentes nas cidades (XXV, 4,21) e a famosa lei que proibia os professores cristãos de lecionarem nas escolas. Esta última considerada por Amiano Marcelino como implacável (XXV, 4,20). Tais características da descrição do autor, reforçam a idéia da originalidade de opinião inserida numa mensagem elogiosa, porém com ressalvas.

Com seus feitos militares exacerbados e com seu afã de notoriedade ressaltado, Juliano entra para a história, através do testemunho de Amiano, como um dos imperadores mais exemplares do Mundo Romano.

Amiano concilia sua tradição moral com suas preocupações existenciais, buscando no culto a um Imperador de passado glorioso – figura heróica e desbravada – o consolo de sua tristeza.

Registra-se, então, a elaboração de uma construção heróica, sob tendências determinantes de condições e tradições históricas. Preenche-se um espaço imaginário onde a análise da pessoa de Juliano, realizada à luz da emoção e da sensibilidade torna-se um mito. Um mito que Amiano ajudou a edificar e que até os dias atuais, representa um marco para a investigação histórica do século IV d.C.

BIBLIOGRAFIA

- AMIANO MARCELINO. *Histoire*. Livres XIV-XIX. Texte établi et traduit par Édouard Galletier et Guy Sobbah. Paris: Les Belles Lettres, 1968-1970. 2t.
- AMIANO MARCELINO. *Histoire*. Livres XX-XXVIII. Texte établi et traduit par Juan Deseado Nisard. Paris: F.D.F., 1860.
- BONFANTE, Larissa Warren. Emperor, god and man in the IV century. Julian the apostate and Ammianus Marcellinus. *La Parola del passato*. Napoli: Gaetano Macchiaroli Editore, fascicolo XCIX, p. 401-427, 1964.

- FONTAINE, Jacques. Ammien Marcellin, historien somantique. *BAGB* (Bulletin de l'Association Guillaume Budé), Paris, v. 28, p.417-435, 1969.
- FOWDEN, Garth. The pagan holy man in late antique society. *J.H.S.* (Journal of Hellenic Studies), London, v.102, p.32-59, 1982.
- GONÇALVES, Ana Teresa M. *A figura do "Optmus Princeps" nos compendios de História Romana produzidos no IV século d.C.* Monografia submetida ao corpo docente do IFCS/ UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel em História. Rio de Janeiro, julho 1991. (mimeog.).
- HARROU, H.T. *Décadence romaine ou Antiqueté Tardive.* III^e-IV^e siècles. Paris: Éditions du Seuil, 1990.
- PASTOR, Marcelo M. Amiano Marcelino, escritor romano del seculo IV. Perfil Literario. *ECLás.* Estudios Clássicos. Organo de la Sociedad española de Estudios Clásicos. Madrid, Inst. San José de Calasanz de Pedagogia. Tomo 34, n.102, p.91-114, 1992.
- STEIN, E. *Histoire du Bas-Empire.* Trad. J.R.Palanque. Paris: Desclée du Brower, 1959.
- VALENSI, Louis. Quelquer réflexions sur le pouvoir impérial d'après Ammien Marcellin. *BAGB.* Paris, v. 4, n.16, p.62-107, 1957.
- THOMPSON, E.A. *The historical work of Ammianus Marcellinus.* Groninger: Bouma's Boekhuis N.Y. Publishers, 1969.

MESA REDONDA

Aproximações entre a cultura erudita, a cultura popular e a cultura de massa •

Marília Andrés Ribeiro
UFMG

Gostaria de iniciar o meu balanço historiográfico sobre as aproximações entre a cultura popular, a cultura erudita e a cultura de massa, refletindo sobre os estudos inéditos de meus colegas Adalgisa Arantes Campos e José Alberto Nemer, que abordam esse tema e focalizam a História da Arte em Minas.

O texto de Adalgisa sobre *Um Século de Manifestação da Arte Popular em Belo Horizonte*¹ revela, com muita competência, os artistas populares de Belo Horizonte, destacando suas origens sociais e as especificidades estéticas e iconográficas de suas obras. O artista genuinamente popular é autodidata, oriundo das camadas sociais subalternas, possui um conhecimento da cultura popular artesanal e da tradição oral. Além disso, ele tem uma maneira própria de representar o mundo que se insere dentro de uma visão religiosa onde o homem se integra em harmonia com a natureza.

Seguindo a linhagem do pensamento de Peter Burger, que aponta a fragmentação e o ocaso da cultura popular a partir do advento da industrialização, Adalgisa insiste no desaparecimento da arte genuinamente popular na sociedade industrial capitalista. No entanto, a autora aponta níveis de aproximação do popular na arte belo-horizontina do nosso século distinguindo os artistas genuinamente populares como Valentim Rosa, Ananias Elias, Ana Querino e Raimundo Machado, daqueles que dialogaram com as culturas populares como Rodelnégio e Antônio Dionísio. Destaca também aqueles que absorveram a cultura de massa referindo-se a José Luiz Soares e Marcos Mazzoni, e, ainda, aqueles que transitaram entre a cultura erudita e a popular, citando o caso de Lorenzato.

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “Manifestações Eruditas e Populares na Cultura Artística de Minas no Século XX: Um Balanço”, apresentada no dia 25 de julho de 1996.

¹ CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Manifestações de Arte Popular*. In: RIBEIRO, Marília Andrés e SILVA, Fernando Pedro. *Um Século de História das Artes Plásticas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Editora C/ARTE e Coleção Centenário da Fundação João Pinheiro. (no prelo)

Penso que ao estabelecer essas distinções a pesquisadora anuncia uma possibilidade de aproximação entre a cultura popular, a cultura de massa e a cultura erudita na sociedade contemporânea.

Já a tese de Nemer sobre *As Artes Plásticas em Minas Gerais: seis artistas e suas fronteiras estéticas*², propõe um estudo comparativo entre a arte erudita e a arte popular em Minas Gerais, objetivando descobrir as diversas abordagens da mineiridade através do estudo da vida e obra dos artistas populares Artur Pereira, Valentim Rosa e Justino, bem como dos artistas de vanguarda Lotus Lobo, Teresinha Soares e Manfredo Souzanetto.

Ao estabelecer as fronteiras estéticas e sociológicas entre esses artistas, o estudioso estuda o processo de desculturalização das heranças afro-brasileiras na arte popular mineira a partir do contexto urbano onde atua cada artista. Tomando como exemplo as esculturas de Artur Pereira, artista que vive na pequena cidade de Cachoeira do Brumado, Nemer verifica a permanência de um encontro direto com a herança popular barroca; no trabalho de Justino, artista que vive numa cidade de porte médio do interior de Minas, sobrevive o apelo erótico e ingênuo de um interiorano. Já na obra de Valentim Rosa, artista proveniente do meio rural que vive na periferia de Belo Horizonte, emerge a fantasia longínqua de anjos emergindo do mar.

Nemer reivindica para a arte popular o lugar de identificação das raízes culturais mineiras. Indaga, também, se devemos preservar a autonomia da arte popular mantendo-a no isolamento do processo de modernização e evitando a sua desculturalização, ou, se devemos integra-la no circuito cultural urbano.

O autor aponta, ainda, a emergência da discussão entre a cultura de elite e a cultura popular no Brasil durante os anos 60, mostrando o interesse das elites em aproximar-se da cultura popular através de duas estratégias: a primeira seria a *redescoberta* do popular, a busca das raízes brasileiras através da valorização dos artistas populares e de sua inserção no circuito comercial; e a segunda seria a *refazenda*, termo usado por Gilberto Gil, que se refere a apropriação da cultura popular pela cultura erudita. Nessa segunda vertente o autor cita o exemplo dos

² NEMER, José Alberto. *Les Arts Plastiques dans Minas Gerais (Brasil): Six artistes et leurs frontières esthétiques*. Doctorat de 3ème cycle/Arts Plastiques. Université de Paris VIII, 1979. Directeur de recherches: Mr. Frank Popper.

trabalhos dos músicos Milton Nascimento e Tavinho Moura, resgatando as canções populares, e, ainda, a intervenção de Lotus Lobo, apropriando marcas litográficas das antigas indústrias mineiras nas suas litografias. Os outros artistas de vanguarda estudados por Nemer não se enquadram na discussão entre o erudito e o popular, embora tratem da questão da mineiridade, seja através da contestação do comportamento tradicional mineiro, como é o caso de Teresinha Soares, ou da apropriação ecológica das montanhas, como ocorreu com Manfredo Souzanetto.

A tese de Nemer, embora perpassasse a discussão entre a arte erudita e a popular, tem como eixo a mineiridade artística e trata do popular e do erudito apenas enquanto níveis de aproximações possíveis das raízes culturais mineiras. No entanto, as noções de *redescoberta* e *refazenda* usadas pelo autor nos esclarece duas maneiras de aproximação entre a arte erudita e a popular no nosso século.

Minha proposta visa a discussão da cultura erudita pós-moderna e sua possível aproximação com a cultura de massa e a cultura popular e se insere no texto que estou escrevendo sobre a *Formação da Contemporaneidade Artística em Belo Horizonte nos anos 60 e 70*, para integrar o livro *Um Século de História das Artes Plásticas em Belo Horizonte*, que está sendo realizado pela Editora C/ARTE em co-edição com a Coleção Centenário da Fundação João Pinheiro.

Apresento a teoria de Andreas Huyssen, pautada pelo exame da relação entre a vanguarda, o modernismo e o pós-modernismo, tomando como eixo a cultura de massa, e faço uma releitura da teoria de Alfredo Bosi sobre as relações interculturais no Brasil. Finalmente, focalizo as apropriações da cultura de massa e da cultura popular pela cultura erudita, estudando o caso das artes plásticas em Belo Horizonte a partir da década de 60 quando se concretizou essa aproximação.

A teoria de Huyssen, publicada no livro *Depois da Grande Divisão: Modernismo, Cultura de Massa e Pós-modernismo*³, discute a relação entre a cultura erudita e a cultura de massa desde o esteticismo, presente no início do modernismo virada do século XIX, passando pelas vanguardas revolucionárias do século XX, até o pós-modernismo de nossos dias.

Huyssen identifica os pressupostos do modernismo com a grande divisão entre a cultura de elite e a cultura de massa, na medida que insistem na autonomia da obra de arte, no medo de contaminação com a cultura de massa e na separação entre a arte, a vida cotidiana e os objetivos sociais e políticos, tal como foi defendido pelo pensamento formalista de Adorno e Greenberg. O autor defende o

³ HUYSSSEN, Andreas. *After the Great Divide: Modernism, Mass Culture, Postmodernism. Theories of Representation and Difference*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1986.

argumento que o projeto modernista foi substituído pelo paradigma pós-modernista visando a incorporação da diversidade, do fragmentário, do eclético, do popular urbano, do *kitch* e da cultura de massa. Pontua o limite entre o alto modernismo e o pós-modernismo com o advento da *Pop Art*, movimento cultural que se integrou com a cultura de massa e as manifestações de cultura popular urbana, ampliando o público consumidor e o mercado de arte. Ao mesmo tempo a *Pop Art* formalizou uma nova estética voltada para a nova figuração e para a apropriação iconográfica dos objetos de consumo, das estórias em quadrinhos e dos signos de cultura de massa. A *Pop Art* inaugurou, ainda, novas técnicas de reprodução e de produção artísticas como as serigrafias, as *assemblages*, os objetos e os *happenings*, buscando romper os limites entre a arte e a vida cotidiana. A teoria de Huyssen nos permite situar nos anos 60, com o advento da *Pop Art* na Europa e na América, o momento de aproximação da cultura erudita com a cultura de massa, sinalizando o advento do pós-modernismo.

Já Alfredo Bosi, no seu estudo sobre a *Cultura brasileira e as Culturas Brasileiras*⁴, distingue várias vertentes na cultura brasileira: a cultura universitária, a popular, a cultura de massa e a cultura criadora que se processa fora das universidades pelos escritores, artistas plásticos, compositores e intelectuais. Bosi enfatiza as relações entre as diversas manifestações de cultura brasileira, mostrando as interferências da cultura de massa no meio universitário e também no imaginário popular. Aponta a origem do fascínio da cultura erudita pela popular, a partir dos trabalhos dos escritores no final do século XIX, e discute o tema do cruzamento intercultural proposto pelos modernistas, através do nacionalismo estético de Mário de Andrade e da antropofagia de Oswald de Andrade, que buscavam uma aproximação entre o moderno e o popular. Situa, ainda, o Tropicalismo, nos anos 60, como uma retomada do pensamento estético antropofágico dos modernistas. O autor discute, ainda, a dialética que se estabelece entre a cultura dos colonizadores e colonizados, entre a cultura erudita e a popular, descartando qualquer intenção populista na relação entre o erudito e o popular e considerando apenas a relação criadora entre as culturas, inserida dentro de um projeto democrático-socializante. Bosi cita como exemplo das produções artísticas

⁴ BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira e Culturas Brasileiras. Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 308-345.

interculturais as obras primas dos escritores Mário de Andrade, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa e João Cabral de Melo Neto; dos músicos Chico Buarque de Holanda, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Milton Nascimento, Geraldo Vandré e Edu Lobo; e dos teatrólogos Guarnieri, Oduvaldo Viana Filho, Ariano Suassuna e Plínio Marcos. A tese de Bosi enfatiza, portanto, o cruzamento entre as diversas culturas brasileiras.

Penso que o tropicalismo brasileiro dos anos 60 significou para a arte erudita no Brasil o momento de aproximação com a cultura popular e a cultura de massa, representada exemplarmente nos trabalhos dos artistas plásticos Hélio Oiticica, Rubens Gerchman, Cláudio Tozzi, Wesley Duke Lee e outros, artistas que assumiram o questionamento do projeto construtivo brasileiro, inserido no contexto formalista do alto modernismo. Esses artistas assimilaram o repertório *pop* centrado na aproximação entre a cultura erudita e a cultura de massa, integrando-o com a retomada antropofágica da cultura popular brasileira.

Examinando algumas vertentes dessa aproximação na arte mineira: a recriação dos emblemas das culturas africanas e indígenas que aparece nos trabalhos de José Narciso Soares, Jorge Luiz dos Anjos e Celso Renato de Lima; a apropriação dos objetos *kitch* de devoção popular representada nas caixas de Farnese Andrade e nas pinturas-objetos de Fernando Velloso e Marcos Venuto; a pesquisa intertextual das marcas de propaganda das antigas indústrias de laticínios de Mianas revelada nas litografias de Lotus Lobo; e a releitura das histórias em quadrinhos presente nos desenhos de Manoel Augusto Serpa e José Ronaldo Lima. Comento, através de uma sequência de imagens de obras desses artistas, as diferentes aproximações entre o erudito, o popular e a indústria cultural, iniciando o meu comentário com uma homenagem a José Narciso Soares.

No evento Homenagem a José Narciso, que ocorreu na exposição *Objeto e Participação* durante a Semana de Vanguarda, realizada em abril de 1970 no Palácio das Artes, José Ronaldo Lima e Décio Noviello e os artistas da neovanguarda belo-horizontina organizaram um caminho de velas da casa de Narciso até chegar no altar colocado no centro da Grande Galeria. Ali prestaram homenagem ao jovem Narciso, que tinha falecido recentemente e que trabalhava no limite entre o erudito e o popular, criando pinturas muito coloridas com referências aos totens afro-brasileiros.

As interferências de Narciso se aproximam das de Jorge dos Anjos, jovem artista ouropretano que trabalha a partir dos emblemas da cultura afro-brasileira. Jorge utiliza referências sígnicas do candomblé para recriar esculturas monumentais, em madeira ou aço pintados, denominadas Totens, construídas para ocupar os espaços públicos.

Já Celso Renato Lima recria a matéria bruta com pequenas intervenções que retomam o geometrismo das ornamentações indígenas. Aproveita as próprias configurações dos tapumes e dos fragmentos de madeira revelando a beleza e transformando-os em objetos de arte. Esses objetos situam-se no limite entre a pintura e a escultura, aludindo à recriação mítica dos objetos usados pelos índios brasileiros.

As obras de Farnese Andrade se situam em outra vertente dessa aproximação. Este excelente artista foi um dos pioneiros das *assemblages* na arte brasileira, criando novas configurações com os objetos que encontrava no cotidiano: caixas, vidros, fotografias, fragmentos de objetos industriais ou de devoção popular, que se integram ao gosto *kitsch*. Farnese faz uma releitura singular, bem a moda brasileira, do repertório *pop*. A iniciativa de Farnese é desdobrada nos trabalhos dos jovens artistas Fernando Velloso e Marcos Venuto, que recriam, cada um a sua maneira, os ícones da tradição popular católica. Ambos trabalham com pinturas-objeto, aproximando-se a estética *pop* da vertente neobarroca, esta última tão presente nas recentes manifestações artísticas de Minas.

Lotus Lobo também dialoga com o repertório *pop*, apropriando fragmentos das marcas de laticínios das antigas indústrias de Juiz de Fora usadas como matriz de propaganda destes produtos. Lotus descontextualiza-os e transforma-os em litografias artísticas, através do gesto criador direcionado pela pesquisa intertextual.

Manoel Serpa inaugura a aproximação com as estórias em quadrinhos, integrando-se também ao universo *pop*. Cria personagens virtuais que convivem com máquinas dentro de um ambiente futurista. Usa colagem de papel e um desenho virtuoso, próximo à precisão do desenho clássico, marcando-o pela intersecção de espaços em perspectivas multidirecionais.

José Ronaldo Lima também trabalha com o desenho virtuoso, visando elaborar uma releitura das estórias em quadrinhos. Utiliza o desenho como metalinguagem, ou seja, transforma-o em reflexão sobre o próprio processo de desenhar, onde a mão do artista, a pena, a tinta, os personagens e as máquinas são representados organicamente a partir de um fio condutor auto-reflexivo.

Procurei evidenciar, através do comentário dessas imagens, o diálogo entre a cultura erudita e a popular, bem como sua aproximação com a cultura de massa,

assinalando uma nova etapa pós-moderna na arte contemporânea mineira pautada pela leitura intertextual e pelos intercâmbios culturais.

MESA REDONDA

A produção do campo simbólico: O fazer artístico da Mata Mineira •

Maraliz de Castro Vieira Christo
UFJF

Em 1992, o Palácio das Artes, em Belo Horizonte, apresentou as exposições: “Ícones da Utopia” e “Utopias Contemporâneas”. Em “Ícones da Utopia”, ambicionava-se mostrar, segundo Olívio Tavares de Araújo, um repertório organizado da mineiridade nas artes visuais. Propunha-se o seguinte roteiro para uma leitura poética da arte mineira: “Ícones do signo”, “Ícones do ouro”, “Ícones da alma”, “Ícones da matéria”, “Ícones da mão”, “Ícones da fábrica” e, finalmente, “Ícones da palavra”. Interessante observar qual o lugar proposto para os artistas ligados à Juiz de Fora. Do roteiro sugerido, Ícones do ouro, da alma e da mão não englobavam artistas relacionados à referida cidade. O trabalho de Leonino Leão foi vinculado ao Ícone do signo, de Roberto Vieira à matéria, de Lotos Lobo à fábrica, de Arlindo Daibert à palavra, e de Ricardo Cristóforo e César Brandão às Utopias Contemporâneas¹.

Não pretendemos aqui entrar no debate sobre a existência de um fazer artístico mineiro com características específicas, mas lembrar, mais uma vez, que Minas são muitas. O fato de, em “Ícones da utopia”, os artistas de Juiz de Fora não serem vistos como ligados aos ícones do ouro e da alma é, por si, revelador.

Como a temática proposta para o X Encontro Regional de História enfatiza o balanço historiográfico sobre Minas Gerais, gostaríamos inicialmente de apresentar alguns pontos de reflexão sobre a História da Arte Mineira e a inserção da Zona da Mata, particularmente de Juiz de Fora. Infelizmente, ainda não se realizou uma reflexão sistematizada sobre a História da Arte Mineira, principalmente no que diz respeito aos séculos XIX e XX, quando Minas se transforma em gerais. Como nos adiantou Ivone Vieira, a historiografia mineira

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “Manifestações Eruditas e Populares na Cultura Artística de Minas no Século XX: Um Balanço”, apresentada no dia 25 de julho de 1996.

¹ ARAÚJO, Olívio Tavares de. Ver/Ler Minas: um roteiro. In: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. *Ícones da utopia*. Belo Horizonte: 1992. p.6 a 11.

não permite perceber a História das artes visuais em Minas, como um “todo articulado”². Privilegiou-se, até o momento, como lugar: Ouro Preto e Belo Horizonte, e como tema: o Barroco e o Modernismo. Fato compreensível se lembrarmos que, até pouco tempo, a historiografia da arte brasileira propunha como temas chaves, para a constituição de uma identidade brasileira, exatamente o Barroco e o Modernismo.

Há dezesseis anos atrás, em 1980, Myriam Ribeiro de Oliveira participou de uma mesa-redonda sobre “A situação das artes plásticas em Minas no século XIX”³, onde afirmava ser a bibliografia sobre o tema praticamente inexistente, excetuando-se o trabalho pioneiro de Eduardo Frieiro, datado de 1925, e de Márcio Sampaio sobre a *Paisagem mineira*, de 1977. A professora propôs uma cronologia para a produção artística do século XIX mineiro: De 1800 a 1830, a conclusão do ciclo Rococó, marcado ainda pela presença de Aleijadinho e Mestre Ataíde; de 1839 a 1880, um interregno, momento de declínio da arte religiosa, quando a produção artística em Minas se limitou aos desenhos e gravuras dos pintores viajantes; de 1880 a 1930, novos rumos, proporcionados por uma nova dinâmica da economia mineira, ligada ao café, à indústria e à imigração. Este momento marcaria a entrada do Neoclassicismo acadêmico, em Minas. Baseando-se principalmente na relação apresentada por Eduardo Frieiro, destacou a produção da região central do Estado (Ouro Preto e Belo Horizonte). Em nota, Myriam justificou a exclusão da Mata Mineira pela falta de tempo em obter dados sobre a pintura em Juiz de Fora.

O trabalho de Eduardo Frieiro, *As artes em Minas*⁴, representa um significativo esforço de levantamento de dados, preocupando-se em abarcar o maior número possível de informações. Frieiro percebe a importância da imigração, principalmente italiana, para Juiz de Fora, onde, no seu entender: “(...) a ‘platibanda’ italiana vence o ‘beiral’ português”. Descreve o rico acervo do Museu Mariano Procópio, particularmente a sua pinacoteca. Chama a atenção para jovens de talento como Delpino Junior e Pedro Nava.

Como Myriam Ribeiro de Oliveira, Márcio Sampaio percorreu o mesmo caminho. Em importante texto para o catálogo da exposição “A paisagem

² VIEIRA, Ivone Luzia. *O modernismo em Minas; o Salão de 1936*. Belo Horizonte: Museu de Arte de Belo Horizonte, 1986.

³ OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. Situação das artes plásticas em Minas no século XIX, escultura e pintura. In: CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *III Seminário sobre a cultura mineira, século XIX*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. p. 147-160.

⁴ FRIEIRO, Eduardo. *As Artes em Minas*. In: SILVEIRA, Victor (org. e edit.). *Minas Geraes em 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

mineira”⁵, utiliza-se das informações de Eduardo Frieiro e Ivo Porto de Menezes para se referir ao século XIX. Ao contrário de Frieiro, o que impressionou Márcio, na pinacoteca do Museu Mariano Procópio, foram as obras de artistas locais que, segundo o crítico de arte:

“(...) absorveram as lições da próxima Academia Imperial de Belas Artes. E é aí que a arte mineira começa a produzir as primeiras pinturas de paisagem tratadas independentemente, refletindo o gosto característico de uma sociedade em franca ascensão (...)”

A presença dos imigrantes também é detectada por Márcio não só nas construtoras mas igualmente nas tipografias. A obra artística desenvolvida por Lotos Lobo, com as antigas pedras litográficas, chamou a atenção para o trabalho, muitas vezes anônimo, de litógrafos, transplantadores e impressores em Juiz de Fora, São João del-Rei e Belo Horizonte. Márcio Sampaio, em catálogo para a exposição *25 anos de litografia de Arte em Minas Gerais*, traça um quadro da litografia no Estado, destacando a importância artística do trabalho desenvolvido nas antigas tipografias comerciais, principalmente em Juiz de Fora.

Aos trabalhos de Eduardo Frieiro e Márcio Sampaio restringem-se, até o presente momento, as contribuições para um esforço de síntese sobre a arte mineira do século XIX e início do XX, que englobe a produção artística de Juiz de Fora.

Gostaríamos, nesse momento, de apresentar nosso trabalho sobre História das artes plásticas na cidade de Juiz de Fora⁶.

Para a estruturação da presente pesquisa optamos por uma perspectiva sociológica, levantando questões como: a origem social dos artistas, o aprendizado artístico e o mercado de trabalho. Partimos das noções de “sistema das artes” e de

⁵ SAMPAIO, Márcio. *A paisagem mineira*. Belo Horizonte: Fundação Palácio das Artes, 1977.

⁶ Subdividimos o projeto em três subprojetos: A pintura em áreas cafeeiras, Juiz de Fora, 1850-1930. O modernismo em Juiz de Fora, 1930 a 1970, documentação oral. O papel da Universidade Federal na produção artística em Juiz de Fora, de 1960 a 1990.

“campo artístico”, dialogando com os trabalhos de Maria Amélia Bulhões Garcia⁷ e José Carlos Durand⁸.

Além das questões acima enunciadas, nos chama a atenção a forma como os artistas contribuem para a constituição de uma determinada visão sobre a cidade, dependendo do momento histórico vivenciado. Um problema metodológico que se coloca, para aqueles que se debruçam sobre esse tipo de abordagem, relaciona-se com os limites de uma análise sociológica em “dar conta dos processos responsáveis pela formação de novos padrões de visualidade”⁹.

Percebemos que em Juiz de Fora os artistas oscilam entre dois tipos de imagens: uma industrial e moderna do início do século, e outra bucólica, onde a periferia urbana é privilegiada.

Por ser Juiz de Fora uma cidade do século XIX, cuja economia agroexportadora e industrial possibilitava uma dinâmica vida cultural próxima ao cosmopolitismo do Rio de Janeiro, a arte, ali desenvolvida, não estabeleceu um diálogo, e mesmo não se fez em oposição à cultura colonial mineira. Esta arte também não conheceu uma rica expressão popular como em outras regiões do Estado. A adoção de um modo de viver sofisticado, próprio das áreas de concentração de renda cafeeira, trouxe à cidade pintores, em sua maioria estrangeiros, dedicados ao retrato e à decoração¹⁰. Embora os viajantes reproduzam em sua maioria paisagens europeias nas paredes mineiras, a cidade começa a surgir no fundo dos retratos como parte da narrativa das obras de seus beneméritos.

A incorporação de padrões estéticos neoclássicos exigiu dos artistas locais a busca de um aprendizado muito distante do artesanal. A maior parte desses artistas constituía-se de filhos de imigrantes e tinha como maior ambição o estudo

⁷ O sistema das artes plásticas no Brasil dos anos 60/70, *Cadernos da ANPAP*, São Paulo, CNPq, ano 1, nº 1, jan. 1991, p. 59-61; Artes plásticas: participação e distinção, Brasil anos 60/70, *Porto Arte*, Porto Alegre, v.3, nº 6, dez. 1992, p. 34-41; O modernismo e as transformações no sistema de artes plásticas, *Modernidade: Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Arte*. Porto Alegre, Instituto de Artes/UFRGS, FAPERGS;CNPq, 1991, p.150-154.

⁸ DURAND, José Carlos. *Arte, privilégio e distinção*; artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855/1985. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1989.

⁹ CARVALHO, Vânia Carneiro de. A representação da natureza na pintura e na fotografia brasileira do século XIX. In: FABRIS, Annateresa (org.) *Fotografia, usos e funções no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1991. p.201.

¹⁰ Entre outros, identificamos a presença dos espanhóis José Maria Villaronga e Miguel Navarro y Cañizares (?-1913), do francês Claude Josef Barandier (?-1867) e do belga Henri Langerock (?-1889).

na Academia Imperial de Belas Artes – com a República, Escola Nacional de Belas Artes.

O mercado, para os pintores, já não se restringia às encomendas de retratos e decorações por parte dos cafeicultores; a própria indústria empregava parcela desta mão-de-obra. As indústrias alimentícias da região demandavam a produção de rótulos para manteigas, queijos e bebidas,¹¹ atraindo litógrafos imigrantes, a exemplo do trabalho de Pietro Angelo Biancovilli. A litografia a vapor de Biancovilli, fundada em 1888, foi a primeira da província de Minas Gerais ¹².

Como já havia observado Márcio Sampaio, o trabalho litográfico permitira a “articulação de diversos estilos trazidos pelos designers procedentes da Europa (...) num ecletismo que transgredia os rigores acadêmicos”¹³. Os modelos das escolas bávaras e italianas, embora utilizados, eram subvertidos, inaugurando-se um estilo gráfico tipicamente local. Se por um lado “podemos ver uma paisagem rural mineira com as vaquinhas e coqueiros, dentro de uma cartela rococó e paisagens alpinas informando produtos tipicamente mineiros (...)”¹⁴; por outro, são significativas as representações da vida urbana, onde os códigos de modernidade estão presentes: a locomotiva, a chaminé, as torres de eletricidade. A imagem que se constrói é a da Manchester Mineira. No dizer do poeta Ascânio Lopes, em 1927:

“...Juiz de Fora: ruído. Rumor
Apitos. Klaxons
Cidade inglesa de céu enfumaçado, cheio de chaminés negras”

Um ano antes, Austen Amaro publicava um livro intitulado: *Juiz de Fora, poema lírico*. Sobre ele escreveu Pedro Nava, em *Beira-mar*:

“Os acasos da vida levaram aquele poeta a Juiz de Fora no ano de 1925 e ele foi literalmente tomado pela vida industrializada e cheia de força do meu município, da minha cidade e escreveu sobre esta um poema que teria o fado de ser o primeiro livro modernista publicado em Minas Gerais (...)”¹⁵

¹¹ SAMPAIO, Márcio. *A paisagem mineira*. Belo Horizonte: Palácio das Artes. 1977. p. 16.

¹² OLIVEIRA, Paulino. *Efemérides Juizforanas; 1695-1965*. Juiz de Fora: UFJF, 1975.

¹³ SAMPAIO, op. cit.

¹⁴ SAMPAIO, op. cit.

¹⁵ NAVA, Pedro. *Beira-Mar*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979, p.221

Assim, Austen Amaro apresenta Juiz de Fora entre o “sossego de grilo dos bairros além” e “o cremalhar dactylographico das machinas”, o “estalar estafante das polias”. Para o livro de Austen, Pedro Nava realizou três desenhos. Ele mesmo os descreve em *Beira-mar*:

“O da capa mostra uma perspectiva urbana cheia das chaminés de fábricas e vê-se o Morro do Imperador olhando da estação da Central. O segundo representa o ‘longe Mariano Procópio das paralelas’. O terceiro tenta dar uma idéia dos fundos da Fazenda Velha do Tenente Antônio Dias Tostes”¹⁶

Seus desenhos se aproximam muito das visões urbanas construídas por Fernand Léger e Tarcila do Amaral. Pedro Nava trabalha com os mesmos códigos estampados nas litografias, reforçando a imagem da Manchester Mineira. No desenho da capa ainda percebemos um certo bucolismo no contraste entre locomotiva, torres, chaminés e palmeira, nuvem e montanha. O desenho do “Mariano Procópio” é mais radical na valorização dos elementos puramente estruturais e no contraste duro entre os planos chapados pretos e brancos, impondo um maior dinamismo à imagem criada para a cidade.

Esse dinamismo vai estar muito presente nas fotografias, nas litografias e nos desenhos do período. A proximidade dessas linguagens com o fazer industrial, de certa forma o estimula.

Paralela à construção dessa visualidade dinâmica, vemos a criação de uma outra, presa ao bucolismo, alheia ao movimento das fábricas, preferindo o rio e a montanha às torres e chaminés.

Ainda no século XIX, a partir de Hipólito Caron, pertencente ao Grupo Grimm, inaugurou-se em Juiz de Fora uma forte tradição ligada ao paisagismo, inicialmente desenvolvida como temática periférica ao retrato e à decoração, mas que, com a queda econômica da região, nos anos 30 do séc.XX, será retomada, como objeto principal do trabalho artístico.

Com a formação do Núcleo de Belas Artes Antônio Parreiras (1931), posteriormente Sociedade de Belas Artes Antônio Parreiras (1942), se dá a entrada do Modernismo em Juiz de Fora. Na Europa, as vanguardas históricas já haviam perdido seu poder contestatório e a produção artística do período será marcada pelo movimento de “volta à ordem”, que no Brasil é evidenciado pela segunda geração modernista. Esta geração será responsável pela difusão do modernismo, principalmente através da criação de núcleos de artistas pelo país. Entendemos a Sociedade de Belas Artes Antônio Parreiras, em Juiz de Fora, como uma espécie

¹⁶ Idem.

de desdobramento do Núcleo Bernardelli, do Rio de Janeiro. A humilde posição social de seus integrantes, a preocupação com a formação e atuação profissional e a temática presa ao cotidiano, valorizando a periferia urbana, se fez presente, também, na Sociedade Antônio Parreiras.¹⁷ A cidade que nasce dessas paisagens desconfia do futuro, evita o “estalar estafante das polias” e se refugia “no socego de grilo dos bairros além”, como no poema de Austen Amaro.

Os anos 50 abalam o refúgio calmo dessas paisagens. Jovens artistas seduzidos, pelo fazer pictórico, esquecem o sereno reflexo do rio Paraíba e o monocromatismo. Os velhos símbolos de progresso retornam. O caminhão e a locomotiva de Carlos Bracher se debatem entre a fumaça do passado, enquanto Juiz de Fora comemora seu centenário, erguendo seu primeiro monumento abstrato, decorado com painel de Di Cavalcante. Mas, apesar da agitação do comércio, da vida universitária dos anos 60 e 70, a velha fábrica figura, agora, longe do dinamismo de Nava, próxima aos “lugares morrentes” de Fani Bracher¹⁸. É pura nostalgia.

Hoje, para os artistas Ricardo Cristóforo e César Brandão, a cidade é memória. As colagens de Ricardo Cristóforo retratam partes de muros, não os muros de Murilo Mendes, pois, para o poeta:

“O muro é um album em pé
Política, espaço, poesia
Desordem, sonhos, projetos,
Anseios e desabafos”¹⁹

Mas muros silenciosos. Como os objetos de memória de César Brandão, que nos lembram o trabalho artesanal do passado. Utopias contemporâneas.

¹⁷ Sobre a Sociedade de Belas Artes Antônio Parreiras ver: CHRISTO, Maraliz de C. V. História da pintura em Juiz de Fora – século XX. *Anais do IX Encontro Regional da Associação Nacional de História – Minas Gerais*. UFJF, de 22 a 26 de agosto de 1994. Juiz de Fora: ANPUH-MG/FAPEMIG/CNPq, 1995. p.377-383.

¹⁸ POLITO, Ronald. Alegoria da natureza & natureza da alegoria; a pintura de Fani Bracher. In: D’Olivier, Daniel Gomes. *Fani Bracher*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1994. p. 128.

¹⁹ MENDES, Murilo. Muros – os quatro elementos. In: _____. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p.279.

MESA REDONDA

Historiografia das revoltas setecentistas mineiras – o caso da “Inconfidência Mineira” •

João Pinto Furtado
UFOP

Benedetto Croce, abrindo suas reflexões sobre a História da Historiografia em 1912-13, escrevia que “*a verdadeira História é sempre contemporânea*” porque suas indagações sempre partem das práticas contemporâneas à leitura e/ou elaboração do próprio conhecimento Histórico¹. As indagações das quais parte o historiador são, via-de-regra, expressão intelectual de práticas e representações construídas a partir de demandas políticas mais imediatas, guardando, por isso, significado especial. Explícita é, portanto, a proposta teórica de que a própria Historiografia, em seu processo de constituição, pode se constituir em um *problema*, cuja análise pode ser interessante para o entendimento de nossa própria agenda política, bem como da atinente àqueles que nos precederam. Pelo estilo de argumentação aqui adotado pretendo partir de duas obras “ditas” fundadoras do evento que se erigiu em “emblema” do pensamento sedicioso do XVIII mineiro, a Inconfidência Mineira. Partimos, portanto, do exame das obras de Joaquim Norberto e Souza Silva (1860/1873) e Lúcio José dos Santos (1922/1927)² e, após exame comparativo de alguns tópicos em que se colocam reflexões sobre questões de historiografia e método, tentamos chegar até o cotejamento destas com minhas próprias hipóteses de trabalho. Estas dizem respeito, fundamentalmente, ao *tema da relação passado/presente na constituição dos discursos historiográficos sobre as revoltas setecentistas mineiras, em especial a Inconfidência Mineira, e seus usos e desdobramentos*. Dessa orientação geral deriva a questão subjacente sobre

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “Revoltas em Minas no Século XVIII: Considerações sobre a Tipologia dos Movimentos e sua Historiografia”, apresentada no dia 25 de julho de 1996.

¹Cf. CROCE, Benedetto. *Teoria e Historia de la Historiografia*. Buenos Aires: Editorial Escuela, 1955. p.12.

²SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Historia da Conjuração Mineira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. (1ª ed. 1873) e SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira: Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972. (1ª ed. 1927)

quais seriam, afinal, nossa própria motivação contemporânea e os fundamentos práticos de nosso interesse no estudo dos processos sediciosos do século XVIII mineiro. Nesse sentido é preciso destacar inicialmente o fato de que tanto as “motivações” dos agentes como o próprio enunciar dos termos “revolução”, “motim” ou “sedição” pode ter significados plurívocos que só são efetivamente compreensíveis se examinados *também* no contexto de sua recepção. Assim, tomamos ainda como objeto de reflexão a trajetória de um personagem relativamente menor no processo aludido e procuramos apontar o que ele poderia dizer “de novo” em relação ao fato historiográfico.

Analisar obras produzidas no século XIX ou nos primeiros anos do XX pressupõe alguma reflexão, ainda que “*en passant*”, sobre o problema do estilo. Sendo, ainda hoje e mais ainda à época, a maior parte dos discursos historiográficos dirigidos às camadas letradas e mais eruditas, uma série de elementos de sua morfologia vão espelhar o perfil do destinatário. Além do mais trata-se de uma historiografia sempre moralmente propositada, diferenciando-se, em alguns casos – o que nos remete de novo ao destinatário – apenas quanto à natureza do propósito. A questão que se coloca poderia ser traduzida a partir da seguinte fórmula, a ser decomposta e examinada em cada um de seus termos: *ao analisar o discurso historiográfico é preciso considerar que este está sempre condenado a se construir no difícil, tenso e contraditório equilíbrio entre objetividade e subjetividade, dado empírico e sistema explicativo, por um lado, entre renovação e conservação por outro lado e, ainda, entre símbolo, signo, significante e atribuição de significado por outro*. É desnecessário dizer que tal reflexão extrapola em muito os objetivos desta exposição, mas tomemo-la como norte, ainda que provisoriamente, e vejamos como cruzá-la com os trabalhos e algumas evidências empíricas quanto a nosso objeto específico. Nesse sentido, vejamos alguns elementos que aproximam e diferenciam os autores citados.

Quanto às motivações dos sediciosos, vejamos um primeiro exemplo: Joaquim Norberto de Sousa Silva, na sua “História da Inconfidência Mineira” destaca, em linguagem típica das narrativas do século XIX, a dimensão “monstruosa” do fisco na Minas Coloniais. Após comentar despachos e pareceres oficiais em que se reconhece a justiça de algumas das demandas dos coloniais, sobretudo no que respeita à venalidade dos magistrados e padres, ele descreve o aparato burocrático:

O fisco, com seu aparato de justiça, e sob o nome de real fazenda, era em suas exigências a mais terrível destas harpias esfaimadas. Verdadeiro monstro horaciano, tinha os cem braços de Briareu, que estendia para as terras auríferas para a arrecadação de todos os impostos, pois pagava-se o que entrava e pagava-se o que saía; tinha os cem olhos de Argos que alongava pelas avenidas vigiando o extravio, atormentado pela idéia dos

contrabandos, e pelas denúncias que urdiam a inimizade e a vingança; tinha as garras do dragão das Hespérides com que senhoreava as terras diamantinas; e tinha finalmente o corpo da hidra de Lerna e estendia o seu cordão avaro através das florestas, ao largo dos rios e por cima das serras. A messe era abundante e a colheita despertava cada vez mais a ambição da mãe pátria”³

Em comum às varias citações acima, é curiosa a recorrência das referências míticas⁴ agora associadas aos elementos de riqueza material. Briareu, monstro de cem mãos, aliado de Zeus na luta contra os titãs, converte-se na metáfora dos contratadores reais. Argos, possuidor de muitos olhos, o que possibilitava dormir com alguns enquanto outros ficavam abertos, fora encarregado pela ciumenta Hera de vigiar sua rival Io, tornada vaca por Zeus, seu antigo amante e a ela ofertada. No caso em pauta, sua função é mais fiscal, seus cem (ou quatro) olhos zelavam pelas passagens e caminhos das minas. O dragão do jardim das Hespérides, analogamente, era o guardião das maçãs de ouro, sinal de prosperidade, do jardim daquelas últimas. A hidra de Lerna, finalmente, era a serpente monstruosa morta por Herácles, cujo corpo se estendia por toda a capitania. Embora não se restrinja a este aspecto, o historiador do IHGB aborda com especial carinho as “causas materiais” do levante. O fato de que diversos depoimentos dos autos tocam no argumento fiscal corrobora a análise. Tal é o caso também da discussão em torno da data da suspensão da Derrama, se posterior ou não à descoberta dos planos dos conjurados. Nesse último ponto o que é digno de nota, independente da cronologia, é o fato de que tanto os revoltosos quanto o “aparato burocrático” tinham para si que a derrama implicaria provavelmente em grande convulsão social.

Lúcio José dos Santos, por outro lado, também faz largo uso da mitologia, porém agora numa outra trama narrativa que centraliza as atenções sobre os elementos “ideais e simbólicos” do processo. Um dos mais festejados historiadores da Inconfidência Mineira, supostamente o mais rigoroso, e principal divulgador incontestado, durante décadas, da visão republicana conservadora e católica do movimento, este autor abre sua obra máxima com uma referência às “Vestais”, virgens sacerdotisas que eram encarregadas de manter acesa a chama que simbolizava a “bem-aventurança” do Estado e dos cidadãos de Roma,

³SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Historia da Conjuração Mineira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. (1ª ed. 1873). p.61.

⁴Quanto à descrição dos monstros mitológicos veja-se: GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. (1ª ed. 1951)

compatibilizando, simbolicamente, o público e o privado⁵. Na citação, temos uma emocionada e reveladora homenagem aos inconfidentes:

“Generosos paladinos! Em vão vos condenaram os Juizes da Alçada. A justiça não é esta Eumênide infernal, a serviço do despotismo. Ela é uma vestal, traja-se de branco, jurou eterna castidade e paira muito acima das contingências materiais de uma época. Pois bem, esta justiça inviolável vos absolveu. Ela não vos absolveu somente, mas vos engrandeceu e glorificou para todo o sempre! Hoje, quando volvemos os olhos ao passado, é a vossa figura que se ergue diante de nós. Ela cresceu tanto que enche todo esse horizonte longínquo e ensangüentado, onde luziram os primeiros albores da aurora da liberdade. E, quando queremos acariciar a doce figura da Pátria, é vosso nome que pronunciamos, a chamar sobre ele todas as bênçãos e todas as glórias.” (Grifos meus)⁶

Além de compatibilizar supostos interesses públicos e ações privadas, o texto nos remete também ao problema da intervenção humana no curso da história. Aqueles que ousaram contra o despotismo e por isso “sucumbiram”, foram, afinal, *absolvidos pela história* e o devir há de glorificar ainda mais estes homens “resolutos” e de grande “espírito público”. É também digna de nota a associação da idéia de “intemporalidade” da concepção de justiça associada, ao mesmo tempo e paradoxalmente, à virtude “reveladora” do tempo, da história como triunfo da “verdade”. Ainda nessa linha, vejamos mais um pequeno trecho:

*“Hoje, mais do que nunca, precisamos ancorar, no mais profundo de nosso ser, essa convicção de quanto valem os sacrifícios em prol de um ideal nobre e alevantado, porque a época é de gozo e materialismo. O gozo é um elemento de dissolução e fraqueza; o sofrimento é uma escola de energia e resistência. A lição histórica da Inconfidência é mais uma prova de que não é o gozo material que faz a felicidade dos povos ou o renome dos indivíduos, mas a dedicação e o sacrifício”*⁷

⁵Um pequeno parêntese: “Vesta” é uma das poucas deusas especificamente romanas. Seu culto era tido como um dos mais remotos do Lácio e fora supostamente introduzido por Rômulo. Era protetora do “fogo do lar doméstico” e também associada à defesa do “fogo do estado”, ambos significando, em planos distintos, unidade e bem-aventurança. “Vesta” era representada, no culto, pelas Vestais, virgens que se encarregavam de manter acesa a pira de seu templo situado no Fórum Romano. Se ela se apagava, era presságio de que uma grande calamidade pública se aproximava. A palavra “lar”, tal como usada atualmente nas línguas latinas, diga-se de passagem, tem suas origens neste significado remoto. A propósito e à guisa de sugestão, também é comum encontrar em censos e documentos oficiais brasileiros dos séculos XVIII e XIX o termo “Fogos”, sempre se referindo à unidades domésticas. Sobre Vesta e as Vestais ver: SPEAKE, Graham (ED.) *Dictionary of Ancient History*. London: Penguin, 1995.

⁶SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira: Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972. p. 15.

⁷SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira: Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972. p. 21.

Lançados sumariamente alguns elementos sobre as tramas narrativas de um e outro, podemos inferir como assertiva provisória que se o primeiro prioriza elementos materiais como condicionantes da sedição, o segundo se volta prioritariamente aos elementos ideais. Além disso, ao cabo do exame das obras percebe-se que, se o primeiro se utiliza da mitologia enquanto recurso narrativo, o segundo se utiliza dela enquanto recurso interpretativo. Restaria ver alguns dos reflexos de uma e outra visão no que respeita ao trabalho com o *corpus documental* que é fundamentalmente, para os dois, o mesmo: os Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. Vejamos, à guisa de exemplo, se uma das evidências documentais daquele *corpus* consegue “iluminar” estas duas análises assim como lançar elementos para uma análise contemporânea para a qual, diga-se de passagem, os últimos trabalhos de Laura de Melo e Souza parecem estar apontando. Vejamos o caso do naturalista de Coimbra Dr. José de Sá Bittencourt, acusado de ser o suposto inconfidente citado em vários depoimentos como o “*bacharel pequeno (baixinho) da comarca do Sabará*”.

Uma pequena nota preliminar explicativa sobre os indiciamentos: O Tiradentes parecia ter especial habilidade em criar personagens fictícios ou elencar aliados conhecidos a partir dos quais procurava convencer seus interlocutores e engrossar o movimento. Tal é, seguramente, o caso do “bacharel pequeno do Sabará”, dos “aliados” no Rio de Janeiro e outros que menciona na quinta inquirição⁸. Além deste exemplo, há um outro tipo de indiciados que nos fala muito sobre a justiça da época. Dentre os condenados pela alçada existem dois indivíduos que, embora não tendo a menor informação sobre a sublevação, apressaram-se, ao saber da instalação da Devassa, em oferecer denúncia contra um desafeto. Não tendo conseguido provar o envolvimento deste último, foram eles mesmos condenados⁹. A prática da delação à época, como é de amplo conhecimento, era não só tolerada como estimulada.

Voltemos à epopéia do nosso naturalista. Tendo voltado de Coimbra onde tinha se formado, o pequeno bacharel após estar algum tempo com seus pais na Bahia, foi morar com uma tia, com quem tinha estreitos laços afetivos desde a infância, na Vila de Caeté. Tendo, numa oportunidade, resolvido voltar à Bahia novamente, tomou o caminho do Serro Frio, usual para os que faziam aquela jornada, até que foi informado por um viajante de que soldados procedentes de

⁸ Ver: *AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira*. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados / Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1978. V. 5. Pp. 43-46.

⁹ Cf. SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira: Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972. (Primeira parte).

Vila Rica estavam na estrada à procura de “*um homem que se ausentara de Minas*”¹⁰. O “baixinho”, temeroso de que aqueles “*lhe praticassem alguma violência*”¹¹ embrenhou-se na mata e seguiu seu curso até ter com os pais na Bahia. Tão logo as autoridades das Minas entraram em contato com as da Bahia, o engenho de seus pais foi cercado por mais de 300 homens e o bacharel foi preso. Chegando ao Rio de Janeiro foi metido em um dos segredos da cadeia da relação até que, após interrogado durante apenas 3 dias consecutivos (há casos de meses entre um interrogatório e outro) foi libertado sem formalização de culpa.

Um último detalhe: entre a prisão e o interrogatório ocorreu o milagre de Bonsucesso. Sua tia, após tomar conhecimento de sua prisão, se esvaiu em lágrimas até desfalecer. Num delírio, apareceu-lhe a imagem da Virgem de Bonsucesso postada sobre uma de suas lavras. A pobre senhora cavou, no lugar apontado, durante quinze dias com suas próprias mãos até conseguir alguns quilos de ouro, os quais certamente teriam contribuído para o bom andamento e agilidade dos tramites judiciais.

O que esta pequena história poderia nos revelar? Para Lúcio dos Santos não revelou nada, uma vez que ele sequer cita o Dr. Bittencourt em seu texto. Talvez, conforme sugerido na citação anterior, o fato de não ter sofrido o suficiente não o tenha erigido à estatura moral dos demais. Para Joaquim Norberto de Souza e Silva, a epopéia nos fala sobretudo a respeito da venalidade dos portugueses e serve de pretexto a uma narrativa irônica e agradável. Para nós, a leitura do caso pode revelar, além destes, novos dados.

Sem me estender demais, mencionaria pelo menos dois elementos: em primeiro, aquilo que denominei enigma Kafkiano “*avant-la-lettre*” e, em segundo, o problema do aparato repressivo. O primeiro diz respeito à estrutura do interrogatório: à exemplo dos processos inquisitoriais, em nenhum momento se diz ao preso de que ele está sendo acusado. A primeira bateria de perguntas inicia-se pela argüição sobre por quais motivos ele julga estar preso ou sendo interrogado. A partir daí, vemos uma sucessão de atos arbitrários e perguntas capciosas. O segundo diz respeito ao problema do “*embrenhar-se na mata*”. O que faz com que um bacharel de Coimbra, aparentemente inocente, pela simples proximidade dos soldados, prefira a companhia do gentio e das feras? Culpa, curiosidade científica

¹⁰ A narrativa da epopéia é tomada de empréstimo a Souza Silva. O “*homem que se ausentara de Minas*” seria provavelmente o Padre Rolim. Ver: SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Historia da Conjuração Mineira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. (1ª ed. 1873). P.89-92. e 167-168.

¹¹ Ver: *AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira*. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados / Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1978. V. 5. Pp. 555-573.

ou medo? Que práticas aqueles soldados disseminavam pelas minas? Como lidavam com os “colonos”? São perguntas que persistem a partir do caso exposto.

É lugar-comum a afirmação de que, praticamente, a única fonte disponível ao estudo da “Inconfidência” são os “Autos de Devassa da Inconfidência Mineira”¹². Fico me perguntando se, apesar de exaustivamente explorados pela historiografia até então empreendida, os “Autos” não escondem, ainda, algumas surpresas por não terem sido “inquiridos” a partir de uma problemática nova. Se não deveriam ser objeto de um exame mais atento, que se empenhasse também, e *sobretudo*, no cotejamento com outras fontes¹³ e com o contexto mais amplo no qual se gestou o movimento, que é, *no século XVIII, apenas mais um entre os vários movimentos sediciosos das Minas*.

De fato, os “Autos” já foram explorados à exaustão, mas é preciso ir além e, *num primeiro nível de abordagem*, cruzá-los com informações e fontes referentes a outros movimentos. Ainda que se admitisse como verdadeira a premissa de que a única fonte são os “Autos” – e não são – só o exame dos mesmos sugere, já durante o período do cativo (3 anos), “rearranjos” e “acomodações” entre os próprios inconfidentes. Até mesmo um exame superficial dos “Autos” já revela alguns nuances interessantes no que diz respeito a esta sugestão. É preciso considerar, ao analisar um libelo acusatório, seja ele qual for, que se trata de uma fonte onde constam depoimentos colhidos sob situação de constrangimento físico, psicológico e legal. Há que se considerar, portanto, a subjetividade envolvida nos depoimentos, o que não vem sendo feito a contento pela Historiografia. No caso em questão, há ainda a especificidade de que entre a instalação da devassa (07/05/1789 no Rio e 12/06/1789 em Minas), quando começam a ser presos os sediciosos, e a data da sentença (abril de 1792), decorreram quase três anos, o que pode ter sido decisivo nas reorientações dos

¹²Em 1989, por ocasião do Bicentenário da Inconfidência Mineira, foi realizado, em Ouro Preto, um evento de grandes proporções destinado à discussão do Tema. O evento reuniu alguns dos maiores especialistas nacionais. Na sessão destinada à discussão da historiografia e fontes para o estudo do tema praticamente não se apontou nenhuma nova fonte que extrapolasse os “Autos”. Os anais foram publicados. Ver: *Análise e conjuntura*. Belo Horizonte, V.4, n°s 2 e 3, maio/dezembro 1989. 392 p.

¹³Só no Arquivo Público Mineiro, por exemplo, encontram-se armazenados, em cerca de quatrocentos “códices coloniais”, documentos de diversas naturezas, ligados, sobretudo, às questões administrativas e de defesa interna da Capitania, os quais tem sido relativamente pouco citados em trabalhos relativos ao tema. Sobre o acervo e suas potencialidades veja-se: BOSCHI, Caio C. Os Códices Coloniais do Arquivo Público Mineiro. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, n° 9, 1989, pp. 21-30.

depoimentos. Uma leitura preliminar revela que pode ter se forjado ali, no cárcere, a discutida “liderança” individualmente assumida de Tiradentes¹⁴.

Mas esta ainda não é a questão central. Talvez a questão central seja tentar investigar porquê, dentre os inúmeros motins, sedições e revoltas das “Minas Coloniais”, apenas a “Inconfidência” ganhou foros de objeto histórico privilegiado¹⁵ e, conseqüentemente, os autos se tornaram a principal fonte para o estudo da “Insubmissão das Minas” em geral¹⁶. Se ficamos prisioneiros apenas dos “Autos” – não podemos nos esquecer que se trata de um auto de repressão – corremos o risco de nos tornarmos prisioneiros de discursos historiográficos construídos exclusivamente a partir deles, mas segundo objetivos que provavelmente eram alheios aos sediciosos; mais do que isso, podemos nos tornar reféns de um objeto construído em parte nos depoimentos do cativo e em parte nos ideais de toda uma geração de historiadores que devotou seus melhores esforços à “construção de uma identidade regional e também nacional”. É preciso, em relação a este tema, ir além das aparências e retomar a investigação através de outras possibilidades de explicação. Considerar o movimento em seus múltiplos aspectos e também a recepção do discurso historiográfico que se empreendeu sobre ele. Tentar refletir sobre as razões de seu êxito e alcance. Nesse sentido, minha pretensão é agregar, a uma reflexão em desenvolvimento sobre a “Inconfidência” propriamente dita, um novo enfoque mais especificamente atento ao problema historiográfico. Acredito ser pertinente retomar e sugerir vertentes de análise até então inexploradas. Nesse sentido a sugestão é *retomar o tema sob o prisma do exame do “imaginário sedicioso mineiro”*. São por demais conhecidas, do ponto de vista da História da Arte e da Literatura¹⁷, as análises sobre a utilização da técnica do “jogo de luz e sombra” para aumentar e conduzir a expressividade Barroca. A questão a ser investigada é referente a uma possível

¹⁴Ver: *AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira*. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados / Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1978. 10 v.

¹⁵Isabel Marson também verifica problema análogo em relação ao contexto Pernambucano. A agitação social conhecida como o “Ronco da Abelha” de caráter e radicalidade eminentemente populares, e provavelmente de maior monta, não foi elevada ao mesmo estatuto da “praieira” pela historiografia. MARSON, Isabel A. *O Império do Progresso: A revolução Praieira*. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. P.417-419.

¹⁶Há aqui uma passagem do particular para o geral que, segundo acreditamos, não é fortuita. Trata-se também de uma construção historiográfica que peca por não perceber outras formas de contestação de caráter mais marcadamente popular.

¹⁷Veja-se, a título de exemplo: BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

relação entre esta técnica e a elaboração dos discursos historiográficos em questão¹⁸. Mesmo se admitirmos, no caso em questão, que o “fato construído” é polissêmico por definição, não devemos ser levados a supor que não seja possível a construção de um conhecimento que seja “rigoroso”, “sistemático” e “verdadeiro” sobre o mesmo. Será necessário, no entanto, definir com clareza o que se entende, nesse caso, por “verdade”.

Esta seria mais uma das facetas de um “fato histórico” que ao longo de sua “existência” possuiu uma identidade, a cada conjuntura, – e em graus e formas diferenciados – nacional, liberal, anti-monárquica, republicana e democrática. Encerro esta exposição, então, retomando a questão teórica esboçada no início: se, por um lado, o discurso historiográfico está condenado a se construir no tenso e contraditório equilíbrio entre objetividade e subjetividade, entre renovação e conservação e entre signo e atribuição de significado; por outro lado, ele tem se revelado hábil no desenvolvimento dos instrumentos da crítica. É só a partir daí que poderemos enfrentar as questões do nosso “estatuto epistemológico” e de nossa própria história.

¹⁸Por exemplo, quanto ao Iluminismo Voltaireano, indiscutivelmente laico quanto a seus propósitos manifestos, é visível a presença da técnica literária barroca aludida. Tal sugestão, por outro lado, não implica na adesão à concepção do “primeiro” Hayden White, o da Meta-História, quanto à associação da produção historiográfica ao ato de criação poética. Ver: WHITE, Hayden. *Meta-História – A Imaginação Histórica do Século XIX*. 1ª ed. 1973. São Paulo: EDUSP, 1992.

MESA REDONDA

O novo programa de História da SEE-MG •

Fábio Faversani
UFOP

Gostaria de dividir minha apreciação sobre o novo Currículo de História de Minas Gerais para 5^a a 8^a séries em três momentos. Primeiro tratarei da forma pela qual esse tem sido implementado. Em uma segunda parte opinarei acerca da fundamentação teórico-metodológica que inspirou sua concepção. No terceiro momento farei alguns comentários sobre os conteúdos eleitos para compor o Currículo.

* * *

O novo Currículo de História de Minas Gerais para 5^a a 8^a séries encontra-se atualmente em implantação. Há dois anos atrás, quando do **IX Encontro Regional de História**, em Juiz de Fora, a Assembléia da ANPUH-MG manifestou-se no sentido de que aquela que era, à época, uma “proposta”, fosse melhor discutida e amadurecida. Nossa intenção era que o novo Currículo, que viria a substituir o de 1987, mantivesse e melhorasse o que esse teve de melhor: *um debate abrangente sobre o que deve ser o Currículo de História*. Infelizmente, isso não aconteceu. A SEE-MG fez uma “proposta” e a está implementando sem o debate que deveria acompanhar uma mudança de tal importância. Não foi nem por falta de tempo, nem por não existirem oportunidades para que tal se desse. A “proposta” que chegou ao conhecimento de algumas poucas pessoas que, por razões diversas, tiveram acesso a ela já àquela época não é em nada, absolutamente nada, diferente da que, anos depois, está chegando às escolas. O professor que atua na sala-de-aula deve conhecer, adequar-se e aplicar a nova “proposta”; o professor que forma e treina professores, também. Isso gera um paradoxo insolúvel: como falar em professores que levem seus alunos a serem mais autônomos, mais criativos, se a SEE-MG os coloca em uma posição de total passividade,

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “O Novo Programa de História da SEE-MG”, apresentada no dia 26 de julho de 1996.

desconhecendo sua capacidade criativa e propositiva? Destarte, é inevitável concluir que a forma escolhida para se implementar o novo Currículo é bastante inadequada.

* * *

Quanto à inspiração teórico-metodológica, é inegável que o atual Currículo apresenta seus méritos ao se mostrar atento a uma perspectiva muito promissora de se pensar o conhecimento histórico. Procura incentivar que o trabalho em sala-de-aula se dê através de um processo, dirigido pelo professor e protagonizado pelos alunos, que, partindo de problemas, possa levar o aluno a adquirir informações e habilidades para, através da interpretação, produzir saber histórico. Investe na noção de história temática como uma maneira de possibilitar que um trabalho dessa espécie se realize. Comparando-se com a proposta (sem aspas, é claro) de 1987, é menos prescritiva, menos atrelada a uma perspectiva historiográfica específica. Isso tudo é positivo e merece ser destacado.

Contudo, o novo Currículo encerra, do ponto de vista metodológico, limites que também devem ser examinados. A começar pela noção absurdamente abrangente da aplicação da questão-problema “que país é esse?”. Obviamente, essa tem um alcance largo demais para ser trabalhado em sala-de-aula e tem um conteúdo meramente propagandístico. Mesmo assim, mostra como a inter-relação da História do Brasil com a História Geral é problemática nesse Currículo. A passagem de uma a outra é feita através de momentos dispersos ao longo das quatro séries. Não há uma maior clareza de como e por que se operam as passagens de uma a outra. Sendo óbvio que uma História do Brasil sem a História Geral é impraticável, aplicou-se, como “solução”, o recurso a “flashes”, a “ganchos” (...) Isso mostra-se insuficiente e, o que é pior, torna a eleição do estudo pela história “para além do Brasil” externa ao aluno, opaca, inapreensível e, por isso, injustificável *nos moldes que a própria proposta defende*. Além disso, a relação entre questões-problema que serviriam de base à análise de temas (e conteúdos) e os estudos de caso não têm, muitas vezes, uma relação bem engendrada. Um exemplo eloqüente desse caso, entre outros, é o subtema “2.1. – O que era a América”.

Na realidade, a proposta curricular carece de uma fundamentação teórico-metodológica mais sólida. O que existe é o uso recorrente de chavões advindos dos debates acerca do Ensino de História e da Nouvelle Histoire. Esses chavões são utilizados de uma forma tão propagandística quanto a questão-problema “que país é esse?”. Eles são retirados dos constructos teóricos que os fundamentam e os suportam para serem mencionados de forma incoesa ao longo da exposição da

proposta. Percebe-se que a proposta carece de uma justificação teórico-metodológica de fundo que pudesse ser apresentada. Isso gera reflexos bastante danosos no que se refere à eleição dos conteúdos, que agora passamos a examinar.

* * *

A ausência de um aparato teórico-metodológico mais apurado para sustentar as pretensões de se estudar nosso país de uma forma desafiadora para o aluno, levou a uma eleição de conteúdos que é difícil de justificar. No afã de se estudar o Brasil, esquece-se de elementos fundamentais a esse estudo, tornando esses tópicos fundamentais como temas, na melhor das hipóteses, facultativo.

Esse é o caso da supressão absoluta da História da Antigüidade do horizonte dos estudantes da 5^a à 8^a série. É sabido que o Mundo Antigo não só influenciou decisivamente as sociedades européias e, através dessas, as americanas, mas serviu durante séculos de paradigma para o pensamento humano e para experiência social. O mesmo vale para o desaparecimento quase total do Medievo. Para ficar em um exemplo, como falar em um homem da modernidade sem a Antigüidade e sem o Medievo? Absurdo! Como relegar todos os estudantes de Minas Gerais à ignorância sobre esses saberes fundamentais? Impossível! Parece-nos que houve um enorme exagero na atenção que se deveria dar à História de nosso país, prejudicando seu estudo. Suprimir do horizonte do aluno momentos históricos fundamentais para a mais ampla compreensão de como nossa nação se constituiu, para que se tenha mais tempo para examinar “que país é esse?” não é a melhor alternativa, não é uma “proposta” razoável.

A mesma preocupação nos aflige quando vemos se propor o estudo da escravidão no Brasil sem que aborde a História da África. É mantida por essa via um problema que já vem sendo apontado há algum tempo. Levar os alunos a identificar exclusivamente a presença do negro no Brasil com um momento específico da sua existência histórica no país, o da sua vida de escravo, é algo intolerável. O negro tem uma história aquém e além do cativo. Deixar nosso aluno alheio a isso? “Que país é esse?”! Nesse sentido, importa recordar o quadro que foi bem descrito por Regina Pahim Pinto:

“No que diz respeito ao segmento negro, (...) as pesquisas têm demonstrado que os seus componentes, pretos e pardos, em comparação com outros segmentos da população, vêm obtendo os piores resultados nos indicadores educacionais comumente analisados – taxa de alfabetização e nível de escolaridade da população em geral, evasão, repetência, relação idade/série da população escolar – mesmo quando se mantêm constantes certas variáveis que poderiam estar interferindo nesses

resultados, tais como nível de renda e de escolaridade dos pais e distribuição espacial, tanto regional como local.”¹

Qual a contribuição que o Currículo traz ao vincular a presença do negro no Brasil exclusivamente à sua existência escrava?

O mínimo que se pode esperar é que aconteça uma reabilitação desses conteúdos fundamentais aos estudos históricos no segundo grau e que, antes disso, o professor possa ter tempo, recursos e treinamento para melhor se capacitar para poder superar esses problemas que o Currículo impôs ao seu trabalho.

A eliminação desses conteúdos fundamentais se dá à medida que, em lugar de uma sólida fundamentação teórico-conceitual, recorreu-se aos chavões para as escolhas de temas. Assim, abundam conteúdos dedicados à cultura, por exemplo. Mesmo que a conexão entre as aparições dos temas culturais não seja feita para além da ordenação cronológica. A ordenação cronológica é, aliás, o grande eixo de organização do Currículo, senão o único. É óbvio que o tempo é nossa matéria-prima e que sua importância é destacada, mas há de se convir que a importância exacerbada que se dá à cronologia absoluta é empobrecedora de uma apreensão mais rica da temporalidade histórica. Caberá ao professor que atua em sala de aula produzir uma conexão lógica entre os temas que seja cognoscível por seus alunos e que supere a cronologia absoluta. Ficará a cargo desse mestre saber superar os limites impostos a seu trabalho.

* * *

Em síntese, é preciso colocar em debate o novo Currículo para que, tornando perceptíveis seus limites, possamos superá-los; para que suas potencialidades sejam exploradas ao máximo. É urgente que isso se faça investindo-se *mais* no aperfeiçoamento dos professores, permitindo que eles tenham tempo e oportunidade para refletir sobre seu trabalho. Isso significa que se promova de forma sistemática e freqüente cursos para professores (bastante mais do que algumas poucas horas por ano!). Isso demanda que o professor seja melhor remunerado e que ele tenha mais tempo e recursos para se qualificar. Isso importa que a escola seja mais e melhor aparelhada; mais do que o “kit panacéia” (parabólica, TV e vídeo), biblioteca, laboratórios, grupos de trabalho, assessoramento permanente etc. Sem isso, nem o melhor Currículo (não é o caso

¹ PINTO, Regina Pahim. “Diferenças raciais e educação: Problemas e perspectivas.” In: RAMOS, Ítalo. *A Luta contra o Racismo na Rede Escolar*. São Paulo: FDE, 1995. (Serie Idéias, 27). p. 19.

do atual, como vimos) poderá ser suficiente para iniciar a reversão do quadro insatisfatório que hoje assistimos na Educação.

MESA REDONDA

As alforrias em Minas Gerais no século XIX •

Tarcísio Rodrigues Botelho
UFG

1. INTRODUÇÃO

Para compreender o escravismo brasileiro, é imprescindível estudar o processo como se dava a concessão de alforrias e o papel dos alforriados em nossa sociedade. Ademais, devemos estar atentos às transformações sofridas por esta instituição ao longo dos tempos e nas diversas regiões da Colônia e Império brasileiros, para que não comparemos fenômenos diferentes. Neste trabalho, vamos nos ater a Minas Gerais e ao século XIX, período em que se dá a transição do trabalho cativo ao trabalho livre. Como são poucos os estudos com este corte regional e temporal, procuramos, com a ajuda da produção historiográfica existente sobre o tema, levantar algumas questões que possam nortear futuros trabalhos. Para testar algumas destas questões, utilizamos dados levantados para uma região específica, qual seja, o norte de Minas.

Nosso estudo está dividido em dois momentos. Primeiro, procuramos caracterizar os libertos, segundo se depreende do conteúdo das cartas de alforria, documento legal que abria ao escravo o mundo do livres. Em seguida, trabalhamos os significados que a liberdade assumia, tanto para os libertos quanto para as elites locais do império. Tomamos como base as chamadas ações de liberdade, que são ações cíveis movidas por pessoas que consideravam-se merecedoras do reconhecimento com libertas. Assim procuramos mostrar como podemos avançar na compreensão do cativo e de sua luta pela liberdade no século XIX.

2. O ALFORRIADO

Vários são os trabalhos que exploram o tema das alforrias no Brasil

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “Alforrias em Minas Gerais”, apresentada no dia 26 de julho de 1996.

imperial.¹ Tentando sintetizar as características apontadas nestes vários estudos do tema no Brasil, GORENDER (1985, p. 354-355) indica o seguinte perfil do alforriado:

“a) maioria de alforrias onerosas e gratuitas condicionais, tomadas em conjunto; b) proporção relevante de alforrias gratuitas incondicionais; c) maior incidência das alforrias na escravidão urbana do que na escravidão rural; d) alforrias mais frequentes nas fases de depressão e menos frequentes nas fases de prosperidade; e) maioria de mulheres entre os alforriados, embora fossem minoria entre os escravos; f) elevado percentual de domésticos entre os alforriados; g) maior incidência proporcional entre os pardos do que entre os pretos; h) elevado percentual de velhos e inválidos em geral entre os alforriados.”

Quando nos voltamos para o perfil do libertando mineiro do Dezenove, algumas dificuldades de configuram. Não conseguimos, por exemplo, identificar estudos para o período em tela que permitam remontar as características demográficas desta parcela da população. Apenas os trabalhos para o século XVIII, e que eventualmente avançam pelas primeiras décadas do século XIX, deixam entrever um perfil semelhante ao descrito para o Brasil como um todo.²

A relação entre os ciclos da atividade econômica e as alforrias é especialmente problemática quando abordamos a Minas Gerais provincial. Se, para o século XVIII, o perfil urbano da área mineradora e sua sociedade mais diversificada podem ter significado um acesso mais facilitado à liberdade e à sobrevivência como alforriado, a passagem da atividade mineral ao predomínio agrícola podem ter implicado numa diminuição destas chances.³ Entretanto, os cenários que vêm sendo traçados para a economia e a sociedade mineiras no século XIX apontam para uma realidade mais complexa. A região não se caracteriza por uma decadência acentuada após a mineração e o reajuste à agropecuária, mas sim assume um novo perfil onde as atividades econômicas se voltam para o abastecimento de mercados vicinais, viabilizados pelo importante contingente populacional fixado pelas atividades mineradoras, e para o suprimento das necessidades de províncias vizinhas, em especial o Rio de Janeiro após o estabelecimento da Corte em 1808. Estamos diante de uma realidade que combina dinamismo econômico e ausência de atividades exportadoras significativas, com a ausência de grandes plantéis ou grandes concentrações escravas, e que cada vez

¹ Para um levantamento dos estudos sobre o tema no Brasil, com ênfase naqueles que se utilizam das cartas de alforria, ver EISENBERG (1989).

² Para um estudo sobre a região mineradora, ver LUNA & COSTA (1980).

³ Uma rápida caracterização de Minas Gerais na passagem do século XVIII para o XIX, próximo aos moldes traçados até aqui, é encontrada em IGLÉSIAS (1985).

mais parece ter conhecido um equilíbrio demográfico pouco comum à escravidão brasileira das *plantations*.⁴ O que devemos esperar do comportamento das alforrias neste contexto? Esta é uma questão que está por ser respondida.

Para tentar resolvê-la em parte, vamos lançar mão dos dados que dispomos para a porção norte de Minas Gerais, mais especificamente a localidade de Montes Claros. Estabelecida como abastecedora de gado das minas recém-descobertas ainda em finais do século XVII e princípios do século XVIII, a região logo perderá importância frente a novas áreas de pecuária do sul da Capitania ou de São Paulo. No século XIX, vai-se integrar ao novo perfil econômico da província mineira, ligando-se aos circuitos abastecedores da Corte através dos comerciantes da região central de Minas Gerais. Assim, vamos estudar uma área que apresenta uma economia pouco dinâmico e voltada para o abastecimento de mercados internos, sendo, portanto, bastante próxima do perfil de amplas áreas do território mineiro.

Construímos duas séries de dados com amplitude de uma década, uma anterior ao encerramento do tráfico atlântico (1833-1842) e outra no período final do regime escravista brasileiro (1878-1887). A última série apresenta alguns problemas, pois não dispomos de dados para os anos de 1881 e 1882 e não coletamos as alforrias arquivadas nos livros do Cartório do 2o Ofício que então já existia nesta localidade. Embora não tenhamos coletado todo o universo de alforrias de Montes Claros, isto não compromete nossas análise porque estaremos comparando o perfil do alforriado, e não a dimensão deste universo.

A análise da composição das alforrias segundo o sexo mostra um predomínio de mulheres, reforçando o perfil encontrado, de maneira geral, no Brasil como um todo. (Tabela 1) Daí também o predomínio ainda maior de escravos nascidos no Brasil sobre os africanos. (Tabela 2) Se esta já era uma região com população africana limitada, ela encontra-se ainda mais reduzida ao final do regime escravista. A observação do tipo de alforria também é um elemento importante nas análises. Em sua grande maioria elas foram dadas a título gratuito. Entretanto, dentro deste universo encontra-se um predomínio daquelas que condicionavam sua efetivação à prestação de serviços por parte do cativo. Assim, em verdade a grande maioria dos cativos alcançou sua liberdade em troca de remuneração, em dinheiro ou em serviços aos seus ex-senhores. (Tabela 3)

⁴ Uma nova visão da economia mineira no século XIX pode ser encontrada em MARTINS (1982), SLENES (1985) e LIBBY (1988), dentre outros. Para um perfil da população escrava, ver, especialmente, LIBBY & GRIMALDI (1988), PAIVA, LIBBY & GRIMALDI (1988), PAIVA & LIBBY (1995) e BOTELHO (1994).

Tabela 1

Alforriados segundo sexo, Montes Claros, século XIX

Períodos	Homens		Mulheres		Total
	N	%	N	%	N
1833-1842	35	46.7	40	53.3	75
1878-1887	14	37.8	23	62.2	37

Fonte: BRASIL, Montes Claros, Cartório do Primeiro Ofício Judicial, Livros de Notas N^{os} 1 a 11

Tabela 2

Alforriados segundo origem, Montes Claros, século XIX

Períodos	Brasileiros		Africanos		S. Inf.
	N	%	N	%	%
1833-1842	59	78.7	12	16.0	5.3
1878-1887	23	62.2	2	5.4	32.4

Fonte: BRASIL, Montes Claros, Cartório do Primeiro Ofício Judicial, Livros de Notas N^{os} 1 a 11

Tabela 3

Alforriados segundo o tipo de alforria, Montes Claros, século XIX (%)

Períodos	Gratuita	Prestação de serviços	Pagamento	Prestação de serviços e pagamento	Sem informação
1833-1842	28.0	38.7	28.0	1.3	4.0
1878-1887	29.7	48.6	8.1	0.0	10.8

Fonte: BRASIL, Montes Claros, Cartório do Primeiro Ofício Judicial, Livros de Notas N^{os} 1 a 11

3. OS SIGNIFICADOS DA LIBERDADE NO MUNDO DOS CATIVOS

Uma nova dimensão vem sendo incorporada aos estudos das alforrias no século XIX. Trata-se da compreensão do significado tomado pela liberdade do ponto de vista dos escravos que lutavam por ela e também por parte da população livre em geral. Estes significados, obviamente, variam ao longo do século, em função do processo de superação do escravismo, já vislumbrado pelas elites brasileiras desde pelo menos princípios da década de 1830.

Ao apontar para a importância essencial da mobilidade espacial, da família nuclear e da rede de relações pessoais e familiares na experiência dos homens livres por todo o século XIX, CASTRO (1995, p. 72) conclui que “também para os escravos, a obtenção de maiores níveis de autonomia dentro do cativeiro parece ter dependido, em grande parte, das relações familiares e comunitárias que estabeleciam com outros escravos e homens livres da região”.

Para a região que estudamos percebe-se um processo semelhante. Quando trabalhamos com as Ações de Liberdade movidas pelos escravos transparece a importância destas relações familiares e comunitárias. Um exemplo do apoio representado pela família, tanto na busca da liberdade quanto na garantia da sobrevivência após o cativeiro, pode ser encontrado no caso de Maria Guilhermina de Jesus, ex-escrava de José Guilherme dos Santos, que em dezembro de 1881 inicia a luta pela liberdade do seu filho João.⁵ Ou em Vicente Ferreira Leal, morador no Arraial do Coração de Jesus, “pobre e miserável”, em petição de 21 de Outubro de 1868, foi perante o Juiz Municipal de Montes Claros “requerer o que for a bem e direito de sua Irmã Firmina parda idade de 35 annos e de sua sobrinha Sebastiana idade de 15 anos, escravizadas por Sancho Ramos.⁶ A mesma ousadia demonstrou o crioulo Eugênio, que em sua Ação de Liberdade, datada de 1880, lutou por ele, sua mãe e sua irmã.⁷

Temos, ainda, o papel desempenhado por Simplício da Rocha Queiroz, avô de João, Honória, Josefa, Nicodemos, José, Luzia e Honória, no processo de Ação de Liberdade movida por ele contra os herdeiros do antigo senhor, o coronel Lásaro da Rocha Queiroz. Em 19 de Outubro de 1878, Simplício entrou com uma petição no Juízo Municipal de Montes Claros em que dizia que seus netos João e Tereza foram inventariados como escravos do coronel Lásaro, quando na verdade haviam sido libertados pela filha do mesmo, D. Emília da Rocha Queiroz, sua verdadeira senhora. Quando morreu sua filha, o coronel Lásaro declarou, na matrícula, serem estes escravos livres e os entregou a seu avô para com ele morarem, e viviam na companhia deste, distantes da fazenda do coronel cerca de uma légua.⁸

Simplício aproveitara da sua condição de liberto para intervir em favor de seus netos. Estes encontraram proteção e segurança na casa do avô, como atesta Honória, em uma petição de 10 de dezembro de 1884. Para defender-se de tentativas de reescravidão por parte de um herdeiro do Coronel Lásaro, seu antigo senhor, ela alega que “não foi chamada ao cativeiro vivendo em abandono

⁵ BRASIL, Montes Claros, Cartório do Primeiro Ofício Judicial, Maço Ações, Ação de liberdade de João, filho de Maria, contra José Luiz Esteves Viana, 05/12/1881.

⁶ BRASIL, Montes Claros, Cartório do Primeiro Ofício Judicial, Maço Ações, Ação de liberdade de Firmina e Sebastiana contra Sancho Ramos, 21/10/1868.

⁷ BRASIL, Montes Claros, Cartório do Primeiro Ofício Judicial, Maço Ações, Ação de liberdade de Eugênio, crioulo, sua mãe Catarina e sua irmã Maria contra o Dr. Antônio Augusto Veloso, 16/02/1880.

⁸ BRASIL, Montes Claros, Cartório do Primeiro Ofício Judicial, Maço Ações, Ação de Liberdade de João, Honória e outros contra os herdeiros do Coronel Lásaro da Rocha Queiroz, 19/10/1878.

ha cerca de seis anos, em lugar sabido, provendo as suas proprias necessidades pelo seu Trabalho, e em casa propria. Neste estado a suppe tem tido filhos continuando a promover a subsistencia dos mesmos, sem que jamais a chamassem a escravidão”. Residia nas terras ocupadas pelo seu avô, que desta forma lhe garantira o acesso à terra após a sua libertação.⁹

Estas lutas pela liberdade reforçavam ainda mais os laços familiares. Vemos escravos que lutam nao apenas por si, mas também por seus irmãos e outros parentes, reafirmando a importância da família para o cativo. O apoio mútuo permitido por ela reanimava o empenho em sobreviver dentro da escravidão e abria esperanças para um futuro de liberdade.

Para os escravos de Montes Claros, à medida que avançava o século XIX, aprofundavam-se os relacionamentos construídos no cotidiano da vida escrava, o que passava pela consolidação de uma vida mais independente (inclusive economicamente), assegurada por redes de apoio e solidariedade envolvendo escravos e livres.

4. OUTROS SIGNIFICADOS DA LIBERDADE: BACHARÉIS E RÁBULAS

Ao lado da construção de determinados significados da liberdade para o cativo ao longo do século XIX, temos também uma modificação destes para a população livre, ou pelo menos a elite letrada. CASTRO (1995) aponta para transformações que começam a ocorrer nas discussões jurídicas travadas nas Ações de Liberdade. Assim, enquanto os advogados baseavam suas argumentações nas Ordenações Filipinas, estamos diante de um Estado que é chamado a arbitrar acerca de dúvidas levantadas a partir das relações costumeiras, pois “no contexto das Ordenações Filipinas, a arbitragem estatal procurava repor o equilíbrio entre as relações de poder, enquanto estas não se mostravam em harmonia para definir costumeiramente se alguém era livre ou escravo” (*op. cit.*, p. 194). Entretanto, à medida em que avança o século XIX, percebem-se transformações nas concepções acerca da liberdade. Assim, “na fase de consolidação política do novo Estado, baseado num arcabouço jurídico liberal, a liberdade e a propriedade, entendidas como direitos naturais, tornar-se-iam de foram definitiva o substrato teórico que embasaria, daí por diante, a resolução jurídica da questão (*op. cit.*, p. 201).

Nas Ações de Liberdade por nós trabalhadas há um claro acompanhamento desta trajetória acima descrita. Nota-se um abandono da simples

⁹ BRASIL, Montes Claros, Cartório do Primeiro Ofício Judicial, Maço Ações, Ação de Liberdade de Brasida ou Honória contra Hipólito Rodrigues Soares, 10/12/1884.

prova testemunhal (que procura confirmar uma relação costumeira) e caminha-se para agregar a ela uma argumentação jurídica que apela para os princípios aqui destacados (liberdade x propriedade). Um primeiro exemplo vem de um processo de 1869 que julga o direito à liberdade de um escravo que, sendo partido em inventário a vários condôminos, pagou parte de seu valor alguns de seus senhores mas teve suas ofertas recusadas por outros.¹⁰ O curador do libertando argumenta que “a liberdade é direito natural, e que a escravidão é um dos maiores males, que ora pesa sobre nós. Cumpre ataca-la com prudencia, mas com franquesa”. O advogado dos réus, Esequias Teixeira de Carvalho, por sua vez, argumenta que “é um facto excepcional, confessamos, a questão da liberdade e escravidão do individuo; más, uma ves que ainda não foi riscado de nossas leis o dereito do senhor contra o escravo, uma ves que o escravo é propriedade, não se tracta, em autos civeis de *jure contituendo*, porem sim de *jure constituto*”.

Em outra ação, de 1878, o curador do cativo, Diocleciano Lino da Costa Ferreira, inicia seu arrazoado caracterizando do seguinte modo a discussão presente no processo: “Não é uma simples questão de direito de propriedade que se discute nestes autos; a questão é do estado do individuo, e assumptos d’essa natureza e magnetude, uma ves agitados, meressem uma prompta resolução”.¹¹ O curador dos menores herdeiros do cativo, José Rodrigues Prates, por sua vez, argumenta que “A escravidão é um mal para a sociedade, mas ella existe segundo as nossas leis e a sua extirpação não compete ao Poder Judiciario a que não é dado competencia de legislar, mas somente da guarda das leis escriptas do pais”. E acrescenta: “Esses favores [à liberdade] que se achão espalhados em todo o corpo de nosso direito patrio, são a cornucopia da actual civilisação; mas que não podem ser espalhados arbitrariamente sem uma regra ou norma de applicação que se encontra nas mesmas leis”.

Estes casos são ainda mais interessantes porque os autores de tais argumentos não são advogados formados nos centros intelectuais do Império, mas simples rúbulas atuando numa comarca afastada do interior mineiro. Surpreendemos perceber como estas pessoas estavam atualizadas com as discussões que se travavam entre os juristas da época, frequentemente citados nos seus arrazoados. Percebemos, portanto, uma ampla difusão das idéias acerca da escravidão entre a elite brasileira, a qual parece ter conhecido uma enorme capilaridade, podendo ter penetrado as regiões mais longínquas do Império brasileiro.

¹⁰ BRASIL, Montes Claros, Cartório do Primeiro Offício Judicial, Maço Acções, Ação de Liberdade de Bernardo, 25/08/1869.

¹¹ BRASIL, Montes Claros, Cartório do Primeiro Offício Judicial, Maço Acções, Ação de Liberdade de João, Theresa e outros, 19/10/1878.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das alforrias no século XIX mineiro é especialmente rico e, a nosso ver, merecedor de mais e melhores estudos. A compreensão da dinâmica das concessões de alforrias mostra-se relevante porque, dadas as características da economia de Minas Gerais no período, poderemos abrir novas possibilidades de compreensão das motivações desta prática. Não bastarão as explicações baseadas nas conjunturas econômicas, no caráter urbano ou em outras variáveis comuns aos estudos de outras regiões e períodos, sendo necessário lançar mão de modelos explicativos mais variados e dinâmicos.

Outro aspecto relevante diz respeito ao significado assumido pela liberdade entre a população mineira. O estudo das Ações de Liberdade nos juizados de primeira instância certamente abrirá novas perspectivas a este segmento que se abriu na última década para o historiador da escravidão no período imperial brasileiro. Os trabalhos que usam estas fontes têm se utilizado dos processos que recorreram aos Tribunais de Relação. São, portanto, uma minoria que seguramente guarda determinadas características que podem relativizar as conclusões até agora tiradas. Estamos, portanto, aguardando a disseminação de tais estudos. Esperamos que esta contribuição inicial possa estimular outros pesquisadores a se aventurarem pelos arquivos locais espalhados por toda a Minas Gerais.

6. BIBLIOGRAFIA

- BOTELHO, Tarcísio R. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: USP, 1994. (Diss. Mestrado)
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- EISENBERG, Peter. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In: _____. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX**. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1989 (b). p.255-314.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1985.

- IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira. II – Brasil Monárquico. 2.** Dispersão e unidade. 5ª ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 365-412.
- LIBBY, Douglas C. **Transformação e trabalho em uma economia escravista:** Minas Gerais, século XIX. São Paulo: Brasiliense, Brasília: CNPq, 1988.
- LIBBY, Douglas C., GRIMALDI, Márcia. Economia e estabilidade: economia e comportamento demográfico num regime escravista, Minas Gerais no século XIX. **Papéis Avulsos.** Rio de Janeiro. 7: 26-43, dez.1988.
- LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci Del Nero da. A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos. **Ciência e Cultura.** São Paulo. 32 (7):836-841, julho 1980.
- MARTINS, Roberto. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. **Texto para Discussão N. 10.** Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1982.
- PAIVA, Clotilde A., LIBBY, Douglas C., GRIMALDI, Márcia. Crescimento natural dos escravos: uma questão em aberto. **IV Seminário sobre a Economia Mineira, Anais.** Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1988. p. 11-32.
- PAIVA, Clotilde A., LIBBY, Douglas C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos.** São Paulo. 25 (2):203-233, maio/ago. 1995.
- SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. **Cadernos IFCH-UNICAMP, N. 17.** Campinas, junho 1985.

MESA REDONDA

As margens da liberdade: Alforrias em Minas Gerais na primeira metade do século XIX •¹

Andréa Lisly Gonçalves
UFOP

Em trabalho anterior, procurei examinar o comportamento da política de concessão de alforrias em Mariana². Partindo de uma questão recorrente na historiografia sobre a capitania, a da correlação existente entre conjuntura econômica e o ritmo da política de manumissões, demarquei dois períodos de seis anos. O primeiro, de 1735 a 1740, correspondia ao momento considerado de auge da mineração; o segundo, de 1770 a 1775, relacionava-se ao período de declínio da atividade mineradora. Ao longo da pesquisa, foram analisados 485 papéis de liberdade.

A conclusão mais geral a que se chegou foi a de que quando a economia mineradora “dobrava a finados” as taxas de alforria sucumbiam com ela.

Seria temerário, no entanto, pretender estender essa conclusão para todo o período em que se registra a reorganização da economia mineira, com o predomínio das atividades agro-pastoris sobre a mineração.

Os estudos mais recentes, que vem demonstrando o vigor do sistema escravista mineiro ao longo do século XIX não têm se ocupado, no entanto, da análise mais sistemática do comportamento da política de alforrias. A este respeito, observa Roberto Martins que a Província de Minas Gerais irá ostentar os menores

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “Alforrias em Minas Gerais”, apresentada no dia 26 de julho de 1996.

¹ Meus sinceros agradecimentos a Kelly Carvalho e Tereza Cristiane, bolsistas de Iniciação Científica da FAPEMIG que participaram da pesquisa, e que do constante diálogo, estabelecido durante o trabalho, resultaram muitas das reflexões aqui apresentadas. Agradeço ainda a Kátia Napoleão do Arquivo da Casa Setecentista de Mariana pela forma atenciosa e competente com que nos facultou o acesso à documentação ali depositada.

² “Cartas de liberdade: registros de alforrias em Mariana no século XVIII”, *VII Seminário sobre economia mineira*. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 1995, p.197-218, 2 volumes.

índices de manumissão da História do Brasil Imperial³. A observação, no entanto, parece resultar menos de uma atividade sistemática de pesquisa sobre o tema para o século XIX, do que de uma conclusão lógica, baseada no raciocínio de que a economia mineradora do setecentos, com sua organização urbana e sua feição mais “democrática”, facilitaria a obtenção da alforria por parte do escravo. Além disso, a menor incidência de alforrias, apontada pelo autor de *Growing in silence*, poderia corresponder a um curto período de inflexão no qual a população escrava de Minas Gerais sofreria uma pequena diminuição, em fins do século XVIII, para retomar seu processo de crescimento, em ritmo acelerado, ao longo de todo o período provincial⁴.

A discussão dessa e de outras questões acerca das manumissões nos parece de extrema importância para o entendimento da dinâmica do escravismo brasileiro que, segundo teses bastante difundidas, teria nas altas taxas de alforria um dado estrutural que não se manifestaria, com a mesma força, nas demais formações sociais do escravismo moderno.

As considerações que serão apresentadas a seguir, porém, não possuem a pretensão de responder às questões formuladas anteriormente. Elas refletem apenas um momento da pesquisa⁵ que, em sua versão integral, pretende construir séries estatísticas que permitam estabelecer o comportamento das variáveis fundamentais ao entendimento da prática de alforrias na província mineira procurando inseri-la no debate mais geral sobre o sistema escravista brasileiro.

As fontes utilizadas, constituem-se das cartas de alforrias depositadas no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, e aquelas constantes do Arquivo da Casa do Pilar em Ouro Preto, para o período compreendido entre os anos de 1819 a 1850. Os dados já processados, correspondem às cartas de alforria do Termo de Mariana no período de 1819 a 1828 e servirão de base às reflexões que se seguem.

As informações nos permitiram estabelecer algumas conclusões sobre as proporções de escravos alforriados de acordo com o **gênero**, confirmando, ainda que de forma nuançada, o padrão de preponderância de mulheres forras.

Ao mesmo tempo, foi possível verificar como a variável **qualidade** do cativo, interferia no momento da concessão da manumissão. Neste ponto, pode ser

³ Roberto Borges Martins. A economia mineira do século XIX. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980.

⁴ “As informações disponíveis nos indicam que a população escrava, após uma pequena diminuição em fins do século XVIII, logo retomou seu processo de crescimento a ponto de, no século seguinte, o plantel escravista da província ser o maior do país”. Adalberto Batista Sobrinho. *A demografia de uma sociedade escravista: População livre e escrava de Minas Gerais em 1831/1832*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1995. Dissertação de Mestrado.

⁵ A pesquisa conta com o apoio da FAPEMIG.

demonstrado, através de exemplos que se multiplicam, que a condição de pardo, por exemplo, não definia as possibilidades de alforria mas, ao contrário, passava a ser associada ao escravo, por alguma consideração outra que não o da cor da pele, numa ambigüidade contida no próprio documento. É o que se observa no caso da carta de alforria da libertanda Mariana Parada identificada mais adiante, no mesmo documento, como crioula; a mesma designação de pardo cabendo a filhos de escravas africanas...

Ainda sobre a **qualidade** do cativo os dados indicaram a de certa forma previsível superioridade do número de crioulos alforriados sobre o de escravos africanos, numa proporção que se inverte no caso dos escravos com mais de 50 anos.

O tema sobre o qual me deterei aqui, no entanto, relaciona-se às conclusões não apenas quantitativas, mas também qualitativas, sobre um dos principais aspectos da política de manumissões: o do **tipo** de alforria alcançada pelo cativo, se condicional ou incondicional.

Os dados constantes na tabela abaixo representam a distribuição das alforrias, de acordo com a modalidade da concessão (**tipo**), no período de 1819 a 1828 para o qual a documentação foi compulsada:

Anos	Total	incond.	auto pag.	coartaç.	prest. serv	pag. terc.	tot. cond.
1819-1823	247	43,8%	17,9%	8,2%	22,3%	8,2%	56,4%
1824-1828	106	37,3%	22,0%	20,6%	18,3%	5,8%	62,7%

Buscarei demonstrar, com base em relatos construídos a partir dos documentos, que a uniformidade dos dados e porcentagens encobre a realidade multifacetada da variada gama de condições impostas ao liberto pelo senhor no processo de concessão da alforria.

1. ALFORRIAS INCONDICIONAIS

Analisando o comportamento da política de alforrias em Demerara, Emília Viotti da Costa observa que, mesmo com a contração do número de manumissões, verificada após a adoção de leis restritivas à concessão de alforrias, decorrentes do fim do tráfico de escravos para aquela região no ano de 1815, 67% da

manumissões foram incondicionais⁶. Aqui como lá, as mulheres estiveram sobre representadas.

No termo de Mariana, 43,8% das alforrias concedidas no período de 1819 a 1823 – num universo de 247 papéis de liberdade – foram incondicionais. No período que se estende de 1824 a 1828, para um universo de 106 cartas, esse número cai para 37,3%.

As historiografia vem insistindo na idéia de que a alforria gratuita obscurece a real situação do escravo que, nos anos de cativo, teria pago um alto preço pela concessão da manumissão, manifestado na submissão e no zelo com que era obrigado a servir a seu proprietário a fim de garantir a recompensa representada na alforria, sem posterior ônus financeiro ou em qualquer outra forma de pagamento.⁷

De fato, multiplicam-se na documentação, através das razões apresentadas para a cessão da alforria, as “falas” que demonstram o cumprimento das expectativas do proprietários em relação aos cativos aos quais fora prometida a liberdade. São recorrentes, nesses papéis, a informação de que a alforria decorria dos “bons serviços prestados” ou dos mesmos bons serviços acrescidos de “amor dedicado aos senhores.” Convencidos, porém, da magnanimidade do ato de alforria, alguns proprietários insistiam em registrar a quantia da qual estavam abrindo mão ao declararem o preço de avaliação do escravo.

Havia, sem dúvida, também, uma expectativa do senhor em relação ao comportamento do antigo escravo no período em que esse passasse a gozar da sua alforria da qual temos um exemplo bastante ilustrativo na crônica de Machado de Assis publicada a 19 de maio de 1888⁸. À semelhança do antigo senhor do escravo Pancrácio, o proprietário da forra Anésia adverti-a de que “quando haja de querer ficar em minha companhia já mais não poderá em tempo algum pedir jornais do serviço doméstico”.⁹Essa passagem do documento, serve também para demonstrar

⁶Os dados mais completos são os que se seguem: No período de 1809 a 1821 as alforrias alcançaram, na antiga Guiana Inglesa, o modesto total de 372 escravos manumitidos para uma população de 77.163 cativos. Destas, 16% foram adquiridas por compra e 17% beneficiaram cativos considerados nascidos livres mas que por alguma razão se encontravam em cativo, além das 67% concedidas incondicionalmente, conforme foi referido anteriormente. Emília Viotti da Costa. *Crows of Glory, Tears of Blood: The Demerara slave rebellion of 1823*. New York: Oxford University Press, 1994, p.322.

⁷Para alguns historiadores, Jacob Gorender e Sílvia Hunold Lara incluídos, a alforria nunca foi incondicional. Mesmo gratuita, atingir a liberdade significou para o escravo não apenas submissão, como a inexistência de qualquer compensação pelos anos de cativo a serviço do senhor.

⁸Machado de Assis. *Crônicas Escolhidas*. São Paulo: Folha de São Paulo, 1994, p.52-54.

⁹Papel de liberdade da escrava Anesia, ACSM, Livro de Notas nº69, folha 22v., 1821.

o acerto das interpretações que vêm na política de alforrias uma estratégia, ainda que nem sempre eficaz, dos setores dominantes na produção de uma camada de dependentes, de agregados e subordinados.¹⁰

Um fato curioso, e que ajuda a revelar o universo multifacetado do processo de alforrias, é dado pelo documento de liberdade de Ponciana crioula, registrado a 9 de setembro de 1819 no cartório do 2º Ofício de Mariana¹¹. A Carta declara que a referida escrava tivera 7 filhos. Apesar da alforria, concedida incondicionalmente, trazer a declaração da proprietária que “libertava a escrava” incondicionalmente “por promessa”, o Código Filipino estabelecia que a escrava que desse mais de 7 filhos ao seu senhor estaria liberta automaticamente.¹²

2. AUTO PAGAMENTO

O item seguinte trata da modalidade de alforria aqui considerada como auto pagamento na qual o montante exigido para a manumissão é pago à vista pelo próprio libertando. Elas representaram 17,9% das alforrias no primeiro período, e 37,3%, no segundo.

Em vários desses documentos, ficam evidenciadas as reais possibilidades de acumulação de pecúlio por parte do cativo, como se depreende a partir da Carta de alforria do pardo Gerônimo. Em troca da liberdade, o escravo cederia todo o seu patrimônio ao senhor, a saber: um cavalo, um pedaço de terras com um paiol que tira de milho cento e cinquenta alqueires “que tudo adquirio no tempo do seu cativo”.¹³

Se nas alforrias pagas à vista fica patente a possibilidade do escravo de acumular pelo menos a soma necessária para saldar o preço pedido por sua libertação, tal fato, não deve encobrir a realidade de que a alforria representava um claro processo de “descapitalização”, às vezes, e como parece ser o caso do exemplo citado, representando o empenho dos recursos acumulados durante toda a vida do cativo.

¹⁰A este respeito ver: Peter Eisenberg. “Ficando Livre: as alforrias em Campinas no século XIX”. *Estudos Econômicos*. IPE/USP, 17 (2), maio/ago. 1987, p.184, e Stuart Schwartz. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.333.

¹¹ACSM, Livro de Notas nº68, folha 1, 1819.

¹²A informação sobre esse aspecto da legislação Filipina encontra-se em Kátia Queiroz Mattoso. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹³ACSM, Livro de Notas nº69, folha 50, 1822.

3. COARTAÇÕES

Relativamente freqüentes no século XVIII, sobretudo em Minas Gerais, sua origem remonta ao *statuliber* romano, tendo plena vigência na América hispânica¹⁴. Segundo Manuela Carneiro da Cunha:

“Tratava-se de concordar com um preço que o escravo devia pagar a seu senhor, em várias prestações. A partir desse acordo, o escravo passava a uma condição intermediária, nem alforriado nem escravo, mas, se fosse seguida a argumentação de Perdigão Malheiro, já com vários privilégios de livre. Principal talvez desses privilégios: os filhos de uma mulher nessas condições já era livre.”¹⁵

As “alforrias a crédito” representaram, para o período de 1819 a 1823, 8,2% das alforrias concedidas em Mariana. Entre os anos de 1824 a 1828 elas somaram 20,6% do total das manumissões.

A preocupação central do proprietário, obviamente, era a garantia de que o pagamento fosse efetuado. Em vários casos, o libertando continuava servindo a seu senhor enquanto a dívida não fosse quitada integralmente. Foi o que ocorreu com Francisco Cabra, filho da escrava Ritta crioula, já falecida, quartado pelo seu proprietário em 130 mil e oitocentos réis. O papel de liberdade esclarecia ainda as razões da alforria e a garantia da quitação das parcelas: “por ser o dito escravo minha cria e me ter servido bem com toda a fidelidade”. No caso da morte do titular da dívida as parcelas restantes deveriam ser recebidas pelos irmãos, por parte de pai, do cativo.¹⁶

Situação semelhante, ainda que sem os agravantes das complexas relações familiares vividas por Francisco cabra, envolveu a coartação de Manoel, de nação Benguela, registrada a 19 de setembro de 1822. O documento estabelecia que o libertando, caso não quitasse as 4 prestações anuais relativas à sua quartação, poderia fazê-lo em cinco. Durante todo o período em que perdurasse a dívida, porém, Manoel ficaria obrigado a: “existir” na companhia do proprietário ou “trabalhar fora andando somente uma légua”.¹⁷

¹⁴ “Na América Espanhola, refere Schwartz, a coartacion; era um estatuto legal que permitia ao escravo exigir a fixação de um preço justo para que trabalhasse e pudesse comprar sua liberdade”. Maria Inês C. de Oliveira. *O liberto, o seu mundo e os outros: Salvador, 1790-1890*. São Paulo: Corrupio, 1988, p.28.

¹⁵Manuela Carneiro da Cunha. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.36.

¹⁶Colocar a referência do documento.

¹⁷ACSM,Livro de Notas n°69, folha 45 v.

IV. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Esta modalidade de alforria se aproxima bastante daquela que predominou, no século XIX, nas áreas urbanas do estado norte americano de Maryland, sobretudo em Baltimore onde era designada como *escravidão a termo*.¹⁸ O curioso é que naquela região instituiu-se um movimentado mercado de forros a termo, o que não parece se observar aqui.¹⁹

Elas representaram, em Mariana, 22,3% das alforrias no primeiro período, e 18,3% no segundo.

A maior parte das alforrias por prestação de serviço que aparece na documentação estabelecia que o escravo deveria servir ao proprietário até a morte do mesmo. No caso de escravas jovens, muitas vezes filhas de cativas de um mesmo plantel, eram comuns as manumissões que previam a prestação de serviços até que as mesmas “tomassem estado”, ou seja, contraíssem matrimônio.

O caso do africano Paulo, de nação Guiné, parece ilustrativo de como a alforria era um bem perseguido incessantemente pelo cativo. Paulo teve sua carta de alforria registrada no Cartório do segundo ofício, em Mariana, no dia 2 de agosto de 1821. Seu papel de liberdade estabelecia que o futuro liberto passaria a gozar de seu direito após a morte do seu senhor, um caso típico do que está sendo considerado como alforria por prestação de serviços. Paulo Guiné tinha 50 anos.²⁰

5. PAGAMENTO POR TERCEIROS

Esse tipo de alforria condicional, que em geral significava a tomada de empréstimo por parte do cativo para a compra de sua liberdade também foi muito comum no caso em que parentes alforriavam membros da família, sobretudo crianças.

O recurso a empréstimos podia cobrir apenas uma parte da quantia paga pelo escravo em troca da liberdade, como se depreende do exemplo da crioula Pascoa que teve uma parcela de uma dívida de 116 oitavas, correspondente à

¹⁸Sobre o tema ver: Stephen Whitman, “Diverse good causes: Manumission and the transformation of urban slavery”. *Social Science History*. Minnesota: Duke University Press, v.19, nº3, 1995.

¹⁹ “The combination of large numbers of gradual manumissions and long terms of service brought into being a market in which substantial numbers of slaves could be bought and sold much more cheaply than slaves for life. That buyers and sellers were active in this sector of slave market is beyond doubt.” Idem, p.351.

²⁰ACSM, Livro de Notas nº69, folha27v., 1821

compra de sua Carta de alforria, saldada com empréstimo tomado a Luciano Ribeiro.²¹

O interesse dos senhores na transação fica patente quando se verifica, através da documentação, que muitos deles serviram como fiadores das dívidas contraídas por seus cativos.

As alforrias pagas por terceiros corresponderam a 8,2% das manumissões concedidas no primeiro período, e a 5,8% no segundo.

6. FORMAS MISTAS DE PAGAMENTO DE ALFORRIAS

A classificação das diversas formas de condicionalidade, no entanto, não esgota a análise dos aspectos que envolvem as imposições dos proprietários no momento do estabelecimento das condições a serem cumpridas pelos cativos que alcançam sua alforria. A natureza de **concessão** e a ausência de regulamentação das manumissões, pelo menos até meados do século XIX, levavam a extremos a “criatividade” dos senhores, que combinavam formas diversas de pagamento, como demonstram os exemplos a seguir:

a. Prestação de serviços e coartação

No ano de 1819, a crioula Cristina, filha da escrava coartada Florinda, e irmã do escravo Gregório, tem sua carta de alforria registrada no Cartório de Mariana que previa as seguintes condições: a escrava deveria, além de pagar as parcelas relativas à sua coartação, trabalhar na roça da Boa Vista de propriedade de seu falecido senhor o capitão Thomas Joaquim Pedrozo da Silveira.²²

b. Auto pagamento e prestação de serviços.

O papel de liberdade de Lourenço Crioulo informa que ele estaria sendo alforriado por 32 oitavas, um preço relativamente baixo para um escravo adulto. Logo adiante o documento esclarece, no entanto, que o escravo teria que trabalhar por mais 3 anos para seu senhor²³.

²¹ACSM, Livros de Notas nº69, folha 10 v., 1820.

²²ACSM, Livro de Notas nº69, folha 1v., 1819.

²³ACSM, Livro de Notas nº69, folha 6v, 1820.

A escrava Mariana adquiriu sua carta de alforria pelo preço de 32 oitavas. Mas não passou imediatamente à condição de forra. A carta estabelecia, ainda, que Mariana servisse sua senhora até a data da morte da proprietária.²⁴

c. Auto pagamento e pagamento por terceiros

Dionízio Pardo exercia a profissão de seleiro e sapateiro na cidade de Mariana. Seu senhor, o alferes Antônio Gonçalves estabeleceu o preço de sua alforria em 240 mil réis dos quais Dionízio pagou 173 mil e seiscentos réis, recorrendo a empréstimo para integralizar a quantia restante.²⁵

d. Coartação e pagamento por terceiros

A escrava Joana, que teve sua carta de alforria registrada em 15 de novembro de 1821, estabeleceu com seu senhor que o pagamento se efetuará em duas parcelas. Para tanto contraiu empréstimos com Antônio Francisco da Silva. A carta especifica que a libertável “(...) pode ir para onde quiser tratar de sua vida desta comarca de Villa Rica até Sabará.” A contradição entre o ir para onde quiser e a restrição da mobilidade à região central da capitania, incomum nesse tipo de documento, talvez se relacione ao ônus da prestação a ser honrada pela liberta.²⁶

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se, a partir dos dados arrolados, uma evolução na proporção de alforrias condicionais em relação às incondicionais: de 56,4% no período de 1819 a 1823, elas passam para 62,7%, entre os anos de 1824 a 1829. Acreditamos que essas porcentagens tendem a permanecer constantes até a cessação do tráfico, elevando-se daquela data em diante. Aliás, não era outra a proposta do jornal conservador *O Monitor Sul Mineiro*, da cidade de Campanha, que se colocava a favor da concessão de alforrias condicionais em massa para o encaminhamento da questão servil em 1888.²⁷

²⁴ACSM, Livro de Notas nº69, folha 41v., 1822.

²⁵ACSM, Livro de Notas nº69, folha 14, 1820.

²⁶ACSM, livro de Notas nº69, folha 32v., 1821.

²⁷Hebe Maria Mattos de Castro. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil sec. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p.24.

Por outro lado, tão importante quanto a possibilidade de apresentar os números em torno do comportamento da política de alforrias talvez seja o tratamento qualitativo das fontes que permitem a apreensão não apenas de fragmentos de história de vida, como também o estabelecimento de aspectos das relações entre senhores e escravos, cristalizados num momento peculiar, condensação de um longo processo de expectativas, de obediência e de bons serviços, de arrependimento, de reconhecimento de faltas cometidas no passado por parte do senhor; de artimanhas, astúcia, negociação e protesto do segmento escravo; de conflito e negociações mútuas entre proprietários, herdeiros e cativos.

MESA REDONDA

Alforrias e discriminação social: séculos XVIII, XIX e XX •

Eduardo França Paiva
FINP

O título da mesa-redonda onde este texto foi apresentado, “Alforrias em Minas Gerais”, não serve, apenas, para delimitar um espaço. Ele diferencia uma prática complexa, temporal e multifacetada e sintetiza uma boa porção do viver e do conviver na Minas Gerais escravista dos séculos XVIII e XIX. Nele estão embutidas visões e vivências diferentes. De um lado a busca e a conquista da libertação (visão de quem não é livre) e de outro a “concessão” da libertação (visão do proprietário). Dá-se, então, o confronto entre o enfrentar (resistir) e o vencer a essência do sistema escravista, isto é, as relações de domínio (visão do submetido) e o controlar e o dominar a massa de submetidos, ignorantes, desalmados, infames, desonestos, inconfiáveis, turbulentos, perigosos, inferiores e desprovidos de civilização (visão da elite branca e livre).

Mas em que a prática das alforrias em Minas Gerais diferencia-se? É bom iniciar destacando que a sociedade e a economia de Minas distinguiam-se bastante das outras regiões brasileiras durante os séculos XVIII e XIX. E prossigo na resposta elencando, de maneira genérica, os seguintes pontos:

- 1) Desde as décadas de 30 ou 40 do século XVIII a população forra mineira era bastante significativa, talvez, a maior de toda a Colônia e, é possível, de todo o Novo Mundo escravista.
- 2) Grande parte, talvez a maior parte, das alforrias, durante todo o XVIII e o XIX, foi comprada pelos escravos.
- 3) Essa situação foi favorecida pela grande urbanização e pela dinâmica sócioeconômica experimentadas em Minas; vale lembrar que a escravaria mineira sempre esteve integralmente inserida no mercado, seja como produtora, seja como consumidora.

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “Alforrias em Minas Gerais”, apresentada no dia 26 de julho de 1996.

- 4) As mulheres formavam o grupo majoritário entre a população forra.
- 5) As estratégias femininas para alcançar a alforria parecem ter sido muito eficazes e pragmáticas: famílias matrifocais; reprodução natural positiva; preservação de valores culturais africanos e afro-brasileiros; domínio de atividades econômicas, como o pequeno comércio, pelo menos até o final do setecentos; incorporação (real ou teatralizada) de valores dominantes como instrumento de conquista da libertação individual e familiar, de ascensão econômica e de algum *status* social.
- 6) Presença permanente e corriqueira das coartações (alforrias pagas em parcelas, durante dois ou três anos em média, resultados de acordos verbais ou por escrito estabelecidos entre proprietários e propriedades; o coartado, geralmente, permanecia longe do domínio senhorial durante a busca dos recursos para saldar a sua dívida)¹. Aparentemente, as coartações foram mais comuns e numerosas em Minas que em outras partes do Brasil e da América escravista.²

Vejamos alguns dados esclarecedores do quadro mineiro:

1) Minas Gerais: número de escravos negros

1698	não havia escravos negros
1720	31.500
1738	101.607
1786	174.135

Dados retirados de RUSSEL-WOOD (1982)

2) Minas Gerais: população total em 1776

Branco(as)	Pardo(as)	Negro(as)	Total
70.664	82.110	166.995	319.769
78%			

Dados retirados de MAXWELL (1978)

3) Minas Gerais: população negra, liberta e livre

Década de 80 (XVIII)	123.000	70% do conjunto município mineiro
----------------------	---------	-----------------------------------

¹ Uma análise mais pormenorizada sobre as coartações é encontrada em PAIVA (1995^a), PAIVA (1995^b) e PAIVA (1995^c).

² Na América escravista o caso mais conhecido é o de Cuba, onde, no século XIX, as coartações foram muito comuns, embora sob o controle rígido do Estado, como pode ser constatado nos inúmeros códices de registro desses documentos, guardados pelos arquivos cubanos. Um estudo muito importante é realizado por SCOTT (1991).

1ª metade do XIX	a população liberta ultrapassa a população escrava
Dados retirados de KLEIN (1987)	

São números e informações impressionantes! É preciso, então, indagar sobre o que os teria motivado. Vale insistir na complexidade e no dinamismo experimentados pela sociedade mineira durante o século XVIII e boa parte do XIX e que, em grande medida, determinaram esses dados, além de servirem de base para a consolidação da rede urbana em Minas, após o auge da extração fácil do ouro. Pois é nesse quadro que se instalaram muitos pequenos e médios aventureiros e comerciantes, assim como prestadores de serviços, todos com seus modestos plantéis de escravos. A lógica era, assim, diferente da ocorrida no nordeste açucareiro até o século XVII. Nas Minas, onde estava o maior conjunto mancípio brasileiro do período colonial e do Império, existiam muitos proprietários de pequenos plantéis ao invés de poucos proprietários de grandes plantéis, o padrão mais comum até então. No conjunto, esses elementos fomentaram a construção de um novo perfil das relações senhor/escravo nas Minas, desenvolvido, principalmente, mas não apenas, nos núcleos urbanos.

A intimidade cotidiana desenvolvida entre os pequenos senhores e seus escravos abarcava o trabalho e a vivência dentro da casa, o que facilitou o estabelecimento de estreitos laços de dependência mútua e, até mesmo, afetivos. Isso acabou favorecendo a formação de núcleos familiares, matrifocais, na maioria dos casos, uma situação vantajosa para ambas as partes, isto é, a construção de uma rede de solidariedade através da família para os escravos e o crescimento natural do plantel, sem a necessidade de investimentos na compra de novos escravos, isto para os proprietários (este foi, no geral, o padrão adotado também pelos proprietários forros). Por isso, os plantéis mineiros eram formados por grande quantidade de crioulos e mestiços, dentre os quais muitas crianças. É possível, porém, que nos grandes plantéis essa tendência não se apresentasse nas mesmas proporções, isto é, mesmo com o avançar dos anos, no XVIII e em boa parte do XIX, os africanos continuassem predominando nos maiores grupos de cativos. No geral, contudo, não tenho dúvidas em afirmar sobre a vigência de códigos sociais que garantiram uma convivência razoável entre as partes e que funcionava sintonizando as conveniências, e, ainda, que abria espaço para efetivas e variadas possibilidades de acordos relativos às alforrias, tenham sido elas “concedidas gratuitamente”, tenham sido obtidas através de coações. Da utilização desses códigos brotaram, também, em muitas oportunidades, condições materiais de sobrevivência após a libertação.

Estabelecido esse panorama sobre as manumissões em Minas, quero agora expor algumas indagações gerais, sobre as quais venho refletindo e para as quais não ofereço, ainda, muitas respostas. Tenho me perguntado, por exemplo, sobre como é possível ler as realidades históricas em Minas e no Brasil dos séculos XVIII, XIX e XX através do estudo das alforrias. E continuando, em que medida o grande número de alforrias do período escravista influenciou as relações sociais no Brasil pós-abolição? Existiriam ligações entre esse movimento de manumissões e os padrões contemporâneos brasileiros de relações e discriminações sociais? Teriam sido as alforrias em grande quantidade e a formação de uma camada de libertos e descendentes (com ascensão econômica e, às vezes, social) dois importantes pilares da idéia de “paraíso racial” e de “cordialidade” do homem brasileiro? Ao mesmo tempo, teriam servido, por um lado, para o fortalecimento do dissimulado *apartheid* brasileiro e, por outro, para a quase institucionalização do pragmático e eficiente “jeitinho brasileiro”(no sentido mais positivo dessa prática)? Como compreender melhor esse conjunto complexo, onde misturam-se e sobrepõem-se dominação e enfrentamento, realidades e teatralizações delas? Para tentar melhor pensar essas questões recorro ao caso da crioula Bárbara Gomes de Abreu e Lima, natural de Sergipe Del Rei, mãe solteira, moradora em Sabará, em 1751, quando ditou seu testamento.³ Bárbara instituiu 12 testamenteiros que deveriam zelar por seus negócios e cumprir os seus legados.

Tantos testamenteiros e em lugares diferentes indica um círculo amplo e selecionado de relações pessoais cultivado pela testadora, assim como negócios espalhados por várias regiões, fato incomum até mesmo à maior parte dos livres com uma situação financeira razoável. Não é à toa que Bárbara dispunha de tantos objetos feitos com material nobre e despertava em outras mulheres o desejo de tê-la como comadre. Entre as posses declaradas encontravam-se:

“seis cordões pesando cento e uma oitavas, um se acha empenhado na mão de Thereza de Jesus, mulher de Antonio Alves por vinte oitavas e três na mão de Jozé Ferreira Brazam donde se acham dous cordões emendados que fazem um, quarenta oitavas, um cordão com uma águia, um pente, uma estrela, uma argola solta, um coração, tudo em ouro, também empenhado na mão de Jozé Ferreira Brazam, um cordão de ouro, um feitiço de menino Jesus de ouro pesando cinco oitavas, umas argolinhas de ouro pesando quatro oitavas, uma senhora de feitiço de Nossa Senhora da Conceição pesando três oitavas e meia, uns brincos de aljôfar e uns botões de ouro, umas argolinhas de ouro pequenas, uma bola de âmbar, uma bolta (sic) de corais engranzados em ouro, um coral grande com uma figa pendurada, tudo de ouro, quatro colheres de prata pesando oito oitavas cada uma, quatro garfos de prata e uma faca

³ MO (Museu do Ouro/Sabará)/CPO (Cartório do Primeiro Ofício)-TEST (Testamentos) – cód. 2, f.86v. a 91. Testamento de Bárbara Gomes de Abreu e Lima – Sabará 12 JUL 1735.

com cabo de prata, duas memórias de emberessadeiras (sic), dois pares de botões de anáguas abertos no buril, tudo empenhado na mão de Manoel de Magalhaens por sete oitavas, o que meus testamenteiros desempenharão. Item tenho empenhado mais um cordão de ouro com o peso que se achar na mão de Jozé Rodrigues de Souza por vinte oitavas que meus testamenteiros desempenharão. (...) um tacho grande de cobre e outro pequeno, doze pratos de estanho e dois grandes, uns corais, quatro saias, duas de seda preta e uma de rossa (sic) grana (sic) parda e uma de camêlão e a roupa branca que se achar (...) três panos de dois covados, um preto, um azul e um verde, um colchão de lã (...)."

Possuía, ainda, um plantel de sete escravos, composto por dois crioulinhos, três mulheres africanas e duas crioulinhas, dos quais deixava coartado, apenas, um dos crioulinhos.

Bárbara era madrinha de Quitéria “filha de minha comadre Joanna Alves, que foi escrava de Jozé Antunes”, a quem legava 200.000 réis “caso que ela case e não casando lhe não deixo coisa alguma, em tal caso se aplicará esta esmola para uma órfã à eleição de meo testamenteiro”. Legava 100.000 réis a outra afilhada, “Anna, mulatinha, filha de minha comadre Roza escrava de meu senhor Gervazio Ribeiro de Andrade [a quem legava 50.000 réis], morador no Ribeirão do Carmo”, fazendo ressalva idêntica à anterior.

Trata-se, é verdade, de um caso que de forma alguma refletia o padrão de vida da maior parte das forras mineiras. Para alcançar tal posição, a testadora não deve ter medido esforços e, em certa medida, acabou adotando valores culturais dominantes, como é possível depreender-se a partir da condição imposta às afilhadas para que recebessem a herança. Não obstante a incorporação do *modus vivendi* dominante, inclusive dos padrões religiosos católicos, alguns dos bens inventariados no testamento de Bárbara sugerem ter ela adotado práticas sincréticas e místicas. Teria a ex-escrava usado a formalidade testamental para camuflar suas crenças e práticas religiosas mais íntimas, além de usá-lo para consolidar, perante os que permaneceriam no mundo terreno, uma imagem que lhe interessava ser cultivada, pois servia de álibi à sua teatralização cultural e de proteção a outros iniciados?⁴

⁴ Manifestações culturais sincréticas eram muito comuns no dia a dia da população colonial. O sincretismo religioso, mais especificamente, divulgou-se por todas as camadas sociais, mas parece ter tido nos escravos e ex-escravos seus mais importantes representantes. Entre esses últimos, as mulheres desempenharam papel central, talvez como principais guardiãs da herança cultural africana. Em Sabará, uma contemporânea de Bárbara, a africana forra Luzia Pinta, parece ter sido a responsável pela divulgação do calundu, misturando dança, adivinhações e curas, exercendo influência sobre negros, mestiços e brancos. Teriam as duas se conhecido? Sobre Luzia Pinta ver MOTT (1994) e SOUZA (1986, p.267). Sobre o papel das mulheres na preservação e divulgação da

Entre os bens pertencentes a Bárbara destacam-se objetos raramente encontrados em outros testamentos de forras, como o pingente em forma de águia, a bola de âmbar, a estrela, a figa e a quantidade de corais que possuía. Outros, mais comuns, assumiam um significado místico, sobretudo, porque faziam parte de um conjunto bastante intrigante. É o caso dos numerosos cordões de ouro e dos brincos de aljôfar.

A carapaça adotada pela ex-escrava solidificara-se através da fusão de elementos valorizados pelos grupos dominantes, mas parecia proteger, e bem, um caso de resistência cultural. Façamos, então, uma leitura das entrelinhas e dos silêncios! É necessário, portanto, tentar decodificar esse hermético universo de Bárbara. A chave do problema está, provavelmente, no conjunto de bens inventariado pela própria forra, ao qual dedicou muita atenção. Embora seja uma questão bastante instigante, conseguir encontrar os significados reais que cada um desses objetos possuía para Bárbara é uma tarefa quase impossível. Difícil, também, é discriminar as influências de culturas européias, africanas e americanas aí embutidas. Contudo, de uma maneira geral, todos os objetos parecem estar simbolizando a ligação entre o humano e o sobrenatural, o poder, a sexualidade e a condição feminina.

Alguns dos objetos inventariados, entretanto, merecem maior atenção. Para tanto, recorri a um dicionário de símbolos com o intuito de extrair dali pelo menos os significados mais tradicionalmente agregados a eles; é claro que correndo o risco de cometer algum anacronismo, além de impropriedades espaciais. (CHEVALIER et CHEERBRANT, 1993) A águia representava a “encarnação, substituto ou mensageiro da mais alta divindade uraniana e do fogo celeste, o sol, que só ela ousa fixar sem queimar os olhos.” Ela sempre representou os maiores deuses e heróis. Em todos os continentes “xamãs, sacerdotes, adivinhos e, igualmente, reis e chefes guerreiros tomam seus atributos para participar de seus poderes.” (p.16) O âmbar “amarelo chama-se, em grego, *elétron*, nome do qual deriva a palavra eletricidade. Os rosários e os amuletos de âmbar são uma espécie de condensadores de corrente. Ao se autocarregarem, descarregam de seus próprios excessos aqueles que os usam ou que lhes defiam as contas. (...) fio psíquico que liga a energia individual à energia cósmica, a alma individual à alma universal. Ordinariamente, atribui-se aos heróis e aos santos um rosto de âmbar, que significa um reflexo do céu sobre sua pessoa e a força de atração que eles exercem.” (p.29) As estrelas representam a fonte de luz. “Seu caráter celeste as faz também símbolos do espírito e, particularmente, do conflito

entre as forças espirituais, ou de luz, e as forças materiais, ou das trevas.” (p.416) O coral “participa do simbolismo da árvore (eixo do mundo) e do simbolismo das águas profundas (origem do mundo). Sua cor avermelhada o aparenta com o sangue. Sua formas são atormentadas. Todos esses signos fazem dele um símbolo das vísceras. Na Antiguidade, o coral era usado como amuleto, para defender do mau-olhado. Muito usado na sua forma natural pelos ourives barrocos da Europa central, do século XVI ao século XVIII, ele deu origem, associado a figuras de metal precioso [no caso, a figa], a toda espécie de monstros e seres míticos, que fazem dele uma representação material inata do imaginário, do fantástico.”(p.284-285) Os colares (cordões), brincos e pérolas (aljôfar) estavam revestidos de significados ligados ao erotismo, à sexualidade e à feminilidade.

Parece querer explodir desse universo simbólico uma visão de mundo proibida pelas autoridades metropolitanas e desprezada (porque temida) pelos “bons” da Colônia. Explicitar tal visão, praticá-la abertamente, é algo que Bárbara optou por não fazer; isso certamente comprometeria sua ascensão econômica e social (esta, muito raramente ocorria entre os forros). Além disso, é possível que outras pessoas compartilhassem com Bárbara as mesmas crenças e, como ela, necessitassem de muita discrição. Talvez tenha sido para melhor guardar esses bens de grande valor pessoal (ela os manda resgatar) e para se resguardar de eventuais delações é que ela os tinha empenhados nas mãos de dois homens de sua confiança, sendo um deles, simultaneamente, capitão-mor e seu testamenteiro.

Liberta, rica e entranhada em círculos sociais compostos por homens de poder, a ex-escrava havia atingido uma posição invejável, mas parecia assumir, simultaneamente, a responsabilidade de guardiã de porções da herança cultural africana no Brasil colonial. Incorporar o comportamento senhorial era certamente uma forma de legitimá-lo, mas não poderia, também, ser uma forma de proteger e camuflar práticas culturais, representações e visões de mundo avessas e contrárias às adotadas pelas camadas dominantes? O caso de Bárbara seria um exemplo de pura alienação ou de completa submissão aos desígnios senhoriais ou, ao contrário, foi uma estratégia específica de enfrentamento e de resistência à desumanização e à violência intrínsecas ao sistema escravista? Sinceramente, creio que a segunda possibilidade está mais próxima da realidade vivida pela liberta. Embora os dados que disponho não possam, até agora, revelar mais detalhadamente a vida e as práticas espirituais e intelectuais de Bárbara, deve ser salientada a excepcional valorização e consolidação da condição feminina, empreendida por ela e por outras tantas escravas e libertas mineiras, no jogo mantido com o mundo masculino, sobretudo com a parcela senhorial dele, isto é, com os homens livres, brancos e

detentores do poder.⁵ A testadora representava, portanto, um modelo a ser seguido por outras libertas que almejavam ascensão econômica e por escravas que, como foi visto acima, buscavam estreitar o laço de amizade que as unia. Não é pouca coisa para quem nasceu no cativeiro e, depois de alguns anos, já liberta, parece ter exercido grande influência sobre alguns brancos e, talvez, sobre várias negras e mestiças.

Para finalizar essas rápidas reflexões, gostaria de dizer que eu creio haver um lacuna, que ainda não consigo entender em toda a sua dimensão, entre práticas tão criativas e eficazes de enfrentar o sistema de dominação escravista e impor-lhe algumas vitórias (como as alforrias) e as precaríssimas condições de convivência social enfrentadas pela população negra no Brasil de nossos dias. Salvo situações de exceção, parece-me que nossa sociedade, ainda neste final de século, reconhece a liberdade e a cidadania dos negros apenas de maneira parcial. Se não é esta a situação real, como explicar, então, a seguinte estrofe, ensinada por “professoras” inescrupulosas e pouco qualificadas, musicada e representada gestualmente por crianças de jardim de infância, como pude presenciar recentemente? Refiro-me a esta “pérola”: “Plantei uma sementinha no meu quintal. Nasceu uma neguinha de avental. Eu disse dança neguinha... Eu não sei dançar. Pois pego no chicote que você dança já!”

Assumindo, neste caso, uma posição “politicamente correta”, creio ser premente repensar e transformar essa realidade cruel! Talvez as estratégias utilizadas por escravas e escravos brasileiros para conquistarem suas alforrias possam nos inspirar e nos auxiliar nesta tarefa!

BIBLIOGRAFIA:

- BUSH, Barbara. *Slave women in Caribbean society – 1650-1838*. Kingston: Heinemann Publishers, 1990.
- CHVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dictionnaire des symboles; mythes, rêves, coutumes, gestes, formes, figures, couleurs, nombres*. Paris: Robert Laffont/Jupiter, 1993.
- KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana; América Latina e Caribe*. (trad.) São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa; a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal – 1750-1808*. (trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁵ Ver, nesse sentido, PAIVA (1995^b, p.137-157) e BUSH (1990, p.48-49).

- MOTT, Luiz. O Calundu-Angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739. Revista do IAC. UFOP, Ouro Preto n.1 p.73-82, 1994.
- OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. O liberto, o seu mundo e os outros; Salvador, 1790-1890. São Paulo: Corrupio/CNPq, 1988.
- PAIVA, Eduardo França. Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial. Revista de História. USP, São Paulo: n.133 p.49-57, 1995 a.
- _____. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995 b.
- _____. Um aspecto pouco conhecido das alforrias: a coartação em Minas Gerais no século XVIII. Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social. UFRJ, Rio de Janeiro: n. 2 p.47-53, 1995 c.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. The black man in slavery and freedom in colonial Brazil. Oxford: The MacMillan Press Ltd, 1982.
- SCOTT, Rebecca J. Emancipação escrava em Cuba; a transição para o trabalho livre – 1860-1899. (trad.) Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/Ed. UNICAMP, 1991.
- SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a Terra de Santa Cruz; feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

CURSO

Elites políticas mineiras na primeira república brasileira

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi
UFJF

Lima Barreto, indo além dos limites de seu próprio tempo, abusou do ofício, intrinsecamente nacional, de caricaturar seu próprio país, ao caracterizar a Primeira República Brasileira, através da criação da metáfora de um país inexistente, “A República dos Bruzundangas”. Para Assis Barbosa¹, o termo expressaria um país de trapalhadas e encrencas, confusamente manifestadas através da construção de um sistema institucional inspirado no modelo norte-americano, e exercido pelos grandes estados: o dos bois (Minas Gerais), o dos rios (Rio de Janeiro), o da cana (Pernambuco) e o do Kaphet (São Paulo).

O autor retrata irônica e comicamente uma realidade vivida por ele, e narrada pelos historiadores: um país, cuja marca política principal, era a hegemonia política dos grandes estados. Reproduz criticamente seu modelo de federalismo; zomba do falseamento das instituições pretensamente democráticas; ri da elite de seu tempo. É sobre este modelo político de república que me dedico a analisar. Tarefa não muito fácil, em função da extensa bibliografia já produzida sobre o período, o que torna o compromisso com a originalidade um desafio.

Com esta pesquisa, estamos estudando as relações interestaduais de poder no regime republicano implantado, tendo como ponto de partida uma de suas unidades federativas – Minas Gerais – buscando mensurar qual foi o impacto das relações intra-oligárquicas mineiras sobre o comportamento político de sua elite no cenário federal. Estamos revendo a produção historiográfica brasileira a respeito da chamada *política do café-com-leite*, expressão que inspira a hegemonia política dos dois estados cafeeiros: Minas e São Paulo, buscando não só relativizar os termos desta aliança, como também a sua própria hegemonia.

Na historiografia política sobre a Primeira República no Brasil pode-se destacar três tendências metodológicas. A *primeira* consiste em isolar as elites

• Resumo do curso “Elites políticas Mineiras na Primeira República Brasileira”, oferecido de 23 a 26 de julho.

¹BARBOSA, Assis. (org) 1993.

políticas de seu conteúdo de classe, ao afirmar que as mesmas atuam no Estado na defesa de interesses coletivos, e não especificamente corporativos². Os trabalhos historiográficos relacionados a esta tendência subestimam a hegemonia política da aliança Minas-São Paulo. No caso mineiro, procuram excluir qualquer ligação entre o café e a forte presença política de Minas no cenário nacional. No caso paulista, procuram afiançar que os ganhos políticos de São Paulo não corresponderam a seu êxito no campo econômico, destacando suas contínuas derrotas políticas.

A *segunda* tendência se caracteriza por perceber a ação das elites políticas como sendo meros reflexos de sua situação de classe. De base marxista, esta tendência tem afiançado que as elites políticas atuam como representantes dos interesses econômicos dominantes em uma sociedade. Os trabalhos que a ela se relacionam³ procuram destacar a hegemonia política e econômica da aliança Café com Leite, levando para segundo plano, suas rupturas internas e suas derrotas políticas. Tendem a obscurecer a atuação das chamadas *oligarquias de segunda grandeza* e vinculam a hegemonia política, tanto de São Paulo como de Minas Gerais, à ascensão econômica do café. Relacionam pois, a atuação de suas elites políticas aos interesses agro-exportadores.

A *terceira* tendência, mais recente, tenta colocar-se a um meio caminho entre a primeira e a segunda citadas, procurando resgatar a autonomia relativa das elites políticas em relação aos interesses econômicos em curso. A atuação das elites no seio do Estado, não estaria nem totalmente desconectada aos interesses econômicos hegemônicos, e nem condicionada pelos mesmos. Os trabalhos recentes que se relacionam a esta tendência procuram relativizar, não só o caráter monolítico de dominação do eixo Minas-São Paulo, como a atuação de suas próprias elites na defesa dos interesses cafeeiros. Sem negar a hegemonia dos dois estados no quadro nacional, a qual se fundamentava em bases econômicas cafeicultoras, reconhecem que tal hegemonia foi construída com muita dificuldade, e que nem sempre as elites políticas atuaram segundo interesses exclusivamente corporativos. Uma vez no poder, as mesmas detinham certo grau de autonomia que as levava a defender interesses coletivos, mesmo que eventualmente contrários à cafeicultura. Estas pesquisas têm privilegiado o estudo das oligarquias de segunda

² Destacam-se como trabalhos representativos deste paradigma os de Amílcar Martins Filho para o caso de Minas Gerais (1987) e o de Simon Schwartzman para o caso de São Paulo (1970).

³ No caso de Minas Gerais destaca-se o trabalho de Paul Cammack (1979) que se contrapôs às conclusões de Amílcar Martins (op. cit.). A respeito de São Paulo vários autores podem ser citados. Para os fins deste trabalho, destacaremos o resumo de caráter historiográfico de Boris Fausto (1972).

grandeza, destacando o papel desestabilizador do Rio Grande do Sul e a atuação das oligarquias fluminenses na tentativa de construção de um eixo alternativo de poder.⁴ Nosso trabalho se coloca sob a perspectiva desta terceira tendência.

A pesquisa se embasa em três grandes eixos. O *primeiro* diz respeito às articulações internas da elite política mineira, visando apreender como se produzia o conflito de interesses e identificar os fundamentos básicos da formação e decomposição de alianças. O *segundo* eixo diz respeito às relações existentes entre elite política e elite econômica em Minas Gerais. O *terceiro* eixo consiste em analisar a atuação das elites mineiras, a nível federal, identificando o papel de Minas na federação, sobretudo em relação à aliança com São Paulo.

O que se destaca nos estudos produzidos acerca do primeiro eixo é a regionalização dos interesses políticos em Minas Gerais. É comum entre os estudiosos a idéia de que Minas, em função de sua formação histórica específica, aliada à composição de seu quadro natural, era formada por regiões distintas entre si, dificultando a sua interligação. Desta forma, o estado apresentar-se-ia como um mosaico⁵, composto por sub-regiões política, econômica e culturalmente distintas. Este mosaico dificultaria a união entre as elites mineiras, as quais tenderiam, naturalmente, a uma ação centrífuga e dispersa. Caberia ao estado um importante papel: unificar os diversos interesses existentes, habilitando Minas a uma ação política unificada no plano nacional.

Os autores que partilharam da idéia do mosaico regionalizaram as ações políticas das elites mineiras. Para eles, durante a Primeira República, predominaram três regiões politicamente mais importantes no estado: o sul, o centro (mais tarde conhecido como zona metalúrgica) e a zona da mata. Além delas, a região de campos (que tem como cidades-pólo, Barbacena e São João Del Rei), o triângulo e o norte apareciam como regiões de importância política menor.

Afonso Arinos⁶ assinala com destaque a base regional e também econômica das alianças políticas formadas. Para o autor, as regiões cafeeicultoras (Mata e Sul) agiam conjuntamente em oposição às demais regiões. O centro de Minas tinha o seu poder político derivado da tradição de ter sido a região mais rica no período da opulência do ouro e de ser a sede da capital do estado (Ouro Preto e, posteriormente, Belo Horizonte). O sul e a mata teriam o poder derivado de sua riqueza econômica provinda do café. Os dois grupos disputaram e obtiveram a hegemonia política do estado.

⁴Neste grupo de autores destacam-se os trabalhos de Steven Topik (1989), Winston Fritsch (1989), Eduardo Kugelmas (1986) Marieta M. Ferreira (1994) e Armelle Enders (1993).

⁵WIRTH, John. (1982)

⁶FRANCO, Afonso A. de M. 1955

Em sua trilha caminharam outros trabalhos de importância. Resende⁷, em seu minucioso estudo sobre o PRM, reconhece o mesmo conflito de interesses. Para a autora, até o governo estadual de Silviano Brandão, as elites mineiras viviam conflitos interregionais latentes que impossibilitavam Minas de exercer uma projeção nacional. No entanto, o referido governo foi marcado pela formulação de um acordo tácito intra-elitista que habilitou o estado a caminhar unido, a apoiar o pacto oligárquico e a potencializar-se para a disputa do poder a nível federal.

O trabalho de Wirth⁸ também caminha na mesma direção. Realça que o poder político em Minas, após a sua unificação interna, encontrava-se sob os auspícios das regiões cafeeiras lideradas por Silviano Brandão. Seguindo a trilha de Afonso Arinos, afirma que os políticos da Zona Metalúrgica (Centro) eram mais cosmopolitas e progressistas, por estarem associados às regiões mineradoras (urbanas), ao passo que os da Mata, ligados às atividades rurais da agro-exportação, seriam conservadores e autoritários.

Cardoso Silva⁹ entra no debate marcando uma mudança nos rumos das alianças regionais. Realça a supremacia da aliança Centro-Sul condicionada pelo fato de não reconhecer a Mata como pólo industrial, e sim o sul de Minas, (indústria de laticínios). Desta forma, o centro optaria por aliar-se ao Sul, por ser este mais promissor, condicionado pela proximidade a São Paulo, ao passo que a Mata receberia maiores influências do “decadente” Rio de Janeiro.

Peter Blasenheim¹⁰ afirma ter sido a Mata politicamente subordinada, mas afirma que no período não havia nenhuma região com poder suficiente para obter hegemonia no Estado. As clivagens existentes entre a Mata e a política Alvinista¹¹, imposta pelo Centro, eram de caráter econômico e não ideológico, uma vez que Alvim estava associado politicamente à mineração.

David Fleischer¹² reafirma os fundamentos regionais das disputas nos mesmos termos de Arinos. Mas destaca a existência de clivagens, após o pacto

⁷ RESENDE, M. (1982)

⁸ WIRTH, J. op.cit.

⁹ SILVA, V. (1977)

¹⁰ BLASENHEIM, P. (1982)

¹¹ Política alvinista tem como referência à liderança de Cesário Alvim. Político oriundo da zona da mata, que construiu sua base política na região central. Foi indicado presidente de Minas após a proclamação da república e liderou movimento de forte oposição à ascensão dos republicanos históricos ao poder no estado.

¹² FLEISCHER, David (1978)

interno ocorrido no governo Silvano. O novo PRM surgido teria sido formado por três grupos: os biistas, chefiados pela força política de Bias Fortes; os salistas, por Francisco Sales e os silvanistas, por Silvano Brandão. O que marca esta abordagem, que igualmente é partilhada pelos autores acima citados, é a personificação das disputas após o período de Silvano, as quais deixam de ser sub-regionais¹³ e passam a ser parte das lealdades individuais.

Sem descartar a idéia da existência do mosaico mineiro, e as dificuldades por ele geradas na composição de uma homogeneidade política no estado, partimos do pressuposto de que se formaram grupos políticos, ligados por relações de lealdade pessoal, que se faziam e se desfaziam em função de interesses específicos. Desta forma, acreditamos que os critérios de composição e decomposição de alianças não eram exclusivamente regionais. Obedeciam a um conjunto de elementos delineadores que variavam desde o compartilhamento de ideais políticos e interesses econômicos até lealdades individuais, e também, mas não prioritariamente, disputas interregionais. Rompemos com a idéia de que predominou em Minas a conciliação dos interesses a partir da criação do novo PRM¹⁴, o qual teria habilitado Minas à participação política na esfera federal, no âmbito do pacto oligárquico proposto por Campos Salles. Em nosso trabalho, destacamos a permanência de conflitos políticos recorrentes em todo o período cronológico em análise, os quais interferiram diretamente na atuação política de Minas no cenário federal.

No que toca à existência ou não da representação de interesses, a historiografia mineira divide-se em dois campos de análise. O primeiro, que parte do pressuposto de que as elites mineiras não atuavam na defesa de interesses econômicos, mas mantinham com o estado, uma relação nos moldes do patrimonialismo weberiano, tem por principal representante Amílcar Martins¹⁵, cujo trabalho figura entre os mais importantes estudos já produzidos neste campo. Partindo do pressuposto teórico weberiano, o autor afirma que não havia em Minas, no período em foco, ocorrido a representação de interesses corporativos por parte das elites cafeicultoras. Por ser Minas formada por regiões economicamente descentralizadas e auto-suficientes, o estado não aparecia como instrumento de obtenção de ganhos econômicos adicionais. As elites produtoras, independentes e diferenciadas em suas demandas, estariam impossibilitadas de atuarem conjuntamente na defesa de interesses próprios. Portanto, formou-se no

¹³Silvano Brandão e Francisco Sales eram do Sul de Minas. Bias Fortes era da região de Campos (Barbacena)

¹⁴ Idéia que se encontra mais destacada em Rezende, A. E. L. op. cit.

¹⁵ MARTINS, A. op. cit.

estado mineiro, uma elite política desvinculada dos interesses econômicos, que ocupava o poder em busca, exclusivamente, de prebendas políticas. Esta elite, a nível nacional, só atuava, eventualmente, na defesa dos interesses do café, com o objetivo de manter a aliança com São Paulo, na medida em que para o autor, a produção do café em Minas¹⁶ foi decadente e insignificante após a primeira crise do café.

Vera Alice¹⁷, em uma análise comparativa entre as burguesias de São Paulo e Minas Gerais, afirma que as primeiras, em função de sua grande produção de café, foram dinâmicas e atuaram nacionalmente na defesa de seus interesses. Mas as mineiras, por não possuírem respaldo econômico, não conseguiram formar-se enquanto uma burguesia agrária, e passaram a atuar tradicionalmente, na disputa de benefícios políticos, de caráter clientelístico, a nível nacional.

O trabalho de Carrara¹⁸ segue também na direção de Martins. Afirma não haver uma correspondência direta entre elite política e predomínio da cafeicultura, na medida em que os políticos mais destacados da Zona da Mata, provinham de cidades não cafeeiras da região, ou de onde o café havia surgido muito tardiamente (Carlos Peixoto, Raul Soares, Arthur Bernardes, dentre outros). Destaca igualmente, que em regiões não cafeeicultoras de Minas, a elite política tendia a ter um comportamento mais independente e menos ligado aos compromissos coronelistas em curso, o que não ocorria nas regiões cafeeicultoras, as quais tinham que se utilizar do estado para a obtenção de favores.

O que há em comum neste grupo de autores é a subestimação do potencial econômico do café mineiro. Embora sejam citadas cifras percentuais acerca do peso do café mineiro no conjunto das exportações nacionais – variando de 20 a 30% – o estado é visto como dependente economicamente da federação, chegando a ser colocado como inferior inclusive a Bahia¹⁹.

Um segundo grupo de autores destaca a existência de relações mais aproximadas entre as elites econômicas e políticas no estado. Wirth²⁰ relata a fragilidade das associações representativas de interesse dos mineiros, cujo grande número era indício de desunificação, em função das duplicatas que eram formadas. No entanto, o autor não descarta a existência de pressões políticas exercidas por

¹⁶ Para suas observações a respeito da economia mineira o autor se baseou, prioritariamente, em LIMA, J. (1981)

¹⁷SILVA, Vera A. C. op. cit.

¹⁸CARRARA, Ângelo. (1993)

¹⁹Este é o caso de Silva, V. A. C. op. cit.

²⁰WIRTH, J. op. cit.

parte dos cafeicultores mineiros na defesa de uma política fiscal menos rigorosa, favorável a seus interesses. Estas pressões eram feitas, porém, através de outros meios, que não os tradicionalmente usados como canais corporativos.

Blasenheim²¹ caminha em sentido semelhante, ao destacar a ação dos fazendeiros da Zona da Mata na defesa dos interesses do café. Destaca a sua ação na melhoria da malha ferroviária e na redução das tarifas alfandegárias e fiscais. Mas destaca o desinteresse dos cafeicultores mineiros em relação às políticas de valorização do café. O autor afirma que os mineiros aceitaram o Convênio de Taubaté só por imposição e desespero, na medida em que o referido acordo não atendia aos interesses da elite cafeicultora mineira.

Rezende²², embora não priorize em suas análises o estudo destas relações, afirma em caráter conclusivo, que Minas só buscou ter projeção nacional após a crise de sua cafeicultura – a autora se refere à crise de 1898 – para conseguir do estado nacional, apoio a sua sobrevivência econômica. Mas a autora não preocupou-se em delimitar como, a nível nacional, as elites mineiras atuaram na defesa desses mesmos interesses.

Pesquisas mais recentes, no campo da História da Zona da Mata de Minas Gerais, foram responsáveis por importante revisão historiográfica em torno da cafeicultura²³, sugerindo a necessidade de mudar-se o eixo dos debates.

Segundo resultados de pesquisas mais recentes, a cafeicultura da Zona da Mata mineira representou, durante todo o período em foco, a maior parte das exportações mineiras do produto, em uma percentagem média de 70% contra 30% do sul de Minas. Durante todo o período, a produção cafeeira do estado manteve-se estável, correspondendo em média, a 20% da produção brasileira. Diferentemente da produção paulista, que manteve-se sempre em escala ascendente, e da produção carioca, que manteve-se em escala descendente, a produção mineira vivenciou as diversas crises do café mantendo a estabilidade percentual no conjunto da exportação cafeicultora brasileira. Em termos absolutos, porém, a produção mineira teve ascensão gradual e constante.

O peso das exportações do café na economia do estado de Minas foi o tempo todo majoritário, variando de 50 a 68%. A receita do estado, por sua vez, dependia quase que exclusivamente, no período em foco, do desempenho da cafeicultura, não só através do recolhimento do imposto sobre a exportação e do

²¹BLASENHEIM, P. L op. cit.

²²RESENDE, M.E.L. op.cit.

²³Aqui nos referimos, com destaque, ao trabalho de Anderson Pires (1993)

imposto territorial rural, como dos demais impostos derivados indiretamente da cafeicultura.

Ao contrário das afirmações historiográficas anteriores, a cafeicultura da Zona da Mata apresentou um dinamismo considerável que permitiu, inclusive, a transferência de capital agrário para outros setores, como o setor imobiliário, financeiro e industrial. Houve igualmente o predomínio da grande propriedade com grande concentração de escravos. O capital oriundo do café foi, a exemplo de São Paulo, mas em proporções muito menores, empregado na diversificação econômica da região. Isto não implica em negar a evasão de capital agrário para os setores comerciais do Rio de Janeiro e de Santos, por onde se fazia a exportação do produto originários da Mata e do Sul de Minas, respectivamente. Mas, parte deste capital foi retido no estado, principalmente a partir da montagem de um sistema financeiro próprio.

Sendo o café produzido no Sul e Mata mineiros, as outras regiões dedicavam-se ao mercado interno, que englobava a produção de alimentos para a sustentação da cafeicultura e para subsistência. Esta economia tinha peso insignificante para a receita do estado, principalmente se comparada à receita fiscal oriunda do café.

Com base nestas novas pesquisas enfocamos o tema da representação de interesses de maneira diversificada. Conforme afiançamos anteriormente, nos colocamos a meio caminho entre os dois grupos de autores citados. Considerando a importância econômica de Minas no contexto federal e a importância do café no conjunto da economia mineira, não descartamos a existência da representação de interesses por parte de alguns setores da elite mineira. Mas não acreditamos ter sido este o único móvel de atuação desta elite política. Em alguns momentos, esta elite apoia medidas de interesses mais gerais e menos corporativos, em função exatamente da existência do mosaico mineiro e da consequente necessidade do estado de atuar como redistribuidor de recursos para as regiões não produtivas em Minas. Ao mesmo tempo, seguindo a linha de Fristch²⁴, acreditamos que a defesa da cafeicultura não era uma prerrogativa de grupos cafeeiros, mas um interesse de todas a elite do estado, tendo em vista o peso da cafeicultura na economia mineira como um todo. Destacamos que não houve uma hegemonia das regiões cafeicultoras no poder no estado, sem asseverar portanto, que as elites não cafeicultoras, quando no poder, iam de encontro aos interesses dos produtores.

Quanto à participação de Minas Gerais no contexto federal, priorizamos a análise de suas relações com os grandes estados, especialmente, São Paulo. Neste

²⁴FRISTCH, W. op.cit.

campo, a historiografia mineira e nacional se juntam para os fins de nossa análise. A existência de uma aliança entre Minas Gerais e São Paulo é quase incontestável pela maior parte da historiografia. O que se discute são os fundamentos da aliança, os seus marcos cronológicos e o grau de sua hegemonia na federação.

No que toca ao primeiro item de discussão, os trabalhos de Schwartzman para o caso de São Paulo e o de Martins para o caso de Minas advogam que a aliança entre os dois estados não teve por fundamento o café, na medida em que a elite mineira não atuava na defesa dos interesses da cafeicultura e a elite paulista teve seu poder político muito aquém de seu poder econômico. Os demais trabalhos acerca da Primeira República²⁵ reconhecem a base cafeicultora da aliança, associando a hegemonia dos dois estados ao seu poder econômico de serem os primeiros produtores da principal fonte de riqueza nacional.

Quanto aos marcos cronológicos da aliança, o debate se amplia. Campello e Souza afirma que a aliança já existia desde o governo Floriano. Boris Fausto²⁶ indica seu início a partir do Governo de Prudente de Moraes. John Wirth²⁷, Joseph Love²⁸, Afonso Arinos²⁹ e Raimundo Faoro³⁰, a partir da formulação do pacto oligárquico por Campos Salles. Edgar Carone, a partir do Governo Rodrigues Alves. Daniel de Carvalho e Vera Alice³¹ durante o governo de Hermes da Fonseca. Martins apresenta um período mais elástico, de 1900 a 1910 e de 1913 a 1929. Armelle Enders³², a partir do governo federal de Bernardes. Como se vê, a respeito dos marcos cronológicos não há consenso na historiografia.

Quanto ao terceiro item, a incontestável hegemonia da aliança vem sendo recentemente contestada, como abordamos anteriormente. Neste vasto campo de debates pretendemos dar uma contribuição a partir dos três campos de divergências citados. A idéia de relativizar os termos da aliança implica em negar a existência de um acordo tácito e permanente entre Minas e São Paulo, colocando-o como pontual. Desta forma, ele só teria ocorrido nas sucessões de Hermes (Pacto de Ouro Fino) e na sucessão de Bernardes. Em geral, os acordos se davam entre os

²⁵Aqui nos referimos aos trabalhos de SOUZA, Maria do C.C. (1985), Edgar Carone (1983), Mello Franco (1973) e José Maria Bello (1972), entre outros.

²⁶FAUSTO, Boris (1979)

²⁷WIRTH, J. op.cit.

²⁸LOVE, J. (1982)

²⁹FRANCO, A.A.M. (1973)

³⁰FAORO, R. (1984)

³¹CARVALHO, Daniel (1956) e SILVA, Vera A. op. cit.

³²ENDERS, A. (1993)

chefes políticos dos principais estados da federação, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Em algumas ocasiões, Minas se encontrava separada politicamente de São Paulo, como na sucessão de Rodrigues Alves, na sucessão de Afonso Pena, no governo Hermes e em períodos do governo Wenceslau. Ao mesmo tempo, pretendemos acompanhar os trabalhos que relativizam a hegemonia cafeeira em si, na medida em que, tanto a elite paulista, como a mineira, bem como a de outros estados, mantinham uma autonomia relativa frente aos interesses do café.

Minas Gerais viveu internamente, durante todo o período em foco, árduas disputas intra-elitistas, que interferiram na luta por sua projeção política a nível federal. Assim, a sua importância política no período não derivou prioritariamente do apaziguamento interno de suas divergências, mas também, e sobretudo, de seu poder econômico, condicionado por ser o segundo maior exportador nacional de café, aliado ao fato de possuir o maior contingente eleitoral. Criou-se uma via-de-mão dupla, onde acontecimentos políticos internos e externos ao estado influenciavam-se mutuamente na composição e decomposição de alianças políticas.

O modelo político em vigor no período em foco, teve a sua estabilidade garantida pela instabilidade das alianças entre os estados politicamente mais importantes da federação, impedindo-se, a um só tempo, que a hegemonia de uns fosse perpetuada e que a exclusão de outros fosse definitiva. Tal instabilidade pôde conter rupturas internas sem que o modelo político fosse ameaçado, até o limite em que as principais bases de sustentação deste modelo deixaram de existir, ocasionando a sua capitulação.

O fato da economia agro-exportadora estar condicionada à ascensão de preços do mercado internacional para a ampliação de seus lucros, a tornava refém da política cambial estabelecida a nível nacional. Portanto, a esfera da política se constituía de importância fundamental para que os interesses econômicos dos cafeicultores fossem contemplados. Tornou-se uma economia altamente dependente da intervenção do Estado e seus agentes dependentes do controle do mesmo. Daí, o interesse premente, dos estados cafeicultores, em manterem-se no poder. Ao mesmo tempo, a necessária aliança com estados não cafeicultores, aliada à luta constante pela hegemonia dos primeiros, limitaram a ação destas elites na defesa de interesses exclusivistas, garantindo ao estado oligárquico da primeira república, a detenção de uma autonomia relativa em se tratando dos interesses do café.

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Assis (org.) *Os melhores contos: Lima Barreto*, 3ed, São Paulo: Global,1993.
- BELLO, José M. *História da república: 1889-1954*, 6ed, São Paulo: Cia editora nacional, 1972
- BLAISSENHEIM, Peter. *A regional history of Zona da Mata in Minas Gerais – Brazil, 1870-1906*. Tese de Doutorado, Stanford, 1982.
- CAMMACK, Paul. *O coronelismo e o compromisso coronelista: Uma Crítica*. Cadernos do DCP, Belo Horizonte: n.5,1979.
- CARONE, Edgar. *A república velha: evolução política*, 4ed, São Paulo: Difel, 1983. Volume 2.
- CARRARA, Ângelo. *A Zona da Mata mineira: diversificação econômica e contínuismo (1839-1909)*, Dissertação de Mestrado, UFF, 1993.
- CARVALHO, Daniel. *Capítulos de memórias*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- ENDERS, Armelle. *Pouvoirs et federalisme au Bresil (1889-1930)*, Paris IV, Sorbonne, 1993. tese
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, 6ed, Porto Alegre: Editora Globo,1984.
- FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira In:___ *História Geral da Civilização Brasileira*, 5ed, Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. Tomo III, volume 1, Livro Segundo, Capítulo 1.
- FAUSTO, Boris. *Pequenos ensaios da história da república: 1889-1945*. São Paulo: Cebrap, 1972.
- FERREIRA, Marieta de M. *Em busca da Idade do ouro*, Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 1994.
- FLEISCHER, David V. Carlos Peixoto Filho: o Jardim da Infância.In:___ *Perfis Parlamentares 2: Carlos Peixoto Filho*, Brasília: UnB, 1978. p. 17-55. Introdução
- FRANCO, Afonso A.M.F. *Um estadista na república*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.
- FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, volumes 1 e 2
- FRISTCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ___ ABREU, Marcelo de P. (org.) *A ordem do progresso, cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*, Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- KUGELMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1986.

- LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais*, Vozes, Petrópolis: 1981.
- LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MARTINS FILHO, A. *The white collar Republic: Patronage and Interest Representation in Minas Gerais, 1889-1930*. Tese de Doutorado, Illinois, 1987.
- PIRES, Anderson J. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.
- RESENDE, Maria E. L. *Formação da Estrutura de dominação em Minas Gerais. O novo PRM 1889-1906*. Belo Horizonte : UFMG, 1982. p. 261.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Representação e cooptação política no Brasil*. Revista Dados, Rio de Janeiro, 1970
- SILVA, Vera Alice C. *A política regionalista e o atraso da industrialização em Minas Gerais, 1889-1920*. Dissertação de mestrado. UFMG, 1977.
- SOUZA, Maria do Carmo C. e. *O Processo político-partidário na Primeira República*. In:___ MOTTA, Carlos G. (org) *Brasil em Perspectiva*, 15 ed, São Paulo: Difel, 1985
- TOPIK, Steven. *A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- WIRTH, Jonh D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira: 1889-1937*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CURSO

“Belo Horizonte: 100 anos – História e Historiografia” •

Marcelina das Graças de Almeida
UFMG

O curso ministrado durante o Encontro Regional da ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História) em Mariana, no período de 23 a 26 de julho do corrente ano, teve como proposta básica a apresentação das múltiplas questões que se ligam à história da quase centenária metrópole Belo Horizonte e ao mesmo tempo avaliar a produção historiográfica relacionada à capital mineira durante esse período.

Para que pudéssemos obter o máximo aproveitamento em relação ao tempo e aos aspectos a serem apresentados, estabelecemos alguns pontos que foram a base do desenvolvimento do curso.

No primeiro denominado “Traços Históricos e Descritivos”, discutimos aspectos básicos relacionados à história de Belo Horizonte, tomando como ponto de partida os debates em relação à mudança da capital no final do século passado. Procuramos avaliar o percurso da cidade durante os cem anos, destacando os períodos que nos revelam aspectos significativos nos itinerários da capital.

Ao avaliarmos os anos iniciais da construção da cidade (1894-1910) pudemos perceber os contrastes e dissabores do projeto assinado por Aarão Reis, engenheiro responsável pela execução das obras, cujo objetivo era erguer um espaço urbano ordenado, higiênico e antenado com as propostas modernizantes no exterior.

Até final da década de 20 Belo Horizonte passou por uma fase de ambigüidades, foi o momento em que se consolidou como cidade construída e ao mesmo tempo iniciou o processo de demolição. A cidade passou por um período de remodelação, sendo considerados velhos alguns prédios e espaços dentro da estrutura urbana da capital. Essas mudanças, esse desejo da cidade moderna, vão se fazer mais visíveis durante as quatro décadas posteriores, momento no qual os

• Resumo do curso “Belo Horizonte: 100 anos – História e Historiografia”, oferecido de 23 a 26 de julho.

governantes assumem a posição claramente definida no que se referia á modernização da capital.

Esse período (1930-1995) marcado pela atuação de Juscelino Kubitschek como prefeito (1940-1945) e posteriormente governador (1951-1955). Durante sua gestão foi construído o complexo da Pampulha, cartão-postal e símbolo da vanguarda arquitetônica na capital mineira, bem como a construção do Conjunto JK.

A partir da década de 60 a capital passou a viver as contradições de ser uma metrópole em expansão. O crescimento rápido e desordenado, implicou em caos no tráfego, determinando, também, a descaracterização da Cidade Vergel, com a retirada das árvores das avenidas Afonso Pena, Bias Fortes e Augusto de Lima.

As dificuldades e dilemas da cidade construída sob a égide da modernidade se estendem aos dias de hoje. A necessidade de manter-se como um lugar que reúne as melhores condições para viver e ao mesmo tempo resolver questões básicas para sua manutenção, como o tráfego, a violência, a moradia, a pobreza urbana, entre outras.

Todos esses pontos foram abordados e discutidos, especialmente, buscando compreender como foram tratados e elaborados pela historiografia em geral. Esses aspectos foram tratados no item “Historiografia da história política á história social”. Na ocasião tentamos estabelecer três momentos que consideramos fundamentais para a compreensão do tema.

Tomamos como ponto de partida uma afirmação elaborada pelas historiadoras Maria Auxiliadora Faria e Ionne de Souza Grossi¹ na qual dizem que “(...) a produção historiográfica sobre Minas Gerais e de modo especial sobre Belo Horizonte é escassa”. O texto foi escrito na década de 70 e publicado em inícios da década de 80 e se referia ao quadro historiográfico até aquele momento.

Evidenciamos que os primeiros trabalhos publicados sobre Belo Horizonte desde a pioneira publicação do Pe. Francisco Martins Dias² em 1897 até os textos

¹ FARIA, Maria Auxiliadora e Grossi, Yone de Souza. A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920. V *Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, pp.165/199, 1982.

² DIAS, Pe- Francisco Martins. *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*., Bello Horizonte, Typ. Do Bello Horizonte, 1897.

editados até a década de 60, caracterizam-se pela ausência de uma análise mais profunda dos fatos que envolvem a história da cidade, limitando-se ao fornecimento de dados sistemáticos acerca dos episódios³. Tratava-se de uma visão empirista e factualista.

Procuramos, então, demonstrar que a partir do final da década de 60 uma história mais crítica que a anterior passou a ser produzida pelos pesquisadores, embora a maioria deles centrados em questões econômicas e políticas. Sendo também o momento em que os problemas sociais urbanos gestados a partir da instalação e concretização da capital, passam a ser uma preocupação dos historiadores⁴, as análises passam a ter como linha a teoria marxista.

Verificamos que os trabalhos desenvolvidos a partir da segunda metade da década de 80, ainda que voltados para o questionamento da dominação implícita na construção de Belo Horizonte, não privilegiam os aspectos políticos e econômicos somente. Outras questões começam a ser analisadas buscando uma compreensão mais ampla da cidade enquanto espaço planejado, construído, bem como espaço habitado, pleno de significações e contradições.

Os novos objetos perpassam pela arquitetura, artes, educação, boêmia, caridade, memória, lugares e imagens que são edificadas e que se tornam espaços de disputas dentro da capital⁵. A influência da historiografia francesa, calcada na “Nova História” possibilitaram essa mudança do eixo de análise.

³ Podemos incluir entre outros os seguintes textos: BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte, memória histórica e Descritiva*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1928. BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte, Memória Histórica e Descritiva Histórica Antiga e Média*. Belo Horizonte, Edições da Livraria Rex, 1936. (2 volumes). BARRETO, Abílio. *Resumo Histórico de Belo Horizonte (1701-1947)*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1950. LINHARES, Joaquim Nabuco. *Apontamentos Históricos - Mudança da capital*. Belo Horizonte, Imprensa oficial, 1905. PENHA, Octávio. *Notas Cronológicas de Belo Horizonte 1711-1930*. Belo Horizonte, Gráfica Santa Maria, 1950. PINTO, Dr. Alfredo Moreira. *Monographia de Belo Horizonte em 1901*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1913. TASSINI, Raul. *Verdades Históricas e Pré-Históricas de Belo Horizonte, Antes Curral Del Rey*. Belo Horizonte, s/e, 1947. TAVARES, Pr. Joaquim da Silva. *Monographia de Belo Horizonte. Revista Luso- Brasileira*. Bahia, vol. XII, 1914.

⁴ Podem ser encaixados nesta linha de pesquisa: FARIA, Maria Auxiliadora e Grossi, Yonne de Souza. *Op. Cit.* LE VEN, Michel. *Classes Sociais e Poder Político na Formação Espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*. Belo Horizonte UFMG/FAFICH/DCP, 1977. (Dissertação de mestrado). RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, Nº39, pp. 129-161, julho de 1974. RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Estrutura de Dominação em Minas Gerais: O novo PRM 1889-1906*. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1982. SINGER, Paul. Belo Horizonte in: *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1968.

⁵ Alguns exemplos dessa nova historiografia: CHACHAM, Vera. *A memória dos lugares em um tempo de demolições: a rua Bahia e o bar do ponto das décadas de 30 e 40*. Belo Horizonte, UFMG,

Um dos aspectos positivos dessa linha teórica é a recuperação de objetos, anteriormente desprezados e ao mesmo tempo uma reavaliação da utilização de fontes. Novos caminhos puderam ser trilhados a partir do momento que os horizontes em relação às fontes puderam ser alargados.

Um desses caminhos foi evidenciado e debatido quando avaliamos “Belo Horizonte na literatura: Avelino Fóscolo e Pedro Nava”. Pudemos discutir a respeito de sua utilização como fonte histórica, os limites e avanços inerentes ao seu uso e os cuidados que devem ser tomados pelo pesquisador que se aventura por essa trilha⁶.

1994.(dissertação de mestrado). DUTRA, Eliana R. Freitas (org). *Belo Horizonte Horizontes Históricos*. Belo Horizonte, C/Arte, 1996. JULIÃO, Letícia. *Belo Horizonte: Itinerários da cidade moderna (1801-1920)*. Belo Horizonte, UFMG/FAFICH/DCP, 1992. (Dissertação de Mestrado). LEMOS, Celina Borges. *Determinações do Espaço Urbano: A evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, UFMG/FAFICH/Departamento De Ciências Sociais, 1988. 2 volumes-(Dissertação de Mestrado). MAGALHÃES, Beatriz de Almeida e Andrade, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte. Um espaço para a república*. Belo Horizonte, UFMG, 1989. MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Pois Tudo é Assim... Educação, Política e Trabalho em Minas Gerais (1889-1907)*. Belo Horizonte, UFMG/FAE, 1990. (Dissertação de Mestrado). SALGUEIRO, Heliana Angotti. O ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930 in: FABRIS, Annateresa (org) *Ecletismo na Arquitetura Brasileira* São Paulo, Nobel, 1987. SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Belo Horizonte: Histoire d'Une Capitale au XIX e Siècle - Representations Urbaines et Architecturales Françaises ou Brésil - une étude de cas*. Paris, École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1992. (Tese de Doutorado). SILVEIRA, Anny Jackline Torres da. *A Capital e o Sonho de uma Petit Paris os cafés no cotidiano de Belo Horizonte: 1897-1954*. Belo Horizonte, UFMG/FAFICH, 1995. (Dissertação de Mestrado). SOUZA, Marco Antônio de: *A Economia da Caridade: Estratégias Assistenciais e Filantropia em Belo Horizonte*. Belo Horizonte, UFMG/FAFICH, 1994. (Dissertação de Mestrado). VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e Educação na Trama da Cidade: a Construção de Belo Horizonte em fins do Século XIX*. Campinas, UNICAMP, 1994. (Tese de Doutorado).

⁶ Sobre a utilização da literatura como fonte histórica confira: VOVELLE, Michel. Pertinência e ambigüidade do testemunho literário in: *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo; Editora Brasileira, 1987. KRAMER, Lloyd s. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hyden White e Dominick La Capra IN: HUNT, Lynn. *A nova História Cultural*. São Paulo, Martins fontes, 1992. p.131-173. CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras in: *A História Cultural Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S/A, 1987. ALMEIDA, Marcelina das Graças de Literatura e História. “A Capital”. Uma visão da nova capital e da República. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*. Belo Horizonte, III, nº 5, pp. 46-57, outubro/95.

Quando tomamos exemplos para retratar as possibilidades de compreensão da capital mineira, através da literatura, nos utilizamos das obras de Avelino Fóscolo e Pedro Nava⁷. Procuramos destacar a importância que os dois tiveram, em épocas diferentes, como habitantes e espectadores da cidade que se construía e se consolidava.

As leituras e imagens criadas pelos dois escritores já se diferenciam pelo caráter das obras. O texto de Avelino Fóscolo é um romance, uma ficção, redigida na primeira década desse século. O autor trabalha o texto inspirando-se no episódio da construção de Belo Horizonte, reconta e ressalta através de seus personagens as angústias, expectativas, desavenças, ilusões, tecidas pelos habitantes do arraial do Belo Horizonte, em relação à cidade que se instalava.

Por outro lado a obra de Nava, escrita no final da década de 70, são as memórias de um habitante distante, encantado e apaixonado pela capital, procurando desenhá-la através de suas lembranças.

Ressalta no texto a Belo Horizonte das primeiras décadas (20 e 30), seus lugares e personagens, todos delicada e minuciosamente reconstituídos pela memória anatômica do médico reumatologista que foi Pedro Nava.

Desse modo, na medida em que apontávamos questões acerca da história da cidade, buscávamos destacar os avanços e caminhos que a historiografia percorre na atualidade⁸. Tentamos, também, discutir os aspectos metodológicos para construção de uma investigação, análise e produção de trabalhos em relação à história da capital mineira.

Assim sendo, afirmamos que a proposta básica do curso foi provocar uma avaliação em relação à história de Belo Horizonte, num momento que se aproxima a comemoração de seu centenário, buscando estimular novas perguntas, apontar as lacunas que se refere à historiografia e ao mesmo tempo lançar um olhar para o passado e recuperar os caminhos traçados pela capital que pretendeu ser uma cidade moderna, lugar do futuro, cidade feérica.

⁷ FÓSCOLO, Avelino (1903). *A capital* Belo Horizonte, Imprensa oficial, 1979. NAVA, Pedro. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro, editora Record, 1985. (Foi destacado este título, mas foram mencionadas em diversos momentos “Baú de ossos”, “Balão Cativo”, “Chão de Ferro”, “Galo das Trevas” e “O Círio Perfeito”.

⁸ Gostaríamos de aqui ressaltar a utilização de material visual como transparências, slides, fotos e livros de modo a complementar as informações que eram colocadas no decorrer do curso.

CURSO

Da extinção do tráfico de escravos à criação do trabalho livre – um política de exclusão, domesticação e resistência do trabalhador (1850-1945) •

Maria Therezinha Nunes
Laura Nogueira Oliveira
Rede Pública de Ensino

1. INTRODUÇÃO

O curso destinou-se a professores que atuam no 1º e 2º graus, objetivando-se analisar a historiografia sobre o tema, pressupondo uma nova relação de ensino-aprendizagem onde professor e alunos são pesquisadores e produtores de conhecimento.

O objetivo de estudar os projetos políticos de constituição e organização do mercado de trabalho surgiu a partir da constatação de como conceitos, valores e preconceitos presentes nas representações e práticas no cotidiano têm uma origem e uma construção histórica. Neste sentido tomamos como hipótese a associação entre negros, pobres e marginais e a elaboração do conceito de classes perigosas e suspeição generalizada e a sua origem a partir da conjuntura política do processo abolicionista.

2. APRESENTAÇÃO

No período de 1990/1995 alguns professores, da Escola Municipal Geraldo Teixeira da Costa, de Belo Horizonte, estiveram envolvidos numa

• Resumo do curso “Da extinção do tráfico de escravos à criação do trabalho livre – um política de exclusão, domesticação e resistência do trabalhador (1850-1945)”, oferecido de 23 a 26 de julho.

permanente busca de construção de um conteúdo programático específico para a disciplina História do curso de Magistério. Nesse caso, qual era o perfil do profissional que pretendíamos auxiliar a formar? Qual seria a contribuição da disciplina história nessa formação?

No início do ano de 1995, analisando o trabalho que até então vínhamos realizando, percebemos que, apesar da nossa vontade de trabalhar com os alunos uma história mais analítica, permanecemos privilegiando recortes bastantes tradicionais ou apenas problematizando alguns marcos “institucionalizados”. Desse modo, por exemplo, fazíamos uma problematização da “Conjuração Mineira” discutindo com os alunos a construção do mito Tiradentes e os limites sociais das propostas dos conjurados. Percebíamos, entretanto, que se para a professora em formação, era importante desenvolver o senso crítico, era necessário também instrumentalizá-la para compreender a organização dessa sociedade. Compreender, por exemplo, que se hoje a sociedade possui uma determinada estrutura, valores, conceitos e idéias, eles foram construídos historicamente. Portanto, a sociedade sofre modificações através dos tempos. À disciplina História caberia o papel de possibilitar aos alunos uma reflexão de como, no passado, os homens projetaram um futuro e intervieram para a sua realização. Como os homens não formam blocos homogêneos e harmônicos, mas estão divididos em grupos antagônicos. Como possuem interesses distintos que quase sempre chocam-se, cruzam-se, alinham-se... Da pluralidade das sociedades passadas e da compreensão de como nelas os homens resolviam suas questões, abre-se o caminho para que os alunos possam compreender e interpretar a sociedade atual. Ao mesmo tempo que lhes possibilita o compreenderem-se e sentirem-se sujeitos desse processo.

Das discussões realizadas entre alguns professores de História da Escola, decidimos que diante dos questionamentos, preocupações, desejos... colocados, era fundamental mudar a perspectiva historiográfica e metodológica utilizadas. Acabamos por optar por um recorte histórico e historiográfico que privilegiasse a permanente construção e reconstrução do controle dos trabalhadores e da resistência dos mesmos.

3. OBJETIVOS

- Partir de conceitos e preconceitos presentes hoje em nossa sociedade, verificando como esses foram historicamente construídos e estão de certa forma ligados à história da dominação.

- Discutir a construção e permanente reconstrução do controle dos trabalhadores, enfatizando a resistência desses aos processos engendrados para controlá-los.
- Discutir ao longo do curso: verdade histórica, fato histórico, historiografia.
- Analisar a questão do controle dos trabalhadores escravos e da resistência cotidiana dos mesmos.
- Estudar o processo “lento, gradual e seguro” de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, sob o controle dos senhores escravocratas.
- Avaliar a atuação dos escravos nas constantes mudanças dos rumos do processo de desescravização.
- Discutir a implantação do trabalho livre no Brasil, tendo a preocupação de verificar como os fazendeiros, embora tendo um projeto de substituição do trabalho escravo, não tinham mecanismos claros de organização e controle do trabalho livre.
- Percorrer o caminho da construção do conceito de “classes perigosas” e da “ideologia do trabalho”.
- Analisar Canudos, Vacina e Chibata na perspectiva da resistência dos trabalhadores às tentativas de controle.
- Repensar o fenômeno da “malandragem” analisando-o como uma forma “às avessas” de denúncia, através do ritmo, da ginga do corpo, de todo o “miserê” do trabalhador.

4. RECURSOS MATERIAIS UTILIZADOS

- Remontagem e reescrita de textos que permitissem uma abordagem da questão do controle dos trabalhadores brasileiros e da sua resistência.
- Utilização de documentos escritos.
- Projeção de filmes relativos à temática estudada assim como de imagens (slides)
- Audição de músicas produzidas no início do século sobre a malandragem.

5. A PROPOSTA E SUA EXECUÇÃO NO X ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH

Para efeito didático e dentro da carga horária de 2h/aulas diárias durante 4 dias, dividimos a temática nos seguintes subtemas:

1º) Fundamentação teórica e metodológica.

2º) Projeto e processo da abolição.

3º) Trabalho, controle e resistência na escravidão e no processo de desescravização.

4º) Trabalho livre, domesticação e resistência.

O que vamos apresentar é um breve relatório das principais questões trabalhadas em cada subtema, assim como os recursos didáticos que foram utilizados.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

Pensamos que o pano de fundo teórico para se analisar o processo e o projeto abolicionista deveria partir da discussão da formatação do liberalismo brasileiro do século XIX. Ser liberal no Brasil de então, segundo Alfredo Bosi (1995), significava ser: “conservador das liberdades de produzir, comprar, vender, representar-se, submeter os escravos, adquirir terras”. Se em princípio poderia parecer contraditório a convivência do liberalismo com a escravidão, esse liberalismo era historicamente constituído. Extemporâneo seria pensar no liberalismo enquanto um ideal de igualdade, liberdade e fraternidade. No Brasil do século XIX o liberalismo significava a conservação, para as elites, dos privilégios econômicos e políticos.

Como o trabalho proposto pressupunha o estudo da Lei de Terras de 1850 e das Leis Abolicionistas, fundamental era analisar as mesmas a partir de um referencial teórico que permitisse visualizar o papel da lei em uma dada realidade social. Com este intuito utilizamos as conclusões elaboradas por Manuela Carneiro da Cunha (1992) e por Ademir Gebara (1985). Por um lado, “se a lei não pode ser confundida com uma descrição da realidade”, ela é fruto de uma realidade e a influi. Por outro, “as leis (...) atuam mediando e reforçando as relações de classe” e constituem um mecanismo de controle social. Com esta discussão objetivou-se ultrapassar uma visão restrita de que as leis são feitas para não serem postas em prática ou cumpridas.

7. PROJETO E PROCESSO ABOLICIONISTA

Tomando como marco histórico a promulgação da Lei de Terras de 1850, procuramos ressaltar dois aspectos do texto legal: localizar a conjuntura histórica

em que a Lei foi elaborada (fim do tráfico de escravos) e o cerceamento da possibilidade de acesso à terra. A partir de então a terra passava a ser, no Brasil, uma mercadoria, acessível apenas através da compra.

Imediatamente após a extinção do tráfico, segmentos da elite brasileira estavam cientes de que a escravidão era uma instituição condenada e, portanto, era fundamental encontrar outras formas de organização e controle do trabalho. Se aos nossos olhos o trabalho livre assalariado aparece como o sucessor natural do trabalho escravo, na realidade, a partir de 1850, várias foram as experiências realizadas de relações de trabalho livre. Não havia uma fórmula pronta a ser aplicada e, mediada pelos embates cotidianos, essas relações foram sendo experimentadas. Utilizou-se como texto detonador das questões o documento: “Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos fazendeiros do município de Vassouras – 1854”. Este documento é precioso no sentido de deixar muito clara a preocupação dos cafeicultores, de uma importante área fluminense, em garantir o controle do trabalho escravo e em organizar e planejar uma ação conjunta visando a substituição desse tipo de trabalhador.

Em 1871 foi promulgada a primeira Lei abolicionista. Esta Lei objetivava o estabelecimento de um projeto para o processo de desescravização, garantindo aos senhores prazo suficiente para organizar a substituição do trabalho escravo ao mesmo tempo que reforçava o controle exercido sobre estes escravos. Partindo do estudo realizado por Ademir Gebara (1985), analisamos artigos e parágrafos da Lei, procurando ressaltar o controle dos senhores ao possível acesso à liberdade, assim como o constrangimento ao trabalho do escravo liberto.

8. TRABALHO, CONTROLE E RESISTÊNCIA NA ESCRAVIDÃO E NO PROCESSO DE DESESCRAVISACÃO

Construída a partir da utilização de novas fontes documentais (processos criminais, autos de inquirição, devassas, imagens, posturas municipais) e de novos olhares sobre elas, a historiografia revisionista, produzida a partir dos anos 80, procura desvendar o dinamismo das relações escravistas e as possibilidades cotidianas de controle e de resistências no mundo da escravidão. Entendidas como faces de uma mesma moeda, controle e resistência são retirados de seus lugares tradicionais e tratados nas tensões/ações cotidianas: negociações, diminuição do

ritmo de trabalho, apadrinhamento, o se fazer “bonzinho”, “adoecer” etc. Para discutir estas questões foram utilizadas imagens de viajantes do século XIX (Debret, Rugendas, dentre outros) e texto de Sílvia H. Lara (1988).

No que se refere ao processo de desescravização, colocado a partir de 1871, utilizou-se da sugestiva análise de Ademir Gebara (1985). Para ele se a Lei procurava amenizar as tensões causadas pelas fugas freqüentes de escravos, ela também procurava criar maiores mecanismos de controle. Entretanto, com a criação de leis locais (posturas municipais), que visavam um maior controle da mobilidade dos escravos, passava-se a cercear alguns direitos da população livre em suas relações com negros livres e escravos (hospedagem, emprego, compra e venda etc). Esta população é colocada numa perspectiva de suspeição generalizada. Ao se sentir cerceada em seus direitos, passa a engrossar as fileiras abolicionistas.

Não se pode esquecer do papel da resistência escrava (principalmente através das fugas), no aceleração do processo final de desescravização. Entretanto, embora a estratégia protelatória tenha sido suplantada através das ações cotidianas, não há como negar a vitória do projeto: a criação de um arcabouço legal e legítimo objetivando disciplinar e organizar o mercado de trabalho livre em gestação.

9. TRABALHO LIVRE – DOMESTICAÇÃO E RESISTÊNCIA

No último subtema procuramos estabelecer relações entre o projeto de modernização capitalista, iniciado com o processo abolicionista, as formas de controle da maioria da população constituída de ex-escravos e pobres e as suas formas de resistência.

Através do texto de Sidney Chalhoub (1990) discutimos a contradição entre a crença na Civilização, Progresso e Racionalidade Científica e a visão da pobreza associada à Barbárie. Administrar a cidade, modernizá-la na visão racionalista da Ordem e do Progresso significava destruir cortiços, excluir a pobreza, a marginalidade, os desempregados, considerado vadios. Todos vistos como suspeitos e classes perigosas.

Dentre as diversas formas de resistência focalizamos em especial a constituição da figura do “malandro” avesso ao trabalho, que se constitui como uma forma de resistência e de denuncia à exploração do trabalho e ao “miserê” do trabalhador. Utilizou-se, como recurso didático músicas produzidas entre 1933/1948 e imagens dos “malandros” da época.

Durante o governo de Getúlio Vargas a ideologia e o imaginário do trabalho e do trabalhador (“o homem novo”) passaram a constituir uma das formas centrais de intervenção do Estado nas relações trabalhistas.

10. BIBLIOGRAFIA

- ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL (MS) “Como se ventre nascido fosse... Cartas de revogação, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos de 1838 a 1889”. Campo Grande: Fundação Cultural Palmares, 1993.
- BASSETO, Sílvia. *A revolta da vacina obrigatória*. Rio de Janeiro: Brasiliense (Tudo é História)
- BOSI, Alfredo. *A escravidão entre dois liberalismos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 194-246.
- BRESCIANE, Maria Stela M. *Londres e Paris no séc. XIX; o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense. (col. Tudo é História)
- CANDIDO, Antônio. “A dialética da malandragem.” *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. 8, 1970.
- CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHALHOUB, Sidney. “Medo branco de almas negras; escravos libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro.” *Revista dos Trabalhadores*. Campinas/FHC e SMC/ SP, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. “Classes Perigosas.” *Revista dos Trabalhadores*. Campinas/ FHC e SMC/S.P., 1990.
- CUNHA, Manuela Carneiro (org.) *Legislação Indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp/Comissão Pró-Índio de SP, 1992.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1978.
- FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória – Cotidiano e trabalho da mulher em MG do séc. XVIII*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993.
- GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- GIL, Benedito Miguel e GIL, Célia Maria Calcagnolo. *A pobreza perseguida: considerações sobre a Maloca de Lucrecio*. São Paulo, *História*, n° 12, UNESP.
- LANNA, Ana Lúcia D. *A transformação do trabalho*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989. Série Teses, 2ª edição.
- LARA, Silvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1870-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LARA, Silvia H. Trabalhadores escravos. *Revista dos Trabalhadores*. n° 11, Campinas/ FHC e SMC/ S.P., 1990.
- LOPES, Wellington dos Mendes et alli. *Direito Agrário: decretos e regulamentos*. Rio de Janeiro: Editora de Brasília.
- LLOSA, Mário Vargas. *A guerra do fim do mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1990.
- MARANHÃO, Ricardo et alli. *Brasil história – texto e consulta*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARSON, Adalberto. “Reflexões sobre o procedimento histórico.” In: SILVA, Marcos (org) *Revista de História*, São Paulo: Marco Zero.
- MARTINS, Ismênia de Lima. “Anotações sobre a História do Trabalho no Brasil.” São Paulo, *Revista Brasileira de História* n° 30, 1995.
- MARTINS, Silvia Helena Z. “Homens pobres, homens perigosos. A repressão à vadiagem no primeiro governo de Vargas.” São Paulo, *História*, no 12, UNESP, 1993.
- MATTOS, Ilmar R. de e GONÇALVES, Márcia de Almeida. *O Império da boa sociedade: a consolidação do Estado Imperial brasileiro*. São Paulo, Atual. (História em documentos).
- MATTOS, Ilmar R. de e ALBUQUERQUE, Luiz Afonso S. de. *Independência ou morte: a emancipação política do Brasil*. São Paulo, Atual. (História em documentos).
- NEVES, Margarida de Souza e HEIZER, Alda. *A Ordem é o Progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo. Atual. (História em documentos)
- SABÓIA, Vilma Eliza Trindade de. “A lei de terras (1850) e a Política Imperial.” São Paulo, *Revista Brasileira de História*, n° 30, Contexto, 1995.
- SANO, Rui Khan. “Imigração japonesa.” *Revista dos Trabalhadores*, no 3, Campinas, FHC e SMC/S.P., 1989.
- SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina. Mentis insanas em corpo rebelde*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SILVA, Marcos A da. *A revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Brasiliense. (Tudo é História).

- SILVA, Zélia Lopes da. “Imagens do trabalhador brasileiro nos anos 30.” São Paulo, *História*, n° 12, UNESP, 1993.
- SOARES, Luiz Carlos. “Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do séc. XIX.” São Paulo, *Revista Brasileira de História*, no 16. Marco Zero.
- STOCKE, Verena e HALL, Michael M. A. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo.” *Revista Brasileira de História* n° 6, São Paulo, Marco Zero.
- REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. ESCRAVISMO. FAFICH, UFMG, n° 6. (CNPQ).
- REVISTA USP - n° 20 – Dossiê Canudos – Dez./Jan./Fev 93-94.
- RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- SPIX, Johan Baptist Von e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1881.
- VILLA, Marco Antonio. *Canudos: o campo em chamas*. Rio de Janeiro: Brasiliense (Tudo é História).